



CARTOGRAFIA DA AÇÃO:

O CAMPO DE ANA CLARA TORRES RIBEIRO



Organizadores

Tamara Tania Cohen Egler
Reginaldo Luiz Cardoso



LETRACAPITAL

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Tamara Tania Cohen Egler
Reginaldo Luiz Cardoso
Organizadores

CARTOGRAFIA DA AÇÃO:
o campo de Ana Clara Torres Ribeiro

LETRAPITAL

Copyright © Tamara Tania Cohen Egler, Reginaldo Luiz Cardoso (Orgs.), 2022

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITORES Tamara Tania Cohen Egler
João Baptista Pinto

CAPA Reginaldo Luiz Cardoso e
Marcos Wellington de Lima
Fotografias: Reginaldo Luiz Cardoso

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Jenyfer Bonfim

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C316

Cartografia da ação: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro / organizadores Tamara Tania
Cohen Egler, Reginaldo Luiz Cardoso. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
364 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-760-9

1. Ribeiro, Ana Clara Torres. 2. Sociologia urbana. 3. Territorialidade humana. I. Egler,
Tamara Tania Cohen. II. Cardoso, Reginaldo Luiz.

22-81193

CDD: 307.76

CDU: 316.334.56

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Sumário

Apresentação	9
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Reginaldo Luiz Cardoso</i>	
Exo 1 – Método e Interdisciplinaridade.....	33
Geografia e sociologia do presente: um encontro nas teorias da ação. Trilhas, processos, veredas, combates.....	35
<i>Maria Adélia de Souza</i>	
Saber, Ciência e “Pluriverso”: interdisciplinaridade e espaço no legado de Ana Clara Torres Ribeiro.....	55
<i>Hernán Armando Mamani</i>	
Fios e tessitura interdisciplinar do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro	67
<i>Beatriz Couto</i>	
Exo II – Lastro: o laboratório de pesquisa	85
Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO): considerações sobre o sentido, as ações e o legado	87
<i>Laura Maul de Carvalho Costa</i>	
<i>Cátia Antônia da Silva</i>	
<i>Pedro Bernardes Pinheiro</i>	
O ler e o mundo	109
<i>Ivy Schipper</i>	

Eixo III – Imanência da ação social no espaço 119

O sentido da imanência na pesquisa
de Ana Clara Torres Ribeiro 121
Tamara Tania Cohen Egler

Cartografia da ação: da transcendência de um legado
à imanência dos processos e sujeitos na vida cotidiana 132
Célia Regina Neves da Silva

Arrombando portas abertas: “A gente faz o que pode!”
(Contribuição e comentários sobre o legado
de Ana Clara Torres Ribeiro) 141
Reginaldo Luiz Cardoso

Ana Clara clareou as filosofias no espaço 151
Wallace Lopes Silva

Iluminando as tessituras sociais opacas, insurgentes
e efêmeras: a episteme de Ana Clara Torres Ribeiro
e o hoje 173
Ricardo Massao Nakamura Nasser

Eixo IV – Dominação e resistência nos territórios 191

Expansão da fronteira agrícola tecnificada no
Vale do Araguaia mato-grossense:
a contribuição de Ribeiro 193
Júlia Adão Bernardes

Desespacializar o patrifamiliarcado: a ação necessária
ante a crise climática 205
Thais de Bhanthumchinda Portela

Gestos-fios: uma possibilidade de análise do cotidiano no lugar	233
<i>Helena Rizzatti</i>	
Eixo V – Cultura e Mutações espaciais	253
Em defesa da Justiça Territorial Urbana: o direito à autorrepresentação simbólica.....	255
<i>Ivaldo Lima</i>	
Construindo pesquisa entre a geografia e a sociologia do presente: um legado e um presente de/para Ana Clara Torres Ribeiro.....	286
<i>Raquel de Padua Pereira</i>	
Eixo VI – Justiça social na cidade	301
Pelos olhos de Ana Clara: justiça social e direitos como questão	303
<i>Eveline Algebaile</i>	
Ser jovem na cidade de Clara: a juventude na sociologia do presente de Ana Clara Torres Ribeiro	315
<i>Paulo Cesar Rodrigues Carrano</i>	
Eixo VII – Política na América Latina.....	329
Ana Clara y América Latina	331
<i>Héctor Poggiese</i>	
Modernização, urbanização e crise nos países capitalistas periféricos: uma leitura a partir das contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro	345
<i>Elizete Menegat</i>	
Listagem de autores.....	349

Apresentação

Tamara Tania Cohen Egler

Reginaldo Luiz Cardoso

O que nos move na organização deste livro é revelar a atualidade do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro. Este é o nosso desígnio: manter viva a sua contribuição lida na construção do *campo* Cartografia da Ação, uma forma de aplicar o mesmo pensamento a universos distintos, porque está associada à análise do que existe na realidade, que se revela no acontecer do presente. O *campo* está além das disciplinas, que se organizam por regras, regulamentos e práticas de pesquisa. É produto de uma longa pesquisa que ainda na sua juventude se inicia, quando ela ainda era concertista. É um *campo* porque resulta numa ciência que está nas fronteiras da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e interação conceitual. Ela construiu sua pesquisa à luz de um método ancorado na análise do presente e na criação de categorias e conceitos para fazer a análise da crise societária. Sempre focada na análise das condições de existência das classes populares no espaço, produziu seu campo à luz de uma demonstração que prova a importância da imanência no processo de produção do espaço social, essa que deriva da resistência social.

Ela não trabalhava sozinha, sempre a tecer redes; sabia que a pesquisa não se faz isoladamente, mas em coletivos. Esse é o caminho que seguimos para fazer este livro; convidamos seus principais interlocutores tais como professores e pesquisadores, e seus bolsistas de Iniciação Científica (IC), mestrandos e doutorandos, atualmente professores e pesquisadores nas principais instituições do país, para nos apresentar sua interlocução com Ana Clara, a quem agradecemos sua confiança no nosso trabalho.

No memorial que ela defendeu no IPPUR, publicado no livro *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, podemos ler sucessivamente a metodologia da pesquisa e o objeto do conhecimento quando propõe, para o avanço da ciência, a necessidade de se investir os conhecimentos adquiridos em novas pesquisas, novos campos. Na formação de redes de pesquisadores encontramos seu esforço de trabalhar o mesmo modo de pensamento como o resultado de uma produção coletiva que opera o pensamento sobre as condições de vida das classes populares. Mais do que isso, nos seus artigos podemos reconhecer a interminável tarefa de construir as categorias e conceitos para orientar e organizar a prática científica, na difícil tarefa de produzir conhecimento novo. Ela tinha o talento de construir partes para produzir totalidades, a partir de sínteses produzidas pelo pensamento dedicado à interpretação da ação social no espaço. No percurso na sua obra e a interlocução com os autores que participam do livro, podemos afirmar que Ana Clara construiu o *campo* da Cartografia da Ação. Nele se realiza a totalidade do trabalho que unifica as experiências no laboratório de pesquisa, aplicação da interdisciplinaridade, o sentido da imanência, lido como o poder que emana de baixo para cima – as categorias território praticado e sujeito corporificado –, para analisar a crise societária e a resistência para o encontro da justiça social, quando aplica o *campo* Cartografia da Ação na urbanização da América Latina¹.

O Seminário “Atualidade do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro”, que organizamos em 2021 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), revelou a importância das pesquisas em desenvolvimento, sendo que o livro aprofunda e explicita as principais questões, objetos e análises em desenvolvimento pelos seus interlocutores.

¹ Essa certeza lida, deriva da participação da professora Tamara Tania Cohen Egler como membro do GT Movimentos Sociais Urbanos, do GT Desenvolvimento Urbano, ambos da ANPOCS, e do convívio intelectual e cotidiano na condição de professora do IPPUR, ao longo de 25 anos de trabalho.

Para falar de Ana Clara Torres Ribeiro é preciso ver suas dimensões como pessoa, professora e pesquisadora, formadora de redes de pesquisa, e importante militante na política dos campos dos estudos espaciais. Sua existência foi dedicada ao ofício da produção do conhecimento e formação de pesquisadores, que desenvolveu ao longo de seus 30 anos de professora e pesquisadora do IPPUR.

Foi formada para ser concertista, escolheu a Sociologia, mas o concerto ficou no seu espírito, o ritmo faz parte de seu pensamento e, com ele, deu lastro ao seu discurso e às suas práticas de vida. A vida precisa ser vivida, ela dizia: “É preciso terminar uma coisa para começar outra”, para dar ritmo à existência. A sua vida era vivida como uma melodia.

Estabelecendo os vínculos entre *atores, processos e fatos*, ela escreveu sua obra à luz de uma história que se inicia na juventude, que tem continuidade na sua formação em Sociologia, se amplia na Geografia, pela sua condição de importante interlocutora de Milton Santos e Maria Adélia de Souza e, posteriormente com Cátia Antônia da Silva, para incluir o Urbanismo com Paola Bernstein. Esse *campo* que se estrutura nas fronteiras interdisciplinares e na elaboração de uma teoria para a análise do espaço social. Não parava de pensar, sempre focada no conflito e na justiça social. Para, em seguida, fazer a transmissão do conhecimento na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa, no doutorado do IPPUR/UFRJ.

Outra importante contribuição é examinar os fundamentos lógicos dos significados, que podem ser transmitidos e subjetivados, para elaborar a sua análise, que inclui as práticas humanas na pesquisa dos sistemas espaciais. Em outras palavras, primeiro ela estuda o método, depois reúne o vocabulário e a gramática sociológica, para aplicar o mesmo na formação de pesquisadores.

Esse é o sentido do presente livro: construir os fios condutores de sua análise, que podem ser lidos no *campo* Cartografia da Ação, que reúne importantes pesquisadores que compartilham uma forma de pensar, ser e agir. Para examinar a complexidade de sua contribuição era preciso decupar, identificar suas partes na tarefa de encontrar a sua totalidade. Este é o nosso desígnio: fazer um percurso na sua obra, para construir essa interlocução com os artigos e ensaios que compõem a presente coletânea.

Ana Clara se definiu certa vez como um “campo de batalhas”, e isso traduz muito a sua natureza caleidoscópica e esta é também a natureza desta coletânea de textos, ensaios, depoimentos, artigos teóricos, em campos inóspitos e pouco conhecidos. Tal legado pode ser percebido também nos artigos que compõem o presente livro, da variada disposição de pontos de vista que engendraram o pensamento da socióloga, uma vez que direta ou indiretamente todos os autores partem de alguma experiência do *pensar, ser e agir* a partir de sua interlocução com a pensadora. O que faz deste livro um grande encontro de emoções e de saberes, numa grande conversa no sentido de andar de mãos dadas. É ir em uma mesma direção e sentido, o que não quer dizer anulação das individualidades, mas, sim, de uma troca contínua de saberes e emoções, de pisar caminhos, de criar trilhas.

Método e interdisciplinaridade

Abrimos este livro com a conferência proferida, na abertura do seminário, por Maria Adélia de Souza, professora titular de Geografia Humana da USP e reitora da UNISINOS, amiga-irmã de Ana Clara, que nos contempla com o artigo “Geografia e Sociologia do presente: um encontro nas teorias da ação. Trilhas, processos, veredas, combates”. No título já podemos ler a importante relação entre Geografia e Sociologia do presente, que fundam a interdisciplinaridade.

Ao descrever os encontros que teve com Ana Clara, intermediado por Milton Santos, recupera o principal dos debates que aconteceram ao longo das suas trajetórias. No encontro dos comitês de assessoramento do CNPq, ou na direção da ANPUR quando no embate da política científica, era possível conhecer sua ética, seus valores e sua contribuição e dedicação à produção do conhecimento científico. Não menos importante é o conhecimento adquirido nas salas de aula, nos congressos e seminários onde conheceu seu rigor e competência analítica.

Maria Adélia relembra o convite que fez à Ana Clara, para ministrar o curso de Teorias da Ação, na UNICAMP, em 2002, que deu origem ao livro do mesmo título, definido pela indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações. Foi publicado graças à importante participação de estudantes, que fizeram o maravilhoso

trabalho de compilar, editar as aulas, com participação de Fabio Tozzi e Takahashi. Era preciso buscar diretrizes teórico-conceituais que articulassem condições objetivas e subjetivas da transformação social, associando produção do conhecimento, cultura e política.

Não menos importantes foram os colóquios denominados de *Intrigantes*, para analisar o mundo no contexto da globalização e seus resultados sobre a condição humana. É quando se considera a importância das técnicas e o avanço das tecnologias de informação e comunicação, razão e emoção, o lugar e a solidariedade, a ação no cotidiano, usos do território, no rigoroso diálogo multidisciplinar.

Nessa conferência, Maria Adélia de Souza demonstra como a pertinência e o caminho do pensar e do saber acontecem, antes de tudo, através da amizade, das trocas, da cooperação, no caso de duas mulheres militantes, para afirmar que Ana Clara deixa um enorme vazio no pensamento crítico competente brasileiro.

Hernán Armani Mamani, sociólogo, foi orientando de doutorado, e vizinho de Ana Clara, no seu artigo “Saber, Ciência e ‘Pluriverso’: interdisciplinaridade e espaço e ação no legado de Ana Clara Torres Ribeiro” ele discute qual seria a identidade epistêmica do pensamento de Ana Clara a partir da noção de espaço e interdisciplinaridade desenvolvida por ela e junto ao contexto e à conjuntura de sua produção. Tal discussão é traçada a partir de um panorama analítico, focado nos conceitos e categorias presentes no pensamento de Ana Clara, tais como: seu projeto teórico e empírico, a interdisciplinaridade e seus interlocutores que, na visão do autor, aparecem com maior contundência – Edgar Morin e Milton Santos – e a sua análise do espaço.

Tal análise acaba trazendo à tona o ideal humanista da episteme de Ana Clara. Uma discussão de maior relevância que o autor chama a atenção para a sua conotação, cumpre destacar, como ainda afirma que a interdisciplinaridade, promovida e praticada por Ana Clara, permite fazer uso de uma ampla gama de conceitos e problemas socioespaciais, sem se restringir às fronteiras disciplinares e nem às fronteiras entre o pensamento e a ação, ciência e ética.

Beatriz Couto, arquiteta, doutora pelo IPPUR/UFRJ, no título do seu artigo “Fios e tessitura interdisciplinar do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro”, mostra que é através da análise do significativo tessitura que a autora vai construindo o tecido criado

por Ana Clara, dado também ao distanciamento. Fios, base e metáfora da interdisciplinaridade de Ana Clara, para representar o tecer incessante da Sociologia com a Geografia e o Urbanismo e, se nos é permitido dizer, com Lefebvre (2012, p. 48), “é o estetismo que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado, realizando assim seu caráter homogêneo e fraturado”. Para fazer pano, esse fio, que é chamado de trama, é tecido sobre e sob um conjunto de outros fios cruzados, chamados de urdidura. Como os fios alternados da urdidura são puxados repetidamente para cima, a fim de permitir que a trama passe através deles, precisam ser mais fortes (FREEMAN², 2019, p. 20). Faz uma interlocução aprofundada de livros e artigos para nos revelar os caminhos da mestra. O ponto de partida é a crise societária e a resistência, lidas em diferentes contextos históricos.

Modula o seu memorial por uma estrutura de gramática musical e se define como “musicista que tem a sociologia como linguagem ou instrumento”, o que permite uma análise entre a melodia e a linguagem, que pode ser lida na Sociologia, na Geografia, no Urbanismo, no Planejamento Urbano e que se constitui na totalidade da melodia. Por isso a composição do tecido social pode ser lida pelos fios do pensamento, que fazem a interligação entre as partes. Atenta aos pesquisadores que se debruçam sobre a interdisciplinaridade lida no desenraizamento da formação de base, e seus impactos ante o desenraizamento, o que exige um esforço do pensamento na inclusão de palavras e conceitos de cada campo que compõe a interdisciplinaridade. E aponta o planejamento urbano e regional com a especificidade de seu compromisso com o projeto, enquanto arquitetos e urbanistas devem se defrontar com disciplinas históricas ou analíticas. Para examinar o sentido de sua ação quando escolhe a Sociologia para responder ao seu desejo de ser socialmente útil. O memorial se desenvolve para encontrar os objetos de investigação que foram sendo examinados a cada contexto histórico, a saber: o trabalho biscateiro, os movimentos sociais urbanos, educação, técnica e trabalho social, a cultura política, para fazer a sua síntese na Cartografia da ação lida na América Latina.

² FREEMAN, J. B. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*. São Paulo: Todavia, 2019.

Não menos importantes são os descaminhos institucionais, *dados* os efeitos das omissões e esquecimentos nos relatos memorialísticos. Lidas na crise paradigmática no modelo de avaliação de pesquisadores e programas de pós-graduação, mas também de aguda crise institucional e de financiamento de pesquisa, apresenta sua experiência pessoal para analisar a importante ação do CNPq na sustentação de um lugar institucional de apoio e reconhecimento de esforços desenvolvidos em situações extremamente difíceis³. Reconhece a importância do seu pensamento e de sua memorialização para fazer a transmissão de seu conteúdo para apoiar a produção intelectual das novas gerações, junto ao mapeamento não só das conquistas como das questões deixadas em aberto, que são muitas vezes relegadas ao esquecimento.

LASTRO: o laboratório de pesquisa

O dia a dia da pesquisa pode ser lido no artigo “Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO): considerações sobre o sentido, as ações e o legado”, de Laura Maul de Carvalho Costa (da Fiocruz), Cátia Antônia da Silva (atual pró-reitora de extensão da UERJ) e Pedro Bernardes, professor do Colégio Pedro II, então integrantes do LASTRO. Nele, rememoram o principal da experiência de pesquisa e da professora Ana Clara e descrevem a importância do laboratório desde as origens, apresentando sua estrutura e suas articulações teóricas, metodológicas e conceituais; quando valorizam a construção teórica do conceito de sujeito corporificado e sua relação com o tema da saúde, tão caro a Ana Clara, e, por fim, a demonstração da “importância dos elos entre estudar a ação social como categoria instrumental que norteia os trabalhos e as interlocuções no LASTRO”.

A metodologia era fazer o acompanhamento do trabalho de pesquisa, das manifestações e dos protestos populares, ações de denúncia e reivindicação por direitos e melhores condições de vida na cotidianidade. Nesse ambiente se desenvolviam as análises sobre os sentidos da ação dos sujeitos sociais militantes,

³ RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Memória e ciência: caminhos de um depoimento possível*. Rio de Janeiro, [199?]. Trabalho não publicado.

nas manifestações e protestos. Era no laboratório que aconteciam os debates para fazer as escolhas conceituais, o trabalho técnico e operacional do banco de dados e a metodologia da Cartografia da Ação Social. A pesquisa estava organizada em três etapas: coleta, alimentação e revisão. A fonte de dados era a grande imprensa, através do exame de jornais que concentravam sua cobertura para cada uma das mais importantes regiões metropolitanas. Para fazer a documentação foi construído o Banco de Dados de Ações e Processos Sociais (BAPS).

Os acúmulos de informação conseguidos através do BAPS demonstram uma extraordinária criatividade nas reivindicações, protestos e lutas que mobilizam a cena urbana, lidos na criatividade da ação social, que não poupa esforços para produzir bicicletários, beijaços, abraços, ocupações, visitas a *shoppings*, entre outros. Não menos importante é a criação do conceito de sujeito corporificado largamente conectado com outros conceitos tais como: microconjuntura urbana, espaço vivenciado e sistematicidade popular. Isto porque a ação do sujeito corporificado encontra seu significado na materialização da urgência individual e coletiva experimentada em circunstâncias que se criam e são criadas no espaço vivenciado; da urgência que se manifesta em microconjunturas urbanas, como escrevem os autores. Através dessa narrativa podemos certificar que o conceito de sujeito corporificado não apenas lembra-nos de que somente existem direitos se eles são garantidos nas condições reais de reprodução da vida, como trazem uma convocação ao tratamento dos fatos trágicos e a partir de novas propostas.

Os autores rememoram como a vivência e a experiência de trabalho no laboratório foram fundantes para muitas gerações de estudantes universitários. Ana Clara garantia o exercício de reflexão livre, ao mesmo tempo que o compromisso com a vida acadêmica, científica. O fazer científico buscava favorecer tanto o rigor quanto a criatividade, a crítica e a construção, a proposta coletiva e a autonomia e responsabilidade dos indivíduos. Era preciso valorizar as perguntas, para formular com o apoio da teoria a capacidade de desenvolver a análise para captar o novo, o inesperado.

O que conduz o pensamento para a importância da reflexão filosófica, ética, teórica e metodológica sobre a ação social. O LASTRO é o lugar onde Ana Clara primava pela reafirmação e comprometimento de produzir conhecimento fundamentado para a reflexão sobre a importância da pesquisa focada na ação política no espaço e nas intencionalidades dos grupos sociais.

O LASTRO foi criado em 1996 e permaneceria ativo durante 15 anos, até o desaparecimento de Ana Clara em 2011. Em sua origem estava a questão da conjuntura social, e o artigo acompanha a concepção coletiva de alimentação e revisão dos dados, das ações e processos sociais. Esse foi um importante avanço do LASTRO, na medida em que o trabalho de pesquisa se torna produto de um conjunto de pesquisadores que compartilham uma forma de pensar, a partir de uma análise interdisciplinar e sobre uma determinada conjuntura. É essa dinâmica que nos faz observar a criação do *campo* Cartografia da Ação.

Ivy Schipper, em “O ler e o Mundo”, orientando no mestrado e ativo membro no LASTRO, nos traz aqui a descrição de sua experiência com a educação infantil, seja no tratamento direto com as crianças do segundo segmento do 1º grau da Rede Pública de Ensino de São Gonçalo – Escola Carlos Maia –, seja na formação de professores na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E para isso ele faz uma interlocução entre Ana Clara Ribeiro Torres e o educador Paulo Freire, entre a Cartografia da Ação de Ana Clara e a imanência na alfabetização de adultos de Paulo Freire e as premissas metodológicas prescritas pelo eminente educador na alfabetização de adultos. O artigo revela a fina análise de Ivy sobre as relações entre os dois autores. É ciente dessa interlocução que percorremos as práticas do autor: a percepção do diferencial semântico inerente aos lugares – o sujeito corporificado em “carne, sangue e cultura” –, na desconstrução das notícias veiculadas pelo “universo da comunicação corporativa e institucional”, pela formação de grupos focais, de matriz mentoniana, da prática artística inerente ao banal, da escuta do inteiramente outro. Em suma, temos um texto que percorre uma realidade concreta, calcado no sistema aberto do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro.

Imanência da ação social no Espaço

No artigo “O Sentido da Imanência na pesquisa de Ana Clara Torres Ribeiro”, Tamara Tania Cohen Egler, arquiteta, socióloga, amiga e professora do IPPUR, que conviveu ao seu lado por mais de 30 anos, o que lhe permitiu vivenciar a genialidade de sua amiga e professora, apresenta os fios da articulação entre as partes: método, LASTRO, interdisciplinaridade, alta capacidade de criação de categorias e conceitos, que assegura a prática que se faz no presente entendido como um conjunto de operações mentais que constroem o objeto de conhecimento, alimentado pelo diálogo estabelecido com os autores do campo na produção de uma análise criativa.

Logo no início do artigo aparece a importância do método que valoriza o lugar da experiência na existência, e a importância da estrutura de valores na superação da crise. A autora faz um percurso na obra da pensadora desde o trabalho informal na dissertação de mestrado; dos movimentos sociais, amplamente trabalhados no GT da ANPOCS; da importância da cultura no doutoramento e no GT da CLACSO é possível ler um sentido de análise que valoriza o poder imanente da ação social no espaço. É nessa trajetória – como em uma sinfonia que vai num crescendo – que percebemos a ampliação paulatina do seu objeto, novos conceitos, mudanças de enfoque, a interlocução com Milton Santos que vão, pouco a pouco, moldando o *campo*.

Sempre é bom frisar que o espaço biográfico de Ana Clara sempre foi urdido pela preocupação com o futuro, preocupação esta que passou por uma atenção à memória como recurso à narrativa, ao espevitamento do passado, trazendo-o ao presente, impossibilitando, assim, o seu esquecimento. Para ela, o esquecimento do passado impede o futuro e nos faz cair num eterno presenteísmo. Com Ana Clara se aprende o fato de que o esquecimento da ação ter sido responsável pelo atraso, e pela surpresa, com que as Ciências Sociais reconhecem as mutações no tecido social. O texto de Tamara Egler nos oferece uma síntese da contribuição de Ana Clara.

Célia Regina Neves da Silva, socióloga e orientanda no mestrando, nos propõe, no artigo “Cartografia da Ação: da transcendência de um legado à imanência dos processos e sujeitos na vida cotidiana”, um resgate do legado de Ana Clara em tempos sombrios e marcados

pela necropolítica e o faz através de uma tática textual *sui generis*: o singular e o plural de suas próprias experiências. Não à toa a *démarche* metodológica que atravessa toda a discussão é a história oral, sugestão feita por Ana Clara e aceita pela autora quando de sua pesquisa para dissertação de mestrado. Dessa maneira, a autora nos traz a discussão sobre a luta pela construção de cidades como territórios praticados através da Cartografia da ação. Cartografia que se fez ontem na Vila dos Palmares, comunidade da cidade do Rio de Janeiro, e que hoje se faz em São Gonçalo do Rio das Pedras, cidade mineira localizada na região do Alto do Jequitinhonha. Cartografia que nos narra silêncios, testemunhos singulares e plurais, demonstrando que “a arte de viver a vida se faz de encontros”, espaço de imanência e transcendência. É nessa observação arguta dos processos e gentes que povoam o Jequitinhonha que faz a autora concluir: “Vivem a imanência do barro, do algodão, da seca, mas também a transcendência que emana e se presentifica nas festas do Congado, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e tantas outras festas que misturam o religioso e o profano”. De fato, nesse texto singelo podemos comprovar o que sabemos desde os gregos: história enquanto apreensão pelo olhar daquilo que se sucede dinamicamente.

No artigo “Arrombando Portas Abertas: ‘A gente faz o que pode!’ – contribuição e comentários sobre o legado de Ana Clara Torres Ribeiro”, Reginaldo Luiz Cardoso, cientista político, doutor em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ e pós-doutorando pelo INCT/LabEspaço, IPPUR/UFRJ, propõe acompanhar o peculiar trilhar da socióloga pensadora Ana Clara em torno da questão da globalização e o neoliberalismo. Para isso, o autor, através da análise do discurso, entreabre uma série de janelas interpretativas, ou instrumentos epistemológicos que Ana Clara teceu e utilizou a respeito do tema. O fio condutor passa por um interlocutor de Ana Clara pouco notado e profundamente arraigado em seu pensar, que é o filósofo Karel Kosik, autor do clássico *Dialética do Concreto*. É através desse fio que o autor nos conduz pela geopolítica, filosofia política e da ciência, História da Modernidade, sociologia da técnica e, enfim, pela economia política. “Podemos afirmar que Ana Clara fundamentou todo o seu pensamento no concreto – profundamente marcado pelo pensamento do filósofo

Karel Kosik. E onde está o concreto? Na cotidianidade”. Importante salientar junto ao autor que esse trilhar vai se moldando através de princípios pensados junto a campos disciplinares distintos até se erigir na Sociologia do Presente, proposta por Ana Clara: “Dentre tais princípios encontramos o da porosidade das fronteiras disciplinares, da complexidade, da incerteza e do compromisso com a modernidade”.

O belo e instigante ensaio “Ana Clara clareou as filosofias no espaço” de Wallace Lopes Silva, professor na Fiocruz e doutor pelo IPPUR, nos traz um panorama do pensamento enquanto modelador do espaço, e da espaçologia enquanto protagonista e ferramenta das filosofias no espaço que se colocam em disputa no recorte das totalidades em movimento. Tal panorama nos remete aos pensamentos de Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e Tamara Tania Egler Cohen que, de acordo com o autor, “evidenciam a Espaçologia não como detentora do espaço, e sim como condição possível do aparecimento dos fenômenos espaciais, tendo seu último desdobramento em escala societária do espaço agindo na esfera do Estado, território e globalização”. Através de uma sintética caminhada pelo pensamento filosófico ocidental desde os gregos, o autor discute o racionalismo e o empirismo que acabaram desaguando no positivismo. Traz também a discussão bastante precisa de Deleuze ao afirmar que a “dobra é o deslocamento espacial na arquitetura da superfície das disponibilidades das coisas”, ao contrário dos currículos espaciais que vão se descrevendo nos corpos, nas cidades, nas paisagens e nas formas do espaço.

É o que o autor enuncia: que homem e natureza são separações artificiais, logradas pelo espírito ocidental e que acabou sendo um instrumento “universal” de dominação. Esse é o impasse percebido que o autor tenta desvendar. Ficção como coisas construídas: “Tudo é meramente uma ficção do homem racional embriagado por ideias de modernidade”. Em suma, o ensaio renova a emergência da Espaçologia, de Milton Santos. Que abre novas formas de e do pensar presente, *tout court*, no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro, tema deste livro.

Não se trata, portanto, de inventar uma nova ciência, e sim de “revisar o todo em suas partes totalizadas de espaço ao entendimento da totalidade”. Por fim, é um ensaio potente que lança um novo olhar, uma espécie de guerrilha do pensamento cujas

turbulências apresentam *flashes* reflexivos. Ou como conclui o autor: o pensamento modela o espaço, logo é necessário o enfrentamento das ideias inacabadas.

O artigo “Iluminando as tessituras sociais opacas, insurgentes e efêmeras: a episteme de Ana Clara Torres Ribeiro”, de Ricardo Massao Nakamura Nasser, mestrando no IPPUR e estudante de sua obra, nos propõe de pronto refletir sobre a seguinte indagação: qual o papel da ação social na transformação do espaço? E para isso ele se faz valer das teorias, categorias e conceitos – entradas epistemológicas – do pensamento de Ana Clara, não esquecendo aqui do franco diálogo da socióloga com o geógrafo Milton Santos. O primeiro ponto que o autor nos chama a atenção é para o contexto atual, conjuntura descrita como “crise societária”. E, claro, como não poderia deixar de ser, o autor reforça essa premissa com as mazelas da conjuntura pandêmica que não se encerrou: “Suas permanências e cicatrizes no tecido social são visíveis, sensíveis, audíveis, especialmente nos espaços esquecidos e relegados, como guetos, favelas, periferias e bairros populares”. Ou seja, dizendo junto com Ana Clara, citada pelo autor, “a anulação do sujeito corporificado acontece no atual momento histórico, prenhe de bio e necropolítica”. Estão aí o precariado e as chacinas para confirmarem tal afirmação. Para clarear essa questão, o autor percorre a episteme de Ana Clara: o cotidiano, a resistência, a cartografia da ação, os diálogos interdisciplinares, a historicidade da ação social. Importante notar que, como nos salienta o autor, a crise societária atual decorre das mudanças promovidas pelos impulsos globalizantes que aportaram no Brasil na década de 1990, do acoplamento das TIs com o mercado financeiro e da violência simbólica inerente a esse processo que resultou na captura das subjetividades coletivas.

Por fim, o autor demonstra que diante dos impasses sofridos pelos movimentos sociais ante tais mudanças, a resposta de Ana Clara a essa conjuntura deu-se através do LASTRO, já largamente discutido aqui por Cátia *et alii*. É uma feliz constatação. No atual momento estamos ante novíssimas redes de ação social que trouxeram muitos resultados práticos para aqueles que persistem em sua [re]existência, apesar da opacidade à qual são relegados. Porém, dada a conjuntura feroz à qual estamos submetidos, fica a dúvida, como nos diz o autor: “O tempo responderá à questão da possível

efemeridade dessas ações independentes”. Mas não nos esqueçamos também do que afirma Ana Clara a respeito das Cartografias da ação: “Propõe-se uma cartografia incompleta que se faz fazendo”. Em suma, o artigo de Ricardo Nasser de fato ilumina as tessituras sociais opacas, insurgentes e efêmeras.

Dominação e resistência nos territórios

Nada mais atual do que discutir o avanço das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia patrocinada pelo agronegócio. Júlia Adão Bernardes, professora da Geografia da UFRJ, e muito amiga, escreve o artigo “Expansão da Fronteira Agrícola Tecnificada no Vale do Araguaia Mato-grossense: a contribuição de Ribeiro” e nos traz essa importante questão a partir da análise da ação social na fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia mato-grossense, revelando os limites do modelo econômico no contexto da mundialização da economia. Nesse caminho analítico, transita entre categorias de Milton Santos, como meio técnico informacional, fixos e fluxos, tecno-esfera e psico-esfera, para analisar o principal do processo de globalização, que exige o estabelecimento de novos nexos entre ação, tempo e espaço. Para isso, utiliza como operador analítico a categoria território usado, do geógrafo Milton Santos, bem como as contribuições de Ana Clara para examinar as territorialidades criadas pelo agronegócio, assim como as múltiplas formas que surgem a partir das práticas desenvolvidas pelos homens lentos, que coexistem de forma tensa, num determinado tempo e espaço.

A autora retorna no tempo e nos conta como, em 1952, três Irmãzinhas de Jesus escolhem o povo Apyãwa/Tapirapé para viver, não para catequizá-los, mas para mostrar-lhes que eles tinham valor. Nesse encontro imanente entre a cultura branca e os povos indígenas se desenvolve a autoestima, curam-se as doenças, se conquistam territórios. Ao invés de subjugar a cultura do lugar e estabelecer narrativa de dominação, as irmãs religiosas adotaram a cultura indígena para viver com ela.

Como observa a autora, a reflexão sobre o território é fundamental para a reflexão política. Portanto, é na emergência dessa categoria que se aflora o político, ponto nodal de interesses e

conflitos. Júlia Bernardes, portanto, nos coloca ante ambiguidades: agronegócio/homens lentos, alisamentos/rugosidades, dominação/arte de viver a vida. E essa estratégia textual é argutamente utilizada como efeito-demonstração de uma “recusa a crença na neutralidade científica, já que essa crença descola a produtividade de seus custos sociais e capacidade destrutiva”. Essa recusa abre espaço então para o irredutível, para aquilo que nos torna humanos. É nesse lugar que se encontra a Teologia da Libertação e as Irmãzinhas de Jesus. É através dessas ações que fica demonstrada a real natureza do conflito: as disparidades culturais. Aqui cabe dizer junto com Ana Clara e a autora, “são os homens lentos que experimentam a escassez, que costumam projetos possíveis, permitidos pelo espaço herdado, ‘num tecido social esgarçado e precário’”. De fato, Júlia Bernardes nos reporta a uma valiosa visão e participação de Ana Clara ante o processo de expansão da fronteira agrícola do Vale do Araguaia mato-grossense quando valoriza a participação de Ana Clara, no reconhecimento dos sujeitos da ação capazes de evitar o alisamento do espaço, para valorizar plenamente sentidos da existência e da experiência, e reconhecer um outro futuro possível. O que acontece com as nossas vidas quando a partir da experiência e do relacionamento humano com uma professora como Ana Clara, a vida passa a ser diferente.

Thais de Bhanthumchinda Portela foi orientanda de doutorado de Ana Clara e atualmente é professora de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Seu artigo “Desespacializar o patrifamiliarcado: a ação necessária ante a crise climática”, traz uma abordagem interdisciplinar na qual aplica categorias da Sociologia para fazer uma análise sobre a natureza e transferir para as novas gerações o que aprendeu com Ana Clara. Tem por questão os processos de dominação que as elites brasileiras realizam sobre a natureza e sociedade. Seu ponto de partida é uma perspectiva histórica sobre o processo de escravização da natureza que sustenta o processo de acumulação. Considerada objeto, coisa, sustenta o enriquecimento de uma pequena parte da população global, enquanto sua grande maioria permanece na miséria e relegada a territórios inóspitos, sem direito a condições de dignidade na existência. Para observar o lugar do planejamento como ação técnica que aparenta transformar os processos de apropriação em nome da liberdade, democracia e participação, entretanto não

alcança seu desígnio ante a condição da crise climática, citando Ana Clara, relembra: “Muda-se para manter o que aí está. Na esperança de um mundo em que a natureza se mantenha liberta”.

Com Ana Clara, revela a relação do homem com a natureza de “muitos outros”, pensar a natureza para além da paisagem e como lugar da vida. Para encontrar os muitos outros no candomblé, nos moradores de rua, nas crianças. Atenta às mudanças do clima no planeta, anota as profundas desigualdades na apropriação dos bens da natureza, para ler seus efeitos na crise climática e, nessa equação, aponta o lugar dos países ditos desenvolvidos e dos países que ocupam posições periféricas no mundo. Para fazer frente ao processo de escravidão da natureza e da sociedade, retoma os processos históricos que deram origem aos movimentos sociais, valorizando o papel dos intelectuais e da Igreja na formação da resistência social, com destaque para Paulo Freire e a Teologia da Libertação e suas 70 mil comunidades eclesiais de base. E reconhece como a organização popular deve ser lida como “micropolítica de bem-estar social e de defesa dos direitos”, sendo seu desígnio combater a pobreza presente em toda psico-esfera ocidental e a favor da vida.

O artigo “Gestos-fios: uma possibilidade de análise do cotidiano no lugar”, de Helena Rizzatti, professora de geografia da Universidade Estadual de Maringá, nos traz uma contribuição não somente por atravessar o escopo teórico ocupado por Ana Clara e Milton Santos, mas por elaborar uma análise da periferia urbana das ocupações de terra urbana – comunidade de Cidade Locomotiva, de Ribeirão Preto (SP) – baseado no escopo teórico citado, como também no sentido de desmistificar certas visões “românticas” da vida das pessoas pobres, da vida nas comunidades, destacando os inúmeros conflitos decorrentes dessa condição social. A autora propôs, nesse artigo, “escapar da narrativa generalizante da periferia”, isto é, escapar da ilusão objetivista, da noção de que o real se mostra puro. O ponto central de sua análise e seus desdobramentos está no conceito de “gestos-fios”, de Ana Clara, e no de “eventos geográficos”, de Milton Santos. A travessia desses conceitos nos oferece a luz do cotidiano de um determinado espaço opaco através da dialética do concreto. E assim a autora vai nos conduzindo pela cotidianidade de uma ocupação e da questão

que permeia seus habitantes: a da distribuição de água. Vemos ali a ausência da dicotomia do público/doméstico, cujas relações sociais denotam nódulos de formas sociais. E é nessa análise a contrapelo que vão aparecendo os conflitos e a questão do corpo gendrado, “as relações sociais conflitantes, contraditórias e complementares”.

Para captar esses conceitos a autora utiliza o que nomeia como sendo tecnologia de sobrevivência, para analisar a comunidade Cidade Locomotiva, localizada nas proximidades do aeroporto, ao norte da cidade de Ribeirão Preto/SP. Nessa cidade, construída sobre terreno vazio, em que eram mantidos dezenas de vagões de trens, vivem 370 famílias. Na sua escrita podemos ler: “Como os saberes e conhecimentos que permitem a implantação de técnica e tecnologia, por meio de objetos técnicos, construindo enormes parcelas de cidades, em áreas centrais e distantes, e em períodos anteriores e atuais, conformando a periferia urbana”. É esse nódulo de formas sociais que se engendram as relações sociais urbanas. Na observação dessa cotidianidade, salta aos olhos a construção social de gênero e o papel das mulheres, revelando alterações nas relações sociais de poder, que embora efêmeras, possibilitam pensar na sua efetividade, em um novo patamar. Finaliza a autora: “Ao nos debruçarmos sobre esses curtos e efêmeros acontecimentos nota-se que resultam em importantes ações para a manutenção da vida nesses lugares e para a luta pelo direito ao território”.

Cultura e mutações espaciais

Permeando essa discussão, Ivaldo Lima, professor de geografia da UFF e interlocutor de Ana Clara, nos traz, em “Em Defesa da Justiça Territorial Urbana: direito à autorrepresentação simbólica”, uma retrospectiva profícua da egogeografia, categoria disciplinar pouco discutida ainda na academia brasileira, e essa espécie de “embrião de uma egogeografia se insinuava e me lisonjeava” é que serve de caminho para nos esclarecer o relacionamento de décadas entre o autor e Ana Clara.

Ivaldo nos conta que sua aproximação do pensamento de Ana Clara foi mediado por Bertha Becker, Julia Adão, Amélia Rosa, grande amiga de Ana Clara. Seu objeto está focado na metodologia teórica à arte pública do grafite nas micropaisagens visuais da cidade do Rio de

Janeiro, lidas na galeria de grafites antirracistas. Ele vai desenhado os contornos do diálogo entre Ana Clara e Milton Santos, que anunciam o século XXI, quando reconhece o diálogo entre território usado e território praticado, passando pelas noções de espaço do Milton Santos para a Ana Clara Ribeiro, e de ação de Ana Clara para o Milton, que redesenha-se em novos moldes, e a transdisciplinaridade entre Geografia e Sociologia. Revela as relações que existem entre a episteme de uma geografia dos sujeitos corporificados de direitos que se funde com a existência da sociologia. Para fazer a análise dos grafites antirracistas, parte do direito à autorrepresentação na existência social, o que garante a autonomia do sujeito corporificado na cidade, onde a arte pública é um dos recursos mobilizados por tal sujeito, que faz do espaço público um recurso comunicacional, isto é, faz com que “a paisagem grafitada encerre uma estética discursiva”.

Surge daí uma bela e poética reflexão: de como tais ações sociais são potentes o suficiente para transformar espaços opacos em espaços luminosos, conforme chamava a atenção Milton Santos, e, capazes de forjar e sustentar, no dizer de Ana Clara “sujeitos de direitos – previstos e garantidos em lei – que se materializam em sangue, carne e cultura”. E se essa arte pública é o grafite, ela se encontra no direito de ser paisagem, que se inscreve “em superfícies marginalizadas dos ‘espaços opacos’ contrapostos à centralidade de muros e empenas dos ‘espaços luminosos’”. Enfim, o artigo de Ivaldo Lima é um instrumento empírico-teórico que nos oferece uma atualização do feliz encontro entre a Sociologia e a Geografia.

Neste belo e compacto ensaio “Construindo Pesquisa entre a Geografia e a Sociologia do Presente: um legado e um presente de/para Ana Clara Torres Ribeiro”, Raquel de Pádua Pereira, orientanda no mestrado e doutoranda no Departamento de Geografia da Unicamp, longe de respostas normativas e absolutas, nos propõe questões para que possamos, justamente com o legado de Ana Clara e Milton Santos, refletir juntos sobre a contemporaneidade, especificamente sobre as metrópoles que povoam o seu espaço-tempo. Escrito na primeira pessoa, a autora tece suas reflexões a partir de sua experiência como orientanda de mestrado de Ana Clara e de como essa mesma experiência abriu-lhe novos caminhos

epistemológicos. Para isso, toma como caminho as relações entre “os processos criativos de coletivos artísticos periféricos e a urbanização dentro do contexto dos novos significados atribuídos às metrópoles contemporâneas, notadamente, a cidade de São Paulo”. E desenvolve esse tema a partir do encontro teórico entre a Sociologia de Ana Clara e a Geografia de Milton Santos, do tensionamento dos “postulados e categorias propostas por eles: a saber, respectivamente, sujeitos corporificados e a arte de resolver a vida, e os homens lentos e o período popular da história”. Assim sendo, a autora toma como paradigma das metrópoles contemporâneas da periferia do capitalismo, São Paulo, e dentre os “inúmeros aspectos em que se observa a desigualdade e fragmentação espacial”, traz à tona a discrepância da distribuição urbana de equipamentos públicos, no caso, equipamentos culturais. Por essa constatação, a autora faz uma fina análise da formação de redes de coletivos artísticos nas periferias da metrópole de São Paulo, de sua consolidação e das lutas em torno da efetivação de políticas culturais encabeçadas, majoritariamente, pela juventude.

Justiça social na cidade

Ana Clara Torres Ribeiro dizia que o sujeito do conhecimento está imbricado moralmente, psiquicamente e pelo modo de vida no seu objeto. *Grosso modo*, podemos resumir assim o texto denso, de Eveline Algebaile, socióloga e interlocutora, professora de Política Pública da UERJ, “Pelos Olhos de Ana Clara: justiça social e direitos como questão”. É muito significativo que o encontro entre as duas tenha acontecido em torno de um paradigma, da busca de um paradigma. Paradigma que é o significante que ilumina este artigo de lógica abdutiva, que segue pistas e indicações deixadas por Ana Clara a respeito “do que levar em conta no debate sobre direitos humanos e justiça social”. E nesse caminhar a autora nos traz importantes constatações a respeito do trilhar teórico, empírico e metodológico de Ana Clara. A primeira delas é que ante o pensamento de Ana Clara “estamos diante de uma concepção de direitos e de justiça não subordinada ao que está jurídica e normativamente instituído”.

A segunda constatação nos diz sobre a especificidade da questão urbana, ou melhor, do urbano em Ana Clara. Isto é, o urbano no pensamento de Ana Clara “não é um lugar de chegada, um objeto em si; o estudo do urbano visa compreender os sujeitos e as possibilidades de ação que modifiquem uma sociedade injusta e desigual”. A partir daí a autora estabelece as dimensões metodológicas – duas – da apreensão dos direitos e da justiça social como questão. Diante disso surge a indagação: “Como pensar a ação social sem encarná-la, corporificá-la em sujeitos reais”? Desta indagação a autora nos traz à oportuna ideia de discutir a atualidade do pensamento de Ana Clara. E o faz nos apontando diversos aspectos dessa atualidade. Nesse texto denso e potente concluímos junto com a autora dizendo que “a atualidade do pensamento de Ana Clara está em parte do seu pensar, mas também está, em parte, no que podemos fazer e formar a partir do legado que ela nos deixou”.

O artigo “Ser Jovem na Cidade de Clara: a juventude na sociologia do presente de Ana Clara Torres Ribeiro”, de Paulo César Rodrigues Carrano, professor de Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), importante interlocutor de Ana Clara, faz um chamamento peculiar e inusitado dentro do universo particular de Ana Clara Torres Ribeiro no sentido de que a socióloga possui inúmeras facetas, muitas delas ainda pouco pesquisadas e por isso o epíteto “um campo de batalhas”. O autor reaviva essa peculiaridade pensando, hipoteticamente, em uma “Cidade de Clara”, um vir a ser, no sentido platônico do termo. Uma “Cidade” que necessariamente passa pelo diálogo com os jovens, daí também a significativa nomeação do legado de “Clara” como sendo “uma sociologia crítica e amorosa referida aos modos de vida dos jovens populares”. E como o autor constrói, junto com Ana Clara, essa cidade? Metodologicamente, enunciando as armadilhas societárias; é a partir dessa enunciação que se vai edificando a “Cidade de Clara”: desnaturalizando a noção do território, das lutas semânticas que se seguem, da percepção dos gestos banais, da escuta do outro ou do escutar os muitos outros, da sociabilidade presente no corpo-sujeito, de uma imaginável cinematografia à *la* Borges, da transformação dos espaços opacos em espaços luminosos, enfim, de uma cartografia do possível nas (re)existências imbricadas de um caos calmo. Assim conclui o autor: “É essa busca por provocar diálogos que a grande

rede de produção acadêmica, compromisso político, a afetos e amizades que ela inspirou, segue perseguindo. Seguimos juntos e provocando diálogos na cidade luminosa de Clara”.

Política e Espaço na América Latina

Hector Poggiese, cientista político, professor da FLACSO, foi um importante interlocutor, sempre presente na articulação política do campo na América Latina, principalmente a partir do Grupo de Estudos “Desenvolvimento Urbano” (GTDU) do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). No artigo “Ana Clara y América Latina”, o autor nos oferece sua contribuição no sentido de iluminar a “mirada latino-americana” de Ana Clara, coordenadora do grupo de trabalho a partir de uma articulação de mais de 50 professores e pesquisadores da questão urbana na América Latina e, para isso, o autor rememora os encontros que aconteceram entre os anos 2000 e 2010 – graças a uma extraordinária organização documental, Poggiese guardou todos os *e-mails* trocados pelos membros do Grupo de Trabalho durante toda a década de sua existência. Isso é extraordinário porque através deles pode-se fazer o percurso histórico da inteligência do grupo, das questões que nasceram junto com o grupo – a partir do primeiro encontro realizado no Rio de Janeiro em 2000 –, do estabelecimento de seu *modus operandis*, da delimitação de seus objetivos implícitos e explícitos. Foram nessas discussões preambulares que se definiu a abordagem central do GT, e o principal foi focar na gestão democrática das cidades na América Latina, ou seja, mesmo conservando a denominação de (“aunque conservase la denominación”) de “Desarrollo Urbano”. Conhecer os caminhos percorridos pelo GTDU é também testemunhar a conjuntura favorável, a onda progressista que se instalava historicamente na América Latina na década inicial do milênio. Esse percurso que vai desde a primeira aparição do GTDU em um evento internacional – no Fórum Social Mundial de Porto Alegre –, passando pela Bolívia com Evo Morales, pelo Equador com Rafael Correa, pelo Brasil de Lula da Silva, pela Argentina com Nestor Kirchner, culminado pela “Declaración de Buenos

Aires por Una Ciudad Justa”. O artigo de Poggiese ao descrever o desnovelar do GTDU é, certamente, o reconhecimento de sua importante participação na produção do conhecimento, o campo dos estudos do legado das “utopias praticadas” de Ana Clara.

Se o texto de Poggiese nos remete ao papel central e desafiador de Ana Clara no GTDU do CLACSO, o artigo “Modernização, Urbanização e Crise nos Países Capitalistas Periféricos: uma leitura a partir das contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro”, de Elizete Menegat, importante membro do GT Desenvolvimento Urbano foi orientanda de Ana Clara, no mestrado e doutorado, atualmente professora do serviço social da Universidade Federal de Juiz de Fora, contextualiza esse olhar para a América Latina dentro da obra da socióloga. Um texto que visa dar uma chave de compreensão desse olhar a partir de três eixos de análise: modernização, urbanização/metropolização e crise societária. Eixos identificados na obra de Ana Clara como pensados em torno de uma noção de totalidade social. Assim, em fins da década de 1970, a socióloga analisa o impacto da “onda de modernização, principalmente econômica, sobre o tecido urbano”, percebido no objeto de estudo, os biscoiteiros na metrópole, presente na sua dissertação de mestrado. Ali, ela problematiza “a emergência do fenômeno das metrópoles e a concentração espacial de imensos contingentes populacionais que já não tinham lugar na estrutura produtiva modernizadora e acabavam no trabalho informal e nas favelas e periferias”.

Já nos anos de 1990, Ana Clara considera o fenômeno anterior como consolidado e, com isso, muda o seu eixo de análise para as sucessivas ondas de modernização de cunho neoliberal e a consequente crise societária. Crise societária muito bem delineada por Menegat como “crise do nosso tempo; como sinônimo de crise total; não só crise do modo de produção, mas crise de tudo o que ele arrasta consigo: crise econômica, política, social, cultural, territorial”. Crise que Ana Clara observa como fragmentação urbana, “sombra negativa” da modernização centrada no binômio centro-periferia. É nesse contexto que se coloca o GTDU do CLACSO na obra de Ana Clara, enquanto gesto-fio de “esperança depositada na ação social dos periféricos”.

À guisa de conclusão, são 11 anos que nos separam da saudosa Ana Clara Torres Ribeiro. Contudo, o seu pensamento continua extremamente vivo, como os nossos leitores poderão perceber, dialogando com as novas gerações para transmitir o conhecimento da crise societária nos contextos e conjunturas que podem ser analisados pela aplicação da Cartografia da Ação. Nesse sentido, o pensamento de Ana Clara, cumpre dizer, tornou-se um clássico, porque atende os critérios de persistência. Os 40 anos de pesquisa podem ser lidos nesse enorme trabalho que foi realizado pela maestra.

Além da seriedade e do rigor científico dos seus escritos, era uma pessoa linda, tratava todos igualmente, escutava o pensamento, orientava a ação, respeitava a diferença e iluminava cada um para encontrar a sua inteligência. A participação dos autores na presente coletânea nos contempla com o diálogo que fizeram com a pensadora e que se mantém até hoje. Partamos agora para a leitura do presente livro e deixemo-nos envolver nos artigos que compõem a coletânea, reconhecendo e reafirmando a atualidade do seu pensamento.

EIXO 1

Método e Interdisciplinaridade

Geografia e sociologia do presente: um encontro nas teorias da ação Trilhas, processos, veredas, combates¹

Maria Adélia de Souza

Introdução: saudade e louvação a sua eternidade

É com muita emoção e saudade que volto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ainda que virtualmente. Estive nessa instituição pela única e última vez representando a Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), por sugestão de seu então presidente, professor Milton Santos, para saudar minha amiga querida e ilustre colega Ana Clara Torres Ribeiro, então, nossa companheira de diretoria por ocasião de uma solenidade em sua homenagem.

Conheci Ana Clara através de Milton Santos, que a respeitava e citava sempre em nossos colóquios e conversas. Mas, pessoalmente, vim a conhecê-la em uma conferência que fiz na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz substituindo Milton Santos, em tempos idos.

A partir daí percorremos muitas trilhas, criamos e enfrentamos processos históricos na política acadêmica, nos encontramos em muitas veredas e fizemos sempre o bom combate, juntas.

Isso foi acontecendo, tanto nos Comitês Assessores (CAs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em Brasília, como representantes dos pesquisadores na

¹ Conferência de Abertura do Seminário ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ANA CLARA TORRES RIBEIRO, webinário seminário/disciplina organizado no IPPUR/UFRJ no dia 1º de outubro de 2021, das 14 às 15h30min.

incansável batalha por recursos para nossas respectivas áreas de trabalho, quanto na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), defendendo pareceres que exarávamos, às vezes, para o mesmo projeto, sem que soubéssemos. Lembro-me de um deles que nos levou a Salvador, na Bahia, para explicar nosso indeferimento a um projeto quando ainda não nos conhecíamos bem. Qual foi nosso espanto ao nos encontrarmos naquela cidade para realizar a mesma tarefa, qual seja explicar ao autor do projeto os argumentos da nossa negação ao seu pedido! Coincidências prazerosas de bons valores e costumes acadêmicos e científicos que a vida nos propiciou conferir e praticar. Muito tempo depois, esses mesmos valores foram compartilhados, bem como nossas tarefas na diretoria da ANPUR, consolidando um crescente respeito mútuo pessoal, acadêmico e científico.

Tive o privilégio de percorrer com Ana Clara bonitos caminhos na política científica brasileira. Pude constatar o rigor de sua conduta ética e a defesa de seus valores nos processos e finalidades das pesquisas para os quais ela dedicou sua vida inteira. Basta examinar o que criou na UFRJ, dentro do IPPUR, que ela tanto honrou.

Lembro-me bem, quando me contava animada sobre seu projeto nascente, as cartografias da ação em contextos metropolitanos. Seus olhos brilhavam quando falava sobre ele, projeto que buscava, segundo ela, valorizar vínculos sociais construídos a partir da dimensão do real que Milton Santos (1999) denominou de território usado dimensão, dizia ele, que “constitui uma particular manifestação da agência humana, inscrita no cotidiano e no lugar”.

Lamento ter apenas iniciado, tardiamente, com ela a discussão sobre essa importantíssima questão que veio a nos unir e a projetar nossos cursos sobre o mesmo tema, inspirados em seu pioneirismo na lida com as Teorias da Ação, sobre o qual desenvolvi um pouco na conferência em sua homenagem, agora transformado neste texto. Tempos em que colegas, mesmo divergindo teoricamente sobre conceitos, buscavam lapidá-los e construir uma compreensão multidisciplinar de uma realidade interdisciplinar tão cara à Geografia, essa filosofia da técnica, que tem como porta de entrada de seu trabalho as paisagens, tais como elas se apresentam hoje.

A Geografia é, portanto, uma ciência do presente, o que facilitou nosso encontro com a Sociologia do Presente proposta por Ana Clara.

Finalizamos nossos encontros pessoais nesse projeto que faríamos juntas, em duas etapas, com vistas à produção de dois livros, produto da discussão entre uma socióloga e uma geógrafa sobre as Teorias da Ação. Inspirávamos no desafio que Milton Santos lançara entre nós, os geógrafos, propondo-as na sua genial definição de espaço geográfico entendido como instância social, definindo-o como “uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações”! Essas Teorias da Ação que Ana Clara com sua Sociologia do Presente já vinha estudando, concebendo e praticando no Rio de Janeiro. E foi isso que nos reuniu!

Quantas trocas de ideias, quantos debates, quantos encontros e definições de limites conceituais e teóricos fomos construindo, disciplinarmente, nesse nosso tão curto diálogo!

Combinamos, então, ministrar, cada uma, um curso sobre esse tema. Retomamos nossas discussões a partir de Milton Santos e em sua obra do significado de “território usado” – que ela sabiamente denominou, sociologicamente, de “praticado” – e sobre o conceito de lugar proposto por esse mesmo autor como sendo o “espaço do acontecer solidário”.

O conceito de lugar, chave para os estudos geográficos como eu já percebera, algo novíssimo na Geografia e que não poderia ser confundido com aquele de “localidade” como é, usualmente, tratado tanto pelo próprio Milton Santos, distraído com sua própria criação, quanto por Ana Clara em seus escritos. Mas tudo estava apenas começando, para todas e todos nós. E Milton Santos já havia partido, e eu tivera a felicidade de poder discutir tais questões com ele! Tema ao qual até hoje me dedico, pensando, ainda, ter a oportunidade de deixar algo escrito sobre esse nosso tema tão caro, aos três: Milton Santos, Ana Clara e eu!

Tudo isso foi então culminando em nosso projeto comum de desvendar com a Sociologia e com a Geografia “a indissociabilidade entre sistema de objetos e sistemas de ações”, a teoria geográfica chave para se compreender a obra desse ilustre geógrafo.

Convidei Ana Clara, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), para iniciarmos essa

empreitada, ministrando um rápido curso sobre as Teorias da Ação para os alunos de Geografia no jovem curso Ciências da Terra, que acabara de ser criado na Universidade de Campinas (UNICAMP), do qual participei durante os quatro anos e meio quando trabalhei nessa universidade paulista após minha aposentadoria, convidada que fui pelo saudoso amigo e mestre Octávio Ianni. Esse curso de Ana Clara se realizou, de 18 a 22 de novembro de 2002, no pequeno auditório do serviço de Administração da UNICAMP, pouco tempo antes da minha saída daquela universidade.

Gravamos o curso inteirinho graças à colaboração de Maria do Fetal, minha orientanda de doutorado naquela época, que também cito com muita saudade *in memoriam*. Muito importante foi o trabalho enorme de transcrição de todas essas horas de aula, feita por muitos alunos meus da USP e da UNICAMP, a quem peço desculpas por não os enumerar aqui, mas eles estão todos citados na Nota Preliminar do livro Teorias da Ação (2014, p. 7) publicado, felizmente, graças à iniciativa de Francisco Ribeiro, companheiro de Ana Clara, com a colaboração de meus dois ex-alunos da UNICAMP à época, Fabio Tozi e Naila Takahashi. Tive a honra de prefaciá-lo convidada por Francisco, a quem sou imensamente grata.

Lembro-me quando nas primeiras conversas que tive com Ana Clara, relatar minha participação, juntamente com colegas de então como funcionária do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão então vinculado ao antigo Ministério do Interior, de algumas reuniões sobre o apoio decisivo daquela instituição para o nascimento daquilo que mais tarde tornou-se o IPPUR/UFRJ. Isso remonta à constituição, em 1971, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR), inicialmente vinculado à Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), que foi um dos primeiros cursos de pós-graduação nessa área no país.

Diálogos saborosos sobre tantos aspectos da vida acadêmica e sua institucionalidade, mas, também, sobre seus ensinamentos baseados nos estudos que ela realizava relativos aos processos políticos do nosso país e da América Latina.

Tempos inesquecíveis, percursos por vezes difíceis, mas, quantas e tantas trilhas abertas!

1. Os diálogos sobre as Teorias da Ação: os caminhos percorridos por uma socióloga, em 2002²

Como já é do conhecimento de todos que tiveram acesso ao livro organizado por Francisco Ribeiro a partir de nossas gravações e transcrições, Ana Clara sempre foi grata ao pessoal do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO), motivo de sua dedicação para montar sua disciplina no IPPUR e, depois, conosco em Campinas, na UNICAMP.

Com extremo rigor ela nos ministra um curso, organizado em cinco sessões para constituir e fundamentar suas teorias da ação:

Sessão I – Ação política para além da reprodução e dos limites institucionais, quando ela se faz acompanhar de Machiavel, Marx e Gramsci para desvendá-las.

Sessão II – Os demônios e os deuses da modernidade, ação racional e racionalização. Como veremos mais adiante, em meu curso precisei retomar essa questão para aprofundar a compreensão da constituição dos lugares como base da ação política, o que, em minha compreensão, Milton Santos nos convidava a colocar frente a frente razão e emoção.

Sessão III – A centralidade da ação: cotidiano, espaço banal e senso comum. Uma intrigante elaboração, como podem ver em seus livros para a qual ela vai convidar Milton Santos, Agnes Heller, Michel de Certeau, Michel Foucault. Dialoguei com ela também aqui, em meu curso.

Sessão IV – Produção do Social – atos banais, atos radicais, análise que eu destaco em meu prefácio, que vai anteceder em mais de uma década o que teríamos em 2013 com o Movimento Passe Livre, com todas as implicações e equívocos de análise feitos então.

Sessão V – A sociedade controlada: estratégia e tática, acomodação e resistência. Como aponto também em meu prefácio, essas duas últimas sessões organizadas por Ana Clara em Campinas estarão mais vinculadas àquilo que Gramsci chamava de revolução passiva.

² Fundamentos e programa do minicurso ministrado por Ana Clara na UNICAMP.

Ambicioso projeto que certamente envolveria, ainda, muitos anos de sua vida acadêmica, mas que nos deixou como herança caminhos importantes ainda por trilhar.

2. As trilhas percorridas por uma geógrafa, desvendando as teorias da ação: a ciência e a ação construindo o trabalho extensionista na universidade em 2007³

Quero, antes de tudo, deixar registrado que como eu apresentara o curso de Ana Clara para os alunos inscritos na UNICAMP em 2002, ela volta a Campinas em 2007, apoiada pela Pró-reitoria de Extensão, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), para abrir meu curso e testemunhar meu compromisso assumido com ela, quatro anos atrás.

Organizei, então, os colóquios que denominei de “Impertinentes”. Na realidade tratava-se de um minicurso tendo como objetivo geral refletir e compreender as ações, as práticas que fundamentariam o Programa Geral de Extensão que sugerimos para a PUC-Campinas, e que tinham no território usado (o espaço geográfico historicizado), no lugar (espaço do acontecer solidário) e na pedagogia cidadã⁴ (conhecimento do espaço da existência, direitos e deveres) seus conceitos fundadores.

Os “Colóquios Impertinentes” se propunham à realização de trocas de informações e construção coletiva de novas formulações teórico-metodológicas sobre as teorias da ação/extensão, num projeto de ação concreta da universidade sobre a realidade. Aí a Geografia

³ Tema dos “Colóquios Impertinentes”, realizados para elaborar sobre as Teorias da Ação, sob a ótica da Geografia, para construir um conceito de ação extensionista na PUC-Campinas, atividade pertencente a um contrato de consultoria feito com essa universidade junto a sua Pró-Reitora de Extensão, dirigida então pelo professor doutor Paulo Duarte, estimulador desses colóquios que, na verdade, também podem ser considerados como um minicurso assistido por cerca de 60 colegas professores da PUC-CAMP.

⁴ Esse conceito eu elaborara tempos atrás e Ana Clara, nossa homenageada, teve a enorme gentileza de publicá-lo na Revista do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), como testemunho de nossas buscas sobre as teorias da ação e de nossos diálogos. Gratidão eterna.

contribui definitivamente com a diversificação socioespacial dos projetos extensionistas a serem selecionados pela pró-reitoria, cuja ação traria como retorno para a universidade informações para contribuir com a atualização e avanço na produção do conhecimento sobre a sociedade, inclusive nos projetos desenvolvidos nas áreas de ensino e pesquisa. Em realidade, aqui aceitei refletir sobre o imenso desafio teórico-prático de uso das teorias da ação em uma instituição tão complexa quanto a universidade.

Essas discussões procuraram trazer como inovação a discussão sobre o significado da adoção do território usado e do lugar como categorias de análise social que implicam necessariamente numa abordagem multi e transdisciplinar da realidade, pois esta, sim, é interdisciplinar.

Implicaram os “Colóquios Impertinentes” sobre as Teorias da Ação na consideração da extensão como atividade orgânica da universidade, portanto, como mediação entre a universidade e a sociedade, distinguindo as atividades individuais de prestação de serviços, o voluntariado, o assistencialismo e as ações práticas decorrentes do trabalho científico e de ensino produzidos pelos professores. Entendida assim, como práxis, como ação institucional, essa reflexão teórica proposta por esses colóquios se fazia, portanto, importante e urgente na formulação de uma Política Acadêmica para a universidade.

Por considerar o território usado como categoria de análise social, conceito derivado e expressão histórica do espaço geográfico, foi essencial aprofundar a compreensão da indissociabilidade entre sistema de objetos (técnicos) e sistema de ações que fundamentam a vida a partir da constituição nos lugares, nas distintas localidades, onde a extensão poderá agir nos processos que constroem a materialidade e os sistemas de relação sociais.

Tratava-se, ainda, da busca de diretrizes teórico-conceituais que articulassem condições objetivas e subjetivas da transformação social, associando produção do conhecimento, cultura e política.

O Plano Geral de Extensão que imaginamos permitiria a reflexão sobre teorias da ação/extensão que correspondessem, concomitantemente, a um âmbito analítico dedicado ao **fazer da sociedade** (fazer da sociedade constituindo lugares) e à questão

do **sujeito**, as práticas efetivamente realizadas na construção das relações sociais, a partir da constituição dos lugares, ou seja, a prática política constituidora de espaços do acontecer solidário. Tudo isso implica, então, em mergulhar nas condições objetivas da existência, das carências e das desigualdades socioespaciais. Esses foram os fundamentos para os conhecimentos a serem produzidos para que a universidade pudesse aprimorar, cada vez mais, o cumprimento da sua missão social.

Essa comunicação de conhecimentos e ações implicaria na gestação de um fértil diálogo de mão dupla: universidade/extensão/universidade. O mesmo imaginamos em nosso projeto intitulado Pedagogia Cidadã na relação entre cidadão/governo/cidadão que Ana Clara teve a oportunidade de conhecer e discutirmos sobre ele.

Para cumprir esses desígnios todos, organizamos um programa de sessões, metodológica, orgânica e rigorosamente construídas para alcançar o objetivo proposto mas, no âmbito e significado deste texto, não será possível desenvolvê-los.

Vamos deixar aqui registrado o essencial do nosso diálogo, cujos conteúdos fazem parte de um livro que vem sendo produzido, desde então, qual seja os títulos das sessões sobre as quais discorri nos “Colóquios Impertinentes” para estabelecer um diálogo sobre as Teorias da Ação da Geografia com a Sociologia do Presente de Ana Clara e a revelação de uma parte da bibliografia que me inspirou para esse diálogo que faz a ponte entre nós e que poderá ser útil a todas e todos aquelas(es) que se dedicam a esse estudo.

Os colóquios foram realizados sob a forma de várias aulas de duas horas cada, com tempo para debates e esclarecimentos, com uma frequência significativa de colegas professores da PUCCAMP.

Vamos, então, ao enunciado das sessões que falam por si só:

Sessão I – A compreensão do mundo atual: globalização, globalitarismo. Humanidade versus mercado

A formação e exibição clara de uma compreensão de mundo pelo professor e pesquisador foi o ponto de partida da concepção geográfica sobre as Teorias da Ação como, aliás, deve ser para todo projeto de investigação científica. Para compreender as Teorias

da Ação neste período histórico denominado por Milton Santos de “técnico-científico informacional” é preciso levar em conta a importância das Tecnologias da Informação (TIs), que caracterizam as dinâmicas do presente através da possibilidade de vivências concretas das práticas da instantaneidade, da simultaneidade e complexidade.

Aquilo que vivenciamos no presente, no início da segunda década do século XXI, com o uso e importância da informação nos processos eleitorais, por exemplo e, por decorrência, no processo político, é um argumento central da exigência de compreensão sempre atualizada das dinâmicas do mundo. E, nesse sentido o conhecimento do papel determinante das técnicas e, por conseguinte, a obrigatoriedade do cientista social estudar a Filosofia das Técnicas, como tenho sempre sugerido em meus cursos, aliás, lições aprendidas com Milton Santos.

Isso é fundamental para compreender o mundo do presente, a globalização e, sobretudo, a modernidade, hoje bastante estudada pelo pensamento crítico que revela como fez Milton Santos há décadas, afirmando que ela não existe. Mas, o que se nos apresenta especialmente no mundo pobre são processos de modernização incompleta, em um mundo que padece cada vez mais de um processo de aceleração do tempo.

Sessão II – A missão da universidade e os limites do sistema de ações: ação militante, metáforas e atividade acadêmica. Os fundamentos teórico-metodológicos da extensão/ ação orgânica

Nesse meu exercício sobre as Teorias da Ação, tomei como empiria a universidade, pois eu tinha a tarefa de conceituar o que é e o papel da extensão nessa instituição. Fui discorrer sobre o papel e a missão social da universidade onde a atividade extensionista se apresenta como uma prática essencial dessa relação universidade/sociedade, indispensável em seu processo de atualização, vale dizer de produção do conhecimento profundo para poder ter, especialmente em tempos de mudança em um mundo acelerado, a coragem que exige a descoberta e mudanças de paradigmas hoje requisitados. Essa retroalimentação da

universidade é, sem dúvida alguma, a missão essencial da atividade extensionista, por vezes depreciada na dinâmica do trabalho acadêmico. Minha preocupação foi também aquela de circunscrever na extensão os limites da militância política e o uso de metáforas como conceitos, processo pernicioso que tem perturbado e atrasado o processo de produção da ciência, pela anteposição equivocada da ideologia na produção do conhecimento. Refiro-me, objetivamente aqui ao uso de palavras equivocadamente tornadas conceitos como “sustentabilidade”, “inclusão” social, “segurança” alimentar, para citar apenas algumas delas.

Sessão III – A ação política para além da reprodução e de limites institucionais

Nessa questão abordei a necessidade de ação da universidade para além de suas muralhas, ou seja, ultrapassar as barreiras usuais dessa sua função de transmissão e produção de conhecimento dada pelas atividades de ensino e pesquisa, mas de levar para a sociedade, além dos nossos raros e seletivos mecanismos de publicação e realização de eventos pelas sociedades científicas, a busca de práticas mais concretas para essa abertura, cada um de nós em sua área de atuação. Nossos eventos reúnem apenas membros da comunidade acadêmica e científica para discutir, criticar e “liberar” o conhecimento novo quando discutido e “aprovado pelos pares”, desde que estes não expressem uma reunião entre “amigos” e torcidas acadêmicas. Para além dessas atividades corriqueiras da vida universitária, há que expandir o uso do nosso conhecimento nas diferentes organizações sociais onde isso for possível e o controle ideológico não ultrapassar a importância de difusão do conhecimento novo como, lamentavelmente, ainda acontece no Brasil.

Sessão IV – Os demônios e os deuses da modernidade: ação racional e racionalização. Emoção e existência: introduzindo o lugar como espaço da solidariedade

Nesta sessão é que, na minha concepção, começou de fato a se fazer a ponte que possibilita o diálogo através das teorias da ação entre a Geografia e a Sociologia, ambas aqui entendidas como ciências do presente.

Nessa perspectiva, o conceito de lugar – “espaço do acontecer solidário” – *é essencial*, pois é nele que razão e emoção nascem como fundamentos dos processos da ação, da decisão, vale dizer da prática política. Para esta autora, hoje, o lugar é um dos mais importantes conceitos geográficos para conhecer e agir no mundo. Lembro apenas que aqueles três fundamentos do mundo do presente citados acima – simultaneidade, instantaneidade e complexidade – se manifestam como eventos materiais ou imateriais nos lugares – campo por excelência das “práxis”.

Sessão V – A centralidade da ação: o lugar e o cotidiano

Nessa sessão foi desenvolvida a questão da centralidade da ação nessa contemporaneidade, em função das instâncias espaço/tempo que nos são apresentadas pela filosofia. Elas foram trazidas para a questão dos “Colóquios Impertinentes” como compreensão da nova dimensão do tempo cotidiano e sua relação com a constituição das dinâmicas dos lugares, insistimos, fundamento das práticas, das ações políticas na constituição das solidariedades com vistas a objetivos políticos: as solidariedades orgânicas, organizacionais e institucionais.

Importava aqui chamar a atenção para uma inovadora, complexa e importante discussão para a formulação geográfica de uma teoria da ação. A constituição do LUGAR faz parte desse longo aprendizado que o homem efetua na sua busca de maior humanidade. Interessava-nos responder às seguintes questões: como um lugar dá sentido ao fazer e ao pensar do homem? A questão do estar no mundo, como estar no mundo?

Para tanto elaboramos algumas premissas para reflexão e a elaboração da reflexão geográfica:

1. Reconstrução do método científico através da vida, do ser humano vivendo, na busca por uma **Geografia Cidadã** que exhibisse a necessidade de volta ao humanismo, abandonado em detrimento da garantia do consumo e toda a materialidade geográfica que ele exige e está expressa na constituição do “meio técnico-científico informacional”, ou seja, constituir o

uso do território por altas densidades técnicas essenciais ao processo de acumulação capitalista. Para isso é necessário inovar, admitir a necessidade de mudança de paradigmas que exigem uma enorme intensidade do trabalho intelectual, do pensar. Explicitar aqui a necessidade, especialmente para os geógrafos, de aceitação do método crítico em detrimento daquele tradicionalmente utilizado, o método analítico descritivo e o método indutivo.

2. Chamar a atenção para o equívoco dos espaços adjetivados que a Geografia ainda conserva e difunde (espaço urbano, espaço industrial, espaço populacional etc.), denominando assim “tantas geografias quantas os geógrafos puderem imaginar”, implicando em um enorme equívoco do método disciplinar, pois trata-se apenas de descrevê-los, não de compreendê-los. Contrapomos o conceito de *espaço banal*, sugerido pelo economista François Perroux, qual seja o espaço geográfico de todas e todos os seres humanos vivendo na superfície do planeta, um direito existencial e inalienável. Atribuímos assim um critério **valorativo** ao espaço da vida humana, ressaltando o que é o **substantivo** e o **constitucional**.
3. A dimensão do tempo cotidiano só pode ser incorporada aos estudos geográficos a partir do conceito de lugar, graças a sua definição proposta por Milton Santos, como apontado acima. Trata-se do tempo **cotidiano, fragmentado**, construído a partir do próprio espaço com suas implicações na produção dinâmica das paisagens.
4. Em realidade, para a Geografia elaborar sobre as teorias da ação ela também precisa enveredar, profundamente, sobre uma **epistemologia da existência**, premissa importantíssima para essa reflexão.

A partir da elaboração nessa sessão feita a partir dessas quatro premissas, podemos chegar à próxima reflexão.

Sessão VI – A produção socioespacial: na formação territorial, os usos do território exibem os atos banais, atos radicais

Nessa perspectiva, o aprofundamento do conhecimento sobre a constituição do lugar, espaço de deliberação e realização das ações humanas, é fundamental. Para tanto, é preciso compreender que a formação territorial no presente se dá pela compreensão das dinâmicas dos lugares, expressas pela natureza e acesso aos usos do território pelas pessoas, pelas instituições, pelas organizações e pelas empresas. ***É esse processo que define os lugares banais, os lugares radicais***, ou seja, a implementação do terror ou da cidadania. O que define os lugares, como já explicitado aqui, ***são os tipos de aconteceres***: aqueles territorialmente homólogos, complementares e hierárquicos, bem como os tipos de solidariedade que os caracterizam, quais sejam, a orgânica, organizacional e institucional.

Com isso propomos a centralidade do conceito geográfico de lugar para a compreensão da teoria da ação, especialmente em um mundo dito globalizado, onde o espaço geográfico como instância tem um papel central nessa compreensão. Não faremos aqui, neste texto-homenagem carregado de emoção, o desenvolvimento dessas questões.

Importa, no entanto, observar que o espaço geográfico ***é resultante desse movimento*** e dinâmicas dos lugares tal como é proposto pela Geografia Nova, com suas características: diversidade, heterogeneidade e complexidade e, por isso mesmo, desigual e combinado. Inspirando-nos em Sartre, os lugares refletem todas as intencionalidades realizadas pelas totalizações, as flechas do tempo acolhidas pelos lugares em suas dinâmicas, implicando sempre na ideia de totalidade, ou seja, totalidade mundo, que nos remete ao conceito de espaço geográfico aqui utilizado.

Os lugares condicionam a divisão do trabalho e são condicionados por ela. Ela cria uma hierarquia entre lugares e, segundo sua distribuição espacial expressa historicamente pelo uso do território, redefine a capacidade de **agir** das pessoas, firmas, das organizações e das instituições.

E, sempre tendo como foco o estudo geográfico das teorias da ação, chegamos a partir do território usado e das dinâmicas dos lugares à sociedade resultante dessas práticas, especialmente nestas bandas do mundo, ao sul do equador.

Sessão VII – A sociedade controlada: estratégia e tática, acomodação e resistência. O terror nos lugares

Parece, ainda, sempre estranho ao ouvinte de uma aula, conferência ou a leitura de um texto elaborado por uma geógrafa valendo-se do método rigorosamente geográfico na compreensão da sociedade contemporânea, que o espaço geográfico seja o objeto central de reflexão, historicamente revelado pelo território usado ou território praticado como nos propõe Ana Clara Torres Ribeiro (2005). Referimo-nos ao espaço geográfico e ao território usado como instância e categoria de análise sociais e, não apenas como toponímia, como continua a ser usado inclusive por geógrafos pensando como economistas, sociólogos, cientistas políticos, demógrafos, entre outros. O espaço geográfico, de fato, em muitos casos não faz parte do método científico por eles usado, que é buscado nessas outras disciplinas.

No centro da nossa reflexão sobre as teorias da ação e a partir da nossa compreensão de mundo e da sociedade brasileira nos propusemos refletir sobre “os homens (e mulheres) pobres e lentos(as) e o futuro do mundo”, pois eles se constituem na maioria da população do planeta, vítimas que são das perversidades que caracterizam o processo de globalização. Bom lembrar, ainda, que, no tempo presente, dado o avanço, especialmente, das Tecnologias da Informação (TIs), a relação lugar/mundo se realiza, objetivamente, ao mesmo tempo.

Cada lugar, cada subespaço, assistem como testemunhas e como agentes ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho que caracterizam e definem as formações socioespaciais e suas paisagens específicas. É uma lei geral a combinação de temporalidades diversas, sendo o lugar o nascedouro final de todo evento material ou imaterial.

O evento, por sua vez, é um instante do tempo e um ponto do espaço. Os eventos, as totalizações, como nos ensina Sartre, são

portadores da ação do presente. Ou, como nos ensina Whitehead (1978), “*os eventos são elementos da atualidade*”.

Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos, envolvidos em processos históricos e se sucedem uns aos outros, operando a ligação entre lugares e, por conseguinte, evidenciam uma história em movimento, espacialmente realizada.

Os lugares são, eles próprios, expressão atual de experiências de eventos passados e de esperanças no futuro. Lugar, evento e coexistência, eis o significado do território usado, praticado, vivido, como pretendemos os praticantes da Geografia e da Sociologia do presente.

Finalmente, na minha última sessão dos “Colóquios Impertinentes” retomo a questão da extensão na universidade e seu significado, valendo-me das teorias da ação aliadas à consideração do território usado como uma categoria de análise social alimentado pelas dinâmicas dos lugares, como demonstrado até aqui, insistentemente, neste breve texto.

Sessão VIII – Universidade e sociedade: a extensão como ferramenta do conhecimento. O compromisso ético/político e a dimensão do lugar

Nessa derradeira sessão do nosso diálogo analisamos a relação sociedade/universidade teorizando sobre a extensão como ferramenta capaz de viabilizar um compromisso ético-político quando sua ação contempla o sentido e a dinâmica dos lugares

Entendemos, nessa amplitude, as teorias da ação como um esforço do resgate do pensar, da erudição e da política, fundamentos essenciais de toda atividade acadêmica.

O pensamento caracteriza toda ação, como práxis, portanto, como presente.

E, assim, como geógrafa que entende a Geografia como uma ciência do presente, encontrei-me com Ana Clara e sua Sociologia do presente, refletindo sobre a teoria da ação, o lugar e o território usado, ou seja, o conhecimento dos processos dos acontecimentos solidários, compromisso histórico do conhecimento que precisamos produzir.

Assim, fui imaginando o compromisso da extensão universitária que precisa ter na realidade seu foco de ação vinculada a uma preocupação de produção do conhecimento inovador agarrado ao presente histórico.

Foi nessa trilha que, juntas, construímos um diálogo acadêmico com alta densidade teórica, estimulado por duas mulheres professoras, pesquisadoras e militantes dessas mesmas causas, em defesa de um Brasil soberano, justo, onde o cultivo do pensamento histórico-crítico se constitua sempre no valor essencial para a formação de todas(os) que cuidam do ensino e da pesquisa, baseados na aprendizagem do pensar e não apenas na descrição dos eventos. E tudo isso vinculado a rigorosos princípios de uma ética acadêmica e científica cultivada por nós.

A publicação das aulas de Ana Clara e desses meus “Colóquios Intrigantes” fazem parte do nosso pacto para a realização desse projeto. A mim cabe, desde então, cumprir a minha parte. Espero ardorosamente, conseguir realizá-la.

3. Palavras finais desta homenagem à Ana Clara Torres Ribeiro e à eternidade de seu pensamento

Este texto singelo exhibe algumas das veredas e descobertas de duas professoras e pesquisadoras comprometidas com o rigoroso diálogo multidisciplinar.

Sinto imensa saudade de nossos diálogos sartreanos, fundados numa busca incessante pela existência digna, compartilhada e solidária no sentido mais precioso e digno dessa palavra.

Não é sem razão que, em seu maravilhoso texto intitulado “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”, Ana Clara escancara, na citação de abertura, sua sensibilidade de pianista e artista intimamente relacionada a este filósofo da liberdade, um dos maiores pensadores do século XX e inspirador profundo da Geografia Nova, que é Jean Paul Sartre:

Por muito tempo sufoquei nos vales, as planícies me prostavam;
eu me arrastava sobre o planeta Marte, a gravidade me esmaga-

va; bastava-me subir em cima de uma toca para reaver a alegria: reconquistava o meu sexto andar simbólico, volvía a respirar o ar rarefeito das Belas Letras, o Universo se escalonava aos meus pés e toda coisa solicitava humildemente um nome; atribuí-lo era ao mesmo tempo criá-la e tomá-la. Sem essa ilusão capital, eu jamais teria escrito (SARTRE, 1964, p. 45).

Minhas pesquisas, e penso que do conjunto de meus orientandos, sentimos, ainda, a ausência dessa interlocutora em nosso trabalho cotidiano. Sua compreensão do nosso labor, seu diálogo nos fortalecia. Ela nos compreendia quando afirmávamos que o espaço é social, instância social, categoria social de análise e não palco frio das localizações, como se estas também não fossem sociais, mas apenas geométricas!

Não só a Geografia, mas também a Sociologia do século XXI perdeu com a partida precoce de Ana Clara. No entanto, seus ensinamentos e os textos dessa sociologia generosa, humanista e revolucionária que ela produziu aí estão e são eternos.

Seus alunos – os dela mesma e os nossos, todos – difundirão sua forma de pensar a Sociologia, o Brasil, a América Latina numa obstinada e dedicada compreensão dos processos solidários da vida dos necessitados, habitantes dessa nação “passiva”, sem contabilidades financeiras extraordinárias, constituída por “homens pobres e lentos do planeta”. Nação totalmente voltada para a política, inclusive equivocadamente, sem o saber, nos períodos eleitorais, quando o voto é tornado mercadoria barata no comércio eleitoral ainda praticado entre nós. Para muitos dos mais humildes, e isso pode ser comprovado, têm sido a única chance de um trabalho remunerado em troca da busca de votos ou do reconhecimento pela oferta de amizades hipócritas com “personalidades políticas”, fabricadas com dinheiro fácil e que mercantilizam afetos e mentes, no mundo pobre.

No entanto, apesar dos pesares, essa nação passiva passa a cada dia ter mais acesso à informação, entrando na lógica desta contemporaneidade que é política, pela premência de constituição dos lugares para encarar a sua sobrevivência cotidiana.

Esses são os elementos contemporâneos da constituição da nova racionalidade do mundo, a racionalidade política, aceleradamente percebida “pelos de baixo”, contrariamente à

racionalidade econômica ainda ardorosa e perversamente mantida como fundamento das ações “pelos de cima”.

Assim nos ensinou ela, nesse diálogo precioso que insisto em destacar sobre o humanismo concreto e o território usado, uma das suas preciosidades:

Em primeiro lugar, não se trataria, apenas, de apreender o território como a condição material do Estado moderno, ou seja, de sua soberania na definição e na defesa de uma determinada forma de sociedade. Esta leitura permanece indispensável frente à natureza dos conflitos contemporâneos associados à exploração de recursos estratégicos e às necessidades de legitimação da ação política. Porém, junto a esta leitura, emerge uma outra compreensão do território, expressiva da vida de relações, mais próxima da Nação (ou nações) do que do Estado (RIBEIRO, 2005, p. 1.245).

Exemplo de intelectual pública, de pesquisadora refinada e competente, a professora Ana Clara Torres Ribeiro nos ajudava a compreender essa geografia em seus territórios de resistência, especialmente aqueles das grandes cidades pobres do Brasil.

Ana Clara, amiga e irmã, deixa um enorme vazio no pensamento crítico competente brasileiro.

Saudades imensas de Ana Clara, companheira de tantas lidas e lutas na ANPUR, onde a conheci melhor, nas salas de aula que compartilhamos, nos congressos e seminários onde travamos combates intensos defendendo nossas ideias, pesquisas e trabalhos.

Até um dia, amiga-irmã!

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Tradução: Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Ver Capítulo “As regras e sua imposição”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 3. ed. Tradução: Efraim Ferreira Alves. (Primeira Parte: Uma cultura muito ordinária). Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão Técnica e notas: Renato Janine Ribeiro. Parte I – *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. 2004. *Anais do XI Encontro e VI Assembleia do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior*. (Ver: BENEDETTI, Luiz Roberto; SAMPAIO, Jorge Hamilton. “A universidade e o compromisso social”, “A contribuição da extensão”).

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. (Volume I, Cap. II: “A ciência e o príncipe moderno”). Lisboa: Editorial Estampa, [1891-1937], 1974.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira. 1989.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAMESON, Fredric. *O mal-estar no pós-Modernismo*. Teorias e práticas. (Ver: “O pós- Modernismo e a sociedade de consumo”, p. 25-44.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1997.

MAQUIAVELLI, Nicolo. *O Príncipe*. Tradução, prefácio e notas: Livio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro – incluindo a introdução de Isaiah Berlin: “A originalidade de Machiavelli” [1469-1527], 2000.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Ed. Escrita Ltda., 1968.

ORTEGA Y GASSET, José. *Mission de la Universidad*. 1. ed. Madri: Revista de Occidente; Buenos Aires: Alianza Editorial, 1930.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da Ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da Teoria Crítica do Espaço: território usado, território praticado. (Capítulo 1, p. 29-40). In: SOUZA, Maria Adélia (org.). *Território brasileiro – Usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. *Anais*. São Paulo: USP, 2005.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. (Ver: “O presente como espaço”, p. 9-28). São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre: AGB/ POA, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. (Ver: “Introdução geral”, p. 17-22; “A produção da globalização”, p. 23-36; “Uma globalização perversa”, p. 37-78; e “O território do dinheiro e da fragmentação”, p. 79-116.) Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A universidade: da internacionalidade à universidade*. Discurso de aceitação do título de Doutor *Honoris Causa* na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 24/09/1999.

SANTOS, Milton. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996, (ver no capítulo, o conhecimento como recurso).

SANTOS, Milton. O intelectual anônimo. Publicado em *Expresso Vida*, n. 73, de 15 de junho de 2001, ano 2. São Francisco do Sul (SC), 2001.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, M. *A natureza do espaço* – Introdução. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Les Mots*. Paris: Gallimard, 1964.

SILVA, Juremir Machado. (ver: Capítulo I - "O político e seus duplos"; Capítulo II - "A sociedade alternativa"; Capítulo V - "O 'nós' comunitário"). Porto Alegre/RS: Editora Sulina, 1997.

SOUZA, Maria Adélia (org.). *Território brasileiro* – Usos e abusos. Introdução (p. 17-26). Campinas: Edições Territorial, 2003.

VÁRIOS AUTORES. Três dimensões da solidariedade em Geografia. Autonomia político-territorial e tributação. *Experimental*, n. 3, p. 69-99. São Paulo: Humanitas/USP, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Cultura global* – Nacionalismo, globalização e modernidade. Tradução: Attilio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1994, (Ver: “A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno”, p. 41-67).

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. 1. ed. Tradução: José Medina Echeverria et al. México: Fondo de Cultura Económica. 1. ed. Buenos Aires. (Primeira Parte: “Teoria das categorias sociológicas”; Cap. I: “Conceptos Sociológicos Fundamentais”), 1977.

WHITEHEAD, A. N. *Process and reality*. New York: The Free Press, 1978.

Saber, Ciência e “Pluriverso”: interdisciplinaridade e espaço no legado de Ana Clara Torres Ribeiro

Hernán Armando Mamani

Introdução

Gostaria de começar minha participação nesta mesa, que propõe tratar da questão das “Fronteiras interdisciplinares na análise do espaço” no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro, falando da dificuldade de encontramos em seus textos definições completas e sintéticas da noção de espaço, e o mesmo ocorre com a interdisciplinaridade, sociabilidade ou urbanidade. Seus textos nunca são textos de “teoria teórica”¹ senão textos situados no tempo e no espaço; em conjunturas e em contextos nos quais categorias e conceitos são convocados para a compreensão e para orientar a ação transformadora. Certamente, temos lido, e ouvido falar, no primeiro encontro deste seminário, da sua contribuição à definição que Milton Santos (1996) faz de espaço: como híbrido entre “Tecno-esfera e psico-esfera”. Escutamos sobre como ela valorizou a noção de território ao nos legar o conceito de território usado e território praticado e como isso se depreende de sua trajetória e das técnicas de pesquisa desenvolvidas no Laboratório de Estudo da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO). Soubemos, também, das críticas recebidas, a partir da geografia, à noção de territorialidade e a acusação de que confundia a noção de território com a de paisagem. Tudo isso, sem deixar de recordar que se tratava da ser a melhor socióloga brasileira. Essa abordagem, frisada pelos palestrantes oriundos da Geografia, contrasta com aquela feita por pessoas formadas

¹ Bourdieu, 1989.

em Ciências Sociais que resgataram a problemática sobre a ação e os movimentos sociais no pensamento de Ana Clara.

Esse impasse ilustra de modo eloquente as dificuldades de conciliar diferentes abordagens disciplinares, dado que, cada uma, leva a forçar a perspectiva e dimensão que cada pesquisador a priorizar sua área de atuação ou formação. A obra de Ana Clara Torres Ribeiro, oferece pistas, muitas pistas, para ultrapassar tal impasse, se a tomarmos em perspectiva. Busco, então, considerar a noção de espaço e interdisciplinaridade desenvolvidas por ela, em seu contexto e conjunturas. Isso implica em reconhecer, não que foi a melhor socióloga, senão que se tratou de uma socióloga atuante no Planejamento Urbano e Regional que se esforçou por construí-la como uma disciplina do espaço, associado a um projeto de atualização do humanismo (MAMANI, 2016). Certamente essa preocupação foi tributária do debate que teve lugar entre os sociólogos urbanos marxistas dos anos 1970 sobre o objeto da sociologia urbana entre Castells e Lojkin², no qual, entre as opções entre o planejamento e a política urbana optava, como Léfèbvre, pelo espaço. Creio que para compreender como Ana Clara Torres Ribeiro pensou o espaço e a interdisciplinaridade devemos considerar seu diálogo com a teoria do espaço de Léfèbvre e com a antifilosofia, utilizada por ele como método. E digo diálogo, pois não se trata de uma cópia de uma metodologia ou da importação um modelo, senão de aprender com mestres a analisar e a conceituar de acordo as suas experiências, aos seus objetos de pesquisa e as tradições nacionais e latino-americanas nas quais se formaram³.

Qual teoria? Qual projeto?

Se não considerarmos a conjuntura e o contexto, o seu pensamento sobre o espaço e a interdisciplinaridade se nos apresenta fragmentado e carente de uma teoria, articuladora, quando, em verdade as noções de território usado, praticado, sujeito

² Referência com a que nos formou.

³ Poderíamos pensar que se trata de um excelente exercício de redução sociológica (RAMOS, 1958).

corporificado, territorialidade, ação, conjuntura, contexto compõem categorias que integram um projeto intelectual que busca orientar a ação coletiva valorizando sua dimensão cultural, contribuir ao debate político, à transformação social e a uma reflexão ética.

Nesse sentido, compartilha com Léfèbvre pensar em perspectiva em direção a um alhures, e a tentativa de atualizar o humanismo a partir do cotidiano, das microconjunturas e – por que não o dizer assim? – dos microcontextos.

Qual Interdisciplinaridade?

A perspectiva posta anteriormente inclui uma maneira de tratar as disciplinas: a crítica às teorias e aos conceitos a partir de objetos e da experiência vivida. Esse método oriundo da sociologia urbana praticada no Rio de Janeiro, a partir dos anos 1970⁴. Mas os objetos estudados urbanos e regionais são complexos, levam à relação com a Geografia, urbanismo⁵. O problema da interdisciplinaridade era lembrado fazendo referência a Edgar Morin:

É por isso que se diz cada vez mais: ‘Façamos interdisciplinaridade’. Mas a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronar (MORIN, 1998).

Observa-se, assim, uma distância considerável entre as leituras da ação na sociologia e na geografia, como a proposta por Santos, que valoriza a ação a partir de uma categoria geral: o próprio homem. Essa ação diferencia-se no operar da natureza porque apenas ela tem objetivo e finalidade. Além da valorização da escala de análise, essa noção de ação difere da ação como unidade analítica

⁴ Refiro-me à pesquisa urbana promovida pelo grupo de pesquisa de sociologia urbana do IUPERJ e, em particular, de Luiz Antonio Machado da Silva, ao qual Ana Clara esteve ligada.

⁵ Se bem que essa problemática não tenha sido considerada de forma explícita em seus textos, era motivo de reflexão em aula e nas pesquisas, será esse o resgate que farei aqui.

da sociologia, que considera que toda ação social tem um sentido atribuído pelos agentes, um significado que não é necessariamente racional. Por outro lado, a ação dotada de sentido só existe na escala dos indivíduos, do comportamento de um ou vários indivíduos. As ações coletivas demandarão necessidades, crenças comuns, relações e instituições coletivas mais abrangentes (MORIN, 1998).

Em verdade, Santos reafirma a impossibilidade de conceitos comuns as disciplinas, já que para ele “... conceitos de uma disciplina são frequentemente metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são como flashes, não se dão em sistemas e não permitem teorizações’. E prossegue: “... uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas providas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que estas disciplinas estabelecem podem passar automaticamente, para disciplina geográfica” (SANTOS, 1990).

Assim, para Santos, o espaço social difere do geográfico porque nele, os sociólogos privilegiam apenas uma parte. O enfoque geográfico suporia a existência dos objetos como sistemas e não como coleções: seu papel pode ser simbólico, mas geralmente é funcional.

Essa afirmação é correta para evidenciar a difícil comunicação entre disciplinas e nos deixa num impasse. Mas, certamente não há nem houve desenvolvimento científico isolado, sem inter-relação e troca com outras disciplinas.

Façamos uma primeira observação. O desenvolvimento da ciência ocidental desde o século 17 não foi apenas disciplinar, *mas também um desenvolvimento transdisciplinar*. Há que dizer não só as ciências, mas também ‘a’ ciência, porque há uma unidade de método, um certo número de postulados implícitos em todas as disciplinas, como o postulado da objetividade, a eliminação da questão do sujeito, a utilização das matemáticas como uma linguagem e um modo de explicação comum, a procura da formalização etc. (SANTOS, 1988).

O reconhecimento da influência mútua não deve deixar-nos esquecer que a transdisciplinaridade pode, às vezes, atuar como uma sorte de imperialismo, da física, da biologia, da economia ou de qualquer

outro saber. Ana Clara reconhecia que a divisão epistemológica do trabalho científico e suas fronteiras tinha um caráter político, e nesse ponto optava pelo diálogo com os que se dispusessem a ele.

Mas tal diálogo não se sustenta na boa vontade. Supõe que se reconheça a complexidade do real e os modos distintos de produzir conhecimento empírico do concreto, do cotidiano e do vivido. Ser capaz de articular esse conhecimento a teorias e conceitos de modo que permitam a todos os participantes reconhecer e utilizar as contribuições dos outros e, por último, construir um campo epistemológico comum. E é, sem dúvida, isso que Ana Clara Torres Ribeiro buscou fazer em seu diálogo com Milton Santos.

Mas, qual espaço?

Mas, retornando ao espaço, tenho a impressão de que ela esteve, de fato, muito mais próxima da concepção de espaço de Léfèbvre do que da definição extremadamente abstrata de espaço, como relação entre tecnoesfera e psicoesfera atribuída à Ana Clara por Milton Santos

O espaço é tão somente um médium, meio e mediação, instrumento e intermediário, mais ou menos apropriado, ou seja, favorável. Ele jamais tem existência em si, mas remete à alguma outra coisa: ao tempo(..) A articulação tempo-espaço torna-se objeto de conhecimento. (..) A relação entre tempo e espaço, conferindo absoluta prioridade ao espaço, revela-se relação social inerente a uma sociedade na qual predomina uma certa forma de racionalidade governando a duração. Assim, a ideologia e a ciência se confundem (LÉFÈBVRE, 2002).

Inverter o pensamento implica, nesse caso, reencontrar o sentido do habitar ou –quicá – o sentido das ações relativas ao habitar. Não encontramos aqui o mesmo espírito, a mesma preocupação que Ana Clara exprime ao buscar no cotidiano e no lugar “gestos-fio costuram saberes à copresença”, sociabilidade e conhecimento adequado?

Por sua inscrição em numerosos e incertos eventos, a sociabilidade tende a escapar do pesquisador, entre as malhas da rede de

conceitos acionável para o estudo dos contextos sociais. O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo (Ribeiro & Lourenço, 2001), e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer. Ao mesmo tempo, essas dimensões da vida coletiva afirmam-se como as únicas que aproximam a sociabilidade da imaginação sociológica contemporânea, impondo a descoberta de linguagens adequadas à citação, mesmo que frágil, das interações sociais construídas entre o acaso, a gratuidade, a mercantilização de todos os ângulos da existência e a violência. [...] No cotidiano e no lugar, gestos-fio costuram saberes à copresença, estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana (RIBEIRO, 2005).

E a proximidade prossegue,

...para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir além do vivido do habitante, em direção ao não conhecido e ao desconhecido da cotidianidade [...] A relação do ser humano com a natureza e com a sua própria natureza, como o ser e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê. [...] O ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais ou a menos que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário. [...] A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do ser humano (LÉFÈBVRE, 2002).

Léfebvre, para além do que o economicismo marxista (e do próprio estruturalismo marxista), permite aprender, de um lado, a relação entre significado e significante, pela qual estabelece-se a ordem legítima das coisas e ações características dos grupos humanos (padrões e regularidades sociais e as práticas que os formam e os mantêm). Isto é, que configuram “um sistema de ações e decisões”.

Vale dizer que todo espaço comporta ritmos ritos e mitos; paradigmas e sintagmas. Isto é, “... reencontra-se aqui a análise da dimensão simbólica que em geral se refere aos monumentos e, por conseguinte, às ideologias e instituições presentes ou passadas; a paradigmática, conjunto ou sistema de oposições e a sintagmática, encadeamentos ou percursos” (LÉFÈBVRE, 2002).

Entretanto, na cidade e no fenômeno urbano, não existe um único sistema de signos e significações do habitar e do *habitat*. Se algum termo caracteriza o espaço urbano atual, esse será “espaço contraditório” contra o qual Léfèbvre opõe, como projeto, o espaço diferencial. Como aspecto complexo do social, o espaço não se reduz a uma forma imposta aos fenômenos, pois

...contêm objetos muito diversos, naturais e sociais. De redes e fileiras, veículos de trocas materiais e de ‘informação’. Não se reduz aos objetos que contêm nem a sua soma. Estes ‘objetos’ não são apenas coisas, mas relações. Em tanto que objetos possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; os situa de outro modo no conjunto espaço-temporal, mesmo quando respeita a sua materialidade (LÉFÈBVRE, 1974).

Assim, o espaço

...não é uma coisa entre as coisas [...] envolve as coisas produzidas, compreende as coisas na sua existência simultânea: ordem (relativa) e desordem (relativa...) resulta de uma série e conjunto de operações e não pode reduzir-se a um objeto simples, [...] efeito de ações passadas, permite as ações sugerindo-as ou interditas (LÉFÈBVRE, 1974).

De forma similar a Santos, para Léfèbvre o espaço é ativo na reprodução social, englobando não apenas as coisas, mas também a ordem das coisas objetivas e objetivadas, que servem à ação e à interação social e que, ao mesmo tempo, as “canalizam”, num certo sentido (social e histórico).

Projeto do conhecimento e o espaço: projetos e resultados

Para Ana Clara Torres Ribeiro, para além de suas coincidências com Léfèbvre, vivemos uma crise societária que abrange tanto as formas de ação hegemônicas quanto as contra-hegemônicas, dado que as primeiras têm se lançado e apropriado das práticas, os lugares e os espaços sociais que antes gozaram de alguma

autonomia. Tal processo de desapropriação afeta a ação política e as formas consagradas de luta social: perdem sustentação nas formas primárias e experimentadas de sociação⁶, perdem seu sentido. É preciso encontrar esse sentido para fazer sociedade. Isso implica em religar laços, recriar as tramas do tecido social (RIBEIRO, 2005). E ao mesmo tempo é preciso que essa ação tenha eficácia transescalar, que expanda seus efeitos.

A cartografia da ação proposta pelo Lastro na virada do ano 2000 constituía em ensaio nesse sentido. Com efeito, seu objetivo foi desenvolver e aplicar metodologia para a observação de mudanças conjunturais no tecido social urbano-metropolitano; e de vínculos espaço-temporais entre condições de vida e ação social em contextos metropolitanos. Buscar:

... construir uma leitura dos contextos metropolitanos do país dirigida às micro-conjunturas urbanas, à dinâmica do tecido social, às formas de protesto que interrompem, por curtos instantes, os ritmos da vida metropolitana e de disputar os sentidos de protestos e reivindicações das classes populares, tantas vezes lidos de forma simplificada e estereotipada na grande imprensa (RIBEIRO, 2003).

Era necessário, para Ana Clara, “desconstruir leituras correntes dos sujeitos e práticas sociais, que efetivamente prejudicam a integração social e ampliam a violência, inclusive simbólica nas metrópoles brasileiras”.

Para tanto eram necessários:

- a renovação da área temática dos movimentos sociais urbanos, pelo estudo da territorialidade e do ritmo da ação social;
- categorias e conceitos que valorizem a ação social e sejam transdisciplinares (sociedade-espço);
- capacidades analíticas para o acompanhamento da ação social, sujeitos coletivos, atores sociais e protagonistas da cena metropolitana;

⁶ O conceito de sociação foi proposto por Simmel (2006).

- desenvolver formas de armazenamento, classificação, exposição e difusão da informação relativa à ação social, visando o apoio à democratização das relações governo-sociedade;
- desenvolver, de forma sistemática, a memória da ação social em contextos metropolitanos (RIBEIRO, 2003).

Vemos aqui como Ana Clara Torres Ribeiro se posicionou no campo do planejamento: como alguém que busca construir o social, renovar e fortalecer a ação coletiva e o conhecimento sobre ela. Esse foi, digamos, seu principal objetivo; a interdisciplinaridade e o espaço constituem apenas objetivos específicos.

Ninguém ignora o diálogo de Ana Clara com Milton Santos. Os unia, certamente, a busca por renovar o humanismo e por estimular um pensamento nacional e latino-americano não colonizado nem formalista, do sul, para falar como Boaventura de Souza Santos. Nesse humanismo concreto, que ambos cultivaram, o território, constituía uma dimensão ativa

... como diálogo entre mortos e vivos. Neste diálogo, os mortos, ou trabalho morto, impõem as regras do território normado, ao mesmo tempo em que oferecem, aos vivos, a interlocução necessária à realização dos seus desígnios. Portanto, a ação é sempre interação. Numa outra face, o território surge como território usado, praticado, preenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos (RIBEIRO, 2005).

Isto é, o território constitui, de um lado, aquilo que a morfologia seria numa sociologia durkheimiana: a inter-relação entre gerações através dos objetos; e de outro lado, a inter-relação entre os homens mediada por objetos. O território usado, ou praticado, supera o território passível de ser representado em mapas para constituir uma teoria da inter-relação híbrida entre homens e objetos, tanto do ponto de vista material quanto imaterial.

Justamente esse híbrido material, relacional e simbólico é que permitirá renovar o humanismo se se considerar

... a homogeneidade estrutural do corpo humano [...] é portadora de elementos de generalização indispensáveis. A ideia de corpo-sujeito instaura, de forma ampla, o diálogo movimentos- bioética no nível da cultura e da política, possibilitando a reflexão da qualidade das relações societárias contemporâneas (RIBEIRO, 2000).

Tal esforço exige um olhar interdisciplinar e a ruptura com a oposição exacerbada entre idealismo e materialismo e o reconhecimento genuíno da pluralidade cultural. Mas exige de nós grande sensibilidade de modo a reconhecer e conhecer humildemente esses universos, traduzi-los a categorias e conceitos e, ao mesmo tempo, traduzir esses instrumentos teóricos à linguagem desses mundos banais, cotidianos ou locais, os conteúdos e os dilemas dos universos científicos.

Afinal, o esforço de comunicação integra as tarefas do ‘fazer sociedade’, numa época em que a informação, transformada em mercadoria, ameaça a negociação de sentidos, as trocas intersubjetivas, a sociabilidade e o conhecimento. Nessas circunstâncias, é impossível recusar o convite de Michel de Certeau (1998) para que se escute atentamente o murmúrio da vida coletiva, reconhecendo sinais da tessitura do social.

Há, realmente, uma tarefa, relativa à preservação e à renovação de valores culturais, a ser assumida por todos e por cada um. Essa tarefa, que envolve o experimento de práticas, ultrapassa as ordens do Estado ou o desenho de políticas sociais por agências multilaterais e entidades da sociedade civil. Trata-se de um dever de compartilhamento, que emerge na vida diária e no lugar, mas também em sintonia com a potencial fraternidade, sem limites geográficos, trazida pela empiricização do mundo (SANTOS, 2000).

Concluindo

A interdisciplinaridade, tal como praticada por Ana Clara Torres Ribeiro, permite fazer uso de uma ampla gama de conceitos e problemas socioespaciais, sem se restringir às fronteiras disciplinares

nem às fronteiras entre pensamento e ação, ciência e ética; permite se contrapor ao pensamento e à ação utilitaristas e pragmáticos no tratamento do tecido social que o achata e o fragmenta. Assim, sem usar os mesmos termos nem o cabedal filosófico de Léfèbvre, Ana Clara afirma um humanismo que incorpora objetos criados e naturais, unifica a cultura e o corpo e busca o envolvimento (em lugar de desenvolvimento) de uma humanidade diversa e ampliada. Esse pluriverso ao qual aspira, como a centralidade e o espaço diferencial em Léfèbvre, devem promover a diferenciação voluntária das possibilidades humanas e, ao mesmo tempo, possibilitar o encontro e a comunicação (direito à cidade). Temos, além disso, um projeto de desenvolvimento não economicista e pós-desenvolvimentista.

Essas vias de ação e de conhecimento são, também, um chamado ao engajamento. Sendo assim, vale a pena se perguntar até que ponto esse pensamento e essa ação podem e devem ficar restritos às universidades, tão vulneráveis diante das mudanças políticas e econômicas em curso nesta terceira década do século XXI; tão frágeis diante do carreirismo e da soberba dos cientistas? Não seria preciso voltar ao terreno, ao campo, ao cotidiano, para os homens lentos, aos mais pobres, aos que lutam diariamente para ser, não para ensinar senão para apreender com eles, construir com eles? Não seria este o momento de buscar formas horizontais de conhecer e de agir? Sei que essas questões vão além do legado de Ana Clara, mas são uma forma de pensar em perspectiva com ele, uma forma de vivificá-lo.

Bibliografia

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. *La Cuestión Urbana*. Madrid: Siglo veintiuno, 1978.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de Investigación en Sociología Urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1968.

DE CERTAU, M. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

DURKHEIM, E. *As regras do Método Sociológico*. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

- LÉFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.
- LÉFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- LÉFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Antropos, 1974.
- MAMANI, Hernán Armando. “Ação social e renovação das ciências sociais no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro”. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; POGGIESE, Héctor Atilio; MIRANDA, Elis de Araújo (org.). *Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. In: *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 24, n. 1, jan./abr. 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana”. *Cadernos CRH*, v. 18, n. 45, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara. “Sujeito Corporificado e Bioética: caminhos da democracia” In: *Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: 20 a 26 de março de 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre a ciência*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia à Geografia Crítica*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Fios e tessitura interdisciplinar do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro

Beatriz Couto

A obra de Ana Clara Torres Ribeiro é ampla, cobre, disseca e organiza uma vasta gama de temas e bases conceituais e escapa à possibilidade de qualquer recorte que possa, não esgotá-la, mas até organizar sua leitura por aproximação ampla. Nesses limites, cabe, não obstante, aceitar as possibilidades abertas pelo honroso convite da professora Tamara Tânia Cohen Egler para participar da mesa “Fronteiras interdisciplinares na análise do espaço”, no “Seminário/disciplina Atualidade do Pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro”, em boa hora publicada em livro. Essas iniciativas nos convocam e nos dão a todos a oportunidade de realizar uma leitura coletiva de seu legado e também para difundir o pensamento social brasileiro junto às novas gerações de pesquisadores.

Foi preciso que eu me decidisse por um ângulo de aproximação, guiada por algumas indicações que ela própria formula no início de seu Memorial, para tentar desentranhar um esboço possível de sua manifestação como intelectual. Já declaro, mais uma vez apoiada em suas próprias palavras, quando trata dos estudos de sociologia, que é preciso suportar análises inconclusas.

Dedicada a uma sociologia do presente, a leitura presentificada do pensamento da professora Ana Clara há de ser feita no sentido que se impõe, o de convocá-la para demarcar experiências, crises e os muitos dilemas que nos afligem e as eventuais possibilidades ou resistências que possamos discernir com base em suas formulações. Formulações estas que não se pretendem cristalizadas se visamos a continuar apoiando, justificando e atualizando, como ela própria requer, sua teoria e método. A concepção que traz é ampla: da

lógica capitalista contemporânea, focada em especial na América Latina, ao sujeito da ação, as pessoas comuns que pesquisa, passando pelos grandes intelectuais que discute, seus alunos e disciplinas nas quais se apoia. É um pensamento a ser buscado nas tessituras que identifica em relação a si própria e sobre o mundo que perscruta.

Um recorte que me pareceu relevante para apreender e discutir seu pensamento interdisciplinar relativo a espaço e sujeitos na sociologia, demografia, geografia, urbanismo e planejamento urbano e regional também nos aponta para possibilidades que se estendem para outras práticas de trabalho interdisciplinares *tout court*. Seu uso da linguagem musical, previamente discutido por Egler (2016) como ângulo privilegiado de abordagem de sua obra, pode ainda, creio eu, permitir abordar outras tonalidades adicionais a respeito de uma pesquisadora sempre atenta aos sujeitos de suas pesquisas e do seu ensino e que, portanto, também requer de nós atenção equivalente em relação a si própria. Perscrutar a sensibilidade teórica e pessoal da professora Ana Clara me levou a procurá-la ali onde ela mais se revela em seus textos e falas: no Memorial de concurso de Titular (RIBEIRO, 2012) e em seu depoimento ao CNPq, *Memória e ciência* (199-?), ambos por suas características de documentos em primeira pessoa, e no Seminário Teorias da Ação (2014)¹, pela espontaneidade da linguagem oral que também permite vislumbrar notas adicionais de seu estilo, o que se ensaiará a seguir.

A tessitura nos textos e na música

Vale então seguir as indicações que ela própria nos dá de seu pensamento quando, surpreendentemente, enfatiza sua organização musical e os fios de que se tecem: indicações preciosas que compõem seu Memorial e que proponho sejam condensadas nos múltiplos sentidos da significante tessitura com suas associações a um só

¹ Daqui em diante, MT se refere ao seu Memorial da Titular, conforme publicado em RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente; ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v.1 TA refere-se a RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. finalmente me valho de RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Memória e ciência: caminhos de um depoimento possível*. Rio de Janeiro, [199?]. Trabalho não publicado, mimeografado.

tempo musicais e textuais, conforme Houaiss e Villar (2001), que se mostram relevantes para uma aproximação ampla que evidencie a qualidade de seu estilo. Essa formulação é inerente à formação de concertista de Ana Clara Torres Ribeiro e ela própria, ao modular seu Memorial por estruturas melódicas da harmonia, contraponto e composição, define-se como uma “musicista que tem a sociologia como linguagem ou instrumento” (MT, 2012, p. 21) Essa percepção subjetiva será sustentada em suas escolhas de teorização.

A tessitura, em seu uso original pela música, se refere “à disposição de notas para se acomodarem a uma determinada voz”: seria ela também a relação entre melodia e linguagem que a professora Ana Clara nos propõe, a voz de um dado pensador, um vivente, de algum estudante? Ou, por outra, “a um dado instrumento”: e então a sociologia, a saúde, a demografia, a geografia, o urbanismo, o planejamento urbano? Ainda, “a série de notas mais frequentes numa peça musical, constituindo a escala de sons na qual está escrita: escala de sons de um instrumento”: podemos ver aqui associação à epistemologia, a discussão entre autores e conceitos? “A representação do tempo, a temporalidade, o ritmo, a sincronia e a diacronia”: a história de uma disciplina, de um território, sua própria história? “Sons que, na música incluem as pausas”: os *intermezzos* de seu Memorial? “Momentos de reflexão para fazer balanços ou impulsionar novos saltos”: suas *fermatas* que permitem antever prolongamentos? Mas esse sentido original se expande para abarcar a “composição de tecido, textura” – os fios de seu pensamento? Ou ainda “modo como estão interligadas as partes de um todo, organização, contextura”: seus artigos e livros? (HOUAISS e VILLAR, 2001),

Convoca todo o cromatismo da escala social e acadêmica. A voz de cada um aparece no saber comum do biscateiro e sujeito da viração (categoria instigante que trabalha junto com Hernan Mamani) e naquelas de autores consagrados como Weber, Gramsci, Milton Santos, permeados pelos estudantes e pesquisadores com os quais conviveu em diversas instituições e entidades. Professora de programa interdisciplinar, dedicou-se a ensinar e aprender com seus estudantes de pós-graduação, engenheiros, geógrafos, arquitetos, assistentes sociais, planejadores urbanos e regionais associados a

instrumentos, talentos e sonoridades portadores de experiências espaciais ricas e diversas.

Em vertente dissonante – a professora Ana Clara não se permite aproximações simplificadoras – seus interlocutores são abordados sob a perspectiva do *estranhamento*, que ela antes identificara em sua própria experiência de formação graduada em Ciências Sociais, o que dela exigiu:

reposicionamento da percepção das relações sociais, e de si mesma, que sustenta a apropriação dos conceitos e a formação do analista. As passagens, por vezes incertas, entre palavras de uso corrente e conceitos e, ainda, os deslocamentos em leituras da sociabilidade [que] podem atingir fortemente os processos de individuação (MT, 2012, p. 22).

Processo esse que veio a reconhecer atuando em seus estudantes de pós-graduação e que lhe permitiu uma aproximação de orientação de grupo que reverberou nos depoimentos deste webinar/livro: ela não se escusa de indicar pontos comuns de emergência da angústia na dona de casa, nos estudantes, em si própria. Em todos nós, dedicados aos estudos interdisciplinares, identifica o desenraizamento de nossa formação de base e os impactos do estranhamento ante a discussão sociológica das relações sociais, o uso das palavras transmutadas em conceitos, deslocamentos das leituras sobre a sociabilidade. E, num dado momento, aponta no planejamento urbano e regional a especificidade de seu compromisso com o projeto, questão que de fato surpreende a nós arquitetos-urbanistas, pelo ponto de súbita suspensão que provoca no andamento dos trabalhos de praticantes de disciplinas históricas ou analíticas. Há diversos exemplos históricos desse *gap* na cooperação enriquecedora entre sociólogos e arquitetos. Estaria aí mais um indicador da importância que espantosamente invoca da arte para a interdisciplinaridade?

Quanto a sua atenção a minha própria voz, sua aluna, lembro-me de um dia em que apresentou à turma um trabalho que eu lhe tinha entregue, “O Arquiteto Imaginário” (2005), que ela me retribuiu com um depoimento de sua própria experiência de pesquisadora, escrito a pedido do CNPq, “Memória e ciência: caminhos de um depoimento

possível”, presente que trouxe a esta análise outro destino precioso que atesta algo dos (des)caminhos institucionais que vivemos. Aí se revela uma pesquisadora já madura, com 25 anos de experiência, consciente dos efeitos das omissões e esquecimentos nos relatos memorialísticos. Convém contrastar, em tempos atuais de crise paradigmática no modelo de avaliação de pesquisadores e programas de pós-graduação, mas também de aguda crise institucional e de financiamento de pesquisa, o tom confiante de sua experiência pessoal ao tempo:

O que mais chama a minha atenção, neste esforço de memória, é o apoio sempre recebido do Conselho, mesmo quando não existiam vínculos institucionais estáveis e quando não era possível esperar, das instituições universitárias, maiores oportunidades de integração. Talvez este seja o ângulo, de atuação do CNPq, que mais gostaria de valorizar, na face estritamente individual deste depoimento.

Face que, na verdade, não se restringe à minha vida, já que corresponde à história de uma geração de cientistas sociais. Para quem teve de esperar muito para ter o seu Doutorado ou o seu contrato estável de trabalho, a existência do Conselho representou um lugar institucional de apoio e reconhecimento de esforços desenvolvidos em situações extremamente difíceis².

Esse depoimento contrasta vivamente com o que poderíamos relatar hoje, pesquisadores e programas, de nossas experiências presentes. Ela própria, sempre atenta às mudanças tonais em seu entorno, remete em pontos distintos de sua obra a um imaginário social estratificante, alimentado por *rankings* e avaliações, mas que hoje, anotamos, se expandiu e permeia a própria cultura acadêmica, tendo transformado pós-graduandos em produto e informação em mercadoria (MT, 2012, p. 92, p. 98). Ao que podemos acrescentar por óbvio, também o conhecimento. Perspicaz, já registrava há mais de década um desenvolvimento social e acadêmico que ameaça a criatividade e a inovação na ciência e cultura: modelo dominador, hierarquizante, que tem se distanciado das aberturas possíveis ao

² RIBEIRO, Ana Clara Torres. Memória e ciência: caminhos de um depoimento possível. Rio de Janeiro, [199?]. Trabalho não publicado.

pensamento das novas gerações de estudantes e pesquisadores, com frequência submetidos à pressão das leituras instrumentais do estado da arte e a linhas cristalizadas de pesquisa, conforme identificou.

Remeto aqui a Thomas Khun (2007), filósofo e historiador da ciência que Ana Clara cita e que teve e tem a mais ampla repercussão na institucionalização da pesquisa científica na segunda metade do século XX. Note-se que Khun sempre sustentou a vigência de um equilíbrio precário entre os paradigmas formulados pelas ciências normais e suas crises, porque não recusa o dinamismo das ciências contemporâneas. Confrontamos, na formulação teórico-histórica mais canônica, os momentos de abertura à contribuição possível das novas gerações, de que o relato da professora Ana Clara também é testemunha. Não obstante, convém atinar para a cristalização das conquistas que a geração anterior formulou – o atual paradigma da administração da ciência –, geração que delas conheceu o lado luminoso através dos resultados significativos produzidos por grupos de pesquisa trabalhando para o desenvolvimento da ciência normal. Por esse ângulo é resultado extremamente produtivo, mas que corre o risco do distanciamento ante a experiência das novas gerações, do frescor das possibilidades de novas formas de pensar e produzir ciência tão bem vividas e testemunhadas por Ana Clara quando recorda sua iniciação e vida profissional.

Acompanhando Khun em relação ao que pode advir de novos pesquisadores independentes, e como o foi a Ana Clara investigadora do espaço interdisciplinar, a contribuição que por vezes vem a se demonstrar crucial pode não ter sido desenvolvida pela geração pregressa, como ele descreve:

[...] o novo paradigma, ou uma indicação suficiente para permitir uma posterior articulação, emerge repentinamente, algumas vezes no meio da noite, na mente de um homem profundamente imerso em crise. Qual seja a natureza deste estágio final – como o indivíduo inventa (ou descobre que inventou) uma nova maneira de ordenar os dados, já agora coletados na sua totalidade – permanecerá inescrutável aqui e é possível que assim seja permanentemente. Indiquemos apenas uma coisa a respeito. Quase sempre, os homens que fazem estas *invenções fundamentais* são muito jovens ou estão há pouco tempo na área de estudos do paradigma

que modificam. [...] sendo pouco comprometidos com as regras tradicionais da ciência normal em razão de sua limitada prática científica anterior, têm grandes probabilidades de perceber que tais regras não mais definem alternativas viáveis e de conceber um outro conjunto que possa substituí-las (KHUN, 2007, p. 122; *itálicos adicionados*).

Talvez seja um anacronismo questionar o viés machista evidente nessas afirmativas de Kuhn (1922-1996), um homem que produziu sua obra magna na década de 1960, quando tal forma de expressão era de rigor. Esse contraste apenas reforça a importância de Ana Clara (1943-2011), ela própria uma socióloga brasileira da geração subsequente, mas ainda sua contemporânea, e que reconhece os impactos das rupturas intergeracionais no trabalho teórico, pesquisadora que não apenas inovou como foi aberta a inovações contraparádigmáticas e que não dá mostras de ter se contaminado pelo rigor dogmático que veio a caracterizar as políticas dos órgãos de financiamento de que ela, não obstante, participou em seus momentos mais inovadores: assim eu interpreto o presente que me fez de seu texto.

Os fios e sua tessitura na obra de Ana Clara Torres Ribeiro

Sua contribuição conceitual foi por ela caracterizada pela recusa teórica a todo voluntarismo, porque “descola o sujeito de contextos e conjunturas”, tanto quanto das narrativas que o anulam e dele fazem um produto de determinantes históricos, posição que manterá ao longo de sua trajetória (MT, 2012, p. 18). Ela própria distingue em seu Memorial os fios que teceu ao longo de sua vida profissional e que passo a recuperar.

Procurando formas de me orientar a respeito do sujeito da pesquisa à qual ela deu corpo e mente, e diante de uma produção magistral que vai se desenvolvendo de forma rica e variada sempre que seu trabalho a confronta com novas questões teóricas, situações institucionais distintas ou sujeitos de pesquisa ainda não estudados, pensei inicialmente ter identificado, na sua metáfora dos fios,

aquele de Ariadne. Engano meu. Seus fios são antes os da tessitura, que se distinguem ou se entrelaçam em uma composição complexa que ganha rigor sem perder o rumo que adotou, como sugere uma leitura atenta, mas nunca acabada ou suficiente de seus relatos. “Os fios de minha trajetória profissional são longos e curtos, inteiros e partidos” (MT, p. 25). Fios que vão surgindo ao sabor das suas lembranças, sem esforço que se possa perceber de ordenação ou nomeação coerente, o que sugere algo de sua emergência como instrumentos de trabalho e no trabalho, só distinguíveis e recolhidos por ela própria com o benefício do olhar retrospectivo como tendo sido fiados pelo sujeito na pressão da prática.

O primeiro fio, “longo e resistente” costura seu envolvimento com trabalhos sobre comunicação e saúde coletiva (MT, 2012, p. 20). Passagem delicada que deixa rastros sobre dilemas enfrentados no momento de fazer difíceis escolhas pessoais de vida. Numa passagem sutil de seu Memorial, deixa entrever o que esteve em jogo quando tomou a decisão de abandonar sua graduação em música, que exige isolamento e viagem subjetiva, e o entusiasmo confesso de sua ligação à bioética, que exige a atenção, respeito e envolvimento ante a dignidade do outro. A música, para quem dá mostras de tê-la pensado inicialmente como uma opção de vida, demanda uma dedicação intensa que, ela não declara, parece ser razão suficiente para que não tivesse terminado o clássico (hoje equivalente ao segundo grau) em seu percurso regular e dela exigido exames supletivos (o então artigo 99), opção legalmente disponível para trajetórias juvenis carentes de integralização pré-universitária. Nesse momento, foi apresentada a colegas militantes de esquerda que descortinaram para ela suas possibilidades práticas na graduação em socióloga. Pressionada por limites legais e temporais estritos, sequer pôde tentar o imaginado vestibular em filosofia, mas dá também pistas de que, distante das condições ideais de formação no ensino médio, seu desejo de ser socialmente útil esteve também associado a uma possível formação em medicina, em relação a qual entrevê ligações com a música: chegou a descartar, também por razões práticas, a atuação profissional em musicoterapia. Confrontada com essas escolhas subótimas, características do sujeito e suas circunstâncias, sua oportunidade de trabalho em bioética,

renovada em momentos distintos de sua carreira, cumpriu seu desejo de entretecer possíveis caminhos alternativos em filosofia, medicina e, sempre, música. A formação em Sociologia e Política, e seu posterior enfrentamento da interdisciplinaridade, parecem ter enfeixado uma escolha possível que sistematicamente ampliou suas opções, em oposição ao momento em que talvez ela tenha vivido na carne o que depois tematizaria para outros sujeitos, outros tempos, outras classes sociais, a dura arte de resolver a vida discutida em seus trabalhos sobre os camelôs do Centro do Rio de Janeiro.

No segundo momento em que volta à identificação de seus fios, ela apresenta não um, mas um feixe de fios que foram “entretecidos em ‘panos de fundo’ do presente”, referindo-se ao seu mestrado (MT, 2012, p. 32), todos que podemos identificar como consolidados em sua postura intelectual: formação teórica; distinção entre categorias e conceitos; discernimento do campo de forças em que se formulam temas objeto de disputa entre ciência e política; recusa das dicotomias; e, notadamente, sustentação das temáticas de avaliação dos legados do pensamento social brasileiro e latino-americano. Nessa síntese podemos entender formulada a apresentação concisa da tarefa à qual nos dedicamos nesta nossa discussão de uma trajetória. Ave, Ana Clara.

O terceiro fio – longo, firme e que continua se entretecendo nos vínculos em rede de que participou, envolvendo educação, técnica e trabalho social (MT, 2012, p. 40) – originou trocas acadêmicas aqui atualizadas e notabilizadas por participantes e depoimentos que se fizeram presentes em diversas mesas do webinar, cada qual com seu relato subjetivo, respeitando um pressuposto fundamental do pensamento de Ana Clara, a relação sujeito a sujeito de que ela nunca abriu mão. Mas, coerente com suas inflexões profissionais, reconhece:

Existem, em verdade, numerosos outros encadeamentos/ enredamentos/ fios que permitiram (e permitem) a continuidade das passagens entre sociologia e geografia no tratamento de questões do presente e, em especial, das novas escalas e sentidos da experiência urbana (MT, 2012, p. 41).

Esse feixe vem imediatamente seguido pelo fio forte que lhe permitiu examinar as consequências metodológicas das mudanças

socioespaciais (MT, p. 47). Respeitando o momento de sua emergência objetiva na trajetória profissional da professora, esse fio evidencia, não obstante, sua centralidade retroativa em face dos dois anteriores no modo do futuro anterior e também aos que se seguirão.

Pode ser correto identificar esse fio forte como uma das âncoras que garantiram que ela evitasse oscilações puramente pragmáticas, não problematizadas, porque formuladas entre limites sempre pouco definidos, porosos, de seus dois princípios: aquele do respeito aos sujeitos comuns em sua infinita variedade e o outro, da recusa de narrativas que anulam o sujeito do conhecimento a partir de estruturas políticas. Entre esses limites, a âncora metodológica evita deslizamentos próprios da empiria dos chãos instáveis ou rigidez teórica dogmática.

O fio subsequente associa movimentos sociais urbanos e intervenções do Estado nas cidades, a sociedade ao espaço, as intersecções entre indivíduo e coletividade, as mudanças no exercício do poder, sendo base de apoio continuada para suas atividades de ensino e extensão no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), bem como sua participação nas discussões sobre a reforma urbana ligadas à Assembleia Nacional Constituinte. Configura-se aí sua conexão com a sociologia urbana (MT, 2012, p. 48).

O fio da técnica, as ferramentas da cartografia, os trajetos temáticos ancoram a sociologia nos caminhos que permitem valorizar o saber do trabalhador, do homem lento das culturas tradicionais, diante da competição da tecnologia avançada, dos espaços luminosos. Sua insistência em garantir uma leitura sincrônica, contextualizada, que evita as dicotomias transparece nas costuras permitidas por esse fio (MT, 2012, p. 54).

Os fios que elenca nas suas discussões entre sociologia e urbanismo recuperam e desenvolvem sua participação longa e tenazmente constituída desde as discussões sobre a reforma urbana, associados a outro fio constituído pelo estudo sobre as condições gerais da produção capitalista em suas mudanças e permanências estruturais. O terceiro fio da relação sociologia/urbanismo associa espaço e cultura, estendendo-se da arte urbana aos espaços religiosos

(MT, 2012, p. 60).

A interdisciplinaridade e o trato com os autores

Seu compromisso com a cultura modula sua aproximação ao tema das condições gerais da produção capitalista, retesando sua relação com Marx, referenciado mais como um pano de fundo político. Mas se evidencia nas discussões em que convoca Gramsci e Weber, dois intelectuais com um importante aporte nas discussões sobre a cultura, entretanto de linhagens teóricas distintas, que Ana Clara ousa confrontar, problematizando suas perspectivas históricas de amplitude e ângulos de visada diversos, um nacional outro mundial. E o faz levando em conta, mais uma vez, seus contextos nacionais e políticos distintos, espelhando suas formulações ante temas e teorizações próximas.

Aqui se observa um desafio sempre presente nos estudos interdisciplinares, o de trabalhar com autores que partem de pressupostos analíticos e contextos sociopolíticos desiguais, que convém não ignorar, e exigem um conhecimento amplo, que não pode ser desconsiderado, da obra de cada qual. Tema que passamos agora a discutir como presentificado em sua obra.

Discute a interdisciplinaridade, reforçando, como se deve, sua concepção a partir de uma base filosófica e histórica explicitamente formulada, instrumentos necessários que superam o pragmatismo inadequado da mera unidade temática perpassada pela porosidade das fronteiras. Ressalta, canonicamente, o respeito pelo acervo conceitual das outras disciplinas, o trato cuidadoso do trânsito ante construções históricas de cada disciplina, o que exige uma apropriação atenta a seus impactos na produção interdisciplinar entretecida. Critica tanto a informação rotinizada, como a não informação institucionalizada que decorrem do cientificismo, positivismo e objetivismo. E enfatiza as mudanças escalares sempre decisivas para as construções subjetivas e os recortes sociais.

Conforme ela própria uma vez me disse, a fragmentação de análises e objetos nestes tempos – hegemonizados, dominados e divididos pelas práticas do campo (neo)liberal – se relacionam com a ausência de uma visão de totalidade, visão que o marxismo

das décadas de 1960 e 1970 permitira formular, ao tempo em que também possibilitara estabelecer as formulações teórica, histórica, filosófica e contextual coerentes que, lembremos, não podem ser pressupostas ou ignoradas nas pesquisas interdisciplinares.

Mas isso não é tudo. Surpreendentemente, Ana Clara adiciona a arte como base do trabalho interdisciplinar. Aqui ousou acrescentar: seria a estética a base filosófica sempre implícita por sua insistência em associar pesquisa e conhecimento à música? Conhecemos bem a remissão frequente de físicos e matemáticos à elegância – qualidade do gosto estético – como critério para discernir e escolher entre soluções alternativas e que pode ser identificada na harmonia, contraponto e composição, uma de suas formações de base. As estruturas da música, linguagem artística universal, não poderiam, portanto, nos enganar e certamente nos salvam de qualquer instrumentalismo pragmático. Mas ela indica que usa artistas para apoiar seu trabalho, elencando Saramago, Joyce, Manuel de Barros, Quino, Botero, Lope da Vega, Brecht, Pasolini, Dalton Trevisan, Marguerite Yourcenar, Thomas Wolfe, Mia Couto numa listagem que há de estar incompleta.

Weber, teórico não evolucionista, a apoia na discussão da cultura e com base nele também distingue dominação, categoria weberiana, de hegemonia, proposta por Gramsci (TA, 2014, p. 185). Aqui comparece uma de suas posições teóricas: sua recusa em incorporar sem problematizar, como tantas vezes se testemunha em discussões de fronteira, as bases teórico-filosóficas dos autores e, sim, discutir, contrapondo, teóricos de campos e bases conceituais distintas que parecem comparecer de forma simultânea nas situações concretas a serem trabalhadas. Nesse caso, recusa simplificações que sobreponham os autores e corretamente propõe que sejam confrontados, permitindo-se que cada qual ilumine os limites do outro, como ocorre quando apresenta o enfoque metodológico que lhe permite a discussão de autores tão distintos como Weber e Marx. A relação entre Gramsci e Marx, contrapõe, é distinta porque Gramsci avançou na trilha aberta por Marx, não obstante dentro do contexto italiano. Isso nos alerta para que essa especificidade contextual seja levada em conta nos usos transplantados de noções conforme sejam pensadas em tempos e lugares diversos. Penso

aqui em como considerar suas contribuições em outros contextos nacionais, o Brasil, por exemplo, a ser pensado sob o viés da colonialidade, que Ana Clara menciona, evitando descartar tais aportes, mas também aplicações mecanicistas ou anacrônicas, que podem ocorrer por via de simplificações no trato com frações de classe, trabalhadora ou intelectual, quando objeto de debate não problematizado (DIAS, 2000).

Outro caminho que adota filia-se a uma prática frequente na filosofia, que é a de acompanhar o uso de termos comuns em disciplinas diversas, capturando suas conotações e distinções para formular nova interpretação em outro contexto. Exemplo é o acompanhamento do termo impulso na etimologia, física, neurologia, psicologia que foi o caminho trilhado para o entendimento de práticas de inovação e gestão na modernização, associadas a mudanças na materialidade, ação e gestão (RIBEIRO e SILVA, 2013, p. 139-159).

Se a sociologia pode ser entendida como um estudo das representações, do imaginário de dada sociedade, convém observar como Ana Clara revela sua forma de pensar e reage quando recebe uma questão. Ela parece sempre se recusar a uma resposta que atenda diretamente à especificidade presumida pela interlocução na qual se engajou. Essa talvez seja a forma como se esquia das dicotomias. Vale observar seu cuidado com o contexto, que creio poder ser aproximado a leituras das figuras ambíguas proposta pela psicologia da Gestalt, quando enxergamos ou o coelho ou o pato, o cálice ou os perfis. Creio ser essa a perspectiva que ela adota para evitar os contrastes puramente dicotômicos: “A maneira de olhar pode, em grande parte, obscurecer até a observação do que está ao lado: não se enxerga o extenso, só o ponto” (TA, 2014, p. 292). Mais adiante retoma seu exercício: “Quando encontro algo que atrai o meu olhar, eu quero ver [o que existe] ao lado também. Isto é fundamental como exercício de uma nova percepção” (TA, 2014, p. 299). Creio que esse olhar não hierarquizado, alternado entre figura e fundo volta a transparecer quando, noutra discussão confronta, distinguindo como já indicado anteriormente, as noções próximas de dominação e hegemonia, ou prática e práxis, saber e conhecimento, pela aproximação *in situ* e evitando contrastes simplificadores.

Qualquer descuido nessa prática de se orientar pela conceituação proposta pelas ciências sociais e humanidades será potencializada quando os termos conceituais coincidem com o vocabulário vernacular, dificuldade que ela já apontou em seu trato com turmas interdisciplinares. Se inadvertidamente adotados por pesquisadores sem a correspondente formação de base, transformam conceitos e noções em nomes, algo que o uso disseminado do termo paradigma atualmente testemunha muito bem. Relembremos sua advertência ao respeito pela construção histórica e ao acervo conceitual de outras disciplinas que, se vierem a faltar, trabalham no sentido de erodir o apoio político às pesquisas interdisciplinares.

Aponta também para a (des)construção das bases associadas a rupturas intergeracionais, especialmente notáveis nas ciências sociais do mundo ocidental a partir dos anos 1980, que qualifica como a polifonia das novas narrativas. Sua posição firme é a de discernir, acrescentar, mas nunca descartar sem discussão ou transpor mecanicamente sua herança intelectual weberiana e gramsciana, transplantadas para o espaço, território e lugar cotidianos que compartilhamos.

Cabe aqui uma pequena digressão. Nossas discussões sobre legados, como está sendo feito agora com a publicação da obra esparsa da professora Ana Clara Torres Ribeiro sob a condução da professora Tamara Tânia Cohen Egler e com a participação de tantos de seus colaboradores e estudantes, também demanda a transmissão de seu conteúdo para apoiar a produção intelectual das novas gerações, junto ao mapeamento não só das conquistas como das questões deixadas em aberto. Essas publicações e este webinar felizmente se contrapõem a nossa prática muito frequente do esquecimento dos legados das gerações antecedentes, que aqui em boa hora se assume.

Há uma falha específica de nossas instituições, que sequer conseguem garantir o arquivo adequado da base documental de nossos pesquisadores e grandes artistas. Na área de urbanismo e planejamento urbano, anotemos nossa dificuldade de acessar livros e documentos sobre temas locais que, frequentemente de tiragem limitada, pouco ou não circulam, dificultando enormemente sua consulta pelas novas gerações. O compartilhamento por sítios e

Internet continua fragmentado, mesmo quando se refere a textos posteriores aos anos 2000. Nas artes, isso pode ser exemplificado pela venda do *Abaporu* de Tarsila do Amaral para um museu argentino ou a frequente preservação da obra a cargo da iniciativa da família, como foi o caso de boa parte dos trabalhos de Portinari. Não serão esses os únicos casos e o trabalho de constituição do repositório das obras de docentes e discentes que já se iniciou parece indicar a bem-vinda inflexão nesse despreço tão nosso pelos arquivos ou bibliotecas. Uma solução mais sólida, mas que também testemunha sobre as nossas fragilidades, tem sido seu legado através de testamentos para arquivos no estrangeiro, como ocorreu com a produção de Lúcio Costa e Paulo Mendes da Rocha. Mas há muitos e muitos exemplos adicionais que nos desafiam a entender e quiçá mudar essa cultura e a mera remissão a dificuldades de financiamento que, sendo verdadeiras, parecem não dar conta de uma explicação convincente, que deve ser procurada nas instabilidades institucionais. Essa digressão apenas demonstra, se ainda fosse necessário, a importância da recuperação da atualidade do pensamento da professora Ana Clara.

O mal-estar na universidade

Seria possível, mas não cabe aqui, abrir discussão com alguns pontos teóricos desenvolvidos pela professora Ana Clara Torres Ribeiro. Notadamente o uso dos termos capital simbólico, uma certa irregularidade conceitual na apropriação de noções de algumas disciplinas afins. Destas, talvez a noção de paradigma merecesse atenção. Mas isso vai ter que aguardar outra oportunidade, em outros artigos que tangenciem esses temas. Aqui cabe agradecer e contribuir para preservar vivo seu legado que, no caso, pretendeu identificar com base em seus testemunhos em primeira pessoa, a subjetividade da pesquisadora conforme aflora em seus trabalhos mais pessoais, respeitando assim um traço fundamental de sua opção teórica, que é o de levar em conta não apenas a obra, mas seu autor e o contexto.

Finalmente, e definindo a universidade como o lugar social das disciplinas em contato e seu possível desenvolvimento por

aproximação ou distanciamento institucional, convém retomar a apresentação inicial da pesquisadora, reconhecida e apoiada pelos órgãos de fomento mesmo quando desligada de instituições que a legitimassem. Essa prática pregressa, tão cuidadosa com as carências das novas gerações, perdeu-se e foi substituída por avaliações e *rankings* produtivistas, pela pressão pela leitura pragmática do estado da arte, pelo conhecimento como mercadoria, pelos estudantes tratados como produto, contribuindo para pôr em xeque a ética da convicção que Weber considera central para os pesquisadores e que Ana Clara sustentou e tematizou. Embora esses temas em seus impactos na universidade e nas novas gerações não tenham sido diretamente discutidos pela professora Ana Clara Torres Ribeiro, ela identificou, com a visão trágica de Weber, a angústia da modernidade e alerta a juventude para o mal-estar na universidade, tema este já presente em uma bibliografia que se expande regularmente aqui e no exterior. A crise do financiamento dos programas e do paradigma de avaliação da CAPES aguardam solução que sustente o desenvolvimento da pesquisa neste país.

Referências

COUTO, Beatriz. O arquiteto imaginário: sua produção do modernismo ao pós-modernismo. *Topos: Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v. 04, p. 22-26, 2005.

COUTO, Beatriz. Os fios do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro: sua tessitura interdisciplinar. In: WEBINARIO SEMINÁRIO/ DISCIPLINA, 2011, Rio de Janeiro. *Atualidade do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro: fronteiras interdisciplinares na análise do espaço*. Rio de Janeiro: Agência IPPUR, 2021 (coordenação de Anita Loureiro e Aldenilson Santos).

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; POGGIESE, Hector Atílio; MIRANDA, Elis de Araújo. (orgs.). *Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Tessitura (vb). In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia da. Impulsos globais e espaço urbano; sobre o novo economicismo. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente; ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 5.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente; ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v.1 (Memorial para o concurso de professora titular).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

EIXO II

Lastro: o laboratório de pesquisa

Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO): considerações sobre o sentido, as ações e o legado

Laura Maul de Carvalho Costa

Cátia Antônia da Silva

Pedro Bernardes Pinheiro

Introdução

O LASTRO do IPPUR/UFRJ, coordenado pela professora doutora Ana Clara Torres Ribeiro, foi criado em 1996. O contexto histórico em que surgia era marcado pela percepção de crescente aceleração das dinâmicas sociais, com papel fundamental das novas tecnologias de informação e comunicação alterando oportunidades sociais, os papéis exercidos pelas metrópoles e o teor dos debates sobre o futuro da sociedade brasileira. O laboratório manteve suas atividades por 15 anos desenvolvendo, inicialmente, o projeto de pesquisa “Modernidade, comunicação e cultura: a nova face do poder metropolitano”, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 1999, inicia-se o projeto “Micro-Conjuntura: informação e oportunidade nas metrópoles brasileiras”, também apoiado pelo CNPq. Esse projeto foi renovado e desenvolvido até o ano de 2003, quando é reformulado para “Cartografia da ação e análise de conjuntura: reivindicações e protestos em contextos metropolitanos”.

O rigor analítico, a sensibilidade pelos eventos pouco visíveis aos olhos da mídia e da vida político-partidária, fizeram com que a professora Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga e professora do IPPUR/UFRJ, desenvolvesse no LASTRO uma série de projetos de pesquisa, de articulações acadêmicas e orientações de estudantes de

diferentes áreas de formação, com a clareza ética, epistemológica e metodológica sobre a importância da sociologia e dos diálogos interdisciplinares, sem perder de vista os diálogos com os sujeitos sociais, suas demandas e questões.

O presente artigo, proposto em 2021, ano em que o falecimento da professora Ana Clara completa 10 anos, tem como finalidade apresentar o LASTRO, considerando os olhares dos autores que foram pesquisadores desse laboratório e que aprenderam o sentido humanista da ciência e a importância do rigor e da dialógica para produzir as densidades necessárias aos estudos das ciências humanas. O trabalho divide-se em três partes: a primeira seção apresenta a estrutura do laboratório e suas articulações conceituais, teóricas e metodológicas, que explicam a implementação do banco de dados sociais e a cartografia da ação social. A segunda seção analisa a construção do conceito de sujeito corporificado e sua relação com o tema da saúde e a terceira seção apresenta a importância dos elos entre estudar a ação social como categoria instrumental que norteia os trabalhos e as interlocuções no LASTRO.

LASTRO e a construção dos sentidos do fazer da Sociologia do Presente

A conjuntura social, como definida de interesse à produção do LASTRO, destaca a sociabilidade, a urbanidade, as múltiplas formas de controle social, os estereótipos e os aprendizados que constroem o senso comum. Assim, difere-se dos estudos da conjuntura conduzidos prioritariamente por análise de indicadores sociais e políticos. Na apreensão de mutações na conjuntura social, que podem ser passageiras, o trabalho do LASTRO busca inspiração, por exemplo, em estudos do cotidiano de Henri Lefebvre e Agnes Heller; na cultura ordinária conforme estudada por Michel de Certeau; nos caminhos da renovação metodológica sinalizados por Boaventura de Souza Santos; na categoria “homem lento” concebida por Milton Santos e na reflexão da imanência realizada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (RIBEIRO, 2012, p. 39).

A proposta acadêmica do laboratório envolvia a construção de uma metodologia adequada à análise da conjuntura social a partir

das ações sociais percebidas no espaço público – especialmente urbano – e no tempo presente. O trabalho de pesquisa era dedicado ao acompanhamento das manifestações e dos protestos populares, ações de denúncia e reivindicação por direitos e melhores condições de vida. Era imprescindível a consideração da ação social à análise da conjuntura produzida sobre a sociedade com foco nos diferentes sujeitos sociais, políticos e poder público. Os sujeitos sociais, muitas vezes inviabilizados nas esferas políticas e na grande mídia, são portadores de valores em suas ações cujos sentidos precisam ser compreendidos. Assim eram identificados os sinais e vestígios dos processos sociais em curso no contexto do presente. E eram esses mesmos processos que intencionávamos favorecer. Este entendimento da centralidade da ação na renovação das ciências sociais o LASTRO trouxe para o diálogo com disciplinas dedicadas ao espaço, especialmente o Urbanismo e a Geografia, e com a área interdisciplinar do planejamento urbano e regional.

A pesquisa estava organizada em três etapas complementares. Denominávamos essas etapas como coleta, alimentação e revisão. A primeira dessas etapas correspondia à coleta, que consistia na pesquisa por ações de protesto e manifestação. A fonte de dados era a grande imprensa, através do exame de jornais que concentram sua cobertura para cada uma das regiões metropolitanas acompanhadas: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, desde o primeiro momento, e Belém, Porto Alegre e Salvador, quando fora ampliado o alcance do banco. A opção por valer-se da grande imprensa como fonte era desde o princípio consciente das questões relativas ao trabalho com tal tipo de fonte secundária, cujas vantagens e desvantagens eram também compartilhadas por todos os membros do grupo de pesquisa: em uma de nossas reuniões ordinárias definimos que nos dedicávamos à leitura e tratamento das ações que primariamente chegavam como “fatos-relatos” da grande mídia.

O Banco de Dados de Ações e Processos Sociais

Para operacionalizar o registro das manifestações foi construído o Banco de Dados de Ações e Processos Sociais (BAPS), organizado no programa Microsoft Access, ainda na década de 1990, quando se

iniciava o processo de informatização dos sistemas acadêmicos. Nos primeiros anos do desenvolvimento da pesquisa, as coletas eram realizadas em jornal impresso, com consultas à Biblioteca Nacional e por assinatura do laboratório, havendo posteriormente passado às edições digitais em meados dos anos 2000. A escolha das metrópoles pesquisadas envolvia, além de critérios demográficos e relativos à hierarquia urbana nacional, o reconhecimento de distintos processos sociais e políticos nas diferentes regiões brasileiras. Cabe aqui ressaltar que na cidade de Brasília, devido ao seu papel de centro político nacional, registramos em maior número a ocorrência de manifestações associadas à esfera nacional do que propriamente regional.

Foram muitos os desafios e esforços para lidar com as dificuldades e limitações relacionadas simultaneamente à natureza da fonte de informação, à técnica afeita ao instrumento de pesquisa e às possibilidades analíticas nesse fazer de uma ciência rigorosa em manter-se em ambiente de constante reflexão e decisão. Interessava o acompanhamento dos processos, a valorização dos ângulos dos sujeitos sociais, a não predefinição de classes classificatórias. Assim, o banco foi organizado por classes e categorias analíticas relacionadas à ação social, como: sujeito da ação; motivação da ação; objetivo da ação; tipo de ação; número de participantes; opositores; mediadores; resultado alcançado pela ação; lugar e duração da ação. Havia, contudo, abertura para a expansão das categorias e classes definidas, de modo a ampliar o entendimento sobre os sentidos da ação. Na etapa da alimentação, realizava-se uma classificação da ação social que poderia ser um tanto diversa daquela trazida pela fonte de informação quanto diversamente especificada, através das subespecificações. Um exemplo corrente: manifestações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) eram usualmente identificadas pela imprensa como “invasão”. No processo de classificação compreendíamos tais ações como “ocupação de terra”, “ocupação de espaço privado” ou “ocupação de imóvel público”, a depender da referência à propriedade da terra trazida pela notícia.

Dessa forma, o Banco de Dados não era apenas uma ferramenta estatística com categorias predefinidas e imutáveis. Era dinâmico e orientado por um glossário que era produzido visando explicar as ações sociais a partir da narrativa produzida pelos sujeitos das ações.

A leitura de notícias de jornais, as entrevistas com sujeitos sociais e os diálogos com os projetos de pesquisa dos orientandos produziam a densidade reflexiva que alimentava o fazer coletivo.

A dinâmica do trabalho cotidiano envolvia reuniões semanais, nas quais discutiam-se coletivamente todas as etapas do trabalho, desde a seleção das fontes (os periódicos escolhidos e os cadernos consultados), passando pelo tratamento/modificação do texto original de imprensa até a definição da classificação sociológica (categorias do Banco de Dados). Intencionávamos observar todos os parâmetros: científicos, técnicos e éticos. Organizávamos sistematizações e manuais, sendo todos instrumentos abertos.

Na etapa da revisão, controlávamos nossa produção, repensávamos e corrigíamos. Passamos por momentos de esforço macro, quando, por exemplo, um pouco mais à frente, propusemos uma revisão total de todas as entradas do Banco de Dados, quanto às classificações e à forma do registro. A partir de então, outras revisões de recorte específico passaram a ocorrer.

Além de indicar possíveis vestígios e sintomas da ação – cujo estudo demanda o uso complementar de outras técnicas de pesquisa –, os acúmulos de informação conseguidos através do BAPS demonstram uma extraordinária criatividade nas reivindicações, protestos e lutas que mobilizam a cena urbana: bloqueatos, bicicletaços, beijaços, abraços a monumentos e símbolos das diferentes causas que mobilizam a ação, cerimônias ecumênicas, intervenções teatrais, ocupação simbólica de praias, visitas populares a *shopping centers*, compartilhamento de refeições e de bandeiras de luta.

A informação sistematizada não indica apenas o aumento da criatividade nas lutas urbanas, relacionada à conquista de visibilidade e legitimidade de alguns autores sociais, mas indicava também a experiência de novos interclassismos – envolvendo profissionais da área da comunicação e artistas – e a força das permanências, atualizadas nas conjunturas sociais. Incêndios, barricadas, arrastões, interrupções de vias demonstram a rigidez da estratificação social e as barreiras contra as quais se chocam os avanços alcançados noutras formas de ação social. Determinados tipos de ações, como rebeliões e linchamentos, ensejaram oportunos debates sobre o uso da violência em protestos e reivindicações. Debates esses presentes

inclusive em trabalhos de iniciação científica que tiveram seu valor reconhecido por comissões de avaliação da Jornada da UFRJ e das Semanas de Planejamento, organizadas anualmente pelo IPPUR/UFRJ (RIBEIRO, 2012, p. 41).

O ambiente analítico criado pelo LASTRO apoiava o desenvolvimento de dissertações e teses. Dentre os estudos desenvolvidos mais diretamente a partir do objeto do laboratório destacamos dissertações produzidas por pesquisadores que atuaram como estudantes de iniciação científica tendo, em seguida, cursado o mestrado no IPPUR/UFRJ. Nessa direção, apontamos os trabalhos de Alice Loureiro; “Quem tem direito à cidade? Lutas pelo direito de ir e vir na metrópole do Rio de Janeiro (1980-2005)” (2006), de Pedro Bernardes Pinheiro; “Sentidos da discriminação: movimentos sociais e políticas públicas no Rio de Janeiro” (2009); e ainda, de Vinicius Lima de Carvalho, “Juventude e Política Cultural nas Periferias do Presente: o caso de Nova Iguaçu” (2012), dissertação defendida posteriormente ao falecimento de Ana Clara Torres Ribeiro e sob orientação final de Soraya Silveira Simões.

Para além das orientações, as parcerias institucionais que Ana Clara estabelecia resultaram em colaborações ao mesmo tempo que abriam para a equipe novas possibilidades que iam desde a participação em eventos nacionais e internacionais até a participação em reuniões conjuntas de trabalho, onde aprofundaram-se debates, referências conceituais e recortes metodológicos.

A metodologia da Cartografia da Ação e o LASTRO

A produção do LASTRO esteve vinculada à gradual definição dos princípios teóricos e metodológicos que orientam a cartografia da ação, uma das vertentes de investigação sistemática da dinâmica social. Conforme Ana Clara Torres Ribeiro (2012) expõe, a cartografia da ação social não tem como única finalidade a produção de um mapa. De forma muito breve, esclarecemos que a cartografia da ação baseia-se, em termos práticos, na desconstrução analítica de matérias veiculadas pela imprensa diária e na classificação da informação, assim obtida, no Banco de Ações e Processos Sociais (BAPS) descrito anteriormente. Essa cartografia, que não

necessariamente gera mapas, mas tensiona as representações hegemônicas da cartografia tradicional, comprovou, ao longo dos anos, ser mais do que uma técnica de pesquisa, na medida em que tem servido como uma espécie de celeiro de novas questões sobre a dinâmica do tecido urbano e as resistências sociais na vida cotidiana.

A diferença em relação a outras experiências em cartografia social, além dos sustentos teórico-conceituais do instrumento, se expressa na recusa a predefinir o sujeito ou o tipo da ação e, também, na valorização de gestos ou atitudes de protesto, mesmo que mínimos ou somente tentativos. Em consonância, tem-se a ausência de alternativas predefinidas para a classificação da ação nas variáveis que formam a arquitetura do banco. Essa abertura transformou a cartografia da ação num instrumento que estimulava o embate de ideias entre integrantes da equipe do LASTRO (RIBEIRO, 2012, p.38).

A proposta de identificar e representar fenômenos em sua fluidez, realizando observação simultânea do espaço-tempo sem fixar *a priori* espaço ou o tempo permitiu não tão somente perceber características em mutação, mas, por exemplo, reconhecer que trata-se de um mesmo fenômeno, com novas feições, avançando nos entendimentos sobre a sociedade. O fenômeno social, entendemos, seria o próprio movimento (os sentidos da ação social), não seus elementos estáveis, não os contornos.

Trata-se da possibilidade de compreender, registrar e analisar o movimento do coletivo, que vai desde a percepção de uma questão à definição do objeto de forma coletiva (a partir de narrativas e memórias dos eventos) até a sua representação física.

A aplicação da metodologia da Cartografia da Ação sobre os dados do BAPS seguiu-se após o estabelecimento da rotina com a alimentação do banco de dados e um primeiro acúmulo de material, ainda em 1999/2000. Tratava-se da construção de exercícios de representação dinâmica da ação em sua dimensão espaço-temporal, relacionados à constante reflexão sobre as categorias e classes analíticas, em uma busca contínua – conceitual e metodológica.

A produção cartográfica resultante dos esforços empreendidos expressava desde a busca por novas formas de representação espacial, através de distintos elementos iconográficos, até o uso de

recursos mais estatísticos tradicionais como as diferenciações de classes por cor, ou mesmo o uso de gráficos nos mapas. Essas formas de representação associavam-se às nossas escolhas analíticas e aos temas de pesquisa, notadamente alguns tipos de ação, ou ainda, a uma área de interesse específica (saúde, educação, habitação, meio ambiente). Essas distintas formas de representação também se associam, como é comum na cartografia, às distintas escalas espaciais: locais, metropolitanas, regionais.

Uma leitura amparada na problemática: sujeito de direitos X sujeito corporificado

A relação entre as noções de sujeito de direitos e sujeito corporificado é proposta e trabalhada por Ana Clara (RIBEIRO, 2000) em associação aos dilemas éticos da área da saúde. Tal relação tem sido refeita a partir de renovações conceituais em curso na Geografia e no Urbanismo, como as representadas pelo conceito de homem lento, proposto por Milton Santos (1994), e de corpografia, trabalhado por Paola Berenstein Jacques (2007). O conceito de sujeito corporificado, na forma como foi tratado no âmbito das linhas de pesquisa do LASTRO, conecta-se a outros conceitos, como: microconjuntura urbana, espaço vivenciado e sistematicidade popular.

Essa conexão de conceitos indica compromisso com a redução do nível de abstração na qual tantas vezes são pensados direitos sociais e práticas políticas. A ação do sujeito corporificado materializa a urgência individual e coletiva experimentada em circunstâncias que criam (e são criadas) no espaço vivenciado; uma urgência que se manifesta em microconjunturas urbanas. Este último conceito valoriza a escala da ação possível para aquele que “está nas ruas”. A conjuntura, refletida nessa escala, absorve e refaz, nas práticas sociais, macrotendências da economia e da política. Para o LASTRO, é a ação do sujeito corporificado que, nas brechas e fraturas da cidade dominante, constrói a sistematicidade popular (RIBEIRO, 2012, p. 41).

Na década de 1990, Ana Clara Torres Ribeiro teve a experiência de participar, durante aproximadamente três anos, da comissão

de bioética do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC) da UFRJ. Alguns resultados desse trabalho foram registrados no artigo intitulado “Ética na ciência: aspectos sociológicos” (RIBEIRO. In: PALÁCIOS *et al.*, 2002) e no capítulo intitulado “Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia”, da *Revista Brasileira de Educação Médica*, no ano de 2000 (RIBEIRO, 2000). Ana Clara Ribeiro (2012) relata que sua atuação no NESC/UFRJ atualizou reflexões anteriores na área da saúde, como exemplifica a coordenação, com Isabel Picaluga, de pesquisa sobre as campanhas sanitárias no âmbito do Programa de Estudos Socioeconômicos em Saúde (PESES), coordenado por Sérgio Arouca na Fundação Oswaldo Cruz.

A partir das décadas de 1990 e 2000, permitiu diferentes diálogos sobre a reflexão da conjuntura de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação em grupos de trabalho sobre comunicação e saúde; a participação em eventos promovidos pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e a preservação de um sempre ativo intercâmbio de Ana Clara com o Departamento de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, através do diálogo com pesquisas e práticas de extensão desenvolvidas por Victor Valla e Eduardo Stotz.

A articulação da saúde coletiva no estudo das relações sociedade/espço expandiu-se também para a avaliação da relação entre saúde, espaço e a vida urbana, como exemplificada na escrita do texto, em coautoria com Cátia Antônia da Silva e Hermani de Moraes Vieira, “Em defesa da reflexão na escala metropolitana: o ângulo da saúde”, publicado em *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*, pela Editora FIOCRUZ, em 1998 (RIBEIRO *et al.*, 1998). Segundo Ribeiro (2012), esse artigo sistematizou orientações analíticas já presentes no artigo, em coautoria com Henrique da Silveira Souza, “Saúde e Comunicação: faces contemporâneas da gestão da sociedade”, publicado no livro organizado por Áurea da Rocha Pitta, *Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios*, HUCITEC-ABRASCO, 1995 e no artigo “Modernidade e riscos em metrópoles brasileiras”, publicado em Ana Maria Canesqui (org.), *Ciências Sociais e Saúde*, HUCITEC-ABRASCO, 1997 (RIBEIRO, 2012, p. 12).

Os diálogos de Ribeiro na construção da problemática de consideração da dimensão do corpo humano na cidade apontaram novos caminhos para o estabelecimento de mais pontes interdisciplinares. No ano de 2011, ano de seu falecimento, Ana Clara ainda esteve à frente do evento sobre a temática do “Corpo” nas dependências do IPPUR/UFRJ. Era a edição de mais um “troca de ideias”, promovido pela equipe do LASTRO, realizado em 02/09/2011 (LASTRO, 2011). O evento, realizado em um grande auditório, teve chamada aberta àqueles que desejassem compartilhar experiências e opiniões livremente sobre o tema. Acontecimento absolutamente impactante, potente, com a presença maciça e vibrante de tantos docentes, pesquisadores, estudantes e ativistas de variadas áreas. Ali estava colocada e ampliada a discussão em torno das noções de sujeito abstrato e sujeito corporificado.

Em determinado momento do evento, Ana Clara pontua que a sustentação do indivíduo em sociedade se passa também pela preservação da face biológica, pela materialidade do corpo, de que não podemos esquecer que nós temos corpo. Nesse sentido, faz a crítica das análises da sociedade que vêm a ser leituras de um sujeito social descorporificado, um sujeito de direitos, de direitos urbanos, porém abstraído pela força das instituições. Chamava à reflexão: qual seria materialmente, efetivamente, o direito garantido? O direito a lutar por seus direitos, frisou, não equivale a ter direitos de cidadania garantidos. Essa articulação de pensamentos e pessoas foi marcante, e marcaria também um novo período de diálogos profícuos, certamente, com Ana Clara, não fosse sua partida.

Laura Maul de Carvalho Costa realizou posteriormente a dissertação de mestrado “A saúde do trabalhador da Saúde no Rio de Janeiro nos anos recentes: impactos do atual modelo de gestão do SUS” (COSTA, 2016), em Saúde Coletiva, e essas reflexões ampararam também as inquietações advindas da aproximação com o objeto de estudo. A busca por um diálogo tentativo com a construção da categoria “sujeito corporificado”, posterior à conclusão desse estudo de mestrado, indica mais um caminho a ser explorado em direção ao aprofundamento das questões.

A pesquisa desenvolvida acerca das condições de trabalho dos profissionais da Atenção Primária na cidade do Rio nos recentes

anos de entrada da gestão pública não direta – as chamadas “Organizações Sociais” (OS) – apontou dados relevantes da situação de intenso sofrimento vivido pelos profissionais que são diretamente relacionados às más condições de trabalho e atendimento no âmbito do SUS e, portanto, no âmbito de efetivação de um direito constitucional básico.

Na saúde, sabemos, já houve uma cultura bastante rica em espaços de articulação e confrontação de ideias acerca das necessidades de saúde e de assistência à saúde da população. Eram espaços vivos de troca de entendimentos e experiências técnicas, administrativas e populares nos quais efetivamente se fazia presente e atuante a fala da população. Isso se dava especialmente no âmbito das Áreas Programáticas (AP), em reuniões institucionais abertas dos grupos executivos locais de cada AP, de composição paritária para votos nesses colegiados, com representação das unidades de saúde e da população da área, com ou sem o gestor municipal.

Com base nessa memória coletiva, muitos atualizaram a crítica aos espaços burocratizados, apontando a baixa representatividade da população assistida e dos trabalhadores de ponta da rede pública de saúde, o descaso do poder público em cumprir a função constitucional de acatar as deliberações dos Conselhos e Conferências de Saúde, as não superadas tradicionais práticas de cooptação de lideranças, configurando um exercício que se realiza em boa medida não como um efetivo controle social, tal como preconizado e até melhor experimentado em outros períodos, mas sim como um controle do controle social (STOTZ, 2006; LABRA, 2009; REIS, 2010; MENEZES *et al.*, 2015; PILOTTO, 2015).

Os resultados do trabalho de mestrado (*op. cit.*, 2016) ajudaram a entender melhor um quadro também apontado por outros autores e compartilhado pela experiência social comum sobre as condições gerais do primeiro nível de atenção em sua relação com os demais níveis de complexidade – a partir da vivência nos grandes centros urbanos do país e, em particular, no Rio de Janeiro, seja através da busca por assistência, seja através da massificação da informação de grande parte da imprensa. O sistema, mesmo a despeito de haver experimentado uma propaganda ampliação de cobertura da Atenção Básica, vem respondendo à demanda ainda de forma precária.

Tecendo relações entre as notícias que continuamente recebemos através da grande mídia acerca da precariedade do atendimento em saúde¹ e tendo por base não apenas a experiência junto ao LASTRO, mas também o debate levantado por Ana Clara (RIBEIRO, 2000) acerca dos mecanismos de controle da experiência urbana, e Paola B. Jacques (JACQUES, 2007) enfatizando a ideia do corpo como resistência, sublinharia algumas questões.

Quanto à função do primeiro nível de atenção do sistema de saúde ante a totalidade da rede SUS, trabalha-se com a definição de “porta de entrada”, que equivale ao papel exercido pela Atenção Básica na hierarquização dos níveis de complexidade do atendimento. Ocorre que essa hierarquização, na prática, funciona demasiadamente como uma hierarquização “disciplinadora” da população quando da busca pelo serviço de saúde. A despeito de considerar-se “porta de entrada” tanto o atendimento das Clínicas da Família quanto os serviços de pronto-atendimento (urgência/emergência), podemos levantar uma série de questionamentos quanto à adequação do atendimento e dos fluxos de referenciação aos demais níveis de atenção a partir de casos concretos. Chama a atenção, contudo, e é o que pretendo levantar neste texto, que, mesmo sem valer-nos da sistematização de dados de estudo, mesmo prescindindo da consulta a demais fontes, e sendo igualmente sabedores das limitações e vieses da fonte jornalística, os casos alardeados pela grande imprensa permitem e exigem que pensem para além da notícia. O que poderia justificar, por exemplo², que

¹ Esse viés, sabemos, constitui marca editorial da grande imprensa brasileira, construindo um imaginário distorcido e cruel, na medida em que seleciona e massifica a tragédia e, por outro lado, também, não acompanha os processos, no que diz respeito ao real desvelamento das estruturas determinantes e também das soluções e desencadeamento possíveis para os fatos noticiados, o que também contribui para a reprodução das mesmas situações, que, mesmo não representando tragédia para a maioria dos atendimentos, são inquietantemente reais e trágicas em muitos casos, e difíceis, complicadas, mal administradas em tantos outros; para o asseguramento das garantias básicas e ampliação da assistência.

² Ver, por exemplo, matéria jornalística de 2018 sobre a sequência de falhas no atendimento do caso de mulher com insuficiência respiratória: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/01/filho-denuncia-des-caso-no-atendimento-que-teria-levado-a-morte-da-mae-no-hospital-getulio-vargas-no-rio.ghtml>.

o paciente se dirija, por seus próprios recursos, inclusive com o corpo debilitado, sentindo dor, a uma unidade de atendimento (a um grande hospital, via de regra, a uma grande emergência) e essa unidade secundária não o atenda de pronto, mas sim o encaminhe a “uma porta de entrada” (UPA) para que lá seja classificado e então volte a ser encaminhado à grande emergência (onde buscou o primeiro acesso), caso tenha o nível de gravidade classificado como alto? O que poderia justificar tal fluxo do ponto de vista do direito à saúde do indivíduo, afinal? Como não ser tomada como possibilidade real de “porta de entrada” toda e qualquer entrada de serviço à qual efetivamente alguém se dirija pedindo socorro? Como será revisada e tratada a questão, não apenas os casos em que o sofrimento gerado e a falta de assistência em tempo levaram ao óbito por essa estrutura? Já sabemos que haverá casos nesse limite, eles se repetem, há que se admitir: são esperados. Infelizmente, mas os são. Portanto, a ocorrência de mais um mau atendimento na rede torna-se não apenas a constatação de um absurdo, de um descaso, mas vem mais uma vez, principalmente, constatar que essa é a realidade dos fatos (e não “simplesmente uma fatalidade”), constituindo assim a realidade do próprio sistema de saúde, por mais cruel que seja. Não deveríamos tratar correntemente por «descaso do sistema», deveríamos tratar como “caso” mesmo.

A partir da problematização acerca dos direitos dos sujeitos diante das condições efetivas de realização dos direitos, podemos encontrar caminho de aprofundamento da discussão apoiados na abordagem sociológica oferecida por Ribeiro (2000; 2005) no desenvolvimento da relação entre a noção de “sujeito de direitos” e a categoria de “sujeito corporificado” (que trata justamente da corporificação dos direitos, da experiência dos direitos vivida pelo sujeito). O seguinte questionamento de base poderia ser apontado a fim de orientar a investigação: onde está garantido efetivamente o direito à saúde para além das situações-limite (óbitos, longas filas de espera)? À escala do indivíduo, o que se verifica é uma permanente insegurança relacionada à expectativa de sucesso em cada passo da busca por assistência. Essa condição está colocada em função de determinações sociais que dizem respeito à negação de estrutura, negação de acesso à estrutura,

negação de participação em fóruns de discussão/decisão/deliberação. Afinal então, em que níveis estamos tratando da organização do sistema ou da organização de uma cadeia precária e de precarização de todo o sistema?

O SUS, desde a sua criação, sofre mudanças, ganha novos contornos, e amadurece em tempo de existência; da mesma forma permanece também gerando por dentro do próprio sistema novos entraves, problemas e desafios ao seu funcionamento. A massificação da produção de informação de que a sociedade dispõe, no entanto, cuja fonte é a grande imprensa, opera uma lógica binária: os discursos entre aqueles que querem acabar com o serviço público e os que defendem o serviço público. De acordo com essa lógica, mesmo os que defendem a garantia do serviço público veem-se presos a uma lógica também cruel, porque a cultura de preservação do SUS passa a justificar toda a estrutura do sistema, que apenas precisaria funcionar bem para que tudo aconteça a contento. Enquanto isso, as famílias assistidas e os profissionais não são ouvidos quanto às questões diariamente enfrentadas, não encontram canais de fala e escuta; estes não fazem mais parte da prática do sistema³. Mas, então: como fazer funcionar bem? Mais recentemente essa discussão específica foi levantada por Gastão Wagner (CAMPOS, 2014): de que os problemas do sistema não seriam apenas de investimento, mas também de organização. Nesse sentido, encontramos-nos atualmente até mais à vontade para pensar a crítica sobre os modelos de gestão, embora também o façamos privilegiando o viés do repasse de recursos e de exploração e tensionamento da mão de obra, mas não propriamente as definições de atribuição.

A leitura da concepção de “sujeito corporificado” não apenas lembra-nos de que somente existem direitos se os mesmos são garantidos nas condições reais de reprodução da vida, como traz uma convocação ao tratamento dos fatos trágicos e a partir de novas propostas.

³ Tal afirmação é feita não a partir da leitura de artigos ou dos dados de avaliação do sistema, nem tampouco trata-se da interpretação da manchete do jornal, mas a partir das entrevistas realizadas durante o estudo de mestrado com os profissionais de saúde da ponta do sistema (COSTA, 2016).

Trata-se da possibilidade de que, por fim, surja o ‘sujeito corporificado’, isto é, que o sujeito de direitos – previsto e garantido em lei – se materialize em sangue, carne e cultura, permitindo a radical superação do idealismo e do materialismo objetivante. A apresentação na cena política mundial do drama humano exigirá, assim pensamos, a efetiva realização de um movimento de superação, ou seja, o encontro de uma nova síntese que reúna corpo e espírito (valores e orientação ética) na construção da democracia. Acreditamos que o encontro desta síntese, que pode ser altamente estimulada pela bioética, é, inclusive indispensável à atualização do humanismo (RIBEIRO, 2013, p. 31).

Necessitamos atualizar a ideia de que seja imprescindível ao funcionamento de todo sistema sua contínua avaliação: em sua face cotidiana, não uniforme, não estável.

Análise da conjuntura social, território e ação social como possibilidades para compreender a resistência

A ação social é um conceito fundamental da Sociologia e Ana Clara localiza o conceito no centro de sua análise. Ribeiro (2011) explica que o conceito sociológico difere dos conceitos de agir e de atividade. Enquanto esses conceitos remetem à compreensão do ato produzido por seus atores ou agentes, a ação tem como princípio compreender o sentido do ato para o sujeito. Compreender o Outro, para Ribeiro, remete-se sobretudo ao entendimento dos motivos, das estratégias, das emoções e dos desideratos que movem as ações de manifestações, de protestos e as narrativas individuais e coletivas.

Compreender o sentido das ações sociais garante à análise a compreensão espaço-tempo dos sujeitos e de suas intencionalidades, seus desafios, suas angústias. As ações ajudam a elucidar como os problemas impactam os sujeitos e ao mesmo tempo como são enfrentados, como são conformadas as lutas, as estratégias de resistências e a conformação das ideias e atos insurgentes.

Quando eu estabeleci a ordem dos termos da conferência – ‘Ação, Técnica e Espaço’ –, priorizei a Ação porque, para a so-

ciologia, o tempo é o mais importante: nós temos pouco tempo. A Ação acontece no tempo: ou você agarra a oportunidade na unha, ou perde mesmo. A Ação, portanto, encerra algo intrinsecamente vinculado ao tempo, algo que não pode deixar de ser atentamente reconhecido. A fratura de oportunidade da ação se agencia rapidamente para interferir naquela circunstância e não em outra, porque o efeito já não vai ser o mesmo. Por conseguinte, o tempo é fundamental. E o tempo é intrinsecamente vinculado à experiência da condição humana. Acho que nós até podemos admitir morrer em qualquer lugar; o problema é morrer ou desaparecer da civilização, você pode virar uma herança cristalizada da geologia, mas e daí? Acabou. Há, pois, uma dramaticidade na questão do tempo que é intrínseca à ação social. A ação social tem algo de dramático. Ela está no teatro da existência, no teatro da vida, no jogo da vida, mas tem algo de drama, que é o drama da condição humana. Quando transcende vai para tragédia mesmo e aí é que está, me parece, a grande questão. Ela continua sendo, independentemente do avanço da técnica, a grande forma da experiência humana, em toda sua grandeza e, também, em toda sua virulência (RIBEIRO, 2012, p. 66).

A ação social é, portanto, conceito tático para a implementação de metodologias operativas como é a cartografia da ação social. Uma cartografia que tem como foco os processos de conflitos sociais, sociabilidades, de identificação das fronteiras sociais e das formas de produção de estereótipos e de luta contra esses estereótipos e violência.

Ana Clara participou do Seminário da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território (RII), ocorrido em Rosário (Argentina) em 2001, onde apresentou o texto “Ação social, qualidade de vida e novos usos do território: vetores da globalização”, publicado em Alicia Castagna, Isabel Raposo e Maria L. Woelflin (ed.). *Globalización y Territorio*, em 2002 (CASTAGNA *et al.*, 2002), e assumiu a organização, com Carlos Alberto Abaleron (Fundación Bariloche) e Danilo Veiga (Universidad de la República, Uruguai) do grupo temático “Desigualdade, pobreza e qualidade de vida”, uma atividade repetida nos seminários seguintes da RII.

Também durante o seminário da RII ocorrido em Camagüey (Cuba), no período de 25-28 de maio de 2002, Ana Clara Torres

Ribeiro expôs o trabalho que depois virou um artigo, em coautoria com Alice Lourenço, Laura Maul de Carvalho Costa e Maria Amélia Vilanova Neta, intitulado “Sentidos da ação e lutas por protagonismo em contextos metropolitanos: fragmentação na periferia do capitalismo” (RIBEIRO *et al.*, 2002). Esse artigo se apoiou em resultados das pesquisas desenvolvidas no LASTRO. Quando do VIII Seminário Internacional da RII (Rio de Janeiro, de 25 a 28 de maio de 2004), a equipe responsável pela realização do seminário – formada por Ana Clara Torres Ribeiro, Hermes Magalhães Tavares, Jorge Natal e Rosélia Piquet – organizou o livro *Globalização e Território: ajustes periféricos* (RIBEIRO *et al.*, 2005), composto por trabalhos selecionados de cada eixo temático que estrutura a RII.

Os projetos de pesquisa, as orientações e parcerias estabelecidos por Ana Clara contribuíram de forma rigorosa para o desvendamento analítico, por meio de estudos sobre as grandes formas de dominação, os formatos de implementação de poder, as intencionalidades do biopoder. A compreensão do espaço urbano, o tecido social, a vida metropolitana são as principais referências para a compreensão da dimensão territorial nas produções das fragmentações sociais, os exercícios da negação dos sujeitos. Em contrapartida, a resistência e insurgências passam a ser valorizadas na obra de Ana Clara, desde seus estudos sobre os biscateiros até sobre as formas recentes de lutas e manifestações culturais na produção das centralidades populares. São muitos os artigos publicados por Ana Clara Torres Ribeiro que nos ajudam a compreender a reflexão filosófica, ética, teórica e metodológica sobre a ação social. Também nos diálogos acadêmicos, Ana Clara revela as possibilidades de estudos e de análise das resistências tais como nessa passagem do livro *Sociologia do presente* (2012):

Essas sessões, listadas a seguir, resultam de diferentes formas de intercâmbio acadêmico: (i) sessão ‘Territórios culturais e políticas urbanas’, na qual apresentei o texto ‘Acumulação primitiva no espaço urbano: símbolos, imagens e ação social’ (Salvador, 2005); (ii) sessão ‘Resistências / afirmações sociais em espaços opacos: cidade e cultura’, em que expus o trabalho ‘Dimensões simbólicas do protesto urbano: lugar, corpo e imagem’ (Belém,

2007); (iii) sessão ‘Cidade, corpos, resistências’, quando apresentei o trabalho ‘Representações do corpo em rupturas da vida cotidiana: técnicas e ação (Florianópolis, 2009); (iv) sessão ‘Cidade e cultura: rebatimentos no espaço público contemporâneo’, na qual apresentei a reflexão ‘Teorias brincantes do Brasil: experiências fragmentárias e cartografias’ (Rio de Janeiro, 2011). Essas sessões demonstram a consistência de um grupo de interlocutores formado, entre outros, por Lilian Fessler Vaz (UFRJ), Paola Berenstein Jacques (UFBA), Ana Fernandes (UFBA), Carmen Beatriz Silveira (FIOCRUZ) e Márcia Ferran (UFF). Essa consistência foi construída por outras importantes estruturas de apoio, como a representada pelo projeto ‘Territórios urbanos e políticas culturais’, desenvolvido através de convênio CAPES-COFECUB e coordenado por Henri-Pierre Jeudy (Laboratoire d’Anthropologie des Institutions et Organizations Sociales – LAIOS/CNRS) e Paola Berenstein Jacques (PPGAU/UFBA) (RIBEIRO, 2012, p. 43).

A cartografia da ação social para Ana Clara Torres Ribeiro é um instrumento que ao mesmo tempo pode revelar as formas de fragmentação e de violência, revelando também a construção para enfrentamento dessa fragmentação, das desigualdades e da violência. Trata-se de um instrumento fundamental para a análise da conjuntura social e territorial (que é mais densa do que a análise da conjuntura política e econômica), porque revela as tessituras, os atos muitas vezes indizíveis e invisíveis nas arenas políticas e nas cenas midiáticas. Diz a autora:

A bifurcação de tendências na face política da ação social faz com que a cartografia da ação possa ser usada para a percepção de processos em que se encontra em jogo o preenchimento e/ou esvaziamento do espaço público, em associação com a elaboração coletiva da experiência democrática e a instauração de novos mecanismos de controle da vida urbana. Nesta cartografia, projetada para ser a cartografia do sujeito, existem elementos que admitem, algumas vezes, a elaboração quase artesanal de mapas e, noutras, apontam para a territorialidade apenas ensaiada por reivindicações e protestos (RIBEIRO, 2012, p. 48).

Considerações finais

A proposta de escrita do artigo resulta do processo seletivo de memórias do convívio com a professora Ana Clara Torres Ribeiro e da releitura de seus textos. Rememorar nos conduziu a reavivar a importância de sua pesquisa, orientações e resultados de seus trabalhos, quer seja nos avanços teóricos e conceituais, quer seja na dimensão da ciência aplicada comprometida com as lutas sociais e com o rigor de análise científica da ação.

O LASTRO nasce com esse comprometimento: o de produzir informações fundamentais para a reflexão sobre a ação científica articulada à ação política e às intencionalidades dos grupos sociais. O debate sobre os consensos rápidos sempre foi colocado por Ana Clara como preocupação. Leituras e releituras das notícias, desvendando as entrelinhas e os não ditos são os desafios para a compreensão dos sentidos da ação social.

A vivência e a experiência de trabalho no laboratório foram fundantes para muitas gerações de estudantes universitários. Havia um espaço garantido por Ana Clara de exercício de reflexão livre ao mesmo tempo que compromissada acadêmica, científica e socialmente. O ambiente do fazer científico buscava favorecer tanto a rigidez quanto a criatividade, a crítica e a construção, a proposta coletiva e a autonomia e responsabilidade dos indivíduos. Nesse caminhar passamos a valorizar mais as perguntas do que as respostas, a formular com o apoio da teoria, a formular já tendo ideia do repertório de respostas possíveis, mas também desenvolvendo sensibilidade analítica para captar o novo, o inesperado. A seriedade científica, sabemos, não busca por princípio certezas, respostas corretas, já sabidas, mas o aprofundamento do conhecimento. Assim, refazemos também as respostas, reelaboramos, avançamos. Ana Clara lembrava-nos diariamente de que o pensamento crítico, sociológico, dialético pretende conhecer a materialidade dos processos, as possibilidades reais.

Sem dúvida o pensamento de Ana Clara e seus ensinamentos são muito atuais e nos ajudam a compreender o futuro, abre caminhos. Nosso objetivo foi apontar ao leitor a dimensão dessa extensa obra. Participar da equipe do LASTRO foi um marco em nossas vidas e

atualmente buscamos refletir e contribuir sobre a importância desse laboratório.

Referências

CAMPOS, G. W. S. Algumas hipóteses desesperadas e uma utopia concreta: o SUS Brasil. In: *25 anos do Direito Universal à Saúde*. FRIZZON, M. L.; COSTA, A. (orgs.). Rio de Janeiro: CEBES, 2014.

CASTAGNA, A.; RAPOSO, I.; WOELFLIN, M. L. (eds.). Globalización y territorio. VI Seminário Internacional Red iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. *Anais*. Rosario: UNR Editora, 2002.

COSTA, L. M. C. *A saúde do trabalhador da Saúde no Rio de Janeiro nos anos recentes: impactos do atual modelo de gestão do SUS*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, P. B. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. *Cadernos PPG – AU – FAUFBA. Resistências em Espaços Opacos*. Número Especial, ano 5. Salvador, 2007.

LABRA, M. E. Política nacional de participação na saúde: entre a utopia democrática do controle social e a prática predatória do clientelismo empresarial. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. V. C. (orgs.). *Participação, democracia e saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009, p. 17.

LASTRO. Divulgação de Evento Troca de Ideias “Corpo”. 26/08/2011. Disponível em: <https://lastroufij.wordpress.com/category/troca-de-ideias/>. Acesso em: 18 agosto 2015.

MENEZES, J. S. B.; BRAVO, M. I. S.; RODRIGUES, J. P.; SILVA, D. B. O controle social na saúde no município do Rio de Janeiro: a resistência às organizações sociais (OS). In: BRAVO, M. I. S.; ANDREAZZI, M. F. S.; MENEZES, J. S. B.; LIMA, J. B.; SOUZA, R. O. (orgs.). *A mercantilização da saúde em debate: as organizações sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius (apoio FAPERJ), 2015.

PILOTTO, B. S. *Gestão de saúde por Organizações Sociais no Estado de São Paulo: avanços e limites do controle externo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2015.

REIS, B. P. W.; ARANTES, R. B. Instituições políticas e controles democráticos: o paradoxal exercício simultâneo do poder e de sua contenção. In: MARTINS, C. B.; LESSA, R. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 241-270.

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Volume 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. V. 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, A. C. T. Metrôpole: sentidos de fragmentação. In: SILVA, C. A. da; OLIVEIRA, A. L.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs.). *Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012a, p. 93-109.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma Cartografia da Ação. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2012b.

RIBEIRO, A. C. T. Entrevista. *Revista Redobra*, por Alessia de Biase, Número 12, Ano 3, p. 9-21, 2012c.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011, p. 19-34.

RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. da; SCHIPPER, I. Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In: RIBEIRO, A. C. T.; CAMPOS, A.; SILVA, C. A. da (orgs.). Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES, 2011.

RIBEIRO, A. C. T. *et al.* Projeto: “Territórios da Juventude: experiências em Cartografia da Ação (São Gonçalo-RJ)”. *FAPERJ: Relatório Técnico Científico 2011-2012*.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. En: PUGLIESE, H.; EGLER, T. C. (Compiladores). *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, p. 147-156, 2009.

RIBEIRO, A. C. T.; TAVARES, H. M.; NATAL, J.; PIQUET, R. (orgs.). *Globalização e território: ajustes periféricos*. Rio de Janeiro: Arquimes, IPPUR, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. da; BERNARDES, J. A.; ARRUZZO, R. C.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs.). *Formas em crise. Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimes Edições, 2005.

RIBEIRO, A. C. T.; LOURENÇO, A.; COSTA, L. M. C.; VILANOVA NETA, M. A. Sentidos da ação e lutas por protagonismo em contextos metropolitanos: fragmentação na periferia do capitalismo. In: VII Seminário Internacional Camagüey Cuba, 2002, Cuba. *Anales VII Seminário Internacional Camagüey Cuba*. Camagüey: Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalization y Territorio, 2002. v. 1. p. 20-20.

RIBEIRO, A. C. T.; BARRETO, A. R. S.; LOURENÇO, A.; COSTA, L. M. C.; AMARAL, L. C. P. *Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método*. *Cadernos IPPUR*, ano XV, n. 2, ago./dez. 2001, p. 33-52.

RIBEIRO, A. C. T. Ética na Ciência: aspectos sociológicos. *In*: PALÁCIOS, M.; MARTINS, A.; PEGORARO, O. A. (org.). Ética, ciência e saúde: desafios da bioética. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 62-75.

RIBEIRO, A. C. T. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *In*: *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 24, n. 1, jan./abr. 2000.

RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. da; MORAES, H. Em defesa da reflexão na escala metropolitana: o ângulo da saúde. *In*: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. (org.). *Saúde e espaço*: estudos metodológicos e técnicas de análise. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 23-42.

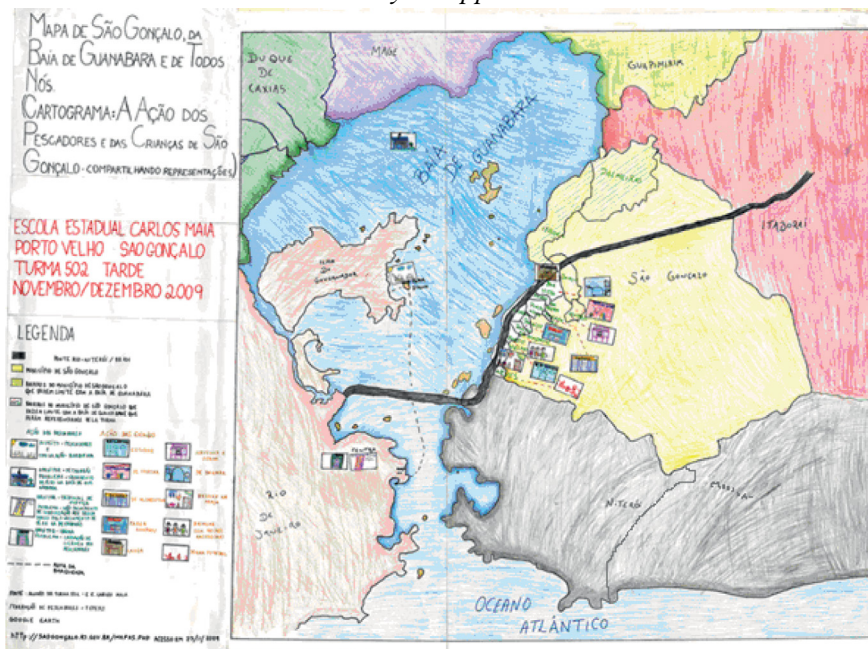
SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

STOTZ, E. N. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 149-160, maio/dez. 2006.

O ler e o mundo

Ivy Schipper



A primeira coisa que me ocorreu quando fui me preparar para esta fala no webnário foi a pergunta:

“- Tem algum professor de criança aqui?”.

Porque a experiência que tivemos foi de reunir e levar para o espaço público parte do pensamento e da prática científica que a professora Ana Clara veio desenvolvendo no laboratório ao longo do tempo até a data de 2011, quando ela nos deixou.

Isso se deu de duas formas: i) praticamos a “Cartografia da Ação na Escola” junto com os alunos do segundo segmento do 1º grau da Rede Pública de Ensino de São Gonçalo (estadual); ii) trabalhamos também na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro no *campus* de São Gonçalo com alunos de graduação, e tivemos algumas extensões também para trabalhar com grupos populares desse mesmo município.

Enquanto a “Cartografia da Ação na Escola” levou a experiência de leitura de mundo para dentro da sala de aula, com os “Territórios da Juventude”, trabalhamos com uma concepção de pesquisa nova para nós – sociólogos e geógrafos (no meu caso, formado em Geografia) –, uma técnica da Comunicação, que é o *grupo focal*.

Abordaremos um pouco desse aspecto interessante do trabalho da Ana Clara, pois a contribuição dela tem uma acuidade muito específica de *leitura de mundo*. É quase como se ela estivesse nos fornecendo elementos para que – numa suposição – deslanchássemos numa aventura construída a partir do *ler e o mundo*.

A cartografia da ação na escola

Mostramos para os alunos da Escola Carlos Maia como podíamos entender que os problemas que enfrentamos na sociedade, na cidade, na periferia, podem ser encarados e resolvidos. E tentamos entender isso, em primeiro lugar, destacando uma ordem de exposição. Falamos inicialmente sobre *ação social*, que na época foi muito desafiador; poder contar com a experiência dos alunos e perguntar a eles: “O que vocês imaginam que possa ser uma ação social?”. Procurávamos formas de recorrer a exemplos para introduzir nossa questão, e naquela época o que nos ocorreu foi começar conversando sobre filmes de ação.

Foto: entrada da Escola Carlos Maia (Porto Velho – São Gonçalo, RJ).



Atualmente, me surpreendo refletindo sobre essa questão da acuidade da Ana Clara, de entender o que pode ser uma leitura de mundo – porque o que a ela propôs foi uma “*leitura ativa do território*” –, que era uma contraposição a uma leitura que fosse para os alunos simplesmente passiva, tradicional, de acompanharem o professor em sala de aula e depois estudarem em casa para responderem as questões em prova.

Levamos uma notícia de protesto, por exemplo, para a sala de aula, e essa notícia era processada intelectualmente e com atividades práticas de pesquisa pelos alunos. Coletamos notícias num jornal – no caso, estávamos trabalhando com o jornal *O São Gonçalo*, que não raramente trazia matérias sobre protestos (chegamos a fazer pesquisa no arquivo da instituição) – e distribuímos essas notícias em subgrupos das turmas. Aos alunos era pedido que desconstruíssem aquelas notícias, exatamente buscando estas categorias que enunciávamos para eles. A notícia era lida e os alunos procuravam identificar: “Quem fez o protesto?” “Contra quem era feito o protesto?” “Qual o porquê do protesto?” “Com que tipo de manifestação era feito o protesto?” “Em que lugar da cidade o protesto foi feito?”

A partir do uso que os alunos faziam da notícia, eles elaboravam uma “ficha de classificação” com essas categorias e as identificações que eles encontravam no texto da notícia e, então, trabalhamos com esse material para criar legendas para, posteriormente, estampá-las num mapa.

Outro ponto interessante que Ana Clara deu oportunidade para trabalharmos foi que, ao desconstruir a notícia do jornal (desse universo da comunicação corporativa e institucional), não só identificando categorias sociológicas na notícia, trabalhamos com a imagem também. E solicitamos aos alunos, a partir da experiência que eles tinham com desenho, que eles fizessem um desenho para cada uma dessas categorias, com duas cópias: uma cópia ia para a legenda do mapa e a outra ia para o espaço dos lugares geográficos no mapa.

Foto: desenhos feitos duas vezes em quadrículas para a composição de legenda e do mapa, a partir das categorias da ação identificadas pelos alunos na ficha de classificação.



Atualmente, pensando em exemplos para utilizar a possibilidade de falar sobre a ação social com os alunos, percebemos que a Ana Clara tinha uma visão muito situada e focada na institucionalidade que vivemos. Ele falava sobre os Movimentos Sociais, a necessidade de superarmos problemas institucionais, e seu viés foi escolher uma “disciplina”, a Geografia, para entrar dentro de uma “grade escolar” de serialização do tempo dos alunos, dentro de uma escola “fechada em muros”.

Temos como Patrono da Educação o professor Paulo Freire – que foi uma figura importantíssima para a Educação brasileira com suas propostas inovadoras para a alfabetização. Apesar de não termos um aprofundamento maior na obra desse grande autor, a informação histórica de que dispomos é que ele se destacou no trabalho com a alfabetização de adultos, e parte de sua metodologia de ensino era trabalhar as letras, as palavras, as expressões e daí em diante, a partir da escolha dos objetos que participavam, preenchiam

e compartilhavam o cotidiano de seus educandos. O que deve ser considerado como uma genuína ação de transformação pedagógica no campo da Educação.

O aspecto da Educação que trabalhamos – com crianças e adolescentes que vêm desde as séries anteriores à alfabetização, e depois dentro dos dois segmentos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio – é a representação por desenhos, buscando incentivar a produção de representações criativas de autoria dos alunos dentro do contexto escolar.

Apesar de estarmos numa escola cujo patrono era uma pessoa superpropositiva, com uma metodologia muito diferente da usada no ensino convencional, na prática, há toda essa coisa das “disciplinas”, da “grade” do tempo da escola, das salas “fechadas”, dos “muros” da escola, inclusive dos espaços da escola onde os alunos não podem frequentar. Até que ponto isso corresponde às propostas inovadoras de nosso Patrono da Educação?

Trabalhamos também na Escola Estadual Carlos Maia, localizada no bairro Porto Velho, e que tem toda uma história ligada aos pescadores, e à do próprio Carlos Maia, que teve uma presença destacada na região e participativa das lutas então travadas em favor dos pescadores locais. Inclusive, diz-se que o prédio da escola foi usado por ele, e dentro de um bairro que chama às origens da ligação da terra com o mar, que é Porto Velho, e que tem sua história – que depois vem o Porto Novo – incluindo uma onda de urbanização que faz com que haja um novo porto.

A professora Ana Clara tinha uma leitura muito interessante dessas situações, no sentido de saber sobre os espaços onde ela levava sua metodologia para ocupar e a maneira pela qual penetrar nesses espaços. Temos uma ação socialmente referenciada, com uma visão clara a respeito do mundo no qual estamos vivendo, e a própria figura de Carlos Maia – destacado em relação às experiências dos pescadores – pode ser um exemplo de sujeito da ação e da própria ação social.

A “Cartografia da Ação na Escola” foi mais explicitamente isto: pegar uma metodologia desenvolvida em laboratório acadêmico e levá-la para a sala de aula da Rede Pública de Ensino.

Grupos focais

Demos um segundo passo em relação à utilização da metodologia da Cartografia da Ação – algo totalmente inovador por parte de Ana Clara –, traduzido na proposta para trabalharmos com “grupos focais”, ou seja, entrevistas e debates com coletivos jovens de estudantes e grupos populares.

Os grupos focais têm um desenvolvimento histórico bastante específico. Surgiram nos Estados Unidos, com um sociólogo – Robert Merton –, que trabalhou durante meados do século XX, quando foram aplicados inicialmente lá, de acordo com a própria realidade desse país. Na medida em que essa metodologia saiu da universidade e foi para o seio da sociedade, ela foi inicialmente trabalhada com grupos familiares que tinham questões relacionadas a pessoas que tinham ido para guerra; depois, foi aproveitada também para o *marketing* e o *marketing* político, para grupos que realizavam trabalhos terapêuticos ligados ao campo da psicologia, e também aplicada para apoiar as necessidades e iniciativas de organização comunitária. Essa é a origem dos grupos focais.

Os grupos focais que fizeram parte da proposta de Ana Clara foram trabalhados porque queríamos pesquisar e desenvolver nossa capacidade, como pesquisadores e estudantes, de recorrer de maneira científica ao imaginário e à experiência da vida em São Gonçalo.

Solicitamos aos estudantes falarem sobre as memórias de infância, os lugares por onde costumavam circular, e por que eles circulavam nesses lugares – fazer compras, visitar os familiares, participar de protestos na rua etc. Cheia de nuances interessantes, essa técnica envolvia a preparação prévia de roteiros para facilitar as entrevistas e os debates.

Outro aspecto interessante também foi a proposta inovadora de Ana Clara que fizéssemos mapeamentos durante as entrevistas. Então, entregávamos mapas do município a cada estudante da universidade e solicitávamos que eles falassem sobre a própria circulação no território da cidade de São Gonçalo, marcando e apontando no mapa a origem, de onde eles saíam (que estabelecemos que poderia ser a universidade como ponto de origem) e para todos

os pontos que eles acessavam. Além desse mapa individual, que era construído no começo de cada sessão por cada integrante do grupo (e logo em seguida sobre um mapa do município projetado na parede; cada aluno apresentava para todo o grupo seu “percurso” na cidade), propusemos também que, ao término da sessão, fosse construído um mapa coletivo agrupando todas os “percursos” registrados, o que resultava num produto que todos podiam ver o conjunto da circulação daquele grupo significativo de estudantes de São Gonçalo, que resultava um belo material para ser estudado.

Outra coisa muito interessante também, em se falando da metodologia da Ana Clara como proposta de ser um sistema aberto, é que depois dessa fase das entrevistas, dos debates e da confecção dos mapas, partíamos para as etapas de reunir todos os registros escritos e gravados (e transcritos) e, a partir daí, a gente começávamos a analisar todo o texto que foi produzido oriundo dessas narrativas no sentido de criar um novo registro de tudo o que aconteceu. Uma análise extensa porque nosso roteiro em geral alcançava algo em torno de 15 pistas – ou propostas de temas para cada aluno que quisesse falar –, e isso gerava uma diversidade muito grande de material para ser trabalhado em um texto que permaneceu aberto a inúmeras possibilidades de aproveitamento. Portanto, existe uma dificuldade de fazer uma costura nesse texto, mas também existem muitas coisas interessantes e tivemos resultados muito bons.

Abrimos parênteses aqui para explicar que havia o grupo focal dentro da universidade, com o qual realizamos três sessões; e havia também outros dois grupos de controle com alunos diferentes, mas da mesma unidade, que nos permitiam avaliar e conferir o quanto havia de homogeneidades em relação ao que se estava abordando e nos possibilitava também verificar as heterogeneidades que ficavam manifestas.

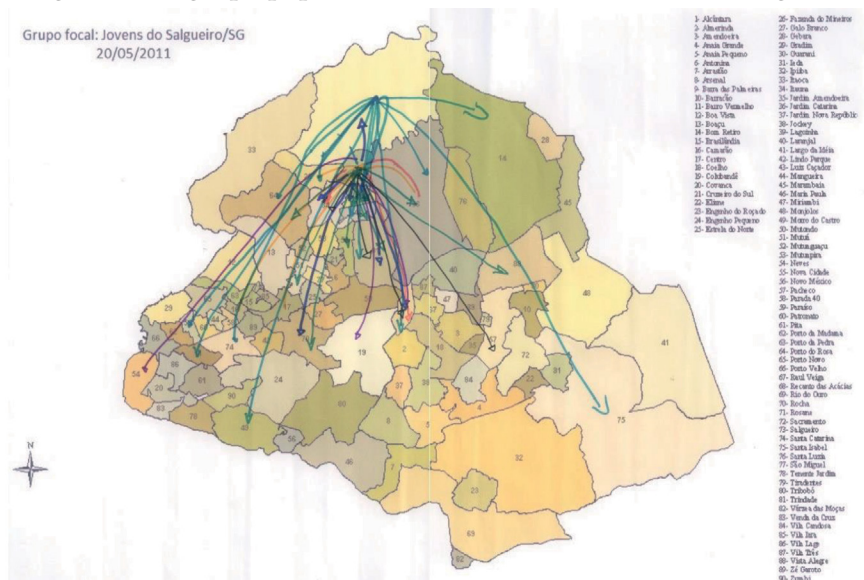
Pudemos identificar subtemas que foram abordados várias vezes em diferentes grupos com os quais trabalhamos dentro da universidade. Então, por exemplo, a questão do asfaltamento foi muito tocada. Todos os grupos com os quais trabalhamos em São Gonçalo trouxeram essa questão, que foi muito importante levantar. E abundantemente surgiram outras questões também a partir do lazer, da cultura, da circulação etc.

Pensamos que esta análise, desse ponto de vista da organização dos conteúdos, grosseiramente falando, traz algo de “cartesiano”, porque juntava o quantitativo, de vezes em que o subtema foi tocado, e o qualitativo, os conteúdos correspondentes aos subtemas também. Os participantes traziam experiências pessoais e mais ou menos singulares, com vivências próprias e diferenciadas. Então, passávamos por isto: questões genéricas, na maioria das vezes, com todas as suas significações; e também questões distintas, que se destacavam pelo fato de terem sido tocadas uma única vez e pelos significados singulares que elas apresentavam. Daí temos essa estrutura de se pensar um resultado, vamos dizer assim, como arranjo de conteúdos.

Nos questionamentos que emergiram, lembramos de aspectos importantes que Ana Clara, de uma certa maneira, nos estimulava. Um deles é fazer uma meditação ativa, sobre os contextos sociais com os quais estávamos trabalhando. Para mim sempre foi difícil, um esforço, pensar o que poderia ser essa meditação que ela propunha. Acho que temos dois usos da meditação: a que a se conhece como meditação contemplativa, que é transcendental, que nos tira da nossa realidade própria; e temos também a meditação intelectual, filosófica. Parece-me que nesse momento é importante destacar que a escuta, o ficar tranquilo e parado, de ouvidos abertos para escutar o “Outro” é uma possibilidade muito boa de se encaminhar uma meditação para dar conta de algum tema. E essa meditação é importante também em relação aos temas mais intelectuais e reflexivos, isto é, desenvolver a capacidade de identificar em quais limites estamos “encaixados” dentro do trabalho científico para, a partir disso, podermos pensar em possibilidades de nos questionarmos sobre esses limites e encontrar caminhos novos para perguntar como poderíamos solucioná-los.

Gostaria de poder conversar com a Ana Clara sobre essas questões... Se possível, então, com todo esse movimento de pensamento que segue o rumo do pensamento de Ana Clara, nesse sentido do pensamento ser uma sistema aberto, um sistema aberto de pensamento.

Imagem: mapa coletivo preenchido ao término da sessão do Grupo Focal de entrevista e debates com os trajetos de circulação de todas as integrantes do grupo popular de São Gonçalo “Mulheres do Salgueiro”.



Referências

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia da; SCHIPPER, Ivy. Cartografia da Ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In: *Cartografia da Ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Ana Clara Torres Ribeiro (org.), Andreilino Campos (org.), Catia Antonia da Silva (org.); Alberto Toledo Resende *et al.* Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES, 2011.

SILVA, Catia Antonia da; SCHIPPER, Ivy. Cartografia da Ação e territórios da juventude em São Gonçalo: grupos focais, práticas relacionais e direito à cidade. In: *Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro*. Organização: Tâmara Tânia Cohen Egler, Hector Atílio Poggiese, Elis de Araújo Miranda. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

EIXO III

Imanência da ação social no espaço

O sentido da imanência na pesquisa de Ana Clara Torres Ribeiro

Tamara Tania Cohen Egler

Ana Clara Torres Ribeiro tinha uma capacidade única de estruturar o pensamento para analisar a crise societária nos diferentes contextos históricos. De inteligência brilhante, construiu um método original de leitura das práticas no espaço, na qual valoriza o lugar da experiência na existência e a importância da estrutura de valores na superação da crise. Sua produção acadêmica é inequívoca e este é o objetivo do nosso artigo: destacar a sua contribuição aos estudos da ação social no espaço, que ela desenvolveu ao longo de 30 anos como professora e pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Pensar a contribuição de Ana Clara é, em primeiro lugar, levar em conta a complexidade do seu pensamento e a perspectiva interdisciplinar que sempre a norteou. Esse ponto de partida é fundamental para que possamos compreender os estudos que ela desenvolveu sobre os processos que conformam o espaço social no mundo. Sua inestimável contribuição pode ser sintetizada na expressão “imanência do espaço social”, quer dizer o poder dos atores sociais na construção da existência no espaço.

Educada para ser concertista – estudou piano desde cedo –, Ana Clara, ao chegar no momento de escolher que caminho seguir na universidade, decidiu cursar Sociologia. A despeito dessa inflexão, sabemos como foi crucial em sua trajetória intelectual o aproveitamento do método e do ritmo aprendidos em sua formação musical. Com efeito, o emprego das ferramentas trazidas da música na análise da ação social permitiu-lhe avançar no estudo do

espaço, focado sob a ótica necessária da multidisciplinaridade, da interdisciplinaridade e da interação conceitual. O método que desenvolveu para fazer a sua análise do espaço incorpora o ritmo, as necessárias pausas, os compassos, as relações entre as notas, a singularidade, os vínculos que formam uma totalidade. Essa construção, esse recurso analítico, pode ser aplicado a diferentes objetos do conhecimento, o que lhe possibilitou traçar os fios invisíveis da melodia que escreveu (RIBEIRO, 2011).

O método pode ser entendido como um conjunto de operações mentais que constroem o objeto do conhecimento, alimentado pelo diálogo estabelecido com os autores do campo na produção de uma análise criativa. Interno ao sujeito, ele é passível de ser aplicado a qualquer objeto no campo dos estudos espaciais. Pode ser lido nas relações que se definem entre sujeito e objeto do conhecimento, nos processos e procedimentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa focada na existência.

Método é diferente de objeto. É preciso termos em mente que o problema da pesquisa não é temático, mas está associado a nossa capacidade de subjetivar e aplicar as categorias da teoria do conhecimento. Professora da disciplina “Métodos e Técnicas de Pesquisa”, Ana Clara procurava familiarizar seus alunos com as categorias e os conceitos da teoria do conhecimento, de modo a virem a ser aplicados adequadamente em seus respectivos objetos de pesquisa. Era preciso que eles tivessem domínio do método, condição *sine qua non* para ampliar a capacidade de pensar e de fazer pesquisa, em suma, para fazer avançar o campo dos estudos espaciais.

No seu Memorial, “Ação, técnica e espaço: por uma sociologia do presente”, posteriormente publicado em livro (RIBEIRO, 2012), Ana Clara percorre os 68 principais artigos que havia publicado, nos quais ficam evidentes os importantes desdobramentos analíticos presentes em sua obra. A totalidade do movimento analítico que a conduziu reforça nossa convicção de que ela nunca deixou de dirigir seu foco para a ação social imanente e transformadora do espaço, desde o trabalho informal até a cultura que encarna a estrutura de valores de uma determinada sociedade, passando pela ação dos movimentos sociais urbanos.

Já no título de sua dissertação de mestrado, “Trabalho urbano: biscate e biscateiros” (RIBEIRO, 1977), podemos observar o método que se anuncia, quando ela define atores, processo e fatos para identificar aquilo que se quer examinar. Nessa dissertação, Ana Clara discorre sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores informais na cidade, objeto que contribui decisivamente para o desenho desse campo de estudo no contexto histórico e epistemológico do avanço das relações capitalistas no Brasil.

Na década de 1980, Ana Clara coordenou o GT Movimento Sociais Urbanos, na Anpocs, de importância fundamental para o avanço da pesquisa nesse campo, e que se espalhou para outras áreas de estudo – saúde, educação, geografia e história. Nesses anos, ela promoveu um deslocamento do ponto de observação, passando a examinar a dimensão política e a resistência social do espaço. No artigo “Movimentos sociais, caminhos para a defesa de uma temática, ou os desafios dos anos 90” (RIBEIRO, 1991), amplia o seu objeto incorporando a sua investigação a dimensão da política no contexto do processo de redemocratização do país. Além disso, faz um balanço do percurso trilhado pelo GT e lança um alerta para o futuro. Ela percebia claramente que os movimentos sociais haviam proposto uma ruptura com a democracia formal, e que representavam uma renovação do modelo político. Seu propósito era engendrar um projeto político de preservação das conquistas democráticas, mirando um horizonte socialista que valorizasse as especificidades culturais do país.

Sua proposta fundamenta-se na criação de categorias analíticas, para destacar a importância do processo em contraposição à estrutura, e na consideração dos sujeitos sociais e da consciência de seus atos. Não menos importante é a sua compreensão dos valores sociais da cultura como elementos que integram a ação social. Em sua análise, Ana Clara valoriza a pluralidade da resistência social, que se faz presente nas múltiplas faces do tecido social. Essa multiplicidade guarda estreita relação com as articulações desenhadas pela consciência coletiva, pela cultura e pelas redes sociais, quando elas se propõem a examinar os diferentes caminhos da resistência à opressão, nos diferentes contextos históricos, para examinar seu lugar na construção de uma consciência coletiva. Preocupada com

o futuro, alerta para os riscos da institucionalização dos movimentos sociais trazida pela Constituição de 1988, que induz à cooptação e ao populismo, e coloca em discussão como a redemocratização introduz mudanças na leitura das oportunidades sociais (RIBEIRO, 1999).

O olhar que dirige à sociedade visa reconhecer a conformação das identidades sociais e da cultura. Os movimentos sociais, bem como sua vinculação ao processo de democratização das relações sociais para que passem a fazer parte do tecido social, ocupam um lugar central em sua análise. A importância dos movimentos sociais deve ser lida na verticalidade e na horizontalidade do exercício do poder de transformação. Reconhecendo nos movimentos sociais um poder imanente, horizontal, que emana de baixo para cima, ela orquestrava uma ampla rede de pesquisadores dedicados a essa modalidade de análise. Assim são reveladas as suas múltiplas dimensões e reconhecidos importantes conceitos e categorias, como paradigma, encantamento, resistências, insurgências, existência e complexidade que formam uma família de categorias e conceitos para analisar a ação social no processo de transformação do espaço.

Na sua tese de doutoramento *Rio-metrópole: a produção social da imagem urbana* (RIBEIRO, 1989), Ana Clara amplia uma vez mais o raio da sua pesquisa, examinando a influência do *marketing* nos processos de comunicação e na criação de *personas* e imagens-síntese. Analisa a tensão entre imaginário e experiência, observa a alteração dos processos de dominação, reconhece novos atores na complexidade do espaço, que substituem lideranças e projetos políticos na dinâmica da esfera pública e na formação da subjetividade coletiva. Destaca o surgimento de novos ativismos nos contextos metropolitanos, nos quais a importância do *marketing* transforma o contexto histórico e promove a transformação da teoria, colocando a cultura como a estrutura de valores que conduz a ação social.

Sua obra vai crescendo para além dos movimentos sociais. Sua análise estende-se, abrangendo as relações entre as estruturas simbólicas e as práticas políticas, entre a imagem e o espaço, entre o pensar e o agir, e adentrando na dimensão da cultura presente nos processos espaciais. A importância da cultura emerge como o pensamento coletivo que antecede a ação política. O pensamento antecede e sucede a ação social.

Esse enfoque remete à intensificação do intercâmbio entre movimentos sociais e movimentos culturais, por um lado, e à valorização das teorias da cultura como ambiência teórica abrangente da análise dos movimentos sociais, por outro. Ao colocar o capital simbólico no centro das relações sociedade-espço, essa perspectiva estimula a elaboração do conceito de microconjuntura e os avanços analíticos associados a ações espontâneas e a permanências e cristalizações espaciais e culturais na vida urbana (RIBEIRO, 2001).

Os desdobramentos de sua tese de doutorado, focada no processo de globalização, examinam as condições de existência social nesse contexto histórico específico. Para isso, estuda as firmas, os órgãos de governo e as entidades da sociedade civil, no intuito de entender o processo de racionalização dos vínculos sociais, mediante a conexão entre capital financeiro, cultura urbana e tecido social. O avanço da sua pesquisa centra suas atenções nos processos de globalização, objeto do artigo “Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo”, escrito em parceria com Cátia Antônia da Silva (RIBEIRO & SILVA, 2005). Nesse texto, a partir de um diálogo com as ciências exatas, elas sugerem novos conceitos, como *eventos*, *vetores*, *atratores*, *impulsos globais*, com os quais empreendem a difícil tarefa de atribuir significado ao que é essencial no processo de globalização.

Para contrapor a hegemonia da globalização, observada na estetização do espaço urbano e na promoção de lugares luxuosos, como hotéis e *shopping centers*, que promovem o espetáculo urbano, Ana Clara vai buscar, na América Latina, o mercado que faz o registro das formas culturais originárias da tradição, advindas das práticas ancestrais dos lugares e que se somam aos elementos que definem o direito à cidade. Quando publica *Oriente negado: cultura, mercado e lugar*, no lugar do discurso e da imagem propõe os fluxos de pessoas e mercadorias, de modo que a leitura da cultura possa ser vinculada ao mercado. Assim, são valorizadas as características mais íntimas e profundas das tradições conformadoras das práticas derivadas dos processos de trocas de mercadorias que são produzidas nos lugares para a manutenção da existência (RIBEIRO, 2004).

Nesse mercado, onde estão unidos cultura e lugar, reúnem-se práticas criativas que definem a vida no lugar. A valorização

da cultura e do mercado pode fazer emergir formas de realização da economia menos excludentes, menos competitivas e menos desapropriadoras de territórios e bagagens culturais. Estamos diante de uma resistência que se contrapõe à violência, ao racismo e à destruição da nação, orquestradas pelo avanço da globalização e do seu agir hegemônico (RIBEIRO, 2004).

No seu incansável trabalho em diferentes grupos acadêmicos, merece destaque o GT Desenvolvimento Urbano, da CLACSO, que reuniu importantes pesquisadores da América Latina, entre 1999 e 2009. Ana Clara estabeleceu um amplo diálogo nesse GT, abrindo um espaço de interlocução entre as pesquisas em desenvolvimento acerca das características da implantação do modelo hegemônico da globalização nas grandes cidades latino-americanas, que reinventam as possibilidades de associação de atores econômicos, políticos e sociais.

Ana Clara era a maestra que desafiava o GT Desenvolvimento Urbano a produzir conhecimento a partir das formas complexas da atualidade globalizada, no contexto histórico em que as relações de poder no espaço-mundo se redefiniam. Os debates travados no interior do grupo estavam associados às formas urbanas construídas pela experiência popular, aos novos conteúdos das lutas sociais, às resistências culturais, às formas alternativas de resistência social proporcionadas pelas TICs, às conquistas institucionais alcançadas pela organização social e pela expressão política das carências coletivas (RIBEIRO, 2005).

No texto “Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método” (RIBEIRO, 2001) ela aponta para a necessidade de formas alternativas de representação da situação social, que permitissem reconhecer contextos e lugares, táticas e aprendizados práticos, temporalidade e sentidos da ação. Para tal, propõe uma cartografia da ação que estimule análises ágeis da conjuntura apoiadas em sintomas e vestígios de presenças sociais. Tal cartografia visa à superação do produtivismo e do objetivismo nas representações de práticas espaciais e propõe pensar no território praticado, para favorecer uma leitura dinâmica do tecido social. A proposta tem por objetivo reconhecer as novas formas de reivindicação e protesto, passíveis de serem concebidas na geografia do espaço, no sentido de representar a ação social no lugar e no território.

Nesse diálogo com a geografia, de um lado, e com a sociologia, de outro, Ana Clara amplia a fronteira de interlocução com a primeira e inclui na segunda a necessidade de se reconhecer as especificidades do processo espacial e suas determinações com a ciência social. Trata-se de representar novos usos da cartografia da ação, através de sua associação a desenhos, mapas mentais, grupos focais e trajetos temáticos.

A proposta metodológica da cartografia da ação social é aquela capaz de representar atores, vínculos, narrativas e formação de consensos e dissensos. Daí a importância da interdisciplinaridade entre geografia e sociologia, que ela indica como um dos princípios do método dos estudos espaciais. Para fazer o enfrentamento com a hegemonia do poder da globalização, Ana Clara propõe a resistência, que não pode ser ancorada apenas no economicismo, que busca as condições de igualdade econômica; é preciso, também, resistir às práticas das grandes corporações. Por conseguinte, é de importância crucial combater as narrativas fictícias, denunciando os seus sentidos, e gerar e difundir ideários socialmente justos, que derivam da ação social (RIBEIRO, 2001).

A representação das práticas sociais traz à cena política identidades culturais e confere maior visibilidade a sujeitos sociais e a sua presença nas formações sociais latino-americanas. O reconhecimento das transformações em curso no tecido social visa à radicalização da democracia. Diz respeito à produção de uma imagem da ação coletiva no espaço público, capaz de se contrapor à imagem hegemônica do neoliberalismo e a sua dominação política sobre o mundo.

Isso redefine a relação entre estrutura e conjuntura. Trata-se, em outras palavras, de uma ação que contrapõe relações estruturais e relações conjunturais que emergem de baixo para cima, do lugar para o campo político, e conduz a luta pelo resgate de memórias, raízes e identidades culturais. Para que isso ocorra, impõe-se como necessário ampliar a episteme das ciências sociais através de diálogo com os múltiplos *outros* que reconstroem a experiência social. É um posicionamento analítico entre conjuntura e estrutura, entre sujeitos sociais e atores políticos. Assim, na cartografia da ação, adquirem especial relevância os espaços praticados, os espaços usados e a geografia da resistência social (RIBEIRO, 2001).

Na sua interlocução com Milton Santos, Ana Clara considera que o território possa vir a constituir uma categoria de análise dentro das ciências sociais e, com vistas à produção de projetos – isto é, com vistas à política –, deve ser tratado como território usado. Na concepção da cartografia da ação, ela propõe a categoria território praticado, aquele território produzido pelas práticas políticas da ação social no espaço, e que está presente no noticiário relativo a protestos, revoltas, passeatas, ocupações de terras e prédios públicos, comícios, acampamentos, interrupções de vias, greves, confrontos e reivindicações. Todas essas ações precisam ser consideradas de forma plena, isto é, através do exame atento da sua singularidade e dos seus objetivos, da análise detalhada dos atores sociais e políticos, dos mediadores e, também, das formas de repressão sofridas pelos manifestantes (RIBEIRO, 2001).

Essas informações viabilizam a concepção de mapas que não apenas expressam a vitalidade do tecido social, como também refletem as microconjunturas. O registro analítico dessas informações contraria: (a) as formas de classificação da informação utilizadas pelos veículos de comunicação; (b) a incoerência e a fugacidade com que, em geral, a ação social é tratada; (c) o ocultamento do esforço realizado por sujeitos sociais para garantir a sua presença no espaço público; e (d) a tendência ao esquecimento da repressão e de seus agentes (RIBEIRO, 2012).

Para manter viva a resistência social, para ela não cair no esquecimento, torna-se necessário fazer as fotografias em diferentes contextos históricos. Produz-se, assim, memória, e o recurso à memória representa um apoio à narrativa, impossibilitando o esquecimento dos praticantes do espaço e contrariando, assim, as tendências à cristalização fotográfica da ação social. Ana Clara discorre sobre o fato de o esquecimento da ação ter sido responsável pelo atraso, e pela surpresa, com que as ciências sociais reconhecem as mudanças no tecido social. De fato, privilegia-se o mapeamento da riqueza e dos recursos, assim como o registro dos usos dominantes e político-administrativos do território. O poder, afirma, tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade, no intuito, precisamente, de criar os fenômenos que maximizam as condições de sua reprodução. A representação/distorção da

realidade é um pressuposto do exercício do poder. E nunca é demais acrescentar, informa ela, que são as grandes organizações que, em geral, controlam a cartografia (RIBEIRO, 2012).

Para isso, há que se identificar os contextos sociais que a abrigam e que permitem os sujeitos da ação. Nessa perspectiva, Ana Clara amplia a sua família de categorias e conceitos que dão significado. Quando se atribui o significado, capacita-se a análise, que passa a levar em conta a contribuição relevante dos vínculos sociais, dos saberes, da solidariedade, do aprendizado informal, do compartilhamento de bandeiras de luta, da apropriação de recursos materiais e imateriais, entre outros (RIBEIRO, 2012).

Não menos importante é destacar o lugar da técnica na construção do espaço. O reconhecimento da técnica revela a importância da experiência urbana, apreendida como um contínuo embate entre sistematicidades efetivadas ou potenciais, movidas por diferentes formas de comunicação, linguagens, táticas e recursos de poder.

Ao mesmo tempo, sublinha a criatividade nas lutas urbanas relacionada à conquista de visibilidade e legitimidade. A experiência de novos interclassismos – envolvendo profissionais da área da comunicação e artistas – marca um momento histórico que transforma a conjuntura e redefine a análise, identificando atores, processos e fatos do objeto (RIBEIRO, 2012).

Sua análise – construída a partir de diferentes problemáticas, encadeadas em um constructo lógico, no qual cada passo antecede/sucedo o passo anterior – tem uma articulação de um pensamento analítico que permite formar uma totalidade que visibiliza a ação social no espaço. Ela reconhece a importância da estrutura de valores que definem uma determinada sociedade e que subjetivam uma forma coletiva de pensar anterior à ação política. Por conseguinte, a importância da imagem na estratégia de dominação global remete à análise do processo de globalização para o qual Ana Clara propõe categorias e conceitos que dão significado as suas práticas hegemônicas de dominação política. Nesse sentido, a cartografia da ação deve ser entendida como um anteparo às narrativas hegemônicas, uma vez que é capaz de produzir uma resistência social.

É genial! O percurso que nós realizamos nos artigos revela que não em linearidade. A sua análise está construída a partir de desdobramentos analíticos que se relacionam e se associam numa ordem lógica do pensamento. A sua pesquisa é um constructo que busca uma totalidade analítica em defesa da viabilização dos agentes sociais. Esses agentes produzem a cultura, que, ao criar valores, antecipa a ação política de resistência à imagem hegemônica que responde pelos interesses da globalização. Sua metodologia consiste em recortar e contextualizar as principais questões, identificando o movimento dos atores, os processos e os fatos que configuram as especificidades de cada contexto histórico. E sua análise é empreendida a partir da invenção de categorias e conceitos capazes de atribuir significado às múltiplas determinações da complexidade espacial, lida através da ação imanente dos sujeitos da ação.

É uma pesquisa que produz os fios condutores de uma teoria do espaço socialmente necessária e que pode contrapor, ao ideário global, uma forma de existência que emana do lugar. Com efeito, a ação do sujeito corporificado revela a presença popular na história da grande cidade e a criatividade dos saberes produzidos para a sua sobrevivência. O percurso que trilhamos na obra da Ana Clara autoriza-nos a afirmar que estamos, sem dúvida alguma, diante de uma enorme contribuição, aquela que produziu uma teoria da ação imanente no espaço.

Referências

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, FAU-UFBA, Salvador, ano 2, n. especial (Territórios urbanos e políticas culturais), 2004, p. 97-107.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática, ou os desafios dos anos 90. In: *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS [s. n.], 1991, p. 95-121.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Rio-metrópole: a produção social da imagem urbana*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Trabalho urbano: biscate e biscateiros*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; BARRETO, Amélia Rosa Sá; LOURENÇO, Alice; MAUL, Laura de Carvalho Costa; AMARAL, Luis César Peruci. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. (ACSERALD, Henri (ed.). *Planejamento e território: ensaio sobre a desigualdade*, ano XV, n. 2, ago./dez. 2001, p. 149-171.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O rosto urbano da América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004, p. 347-371.

Cartografia da ação: da transcendência de um legado à imanência dos processos e sujeitos na vida cotidiana

Célia Regina Neves da Silva

Peço licença para iniciar esta comunicação saudando e honrando homens e mulheres banais, lentas, ordinárias. Peço licença para honrar meu pai, Claudionor Silva, que criou e formou nove filhas e filhos, com recursos materiais de sua atividade de camelô, juntamente com nossa mãe, Aymer Neves da Silva, economista do lar, analfabeta das letras, mas com larga leitura do mundo. Juntos fizeram da vida arte de fazer a vida. Agradeço a ela e a ele pela mulher que venho me forjando, dia após dia. Das memórias que trago de minha mãe, e que marcam meus movimentos, é potente a lembrança de sua presença na rua, indo às compras – que realizava com rigor de economista do lar, para valorar o pouco dinheiro que nosso pai trazia diariamente – ou para qualquer outra coisa que fosse chamada, como cuidar de uma mulher que acabara de parir ou de seu bebê, ou aplicar uma injeção. No espaço destinado a preencher sua profissão, na fichas escolares ou em postos de saúde, certamente era grafado “do lar”; no entanto, nos limites das possibilidades impostas, de forma ordinária e banal, ocupou o espaço público. Tinha no espaço da casa e nas responsabilidades imediatas do cuidado com a família a imanência nos processos de fazer a vida. Mas seu espírito transcendia em sentidos que a colocavam em movimento e alargavam seu ser. Eu já era mulher feita, e me contou que certa vez meu pai, em momento de fúria, atirou a chaleira no terreiro porque não havia café. Disse-me ela que a chaleira ficou no quintal porque ela, a chaleira, não tinha pernas para voltar para a cozinha. Pronto! Ficou por um tempo sem tomar café em casa,

porque, afinal, não havia chaleira para ferver a água e passar o café. Dias depois ele chegou à casa, já era noite, como em todos os demais dias, e disse-lhe: “Mulher, comprei uma chaleira grande pra esquentar água pra dar banho nos meninos.” Ela então lhe respondeu: “Que bom! Vou aproveitar e fazer um cafezinho.” Era esse homem que, juntamente com tantos outros, passava o dia de vagão em vagão dos trens da Central do Brasil, buscando o sustento para a família e construindo sociabilidades. Penso que, desse tempo e lugar de camêlo, em muito se forjou a arte de viver a vida. Recentemente, soube que havia um caderninho onde ele anotava, com ajuda do filho mais velho, ainda menino, valores que emprestava aos irmãos que sempre passavam por necessidades. Caderninho que, vez por outra, era renovado. Contou-me esse irmão que, naquelas ocasiões, ele trazia um caderninho novo e lhe dizia: “Menino, esse caderno já tá velho e feio, vamos rasgar e jogar fora e botar este novo no lugar”.

É sobre essas mulheres e homens, sobre seus espaços vividos e praticados, seus lugares de trabalho, sofrimento e arte que a ciência social construída por Ana Clara Torres Ribeiro transcende e se presentifica. Está aí seu grande legado. A luta pela construção de cidades como territórios praticados (SANTOS, 1990), como lugares potentes e dignos, que resultam de insurgências e (re)existências necessárias nestes tempos atuais, marcados pela necropolítica, tempos de negação da vida, tempos de horror aos pobres. É sobre esses processos, suas formas e funções, que devemos nos atentar como estudiosos da vida social (RIBEIRO, 2012, p. 95). Ela, como nossa mais imediata ancestral no sentido do cartografar ações, nos guia e nos orienta. E por isso também quero honrá-la. Com ela aprendi que escutar requer tempo e respeito pela vida e pela história de vida de cada pessoa, de cada depoente, de cada sujeita e sujeito da ação.

Lembro-me que, na busca por uma metodologia fecunda para dar conta do que queria pesquisar (representações de cidade subjacentes às lutas sociais por moradia e equipamentos coletivos no contexto dos movimentos na zona oeste do Rio de Janeiro, durante as

décadas de 1970 e 1980), Ana Clara indicou que me aprofundasse na técnica da história oral e trabalhasse com histórias de vida. Colocou em minhas mãos a obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, da Ecléa Bosi, e disse-me: “Trabalhar com história de vida não é fácil, requer muita sensibilidade para escuta e profundo respeito pelo depoente. Vejo isso em você”. Saí daquela orientação com o coração apertado de alegria e prazer, mas também apreensiva por sentir o tamanho da responsabilidade que ela me colocava. Foi assim que logo depois entendi que “a história não deve apenas confortar; deve apresentar um desafio e uma compreensão que ajude no sentido da mudança” (THOMPSON, p. 41).

Certa vez ela me disse que ninguém sai impune de uma graduação em Ciências Sociais. Eu quero dizer aqui que ninguém sai impune do convívio acadêmico com Ana Clara Torres Ribeiro. Sua forma de orientação era singular e plural. Singular na aplicação do método: criava, com o grupo de estudantes que orientava, uma teia de informações a partir de cada projeto e dos diferentes percursos que se iam realizando, uma espécie de cartografia que parecia servir para nos ancorar mais e mais em nossas escolhas. Fazia a regência do grupo com a sensibilidade de quem conhece percursos, escalas e intervalos do tempo de cada orientando e cada orientanda, assim como também era capaz de realizar uma espécie de mergulho em nosso ser e perceber potências a serem reveladas, provocando a arte da imaginação sociológica (MILLS, 1960), provocando a produção de diferentes artesanatos intelectuais. E é dessa perspectiva que se faz uma orientadora plural: nada lhe escapava; captar os elementos diversos e colocá-los em diálogo, ela o fazia como arte. Ou seja: o método se faz transcendência e se presentifica em constantes e fecundas cartografias.

Considero que o desenvolvimento do método, que se dá ao longo de sua vida, não se faz por preciosismo, mas por convicção da finalidade de seu fazer acadêmico, do seu fazer ético e político. E é dessa convicção que seguiu sua trajetória, apurando sua cartografia da ação. Sua proposição não é uma cartografia social, aquela que pode ser produzida a partir de um conjunto de dados produzidos por diferentes institutos de pesquisa em mapas e relatórios, mas uma cartografia da ação para além do fazer acadêmico. Trata-se

de uma escolha de uma socióloga militante, como nosso Florestan Fernandes. Fez escolhas por aqueles e aquelas “de baixo”.

Dito isso, quero deixar aqui o testemunho da riqueza analítica do trabalho com histórias de vida e como esse fazer científico pode ser fecundo na construção de cartografias da ação, lembrando meus tempos de orientanda de Ana Clara. Definido o projeto da dissertação e a metodologia, a tarefa então era a busca dos primeiros depoentes, a fim de confirmar o recorte espacial e temporal de nosso objeto de pesquisa. Feito isso, chegamos à depoente principal, uma mulher (Dona Neusa), que foi a principal liderança na luta pelo direito à terra no lugar definido para a pesquisa (Vila dos Palmares), em Campo Grande, no final dos 1970. Dona Neusa foi duríssima comigo em sua negativa em falar. Tentei uma segunda vez, ocasião em que nem sequer me abriu a porta de sua casa, sendo mais uma vez definitiva. Saio de lá cabisbaixa e já em diálogo com outro interlocutor (padre Rafael Nunes), para que me indicasse outros lugares que tivessem passado pelo mesmo processo (loteamento clandestino) e já tendo que apresentar as primeiras sistematizações para Ana Clara. Confesso que perdi meu chão. Só me restava sentar e chorar.

Na semana seguinte, tivemos uma sessão de orientação, encontro que Ana Clara abria fazendo uma breve síntese de cada um dos trabalhos e o ponto onde estávamos para que, então, apresentássemos o percurso realizado e se fizesse o diálogo. Apresento o meu processo e digo a ela o que já estava fazendo na busca de mudança, quando então ela afirma: “Você vai mudar o lugar de sua pesquisa porque encontrou o silêncio? Porque a pessoa que foi a principal liderança do processo que pretende como universo de sua pesquisa se nega a falar? Muitas vezes é do silêncio que emergem as respostas para as nossas perguntas. Se mantenha em Vila dos Palmares.” Fiquei encantada, meu coração se encheu de certezas e entusiasmo. Retornei às interlocutoras e aos interlocutores e cheguei à informação de que havia um guardião do material da Associação de Moradores, criada no início dos anos 1970 (vale lembrar que era o auge da ditadura civil militar). A partir do material, fizemos quadros síntese de todas as reuniões ao longo de mais de 10 anos. Uma cartografia potente. Dela, emergiram nossas e nossos depoentes – ou seja: buscamos as pessoas que estiveram presentes ao longo desse tempo na luta. Foi um processo muito rico, de muita

beleza e aprendizagem, cresci em todas as dimensões: como pessoa, pesquisadora, e me fortaleci como educadora popular.

“Contexto lugar e memória: representações de cidade no imaginário popular” foi o título que demos à dissertação; e afirmo, em sua conclusão, que aquela orientação metodológica permitiu a (re)construção de uma parte da história dos segmentos sociais excluídos, assim como dos códigos que condicionam a conquista da cidadania, como o registro de propriedade, e que a fecundidade da história oral no campo das Ciências Sociais permitiu ampliar a reflexão sobre a história dos sujeitos sociais, especialmente aqueles e aquelas emudecidas durante largo tempo, sujeitos que guardam, em suas memórias, processos densos que podem contribuir, quando revelados, para a construção de uma prática política e de um planejamento menos excludente.

Lembro-me que a volta à Vila dos Palmares, para ler partes da dissertação para as mulheres que me abriram suas casas e me contaram de sua vida mais íntima, de suas dores e alegrias, foi momento de comunhão e partilha. Acredito que é disso que se faz a arte de viver a vida.

A arte de viver a vida se faz de encontros, como aqueles em que Ana Clara abria-nos sua casa em Santa Teresa, compartilhando sua vida, suas plantas, seu cachorro, ou quando celebrava conosco nossas conquistas e realizações. Este encontro é a confirmação disso: diálogos e partilhas de vivências e reflexões a partir do legado que ela nos deixou.

Hoje vivo no Alto do Jequitinhonha, em São Gonçalo do Rio das Pedras. E aqui tenho observado processos e gentes. Violações e lutas. Tenho escutado histórias de mulheres, suas existências e (re)existências nesses tempos cruéis de apagamento e extermínio das vidas e culturas em todas as dimensões. A terra, cada vez mais seca pela tomada do território pelo eucalipto, que consome 30 litros de água por dia por cada árvore, ou pela mineração que dá uma única safra e deixa no território somente morte. É nesse lugar que Dona Helena, mulher de 81 anos, me diz: “Ô Célia, é preciso escrever uma carta, mas uma carta que vem trazendo lá de trás, bem lá de trás, lá, naquele tempo, contando como era a vida no tempo que tinha muito sofrimento, que a gente trabalhava muito na fazenda pros outros (...), pra deixar pra

modernidade, pra entregar e as pessoas lerem. Isso também não pode ser mostrar o patrimônio? A cultura?”.

Apresento este trabalho aqui de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. Fui trazida por Lori Figueiró, fundador do Centro de Cultura Memorial do Vale, fotógrafo autodidata, andarilho, escutador das gentes, artes, dores e cotidianos do vale. Há pouco mais de uma semana sigo com Lori conversando com mulheres que vivem de fiar o algodão, de amassar o barro, de cuidar de suas diferentes gentes: benzedeadas, rezadeiras, parteiras, como Dona Gera, com quem passei uma tarde inteira. Contou-me como trabalhou e criou sozinha oito filhos, de 11 que pariu, e dos 708 que fez ao longo de 55 anos. E são muitas e longas conversas, às vezes com muita alegria e entusiasmo, como quando Dona Gera nos diz: “A gente vive pouco no mundo, tem que espremer. Fica cochilando no ponto, o ônibus passa!”. Teimam em existir. (Re)existem cotidianamente. Vivem a imanência do barro, do algodão, da seca, mas também a transcendência que emana e se presentifica nas festas do Congado, de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e tantas outras festas que misturam o religioso e o profano, como captadas nas imagens de Lori Figueiró.

**Congado de Nossa Senhora do Rosário dos Quilombolas de Berilo,
Berilo, Vale do Jequitinhonha/MG.**



Geni Carvalho Soares, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG.



**Helena Siqueira Torres, São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro,
Vale do Jequitinhonha/MG.**



**Oraci Alves Leite, Curtume, Jenipapo de Minas,
Vale do Jequitinhonha/MG.**



**Izabel Mendes da Cunha, Santana do Araçuaí, Ponto dos Volantes, Vale
do Jequitinhonha/MG.**



Quero encerrar com Leonardo Boff num breve trecho de *Tempo de transcendência* porque sintetiza um determinado ser e fazer que brota do ato de cartografar de Ana Clara, da teimosia do viver das gentes do Vale do Jequitinhonha e do cotidiano inquieto e transgressor de tantas mulheres e homens, como Aymer e Claudionor, que seguem se reinventando.

“A transcendência é o desafio mais secreto e escondido do ser humano. Somos essencialmente seres de protestação, de ação de protesto. Protestamos continuamente. Recusamo-nos a aceitar a realidade na qual estamos mergulhados porque somos mais, e nos sentimos maiores do que tudo o que nos cerca. Desbordamos todos os esquemas, nada nos encaixa: nenhum sistema militar, nazismo feroz, repressão eclesiástica mais dogmática, sistema social fechado... Por mais aprisionado que esteja, mesmo aí o ser humano transcende tudo. Porque, com seu pensamento, ele habita as estrelas, rompe todos os espaços. Por isso, nós seres humanos, temos uma existência condenada – condenada a abrir caminhos, sempre novos e sempre surpreendentes.”

Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, 29 de outubro de 2021.

Referências

BOFF, Leonardo. *Tempo de Transcendência: o ser humano como um projeto infinito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FIGUEIRÓ, Lori. *Cotidianos no Sagrado do Vale*. Belo Horizonte: Gaia Cultural, 2016.

SILVA, Célia Regina Neves da. *Contexto lugar e memória: representações de cidade no imaginário popular*. Orientadora: Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. (org.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* *Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método*. Cadernos IPPUR, v. 15, n. 2, ano XVI, 2001-02.

Arrombando portas abertas:
“A gente faz o que pode!”
(Contribuição e comentários sobre o legado
de Ana Clara Torres Ribeiro)

Reginaldo Luiz Cardoso

Como ponto de partida quero parabenizar a iniciativa e agradecer ao convite de participar desse seminário pela pessoa da professora doutora Tamara Tania Cohen Egler e a todos os demais organizadores e participantes.

A professora Ana Clara Torres Ribeiro (de agora em diante, Ana Clara) não era uma entusiasta das efemérides. Ia empurrada, como gostava de dizer jocosamente. Em 2008, em uma dada circunstância, encontrei-a em uma efeméride na cidade do Rio de Janeiro. Fui ao seu encontro e disse-lhe que havia lido um artigo seu, publicado na revista *Margem Esquerda: ensaios marxistas* (2008). Como era uma publicação recentíssima, ela exclamou entusiasmada: “Você é a primeira pessoa que me diz que leu aquele artigo!” Antes que ela fizesse qualquer outra consideração a respeito, disse-lhe em tom de chiste: “E, além do mais, a senhora está muito bem acompanhada junto com Mike Davis, Slavoj Zizek, Paulo Arantes...” Ela, toda empertigada, respondeu-me: “A gente faz o que pode!” Acho que esta resposta resume bem a essência pessoal e intelectual da professora Ana Clara Torres Ribeiro.

Assim sendo, vou começar esta participação citando um trecho de uma fábula demasiado conhecida e escrita pelo escritor inglês Lewis Carroll (1832-1898), em meados do século XIX. Em *Alice através do espelho* (1871), uma espécie de segunda parte de *Alice no País das Maravilhas* (1865), há um encontro entre a menina Alice e Humpty Dumpty, uma personagem oriunda do folclore inglês. Vejamos:

Quando eu uso uma palavra – disse Humpty Dumpty – então ela significa exatamente o que eu acho certo, nem mais nem menos.
– O problema – diz Alice – é apenas saber se a gente pode simplesmente fazer palavras significarem outras coisas.
– O problema – disse Humpty Dumpty – é apenas quem é mais forte, só isso (CARROLL, 1996, p. 196, tradução nossa).

Poder da linguagem

Esse excerto da fábula nos diz muito sobre o poder das palavras e sobre a linguagem em si mesma. Saliento que Ana Clara tinha um verdadeiro amor e respeito pelas palavras e era uma grande leitora. Basta ver as epígrafes cuidadosamente escolhidas para abrir os seus textos que, diga-se de passagem, são construções primorosas. Consequentemente, tinha ouvidos para as palavras – afinal, também era musicista –, inclusive para aquelas dissonantes, ruidosas. É a partir desses ruídos que ela adentra a questão da globalização:

Até que ponto estas palavras (tão em voga na bibliografia especializada e com diferentes significados atribuídos) podem ser reconhecidas como conceitos iluminadores da escala de fenômenos econômicos, sociopolíticos e culturais efetivamente determinantes da configuração espacial? (...) É esta mutação radical, expandida a partir das novas formas de realização da economia, que explica tendências à substituição da grande narrativa – de ideias do futuro, que conduziram o planejamento e a sua legitimação político-ideológica – pela linguagem do marketing, promocional e continuamente presentificada (RIBEIRO; DIAS, 2001, p. 01-02).

Na audição desses ruídos, ela não estava só. No mesmo diapasão, o sociólogo Octávio Ianni (2000) faz uma importante catalogação das inúmeras metáforas que a globalização adota nos estudos sociais e/ou provenientes de *think tanks* neoliberais. E, de fato, a miscelânea de termos que cobre o processo, a orgia de metáforas, soa de maneira análoga a um verdadeiro espetáculo circense. Talvez aqui esteja o mito que subjaz a tudo isso. E não nos esqueçamos de que o fato de ser um mito, não alça um fenômeno ao campo da inexistência. O mito opera na realidade das coisas e

das pessoas, na percepção de mundo e, por isso, tem um efeito de realidade, no seu significado e na sua implicação. Mito e metáfora e fábula..., e imagens. A profusão espetacular de imagens potencializa o caleidoscópio da contemporaneidade, da Babel de significantes que a permeia.

Há metáforas, bem como expressões descritivas e interpretativas fundamentadas, que circulam combinadamente pela bibliografia sobre a globalização: ‘economia-mundo’, ‘sistema-mundo’, ‘shopping-center global’, ‘Disneylândia global’, ‘nova divisão internacional do trabalho’, ‘Moeda global’, ‘cidade global’, ‘capitalismo global’, ‘mundo sem fronteiras’, ‘tecnocosmo’, ‘desterritorialização’, ‘miniaturização’, ‘hegemonia global’, ‘fim da geografia’, ‘fim da história’ e outras mais (IANNI, 2000, p. 15-16).

Assim, não seria demasiado dizer que a globalização faz parte de toda uma miríade mitológica que gravita em torno do neoliberalismo, novíssima etapa do capitalismo em sua incessante expansão e busca da acumulação de capital. Esse fato não escapou também aos sociólogos Pierre Bourdieu (1998, 2001) e Loic Wacquant (2001) quando elencaram os termos que gravitam em torno do neoliberalismo, tais como governabilidade, empregabilidade, flexibilidade, exclusão, nova economia, tolerância zero, globalização e seus primos pós-modernos, identidade, fragmentação etc., uma espécie de *novilíngua* no qual denominaram como sendo “a nova vulgata planetária”.

Esse debate aconteceu ali na passagem do milênio: Ianni (2000), Bourdieu (1998, 2001) e Wacquant (2001). Contudo, Ana Clara não abandonou o tema. Não catalogou, mas não cessou de combater a objetivação das relações sociais presente na *novilíngua*. Atualmente, essa preocupação voltou à baila em diferentes espectros do campo do saber. O historiador da arte Didi-Huberman (2015, p. 183-184) nos fala da “proeminência de um uso ‘positivista’ da língua feita para ser facilmente traduzível, isto é, unívoca, tanto quanto possível, sob o pretexto de clareza”. Isabelle Stengers, filósofa da ciência, nos diz não somente do poder das palavras, mas de, a partir delas, “produzir formas de comunicação um tanto novas, chacoalhar alguns hábitos” (STENGERS, 2015, p. 15). E Ricardo Antunes (2020), sociólogo do

trabalho, elenca o discurso empresarial que se expande no “universo maquínico-informacional-digital”. Como ele observa, a “essa nova gramática do capital somou-se aquela já consolidada, que operava metamorfoses nos reais significados etimológicos das palavras” (ANTUNES, 2020, p. 19). É o que podemos ver na curiosíssima “sopa de etiquetas” detectada pela socióloga argentina Marcela Basch (2018).

Economía colaborativa, Economía compartida, Economía del compartir, Economía del acceso, Economía a demanda, Economía del móvil, Economía de pares, Economía de la changa, Economía social y solidaria, Economía del regalo, Economía del bien común, Economía circular, Economía directa, Economía consciente, Economía azul, Economía naranja, Economía creativa...

Em suma, finalizando com Ana Clara, “a fratura e a fragmentação da matéria, permitida pela técnica, introduz a hipótese de correlatas fragmentações e fraturas na subjetividade e no imaginário” (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 364).

Interlocução

Assim sendo, trago à baila um interlocutor muito caro a Ana Clara: Milton Santos. Em *Por uma outra globalização*, Milton Santos (2001) faz um peculiar caminho interdisciplinar. Tal peculiaridade não deve ser negligenciada, ou seja, a apropriação conceitual de um termo em franca utilização em outra área do saber. Como dirá o filósofo político Vladimir Safatle (2010, p. 47): “No entanto, empréstimos conceituais têm uma grande diferença em relação a empréstimos bancários: quem toma emprestado um conceito sempre leva mais do que pede”. Pois bem, nessa obra, Milton Santos (2001) interpreta a globalização através de conceitos da nosografia clássica da psiquiatria e vê o fenômeno da globalização como fábula e perversidade. Porém, o que tais termos significam em seu campo original? Fabulação é um discurso fantasioso em que o sujeito do discurso não percebe o fora e o dentro. Se a fantasia permite, pelo processo de consciência, o ir e o voltar do sujeito nessa fantasia

que ele fabrica, na fabulação, não. O sujeito povoa esse universo e o toma como critério de verdade de sua realidade. Não é um estado de psicose, mas limítrofe entre a neurose e a psicose. Seria tecnicamente um estado de *borderline*, onde os limites entre as coisas não estão bem delimitados. Já a perversão – uma das três grandes estruturas da psicopatologia psicanalítica, ao lado da psicose e da neurose –, *grosso modo*, seria o estado do sujeito que, para atingir o seu gozo, busca sempre o corpo do outro, mediante a “disposição soberana do corpo do outro” (DUNKER, 2010, p. 44). Dessa maneira, a perversão seria uma ficção, uma montagem/construção constante, que passa pelos corpos dos outros, negando a autonomia destes. E aqui temos esta montagem, a qual (...) “a dissociação entre a norma e seu oposto, entre real e ideal, entre o bem e o mal, é justamente uma das características da perversão” (IDEM, 2010, p. 42). Trata-se, portanto, em Milton Santos, de um formidável exercício da interdisciplinaridade que realça o caráter (psico)patológico da globalização: “Na realidade, uma lógica globalitária, há mais do que globalização, há globalitarismo” (SANTOS, 1998, p. 14).

Mas, como Ana Clara analisa esse processo? Para a autora, a globalização oferece duas leituras. Em uma primeira leitura, a globalização “pode ser lida como **ocidente, técnica e modernidade**, descolados da **ciência e filosofia**” (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 349, grifo nosso). Por motivos analíticos, fiquemos, por enquanto, apenas nessa primeira leitura que o pensar de Ana Clara nos oferece.

O economista Jorge Natal disse, certa vez, que a globalização era uma categoria em busca de um conceito. O que não é de todo falso. Ana Clara produz – percebe – dentro desse ponto de vista o que podemos chamar de conceito categórico e, ao enunciá-lo, denuncia o viés totalizante da globalização, longe, portanto, de qualquer totalidade. Afirmar isso é apontar o(s) ponto(s) nevralgico(s) da globalização.

Dito isso, analisemos os três primeiros termos da equação resultante da leitura de Ana Clara. O primeiro é o ocidente, sem maiúscula, um substantivo comum. E por que assim? Porque se trata de um “ocidente desencarnado”, sem lastro. Nas palavras de Ana Clara, “orientado pela ótica mercantil ilimitada e pelo acionamento de estratégias econômico-militares que transformam contextos

da vida coletiva em alvos de investimentos sem compromissos com a preservação de heranças culturais, acúmulos institucionais e conquistas coletivas” (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 348-349). Ele se mostra desencarnado porque assumiu o lugar da própria cotidianidade, que “se manifesta como a noite da desatenção” (KOSIK, 1976, p. 69-70).

O segundo termo pode ser tomado no sentido hegeliano. Hegel nos fala que o útil é um dos obstáculos do mundo enfrentado pela consciência. E esta, ante um esquema de defrontamento – o fazer –, estabelece a técnica, manipulação do mundo – um esquema de superação. Assim, a técnica, enquanto coisa, tem dimensões de objetividade inescapável, mas tem, em sua análise, também uma dimensão política e ideológica própria de um fenômeno histórico. Porém, na globalização, caímos, mais uma vez, na cotidianidade, na familiaridade, no “sempre foi assim”...

Por fim, o terceiro termo: modernidade. Para Ana Clara, “somos todos frutos da modernidade” (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 349). Ora, para Berman, referência de Ana Clara, a modernidade é designada como “um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje” (BERMAN, 1986, p. 15.). E, se a modernidade é tomada no sentido de um conjunto de experiências vitais de tempo e espaço, a modernização é vista como “os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-se num perpétuo estado de vir-a-ser” (IDEM, 1986, p. 16). Ressalte-se que, para Berman, a modernização resulta de processos iniciados, exclusivamente, no século XX. Contudo, Ana Clara vai mais além e nos revela o estado da arte da configuração histórica da ordenação capitalista do mundo: acrescente a isso que “o espaço encontra-se no cerne dos processos contemporâneos de racionalização da vida social, ocupando a posição teórico-analítica antes atribuída ao tempo na construção da modernidade” (RIBEIRO; DIAS, 2001, p. 01).

Da noite da desatenção à sociologia do presente

Porém, atentemo-nos agora à segunda parte da equação proposta pela primeira leitura da globalização feita por Ana Clara.

Por que a filosofia e a ciência ficaram de fora do horizonte de realização da globalização, deslocadas, da tríade anterior? Porque elas, de algum modo, e está no DNA delas, podem desestabilizar esse processo. Uma ou outra, ou ambas, são operadas como *personas non grata*, – como aquele convidado à festa que, de tanto sincericídio, é apartado da mesma. Por um lado, a ciência que interessa à hegemonia do capital será somente aquela que se permite hifenizar junto com a técnica, aquela destituída de pensamento crítico, longe da economia política. Podemos afirmar com Milton Santos que “com a cientificação da técnica, tudo o que é produzido é precedido de uma ideia científica. Este é o problema da ciência hoje. Quer dizer, de um lado, as ciências humanas são comandadas pela moda e nas ciências exatas e nas outras é o mercado que escolhe o que fazer” (SANTOS, 1998, p. 14).

De outro lado, é de se observar que é do cerne da filosofia contemporânea, principalmente da filosofia política, que advêm os maiores petardos contra o processo globalitário. Basta, para isso, pensarmos em alguns autores tais como: Achille Mbembe, Adriana Cavarero, Alain Badiou, Byung-Chul Han, Franco Berardi, Giorgio Agamben, Judith Butler..., ou aquele que está aqui mesmo na nossa cozinha, o Vladimir Safatle. Ana Clara, ao constatar o deslocamento da filosofia da tríade/triumvirato principal, nos habilita a dizer que criticar a globalização, pensá-la criticamente, é abrir espaço para a filosofia, é pensar juntamente com ela.

Entretanto, a globalização nos oferece uma segunda leitura, de acordo com Ana Clara. Ainda pode ser lida “como **réquiem** da **economia política**, na medida em que afirma-se a **gestão** econômica sem maiores investimentos discursivos, o que significa, afinal, o **descarte da política**. Nesta **gestão** acontece o privilégio aos vínculos entre poder econômico e poder administrativo” (RIBEIRO; DIAS, p. 349, grifo nosso).

Ana Clara aqui é bastante contundente: “réquiem da economia política”. Ora, réquiem é um termo proveniente da música sacra, uma “composição sobre o texto litúrgico da missa dos mortos cujo introito começa com as palavras latinas *requiem aeternam* (“repouso eterno”) (WEBSTER’S, 1996, p. 1636). Seria um adeus à economia política? A morte de Marx e de Rousseau?

Essa segunda leitura, obviamente, nos remete à primeira, porque o que transparece na primeira é justamente a ausência da economia política, do pensamento crítico. E o que se deve à economia política? Na economia política, a experiência tem um caráter histórico. A abstração conduz a generalizações lógicas do material histórico sob a forma de categorias e leis econômicas, que refletem o caráter dialético como resultado das contradições internas dos processos sociais (LANGE, 1966, p. 184). É justamente esse caráter social que a ideologia esconde. Quase desnecessário dizer que o viés liberal “se baseia na subvalorização do caráter social da atividade econômica” (LANGE, 1966, p. 185). Subvalorização ou mesmo inexistência – vide o mantra de Margareth Thatcher: “There is no such a thing as society”.

Ao nosso ver, é um réquiem a tudo que está posto pela globalização. Isto é, Ana Clara utiliza réquiem não no sentido de que não há mais esperanças, uma vez que afirma: “A resistência ao caráter deletério da última modernização não pôde ser realizada, apenas, pela luta por condições igualitárias de vida. Esta modernização não promete igualdade e nem integração social e, sim, competitividade e busca ininterrupta por eficácia” (RIBEIRO; DIAS, 2004, p. 364).

Essa é uma observação que podemos ler *ipsis litteris* em Ricardo Antunes. Não que Antunes tenha cometido plágio, mas no sentido de que faz um *aggiornamento* desse pensar tardio de Ana Clara. “Tudo isso, é imperioso dizer, acontece por conta da necessidade de autovalorização das corporações globais, sem nenhum compromisso humano-societal” (ANTUNES, 2020, p. 15).

Diante desse quadro, eis então a indagação de Ana Clara: como enfrentar os seus termos?

Acreditamos que um dos caminhos deva ser procurado na resistência ao economicismo que hoje orienta intervenções urbanas. Um outro caminho poderia ser encontrado na análise crítica dos impulsos globais, buscando-se a denúncia dos seus sentidos e a apropriação socialmente justa de suas consequências, e, outro ainda, na construção de ideários radicalmente democráticos que conduzam à apropriação social dos espaços urbanos, o que implicará em diálogos abertos e tentativos com sujeitos sociais de antigas e da atual modernização (RIBEIRO; DIAS, 2004, p. 364).

À guisa de conclusão, podemos afirmar que Ana Clara fundamentou todo o seu pensamento no concreto – profundamente marcado pelo pensamento do filósofo Karel Kosik. E onde está o concreto? Na cotidianidade. A sociologia do presente, proposta por Ana Clara, é a pesquisa sensível contida na cotidianidade. É onde passam as coisas, as pessoas “se virando”. Dessa maneira, o esforço desta comunicação foi no sentido de atravessar alguns dos princípios éticos ou científicos da sociologia do presente. Dentre eles, os princípios da porosidade das fronteiras disciplinares, da complexidade, da incerteza e do compromisso com a modernidade. O grande desafio, hoje, é pensar a totalidade – dada a fragmentação reinante dos saberes e das subjetividades. Insistir nesse caminho é uma maneira de lutar contra “sintomas mórbidos” – no sentido gramsciano de *interregno*. Pois sabemos todos que, como nos lembra o arquiteto Renzo Piano (2019, p. C4), “o deserto cria monstros”. Como nas fábulas.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 11-22.

BASCH, Marcela. De qué hablamos cuando hablamos de economía colaborativa (y de qué queremos hablar). In: BENZAQUEN, Adriana; BASCH, Marcela (orgs.). *Comunes: economías de la colaboración*. Buenos Aires: Goethe Institut Argentina, 2018, BsAs, p. 08-16.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *A Nova Bíblia de Tio Sam*. Biblioteca do Fórum Social Mundial, 2001. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-nova-biblia-de-tio-sam/>. Acesso em: 8 julho 2021.

CARDOSO, Reginaldo L. O Estado da Arte da Razão Cínica. *Revista Ágora*. Faculdade Santa Rita (FASAR), ano I, n. 1, ago. 2007. Conselheiro Lafaiete: Rex, p. 108-115.

CARROLL, Lewis. *The Complete – Illustrated – Lewis Carroll*. Ware: Wordsworth Editions, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DUFOUR, Dany-Robert. *A cidade perversa*: liberalismo e pornografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DUNKER, Christian I. L. *A perversão nossa de cada dia*. *Cult*, n. 144, p. 42-46, março, 2010.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência*: perversidade, futilidade, ameaça, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANGE, Oskar. *La Economía en las Sociedades Modernas*. México, DF: Editorial Grijalbo, 1966.

PIANO, Renzo. Entrevista. *Folha de São Paulo*, 14 janeiro 2019, p. 04-05.

RIBEIRO. A. C. T. *Trabalho urbano*: biscate e biscateiros. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IUPERJ. Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO. A. C. T. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. In: *Margem Esquerda*: ensaios marxistas, n. 12. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 25-31.

RIBEIRO. A. C. T.; DIAS, L. C. Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional. In: *Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*. *Anais do ANPUR – Volume I*, Rio de Janeiro, 2001, p. 01-04.

RIBEIRO. A. C. T.; SILVA, C. A. da. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO. A. C. T. (org.). *El Rostro Urbano de América*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 347-371.

SAFATLE, Vladimir. O fetichismo como dispositivo de crítica. *Cult*, n. 144, p. 47-49, março, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 6. edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Ana Clara clareou as filosofias no espaço

Wallace Lopes Silva

Abertura do pensar:

A Natureza ama esconder-se.

Heráclito de Éfeso (550-480 a.C.)

Tudo que é sólido desmancha no ar...

Karl Marx e Friedrich Engels (*Manifesto Comunista*, 1848)

A relação introdutória entre espaço e filosofias sempre existiu; desde o Ocidente clássico espelhado até as modernidades em curso. O que variou foram as modalidades conceituais que cada pensador estabeleceu, demarcando todo o peso de uma tradição, separando o espaço enquanto protagonista modelador de um pensamento que não foi considerado. Do ponto de vista tradicional, o pensamento passou um aprisionamento filosófico em detrimento dos diversos campos epistêmicos, impondo um único modo de pensar: o espaço como conceituador de categorias, problemas e de uma gramática própria e seus conhecimentos ocultados por cada pensador. Portanto, os aparatos teóricos de cada disciplina traduziram categorias sobre o espaço considerando-o como auxiliar de perguntas originais, ou seja, cada pensador aprisionou ideias e noções sobre o espaço, caindo então em objetivismos científicos, dogmáticos e fechados em si mesmo.

Cabe então, evidenciar, em cada disciplina do espaço, a tarefa dos espaçólogos embrionados em suas arenas do conhecimento, investigar as contribuições do espaço, sendo personagem central, não mais deslocado da TOTALIDADE. Assim, os currículos espaciais estão presentes na maneira como todas as disciplinas o nomearam, mas tendo o pensamento justificado como forma modeladora de espaços. Entretanto, como o espaço nos convida ao pensar acerca

das coisas? É possível realizar novas filosofias do espaço já elaboradas pelos pensadores? Logo, nossa condição de corpos espacializados seria nosso primeiro contanto nas relações com as coisas no mundo?

Há então uma relação espacial com nossas faculdades intelectuais entre pensamento e espaço antes de se transformar numa estrutura disciplinar. Então, a Espaçologia pensaria o espaço enquanto espaço. Se a filosofia ocidental é a busca quimera de origens demarcadas e estabelecidas pelas tradições epistêmicas, as filosofias do espaço elegem os espaços não como meros resultados processuais e, sim, como acontecimentos a serem investigados pelos espaçólogos que revelem camadas e os currículos espaciais da história do espaço, pela primeira vez, gozando prioridades a serem ampliadas pelos pensadores do espaço em seus constructos teóricos. De tal modo, o espaço é habitado por outros espaços, precisando ser averiguado por todo aquele que se move, movente de se mover por seres históricos, temporais e espaciais. Por muitos séculos, como seres espaciais e temporais fomos educados por uma atopia (*ausência de lugar-espaço*) e acronia (*ausências do tempo no espaço*) sem referência espacial do corpo na espacialidade de sua experiência próprio nas culturas, ou seja, somos (des)espacializados como consequência da fragmentação da totalidade na compressão *espaço-temporal* em regimentos e gramáticas espaciais fechadas.

Por fim, o espaço é dizível no próprio de seu pensamento. Convém destacar, a Espaçologia sujeito de novas emergências do pensar e desdobramentos, escalas em todos os âmbitos das formas de conhecimento habitadas pelo espaço enquanto ponto de partida.

A posição das ideias: os filósofos no espaço

Origami é dobra, desdobramento e modelamento espacial na arquitetura da superfície da disponibilidade das coisas em trânsito. Assim, o pensamento filosófico modelou constructos de ideias na produção de currículos espaciais na história do pensar. Dito de outra forma, o pensamento antecede os problemas espaciais em torno dele. É na dobra que consiste a fissura de elementos ainda não iluminados pelo exercício do pensar. De uma superfície plana, o deslize forçado do agir externo para

o interno, o volume da densidade da forma se faz origami. O pensamento espacial não é dialético, como o platônico, ou em espiral, como o hegeliano, e sim dobras pensando com o barroco de Aleijadinho: o desdobramento da dobra realizada na superfície criando formas visíveis, mas modeladas por um conjunto de uma família de conceitos, se faz no real concreto a véspera de coisas ainda não cristalizadas na paisagem do pensamento. A partir daí, para cada dobra o origami espacial nos revela o universo íntimo e particular de ações do pensamento em curso. O espaço guardaria nele uma infinidade de origamis já alertados pela física quântica. Tudo é pensamento; logo, tudo é espaço: ação primeira das condições realizáveis da ação humana pelo uso da técnica, mas também instrumento mensurável para que nos situemos e giremos em torno, um acontecimento nunca isolado do primeiro traçado da superfície móvel e instável. Antes de tudo, é no cansaço de tantas dobras que o princípio do traço encontra-se com os problemas originários – o plano de fundo das coisas emerge da superfície tantas vezes trabalhada por escultores, poetas, filósofos e espaçólogos. O espaçólogo visita a forma presa e reduzida pela ideia entendida vulgarmente como abstrata, libertando-a do seu movimento anômalo. Então, ergue-se na superfície já modificada pelo exercício alterado pela morfologia a condição espacial para evidenciar aquilo que só era visto pelas ideias. Só é ideia aquilo que pode ser visto e modificado na superfície da forma.

De paisagens de gelo, nomadismos desérticos, erupções e dobras oceânicas, o homem construtor de espaço habilita-se em registrar sua memória no espaço pela sua natureza ínfima e incompleta. Aqui, de novo: não há nada natural de natureza no homem; ele cria espaço por ter sido apartado da TOTALIDADE. É nesse lugar do espaço-espacializado de coisas que o homem age criando técnica e uma natureza artificial e repartida do todo. Sobre isso pode-se sugerir uma ginástica do pensar: as árvores de um jardim seriam o todo, porém sua totalidade é a própria natureza, e já o jardim o recorte do artifício da técnica. Essa exemplificação nos apruma ao evidenciar que a ideia de todo são partes recortadas da totalidade. A tarefa da espaçologia é untar, reunir, juntar, caotizar e reinventar diversas naturezas contidas

em cada campo onde o espaço fora ocultado e enunciado como partido e fragmentado. Toda fragmentação é uma ilusão comprometida pela burrice da inteligência filosófica.

Existe, entretanto, no cartografar filosófico, o posicionamento das ideias na cunhagem de conceitos. Categorias e problemas são tarefas elevadas que exigem daquele/a que pensar as condições ontológicas da produção existente na maneira como a forma do espaço material se dá e que propõem investigações e aberturas de horizontes em busca de uma horizontologia – problemática que nos induz horizontes conflituais nos territórios do pensamento. Essa tarefa não exige mais uma delimitação dogmática, fechada e disciplinada onde os objetos estariam isolados em caixinhas epistêmicas manipuladas por ferramentas conceituais de filósofos, historiadores, sociólogos, geógrafos e arquitetos.

Esses entraves ou impedimentos foram desenhados no constructo dos pensadores positivistas dogmáticos, na crença da verdade da ação do pensar separada do agir da técnica, revelando o pensamento fora da totalidade e desprendido do mundo material, baseado nas igrejas platônicas fundadas por falantes da filosofia e repetido em ideias fraudadas de tradição. De tal modo, é preciso que as filosofias do espaço voltem a se comprometer com as questões de suas realidades espaciais, territoriais e regionais em múltiplas escalas. Assim, o conceito de espaço foi apartado da totalidade e esvaziado por menções abstratas como um verbete físico e geográfico não palpável pela ação empírica dos atores históricos no seu agir diário. Não existe “o espaço” enquanto um ente abstrato e universal fora da forma, e sim, horizontologias e visões epistêmica do conceito de espaço atravessado por diversos campos do conhecimento. O espaço, não é apenas uma categoria universal platônica e kantiana, mas pode ser vivenciado e experimentado pela ação do fazer de cada indivíduo. Cabe evidenciar que cada indivíduo é o seu próprio espaço corpóreo e individual se chocando com diversas e outras espacialidades carregadas em seu corpo – lugar onde se forjam os currículos espaciais no território.

Os currículos espaciais são naturalizados no corpo, na cidade, na paisagem e na forma do espaço. Geógrafos não são

responsáveis por traduzirem o que há por trás da paisagem, mas no momento que os mesmos atravessam outras gramáticas conceituais e ecologias de saberes tornam-se espaçólogos, pensadores que investigam o que faz o espaço se materializado de ideias camuflado no penhor da realidade. A realidade-espaço no Ocidente obedece a regras espaciais produzidas por ideias universais das estruturas do Ocidente. Em suma, o Ocidente, enquanto recorte da totalidade partida ou recortada, inventou visões de espaço e regras dogmáticas em si mesmas.

Em cada sociedade cultural, o Ocidente e suas ocidentalidades criaram currículos espaciais e constructos de mundo. O espaço modela o real e é fio condutor da realidade aberta e conflitual. Em detrimento das últimas revoluções epistêmicas do século XIX para o século XX, no ano de 1915, Albert Einstein nos evidencia que teríamos que pensar o espaço não mais aprisionado ou refém dos fenômenos da física clássica newtoniana, e sim como protagonista de seus próprios problemas originários, tendo necessidade de novos pensadores do espaço.

Portanto, a Espaçologia não estaria isolada e com falta de objetos e questões, pois quando as ciências positivas do século XIX declaram guerra epistêmica contra uma única matriz filosófica onde se pensara o todo e a totalidade, as mesmas configuram metodologias e campos *a priori* de seus saberes originais, ocultando o espaço como subconceito. O engano da cegueira tiresiana estaria na crença positivista de que os conceitos e campos ecológicos dos saberes surgem desprendidos de uma ambiência e atmosfera espacial. A tolice da gagueira aristotélica se repetiu por séculos entendendo espaço como medida, extensão e proporção. Em contrapartida com o nascimento das epistemologias modernas ocidentais e acidentais, a Espaçologia estava no suporte do filtro conceitual. Todas as ditas áreas do conhecimento criaram enunciados sobre o espaço, mas o espaço não narrou suas relações conceituais de seus algozes.

Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e Tamara Egler evidenciam a Espaçologia não como detentora do espaço, e sim como condição possível do aparecimento dos fenômenos espaciais, tendo seu último desdobramento em escala societária do espaço agindo na esfera do Estado, território e globalização.

Da mesma forma que o capitalismo agiu como condutor de produção espacial, na produção da matéria histórica houve um jogo antagonista entre casa/rua, fábrica/cidade, presídio/liberdade e desejo/inconsciente. Há de se notar toda a tradição (traição) ocidental ocultando o conceito de espaço e não teve o cuidado necessário de uma ciência do espaço enquanto espaço – ESPAÇOLOGIA.

Antes de tudo, somos seres espaciais, tendo em nosso corpo a primeira dimensão escalar dos efeitos dos currículos espaciais. A forma fundida na ideia, realizando tarefas do desenho da forma. Por noções aristotélicas, a forma e conteúdo realizam nossa noção material do uso dos atributos da morfologia do espaço.

A natureza não organiza seus objetos analíticos por afinidades ou pela ação técnica da cultura; ela é a totalidade se disponibilizando pelo o uso da cultura repartida, pela posição dos pensadores ao ler e interpretar os fenômenos do uso do real.

Não há uma natureza do espaço, e sim multiplicidades de natureza, desde Demócrito a Karl Marx, do uso da produção material das coisas. Por conseguinte, Demócrito via na matéria a soma dos átomos que produzia o efeito da realidade material. Mas, de que forma o pensador originário visualiza o átomo sem lentes de um microscópio antes da modernidade? Essa pergunta induz, propõe ao pensamento visualizar as camadas da realidade sendo o lugar onde as coisas se enunciam pelo exercício do pensar.

A visualização dos objetos e formas não está dada por um regime de signos e representações dadas ou disponíveis pela realidade. Demócrito organiza uma natureza caotizada por átomos dentro da totalidade até então não repartida. O pensamento nesse momento é aberto, quando todos os elementos estariam no puro acontecimento de estado de coisas sem filtro. Na partícula de um átomo estaria o esplendor do que ainda não foi repartido pela tolice da razão aristotélica e kantiana.

Por tal ventura, ao longo da duração histórica da tradição sobre o conceito de espaço, historiadores, filósofos, sociólogos, físicos, arquitetos e geógrafos detiveram dogmas, dimensões oraculares determinantes e deterministas que delimitaram o aprisionamento epistêmico da conceituação da história do espaço ausentado de

um campo de conhecimento transdisciplinar e separando-se da totalidade. As ciências modernas emergem com a crença simplória da razão imperialista do *lógos* platônico instaurado pelo reacionarismo kantiano: o Ocidente espelhado por ideias desmaterializadas do concreto-objeto-real para uma deidade do mundo. A representação da natureza mimetizada pelo retrato da paisagem. O espaço na categoria geral da modernidade kantiana daria visualização aos objetos *a priori* retirados de um plano de mentalidades e dados como perfeição imperativa do mundo reconfigurado por um racionalismo bélico. O espaço depois de Kant assumiria um lugar mensurado por um ordenamento matemático, singular, homogêneo e controlado por formas intuitivas pela fé racional.

Além disto, essas visões simplistas estiveram focadas apenas na objetividade do objeto sem investigar uma ontologia inaugural do espaço enquanto espaço. No recorte kantiano e no desdobramento de suas ideias, o espaço é o lugar ordenado pelas formas racionalizadas de ideias universais de mundo. Em suma, a partir do século XVIII o racionalismo cartesiano e kantiano definiu as bases gerais das visões manipuláveis de ideias cristalizadas de mundo. Tal questão se remeteria ao aristotelismo clássico delimitado pela física moderna, onde os físicos manteriam os conhecimentos guardados e instaurados pela alquimia dos antigos e filósofos originários – a natureza nesse momento se entende enquanto totalidade (Unidade perfeita) gerada por noções medievais (deus como forma imanente). A totalidade – então natureza naturante – natural se manifestaria na multiplicidade das coisas. O espaço, natureza e ideias formam imagens de um mundo sem forma. Não haveria no primeiro momento a ideia de espaço separado do todo aberto. Este todo aberto é o estado embrionário de mundo e espaço, pois ambos são frutos da linguagem e técnica. O animal-homem ocidental produz no uso da técnica (Cultura) sua própria condição e estrutura as bases primeiras de seu rompimento entre natureza e cultura. Nesse primeiro momento, natureza e cultura não se separam, pois o meio é o próprio homem mergulhado de totalidade. O pensamento modela o espaço como forma primeira do existir. Assim, no momento em que o homem dito enquanto moderno manipula o uso do espaço com as ferramentas da técnica,

sua ausência de naturalidade do natural vai exigir uma ruptura artificial com o todo, mas de fato o mesmo homem experimentaria uma ilusão de que fora apartado do todo da totalidade. Totalidade e todo não se fragmentam: estariam fundados no mesmo estado de coisas, onde o pensamento acusaria outra natureza ontológica (natureza e cultura) e estaria em atribuições epistêmicas separadas do todo original. Homem, natureza, mundo e espaço estariam organizados pelos interesses estratégicos, pela ação racional racionalizante do homem impondo uma nova realidade ou natureza do espaço. Tudo é meramente uma ficção do homem racional embriagado por ideias de modernidade.

Por outra via, não há modernidade como fora apresentada de modo linear e fragmentada, ou seja: para cada realidade de estado de coisas se abre um horizonte de possibilidades, assim como a ideia de espaço. O espaço torna-se uma nova natureza no momento em que o homem utilizado pelas técnicas instrumentais do uso da razão racionalizante acredita manipular toda abertura totalizada de natureza neutra e especulativa. Desse modo, o pensamento é o agente modelador de espaço: somente o pensar condiciona as questões que põem o espaço enquanto objeto fundador de novas gramáticas conceituais derivadas pelo suporte transdisciplinar do limite ficcional das disciplinas, onde todas partiriam do mesmo nascimento ontológico e conflitual de filosofias próprias. Se as ciências modernas na última virada espacial do século XIX e início do XX criam campos epistêmicos do saber do próprio, o espaço foi burlado e interditado de pensar aquilo que seja o seu próprio pensar original de questões oriundas de seus saberes e perguntas emergenciais de um campo de investigação entendida como ESPAÇOLOGIA.

O espaço teria como objeto o próprio espaço, inaugurando ferramentas transdisciplinares detidas em todas as disciplinas chamadas de campos de conhecimento ao longo do curso da modernidade histórica ocidental. Entretanto, se os campos de conhecimento criaram seus objetos *a priori* a partir de uma ideia condicional de espaço, a virada espacial estaria no momento em que o modelamento das questões partem do próprio espaço. Por conseguinte, a espacologia traz à tona os currículos espaciais já

desempenhados pelas entendidas disciplinas, se libertados de códigos e regras já assim estabelecidos pelas ficções modernas. Se o pensamento modela o espaço, a espaçologia permeia o campo dos fenômenos do pensamento materializados pela via do espaço como caminho do pensar do homem enquanto realidade primeira.

Por sua vez, as filosofias do espaço estão em disputa. Logo, é necessário repensar o exercício do espaço nas bordas de novas fronteiras. Tudo é espaço; logo, o pensar localiza-se em problemas abordados pela ação humana do estruturar-se como ser espacializado no espaço. Entende-se, assim, o objeto da espaçologia: o espaço como espaço, modelado pela ação do homem enquanto agente modelador de realidade aberta e plural.

A princípio, a natureza guardaria nela mesma ao longo da história do Ocidente tardio – montado no constructo do século XIX – todos os saberes da totalidade. Porém, com as revoluções científicas da metade do século XIX, os filósofos da natureza (homens da terra com saberes originários do local) ensaiam problemas ontológicos da realidade repartida da totalidade, ou seja, ilusões modernas e descabidas pela ânsia de responder o que seria a natureza do espaço. O espaço emerge enquanto resposta a uma *physis* descoberta pela técnica adoecida pela representatividade da cultura.

O foco filosófico revela a natureza como ação modeladora de estados de realidade, que se permite ser admirada pelo *éthos* do humano, identidade qualitativa ordenada pela dogmática das ferramentas da ação cultural da técnica.

Em detrimentos de ações da demarcação da ação cultural dos ritos no espaço, o homem ocidental se representou enquanto forma totalitária da estrutura do espaço, definindo-o como objeto a ser observado pela crença das diversas ciências que emergem com ferramentas epistêmicas para sua compreensão. Dessa forma, a Espaçologia trataria o objeto espaço nas suas diversas possibilidades já contidas nas genéticas dos campos dos saberes construídos nas fronteiras do agir do pensar. Para cada campo ou fronteiras do pensamento já temos os espaçólogos agindo, evidenciando problemas e questões em suas diversas escalas.

Portanto, a Espaçologia já existe em todos os campos do pensar, pois o conceito de espaço é o suporte conceitual que atravessou as

diversas gramáticas curriculares sem necessariamente ter conceitos próprios. Assim, os conceitos do espaço se revelam no agir de cada pensador ao se indispor na necessidade de pensar o diálogo conflitual em atrito emergencial dos atores que habitam o espaço.

No fim do século XIX, pela primeira vez, foi possível ver um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, se cristaliza na duração de narrativas totalitárias nas extremidades de uma sociedade radicalizada por identidades fechadas em si mesmas: aceleramentos históricos conduzidos por grupos totalitários na condução da matriz ocidental, ou seja, uma única forma até então de ocidente absoluto e fechado aos interesses desse novo ocidente estruturado por velhos hábitos. Dessa forma, as extremidades evocadas pelas identidades nacionais criaram naquele período barreiras identitárias forjadas por ideias absolutas e, sobretudo, raciais. O resultado desse cenário foi o sufocamento de identidades minoritárias e o extermínio de povos. Em concomitância, a forma Estado enquanto *êthos*-político cria uma noção de identidade nacional de modo isolado, incorporando ideologias raciais no projeto de sociedade.

Em vista disso, como sobreviver e criar redes estratégicas diante de um mundo forjado de novo? Ainda é possível ler as gramáticas conceituais de modo isolado diante de uma sociedade que emerge com novos adventos espaciais? Como ler, compreender e gerar análise do imediatismo do imediato? Como ler o Ocidente a partir de dentro para fora? Somos realmente ocidentais (ou quase ocidentais) nessa formação societária?

Passada essa breve apresentação do problema, é de extrema importância o posicionamento ideológico do filósofo-historiador (espaçólogo) ao ler novas cicatrizes do presente que emergem de modo totalitário no tecido urbano como desdobramentos da história espacial do tempo presente, sempre escolhendo o caminho do pensamento diante das armas conceituais do território das ideias ao longo do tempo histórico e suas questões permanentes no uso do espaço. O exercício do pensar nos revela não só diversas encruzilhadas e modelamentos de montagem do teatro das ideias ocidentais em curso no campo de batalha, mas também como abrir novos clarões, problemas e investigações acerca de um cenário

epistemológico que exige o refinamento conceitual e transdisciplinar do filósofo-historiador (espaçólogo). Este, para isso, precisa lidar com ferramentas conceituais e curriculares de outras arenas do pensar na busca de evidenciar novos fenômenos histórico-espaciais na produção cultural do uso do espaço. A narrativa será pô-lo como protagonista e objeto das ações do pensar dialogando com matrizes de conhecimento que já o pensaram.

Enquanto constructos humanos, as epistemologias modernas ocidentais aprisionaram de modo dogmático o conceito de espaço. Logo, os geógrafos positivistas brasileiros, na sua soberba cognitiva, paralisaram e se aprisionaram em uma única forma de entendimento problemático da ideia de espaço operacionalizada por lógicas eurocêntricas. Se os negros e ameríndios deste país são produtores de espaço no mundo das ações estruturais e concretas, por que não fundarmos uma *endografia* (dentro/interno) do ser, local, regional e espacial? Se os que produzem espaço foram exterminados do processo espacial externo, da condição de realidade do espaço, como há uma geografia humana? O espaço também não seria uma relação dialética entre o dentro e o fora? Se não há o *endo* (dentro), como há o de fora? As qualidades funcionais determinam as estruturas do interno imposto por realidades espaciais de estrutura racional e racial do de fora? Por sua vez, as formas do espaço não possuem uma natureza concreta apenas, mas uma natureza concreto-abstrata; tornam-se concretas a partir do uso das coisas habitadas por ideias filosóficas em disputa no campo epistemológico, na produção da realidade em disputa na qual as coisas se inserem. Tais são os problemas atualizados nas formas condicionais e instrumentos de análise da história social dos homens.

A geografia, história, sociologia, literatura, economia, antropologia, física, dança, teatro, cinema, arquitetura, planejamento já possuem seus objetos, signos, conceitos e ações curriculares do espaço; agora chegou a vez de o espaço pensar suas próprias questões espaciais de maneira própria e singular. Milton Santos, no livro *A natureza do espaço* (1987), assinala que, no final do século XVIII, tivemos uma revolução epistemológica em que todas as áreas de conhecimento se libertaram da filosofia hegeliana, construindo disciplinas de conhecimento com objetos próprios

de sua espacialidade. O espaço torna-se objeto de análise de todas as disciplinas, mas sem criar um lugar próprio de perguntas insurgentes e inaugurais do próprio espaço. Dessa maneira, seria uma categoria transdisciplinar lida e entendida por todas as zonas do conhecimento, porém nunca investigada por si mesma, havendo, assim, a necessidade de criarmos uma espaçologia, com problemas, objetos, conceitos, métodos, atores, processos e ações do próprio espaço.

As ciências ditas modernas e modernizadas cunharam seus conceitos fundadores do espaço por diversas matrizes e escalas demarcadas por ações disciplinares detidas em uma única forma epistemológica. A espaçologia é uma ferramenta transdisciplinar que torna o espaço objeto dialógico atravessado por todas as disciplinas que o investigam, evidenciando-o enquanto ator central no ultrapassamento de barreiras isoladas e epistêmicas; portanto, analisa seus fenômenos como evento curricular em todos os campos de conhecimento de modo autônomo. A história, a geografia, a sociologia, a arquitetura, a economia e o planejamento urbano produziram ao longo dos séculos aprisionamentos espaciais e epistêmicos de uma única forma de entender o espaço como objeto categórico estático, porém este ainda não se tornou uma ferramenta autônoma de ler-se a partir de conceitos próprios, oriundos de si mesmo. A espaçologia traria para o núcleo de questões formas autônomas dos indivíduos espaciais que recriam suas matrizes epistêmicas e propõem novas lógicas de rede.

No final do século XX, o espacólogo Milton Santos evidencia que as ferramentas metodológicas filhas do século XIX detiveram uma única concepção matricial, universal e totalitária da categoria de espaço na qual a globalização se tornaria globalitarismo: uma única forma universalista de entendimento do mundo a partir de única concepção de espaço e sociedade, criando, desse modo, formas perversas e desiguais do recorte da totalidade. O espaço para Milton precisaria se libertar das demarcações geográficas e disciplinares, operando uma nova ontologia do espaço, assim chamada de espaçologia: a categoria de espaço para criar conceitos não a partir do olhar das disciplinas recortadas isoladamente, mas como sendo problema e questão de si mesmo, cunhando problemas

e questões do que é o próprio contido nele mesmo. Os conceitos, categorias, objetos e problemas não estariam isolados e reféns de qualidades epistemológicas de outras disciplinas. Assim, o espaço se libertaria enquanto campo autônomo e criador de problemas originais oriundos de sua matriz conceitual, não havendo demarcações e prisões dogmáticas ratificadas em lógicas estruturais prontas, delimitadas, lineares e servis, já introduzidas no movimento espaçoológico de Milton Santos. Dessa forma, teríamos, no final do século XX, explosões epistemológicas do conceito de espaço emergidas pelos de baixo, o que ele evidencia como uma outra globalização vinda de lógicas não binárias e não correspondentes aos modelos globalitaristas.

Tal questão já encontra abertura de horizonte no filósofo Michel Foucault (1926-1984), que escreveu, em sua estadia na Tunísia, em 1967, um texto denominado *Outros Espaços*, publicado sob a sua autorização apenas em 1984. Nesse escrito, o autor desenvolve um conceito inteiramente original: o de *heterotopia*. Esta ideia consiste em explicar a confluência dos espaços na sociedade, isto é, uma proposta de se pensar o entorno a partir das diferentes residências temáticas (hospitais, escolas, bibliotecas etc.) que são alicerçadas nele e que descrevem uma relação na qual esses mesmos lugares predominam uns sobre os outros e sobre a vida dos indivíduos. Assim, nesse texto, ele mostra que o espaço do outro foi esquecido pela cultura ocidental.

A palavra *heterotopia* é composta do prefixo *héteros*, que tem origem no grego e significa “o diferente” e está ligada à palavra *alter* (“outro”). Já a palavra *tópos* significa “lugar”, “espaço”. Então, *heterotopia* significa o espaço do outro. Em busca do uno, do universal e do mesmo, a razão ocidental afastou o outro, a diferença, a multiplicidade. Desse modo, o empreendimento filosófico de Foucault foi resgatar os espaços do outro, que o exercício do poder pela racionalidade ocidental buscou suprimir em prol do espaço do mesmo. Para isso, estudou espaços onde se exerciam relações de poder com vistas à objetivação, como as prisões, a escola, o corpo, a loucura, a sexualidade numa perspectiva da noção espacial em Foucault.

Igualmente, a Espaçoologia são espaços de alteridades na produção de conhecimentos próprios localizados no corpo espacial

dos indivíduos relacionados com suas realidades históricas. Portanto, teríamos um século de explosões espaciais e de novos eventos transescalares em realidades singulares e em rede, pensando com Michel Foucault e Milton Santos. Sobre o novo problema, Foucault pensa o espaço como uma forma de relação de posições, onde a vida é comandada por espaços sacralizados. Também diferencia utopia de *heterotopia*. A primeira diz respeito a lugares que não são reais, sem lugar fixo. Já a segunda refere-se a lugares reais, mas que estão fora dos lugares aceitos (o mesmo). Para o autor, a sociedade produz *heterotopias*. Ainda, chama esses outros lugares com a denominação de *heterotopia* de desvio, ou seja, aqueles comportamentos que estão fora do que a sociedade aceita e impõe às condutas. São nesses espaços que, para Foucault, estão contidos os conflitos e tensões que se exercem pelas relações de poder de uma sociedade determinada.

Ao pensar sobre o final do século XIX, Michel Foucault problematiza que no Ocidente moderno tivemos grandes revoluções epistemológicas das matrizes de ordem ocidental, quando a totalidade do pensamento, até então contida na filosofia, se fragmentou criando ontologias, campos e ferramentas próprias. Desse modo, revela a possibilidade de um novo conceito para entender os novos fenômenos do espaço geográfico, nomeando-o *heterotopia*, um conceito da geografia humana que descreve lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas. Ele usa o termo para descrever espaços que têm múltiplas camadas de significação ou de relações com outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente. Para que novas propostas de análises do espaço sejam concebidas de modo introdutório, por que não pensarmos a Espaçoologia como espaço autônomo e inaugural dos pensadores das dimensões do espaço ao reinventarem condições ontológicas de sua existência no seu agir nos recortes da totalidade?

Por outro lado, se tomarmos a geografia a partir de um conjunto de escrituras na produção do espaço – nas raízes *geo* (terra) e *grafia* (escrita) – por que não partirmos do próprio espaço para pensarmos suas outras grafias (escritas/ escrituras) na filosofia, física, economia, sociologia, arquitetura, política, antropologia, arte, biologia, teatro, cinema e, até mesmo, o samba? Se os geógrafos se detiveram sobre os fenômenos geográficos no tecido do espaço, por que os espaçoólogos

não se dedicaram a pensar os fenômenos espaciais do próprio espaço em si e correlacionados a todas as disciplinas, questionando, por exemplo, quais os impactos do conceito de espaço do cubismo geométrico e analítico na pintura de Pablo Picasso? Picasso seria um espaçólogo ao introduzir uma nova categoria geométrica de espaço tridimensional na pintura contemporânea moderna ocidental do século XX, assim como Aleijadinho, com seus anjos distorcidos no Barroco singular brasileiro? O problema central não estaria em pensar os diversos currículos espaciais aglutinados numa ciência do próprio espaço ao ler seu diálogo transdisciplinar com acervo conceitual já postulado e construído em todas as disciplinas?

O espaço é autônomo e relacional, sendo cercado por uma multiplicidade dimensional da realidade fenomênica e histórica dos homens na sua produção social, política, econômica e cultural da realidade enquanto um todo representado. Não se trata neste momento de inventar uma nova ciência, mas de ter o entendimento de conteúdos espaciais que produzem currículos e formas na condição habitada pelo fenômeno homem em suas práticas existenciais fazedoras de espaço, que, de sua parte, abrem novos problemas fenomênicos da origem do espaço racial. É essa perspectiva que nos apresentam o professor Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro: é preciso revistar o *todo* em suas partes totalizadas de espaço ao entendimento da totalidade. Creio que sob esse enfoque o pensamento precisaria urgentemente voltar ao pensamento, elaborando novos problemas investigatórios por uma filosofia do espaço brasileiro de modo próprio e original.

Por sua vez, os “filósofos acadêmicos brasileiros”, alienados de sua condição espacial-histórica por pensarem como europeus, reproduzem espaços psíquicos de paisagem do pensamento fora do todo sem totalidade; exemplo disso é nunca terem colocado como questão ontológica o fato de um povo negro, escravizado por 400 anos em uma matriz espacial excludente, ter sido capaz de criar saídas estratégicas e de narrar sua própria história na construção epistêmica de outras espacialidades. Fenômeno que tem o samba como matriz ontológica de saberes espaciais e corpóreos e como outro modo de pensar o Ocidente – o do Atlântico-negro protagonizado por atores interditados e silenciados. É notório ver o

Ocidente, assim entendido pelo uso radical da razão instrumental de Kant e Weber, não conseguir iluminar todos os objetos trazidos pela hiperluminosidade do raciototalitarismo, inibindo outras matrizes epistêmicas apartadas da totalidade.

Se o pensamento é uma ação condutora de espaço, essa questão nos coloca em um esforço tremendo de pensar de modo próprio uma Ciência transdisciplinar enquanto uma nova escala espacial e territorial da história do pensamento no uso do espaço, como uma alternância do discurso não vigente – alteridade por alteridade (diferenças por diferenças). Tais são as razões da emergência epistemológica de se pensar a Espaçologia como uma nova interpretação do mundo do representacional das coisas, no que tange ao fluxograma de encontros e desencontros, territorializações, desterritorializações, enfim, enquanto uma categoria transdisciplinar do espaço das relações entre sistema de coisas, natureza e ação humana, por via de uma reflexão filosófica a partir dos espaços ainda não evidenciados na tradição literária atual.

Em contrapartida, depois de tanto tempo de predominância literária de uma alternativa histórico-espacial e de pensarmos origens espaciais no ocidental móvel, cristalizada por uma ideia de identidade fixa e determinista (origem, meio e finalidades) na qual estamos inseridos, acredito que seja impossível evitar que continuemos a lastimar as perdas de sentido originário e histórico de seus atores sociais em suas realidades individuais. Há que se abrir uma nova dimensão de sentido espacial que suscite investigações filosóficas de novas geografias. É possível pressupor que essa espacialização do pensamento produza um grande choque, mas não se trata de um desastre, e sim de uma variação que admite novas concepções, culminando em novas fronteiras, necessárias para uma nova partida, um novo reinício com acidentes escandalosos, aquém e além de uma nova territorialização. Não é como se simplesmente pudéssemos nos opor à dimensão imóvel do espaço em relação ao movimento e ao avanço do tempo e da história, mas consideramos que aí exista uma demanda de reflexão sobre a realidade que precisa ser sanada a partir de nossa própria cultura (*éthos* – *lugar próprio*), vista por dentro no jogo de fora. Sendo assim, convido-os a nos aventurarmos nos limites tolos da razão instrumental racional para

pensar uma nova antropologia espacial-geográfica e filosófica de novas filosofias insurgentes, para pensar os espaços contidos em si nas brechas de outras espacialidades.

Conceitos: máquinas oculares

Os níveis de percepções sobre os fenômenos das ideias forjadas em coisas para serem notadas e percebidas pela nudez do olhar precisam ser filtrados e (des)organizados pelo exercício maquinal do uso do conceito. Nem fim e nem meio, os conceitos revelam as camadas contidas nos tecidos da subjetividade engendradas na produção dos conjuntos de coisas manifestadas e ocultadas pelo véu da realidade. Em toda parte o tecido conceitual comum se produz na cotidianidade no *tai chi chuan filosófico* nos maneirismos do pensar. É bem verdade que o uso do exercício do pensar exige do pensador o esforço extremo para as ideias se refletirem nas coisas ou se materializarem em objetos da percepção ainda visualizados no *télos* do pensador. Na realidade, é nesse esforço e no alcance do cansaço que os conceitos emergem para traduzir o recorte recortado da totalidade. Ou seja: os conceitos são máquinas oculares, pois ampliam a (in)visibilidade e o ocultamento de mundo de coisas já inseridas na materialidade do real. Para cada pensador teremos o uso das ferramentas de máquinas oculares para atingir, flertar, beirar-se, margear-se pela costura do uso da linguagem no mundo em movimento sendo lido pelas máquinas oculares de cada pensador. Por isso, um conceito apenas concreto não revela os níveis geológicos dos confrontos das formas sem formas.

Nas tensões de cada século, os filósofos, ao produzirem seus conceitos e suas máquinas oculares, nos mostram que a disputa dos conceitos se configura na filosofia como um território de batalhas. Os conceitos e seus filhos estão em guerra desde seu nascimento: filosofias como campo de guerra de conceitos, exigindo de cada pensador uma sistêmica vocabular e gramatical, modos de nomear os fenômenos do uso do real. Certamente essas máquinas oculares evidenciam o uso dos conceitos constituindo de modo empírico lentes oculares para o mergulho instável de elementos ainda não

visíveis; além disso, é ali que o pensador se esforça como um operário conceitual.

De maneiras diferentes, todo pensador trava uma batalha imensa de como constituir suas máquinas oculares diante de um exercício solitário: o conceito nasce em noites solitárias, não há multidão, público, papéis timbrados e orientadores acadêmicos; ele nasce, e tendo nele problemas insuportáveis de mundo e significados de cenários ainda não visualizados pela vida societária.

Podendo parecer um exercício dito como inútil pela tecnocracia de regimes da vida imediata e repetida pelo vazio da existência midiática, o uso dos conceitos gera uma tarefa violenta na produção de novas mentalidades.

Em particular, o nascimento ocular de cada conceito requer produções de novos planos de mentalidades e de consciência. Exemplo disso, o filósofo Karl Marx não produz conceitos para compreensão de uma sociedade burguesa e industrial do século XIX, e sim para o entendimento do edifício teatral do golpe cognitivo dado pela burguesia, criando um mundo de recursos ilimitados para si mesmo. Indo pela mesma via nas eras das modernidades em confronto, teria diversos projetos conceituais da ideia de homem, sociedade, espaço e território. Se Marx não escreve para o século XIX, certamente foi necessário criar planos de mentalidades e gramáticas conceituais para pensar o mundo produzido pelo capitalismo ou capitalismo em disputa. Mesmo sendo possível datar, Karl Marx nos mostra que o capitalismo trouxe as (falsas) promessas de um mundo e novo homem, assim como as ideias cunhadas nos projetos renascentistas.

Cabe ressaltar sobre a produção de máquinas oculares: são conceitos que exigem como pré-requisito o processar da longa duração na produção da materialidade das coisas; afinal, não dormimos medievais e acordamos modernos. Pelo contrário, testemunhamos a fabricação de golpes cognitivos entre os filósofos na produção de paisagens de pensamento. A estrutura de uma máquina ocular, antes de tudo, é produzir golpes cognitivos no sistema de crenças forjadas no tecido cultural; assim aceitamos ideias que estão no plano mental de cada filósofo.

Sob essa relação, as máquinas oculares dos conceitos nos induzem a pensar de maneira única a partir de sentenças e premissas

coloniais e descoloniais, exercidas pelo sistema matricial de cada filósofo no conjunto de materialidades históricas e espaciais. Portanto, vivemos num mundo de filosofias que criam espaços visualizados na cabeça dos filósofos, que impõem gramáticas repetidas e fórmulas hipotéticas e não aplicáveis em mundos em colapso temporal no curso do espaço societário.

Os espaçólogos e a totalidade

Os filósofos da totalidade, ao pensarem a condição da *physis* (natureza), evidenciavam que “a natureza ama ocultar-se”, como aponta o filósofo Heráclito ao mostrar os regimes de fluxos, movimentos e linhas soltas que configuram os estados de realidade do real. Esses estados empíricos do que a natureza permite se mostrar estão diante da nudez prévia da forma e da antiforma. É nesta véspera dos acontecimentos de ordem das totalidades que a natureza se permite ser empiricamente pensada e investigada pelos pensadores da totalidade. Igualmente, as naturezas da totalidade contida nela – todas as gramáticas e currículos espaciais de como a vida da *biosocios* (homem-natureza) – deverão agir. Homens, coisas e sistemas de objetos produzidos pela ação da técnica traduzem a partir da totalidade elementos e ferramentas que podem traduzir partes da totalidade fragmentada de maneira recortada.

A par desses problemas em aberto, os filósofos da totalidade mergulhavam na paisagem ontológica dos problemas criando formas e linguagens conceituais para organizar naturezas caóticas da ordem sem ordem. Convém ainda destacar que a tarefa crucial dos primeiros pensadores da totalidade era investigar o que estava atrás do escondido no natural com suas máquinas oculares e no afinamento dos conceitos.

Por conta disso, a novidade inaugurada pelos pensadores da totalidade foi evidenciar aquilo que não estava dado pela ótica do olhar humano: são esses que possibilitaram a primeira viagem do pensamento na busca do universo das coisas insólitas regidas pela maestria da natureza. Exemplos disso, cada pensador da totalidade investigou os fios soltos da paisagem não organizada mediada pela tarefa do pensar: o agir do pensar organiza o sistema de pensamento

contido nas gramáticas inscritas na totalidade e por leis próprias. No fragmento heraclítico, onde a natureza ama se esconder, podemos nos posicionar no espaço que está ocultado enquanto primeira escritura espacial da natureza naturante que anseia revelar-se aos pensadores da totalidade. Para isso, os pensadores da totalidade usam suas máquinas oculares para organizar os elementos soltos na disponibilidade do real em processo.

Para cada século com revoluções epistêmicas, os pensadores da totalidade pensaram questões próprias, quando o conceito de espaço estivera oculto e embrionado em todas as gramáticas conceituais. As ciências do espaço já osculado por Aristóteles a Albert Einstein não elaboraram a categoria conceitual de espaço como um modelador curricular. O espaço possui dentro dele enquanto um recorte da totalidade currículos espaciais e gramáticas de conceitos que precisam ser lidos pelos espaçólogos de cada campo de conhecimento. Na verdade, os espaçólogos estão presentes em todas as fronteiras relacionais reveladas pela compreensão do uso do espaço. Diferentemente da tradição demarcada por posições dogmáticas do pensar o “espaço”, ele foi tratado por diversos pensadores nos apontando sua importância habitada pelo pensamento.

Os currículos espaciais

A palavra *curricŭlum* oriunda do latim românico *ibérico* ocidental sugere o significado de corrida, percurso, movimento, lugar onde se corre. Portanto, o espaço não é o ponto inicial ou a finalidade analítica do processo, e sim fluxos transescalares de linhas e formas não demarcadas pela cristalização de ideias objetivadas em coisas. Com o avanço da questão em aberto, os espaçólogos em campos distintos evidenciam e nos mostram os elementos ocultados pela natureza do espaço produzindo currículos espaciais na utilização de máquinas oculares: os conceitos são máquinas oculares para visualidade das ideias contidas no correr do espaço. Por isso ser necessário (re)pensar os diversos currículos da produção espacial contidos no espaço. Assim, os espaçólogos executam o espaço de modo diário, pois ele que nos modela como ação norteadora.

Em norte, os currículos espaciais se reproduzem no uso emergencial das práticas culturais no território em uso por cada indivíduo já divisível em sua condição espacial fragmentada. Mas o currículo espacial não é instrumento isolado na reprodução de ideias descabidas na cabeça de cada filósofo: antes, ele é o resultado do constructor das instituições na cunhagem de disciplinas que organizam nosso corpo espacial e espacializado na forma cidade.

No entanto, o currículo espacial também se reflete no corpo de cada indivíduo, produzindo entendimentos corporais de práticas e condutas normatizadas pelas regras e códigos da cultura ocidental. Para cada realidade espacial, onde o Ocidente espelhado se espelha, o currículo espacial fruto das mentalidades, ideologias e técnicas se geografiza no âmbito do território corporal dos atores-sociais e espaciais. A disciplina do espaço contém nela códigos traduzidos em nossa materialidade corpórea que criam níveis de consciências alienantes. Se a primeira dimensão espacial é o recorte do entendimento do corpo, as disciplinas curriculares do espaço nos aprisionam em conchaves de repetições cognitivas de não entendermos o uso do espaço no corpo e em nossas formas de viver e agir.

Por fim, não é possível justificar uma única filosofia no espaço, e sim a insurgência de atores espaciais que estão emergindo numa explosão de espaço reinventada por novos globalitarismos, já evidenciados pelo Filósofo Negro professor doutor Milton Santos.

Mais profundamente, voltando nossa a premissa convidativa: o pensamento modela o espaço, logo é necessário o enfrentamento das ideias inacabadas.

Referências

BACHELARD, Gaston. *La poética del espacio*. Primeira edição em espanhol. Tradução: Ernestina de Champourcin. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965, 304p. (Breviarios; 183).

BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. 1ª reimp. da 1ª ed. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014, 110p. (Coleção Estudos; 230).

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. 319p.

- DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011, 159p. (Estudos; 292).
- DE SOUSA ALVES, V. M. *Conhecimento metafísico do espaço e do tempo*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1959.
- DE SOUSA ALVES, V. M. *Ensaio de Filosofia das Ciências*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 1998.
- FOUCAULT, Michel. "Of other spaces". *Diacrities*, v.16, n.1, Baltimore, 1986.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 5. edição. (Tradução revisada e apresentação de Márcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão). Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, 598p. (Coleção Pensamento Humano).
- JAMMER, M. *Conceito de espaço: a história das teorias do espaço na física*. Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2010.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1988 [1976].
- LÉFÈBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1981 [1974].
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 3. ed. Tradução: Carlos A. R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 666 p. (Tópicos).
- NEWTON, I. *Principia – Princípios matemáticos de filosofia natural*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2002, 325 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 1. ed.: 1978; 6. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008, 288p. (Coleção Milton Santos; 2).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. "Espaciologia": uma objeção (Crítica aos prestigamentos pseudocríticos do espaço social). *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, p. 21-45, 1988.

Iluminando as tessituras sociais opacas, insurgentes e efêmeras: a *episteme* de Ana Clara Torres Ribeiro e o hoje

Ricardo Massao Nakamura Nasser

1. Introdução

O artigo se propõe a articular analiticamente as entradas epistemológicas propostas por Ana Clara Torres Ribeiro e que permitem, através de teorias, categorias e conceitos iluminar a seguinte questão central de sua obra: *qual o papel da ação social na transformação do espaço?* Nesse sentido, a presentificação, fruto da atualização do pensamento social por meio da observação da nova ordem econômica, das conjunturas adjacentes e das contradições do contemporâneo, além da consideração enfática dos processos de socialização, nesse âmbito, em constante e franco diálogo com Milton Santos e sua geografia humanista são pontos elementares à abordagem da produção intelectual de Torres Ribeiro.

A questão dos movimentos sociais e da ótica singular proposta por Ana Clara, que supera as compreensões tradicionais acerca do tema, incluindo e destacando a plasticidade dos conflitos por meio da elevação a objetos empíricos as ações efêmeras, as construções insurgentes, as imagens do cotidiano – atos banais, atos vis, atos isolados, pequenas redes, conexões inicialmente precárias, tantas vezes deixadas de lado pela *episteme* convencional –, merece registro e memória, devendo ser destaque numa investigação interdisciplinar mais aprofundada, para que se torne possível, em meio à crise societária que assombra, de diferentes formas, centro e periferia do mundo contemporâneo, compreender e lançar novas ideias sobre a totalidade da composição social e suas nuances constitutivas.

A construção, ao longo de sua vasta produção afeto-intelectual, de um método científico que permite a apreciação da ação – como categoria central –, incluindo sujeitos, gestos e cenas antes sombreados e considerando as “rugosidades” da tessitura social torna-se um eixo essencial à estrutura deste escrito que tem como desígnio particular ressaltar a atualidade e a importância da proposição transdisciplinar desenvolvida pela intelectual, sempre atenta “à arte de resolver a vida”.

Conforme Ana Clara Torres Ribeiro:

É em busca do tecido social que se constata, por outro lado, a valorização contemporânea do cotidiano e do lugar. Procura-se, com a reflexão teórica, o correto enquadramento espaço-temporal da ação que resiste à destruição dos valores e das práticas que garantem a reprodução social. A força e os limites dessa resistência podem ser agora melhor compreendidos, dada a superação de leituras idealizadas, vigentes nos anos 80 e 90, da escala local da vida coletiva (RIBEIRO, 2005, p. 411-412).

Porque me parece que não se vai a lugar nenhum negando essa densidade da vida, algo que chamei em outro texto de a arte de resolver a vida, ou seja, desprezando o banal, não tendo esse cuidado, não o tratando com o carinho que merece; não se vai a lugar nenhum e não se cria uma maturidade plena, rica, satisfatória, criativa e risonha (RIBEIRO, 2014a, p. 23).

Nessa senda, afastar as leituras funcionalistas e meramente economicistas da vida por meio da apropriação de um humanismo concreto que se propõe à consecução de uma *cartografia das ações sociais* que se efetive inclusiva, permeável, afetiva, congregando atores, gestos e temporalidades no sentido da compreensão dos fenômenos sociais é atributo necessário para o pensador contemporâneo, mandamento presente em toda a obra de Clara. E nessa toada, o sujeito corporificado, aquele que aparece “em carne, sangue e cultura” e se opõe às imagens reiteradas sobre si no seio das cidades, realiza o rompimento com a massificação dos estereótipos, se tornando protagonista da narrativa, da imagem e da memória, centralizando o debate sobre reivindicações, direitos e outras legitimidades.

Afinal, o corpo, ao aglutinar impulsos vitais e normas sociais, constitui-se numa concreta demonstração da conquista ou da ausência de direitos. A sua autonomia, liberdade de movimento e plena realização informam sobre a afirmação do sujeito social, aqui considerado como sujeito corporificado (RIBEIRO, 2000) – presente, soberano e ativo. A anulação do sujeito corporificado acontece, no atual período histórico, pela radicalização das desigualdades sociais, que atingem o patamar da exclusão e do extermínio, e mediante a camada de abstração que alavanca o corpo-produto e, como propôs Milton Santos (1987), o consumidor mais-que-perfeito (RIBEIRO, 2007, p. 4).

A consideração – e mais, a valorização, ressignificação – do cotidiano revela na trajetória da Clara a preocupação com o inebriado, o não analisado, aquilo ou aqueles que são negligenciados pela *episteme* disciplinar, tendo em vista que as sociologias tendem à eleição de temas centrais, iluminando-os, como focos de atenção e pesquisa, e, provocando ao mesmo tempo, considerável opacidade sobre os processos da socialização habitual, banal, hodierna, que podem revelar, ao contrário do que pensam os hegemônicos, permanências, evocações de *habitus*¹, naturalizações, contraposições, esquecimentos – ou seja, uma miríade de valorações e tendências humanas que trazem à tona demonstrações concretas sobre as tão abordadas exclusões, desigualdades e diferenciações. A distinção analítica aqui ocorre por meio da adoção de um método generoso e da utilização de uma potente lente de observação, que não dispensa o descartável para análises formalistas e que permite, portanto, desvelar os processos sociais em sua complexidade, e simultaneamente – mas não contraditoriamente – sua factualidade banal.

¹ Refiro-me à categoria desenvolvida por Pierre Bourdieu. O *habitus* consiste em um sistema de repertórios intelectuais, comportamentais, revelador de marcas de diferenciação social, podendo ser compreendido como articulação entre os capitais econômico, cultural, social e simbólico que confere a determinados grupos distinta posição na hierarquia social. É uma manifestação individual e coletiva, mecanismo de mediação entre indivíduo e coletividade, sendo internalizado pelos processos de socialização, incluindo a educação formal. Dessa categorização decorre a observação de que Bourdieu não se inclinava à rigidez do estruturalismo preponderante sobre a ação individual nem tampouco se inclinava a um individualismo sociológico que deposita no indivíduo a capacidade de exercer o monopólio da ação.

O cotidiano não é um tema menor, é o tema maior, pois como dizia Agnes Heller, 80% da vida humana passa-se no cotidiano, na temporalidade e na espacialidade do cotidiano, nas relações sociais cotidianizadas. A maior parte da nossa existência não é iluminada, pois as organizações e as instituições não a iluminam. Daí a dificuldade tremenda de se trabalhar com o cotidiano quando, parece, por outro lado, ser a coisa mais fácil, mais simples, mas é a coisa mais difícil. Porque o cotidiano pode ser isto: eu vou pra cá, vou pra lá, não vou pra cá, falo com você, mas não falo com ele, o que eu falo com o outro não posso te dizer, é tudo isso, o tempo todo em todos os lugares em todos os momentos. Como você acessa isto sem violentar a sua natureza, sem destruir esta teia de encadeamentos práticos que efetivamente constitui o cotidiano? (RIBEIRO, 2014b, p. 294-295).

Eu dizia que as bruxas, que representam as mulheres, se transformaram em bibelôs, ou seja, foram reduzidas a mercadoria. Também o lado obscuro da existência, se não tivermos cuidado, pode ser transformado em acessos banalizadores que destroem a discussão da modernidade, dificultando que a ciência tenha um outro sentido societário, amplo e generoso, resistindo aos comandos da tecnociência (*Ibidem*, p. 297).

2. A “*arte de resolver a vida*” presentificada

A necessidade de construção de um desenvolvimento insurgente, solidário, inclusivo e atento à diversidade humana – em contraponto ao paradigma econômico e urbanístico hegemônico, altamente financeirizado, desumanizado, verticalizado – decorre da urgência do “bem viver”, como estado de equilíbrio das pulsões de vida, de plena fruição do espaço e das ações, que liberta da homogeneização do território e, por conseguinte, da sobre(vivência), promovendo condições condignas para a fruição de direitos e garantias apostas pelo processo civilizatório. Para isso, a resistência social, como capacidade humana de se opor, de “erguer escudos e barreiras” contra as correntes dominantes, se faz presente para compor o conflito entre sistema e os excluídos, negros e brancos, pobres e ricos, citadinos e homens/mulheres do campo, favelados e moradores do asfalto.

O poder de resistir, na condição de cidadãos que atravessam a “urbanização sem urbanidade”, que se reúnem como agentes da transformação, no campo informal até as instâncias de poder, seja na forma de movimentos organizados ou através de atos isolados e banais, denota o cenário de crise societária, já adiantada anteriormente, que continuamos a atravessar na contemporaneidade e com agravamentos: a crise sanitária global envolvendo a pandemia de Covid-19, a intensificação das políticas ultraliberais, o flerte governamental com o fascismo e o autoritarismo, a intensa violência policial nas periferias e o genocídio de negras e negros, pessoas LGBTQIA+, indígenas e defensores de direitos humanos. É de se observar a premente reatividade social calcada na persistência de um *habitus* de classe, raça, gênero e sexualidade, que se engendra, no Brasil, desde a conjuntura de formação do golpe de 2016 e chega ao seu ápice com a chegada ao poder do representante máximo do Poder Executivo atual e sua antigestão baseada em elementos como a desagregação social, políticas de destruição do constituído e na negação reiterada da realidade.

A “*arte de resolver a vida*”, presentificada, adquire enorme atualidade na medida em que grande parte das populações periféricas, das classes trabalhadoras, no momento atual necessita re(existir), encontrando maneiras de sobreviver e viver, responder ao contexto de pauperização e violação de direitos, qual seja, aquele composto pelo desemprego crescente, pela plataformização econômica, desregulamentação trabalhista, políticas econômicas sem lastro social e retorno da espiral inflacionária, cujas bases são o desmonte das políticas sociais e das estruturas estatais de combate à fome, à miséria e ao subemprego, as constantes tentativas de desqualificação das lutas coletivas por agentes governamentais, bem como a desvalorização da cultura nacional, das religiosidades e identidades minoritárias e/ou historicamente vulnerabilizadas, bem como a destruição do sistema de proteção ao bem-estar construído a duras penas nos últimos 25 anos de “Nova República”.

Nesse sentido, antevê o pensamento de Torres Ribeiro:

A crise societária – que surge como violência aberta, preconceito, exclusão e morte – tem exigido o regresso das ciências sociais

a temas clássicos: modo de vida, sociabilidade, tecido social. Valorizam-se o cotidiano e o lugar, o senso comum e o espaço herdado, num real anseio por sinais que renovem a crença num futuro melhor, ou que garantam que a sociabilidade continua sendo possível. Explica-se esse anseio pelas projeções da vida urbana que apontam para o alargamento do *apartheid* social e a perda de valores compartilhados (RIBEIRO, 2005, p. 412).

A crise societária corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária. Apesar da relevância destes processos, os seus ângulos mais dolorosos tendem a permanecer ocultos pelo ativismo estimulado pela efervescência consumista. Esta efervescência, que altera o ritmo das grandes cidades, decorre da financeirização da economia urbana, da monetarização de todas as relações sociais e da ênfase, quase exclusiva, em intervenções na materialidade que objetivam o embelezamento de áreas privilegiadas e a circulação confortável para somente alguns segmentos da população urbana (RIBEIRO, 2006, p. 24).

Dessa forma, vale incorporar à baila a lição deixada por Herrera Flores, em sua crítica ao formalismo e ao reducionismo racionalista, no campo dos direitos humanos, no sentido de afirmar que essas garantias não devem jamais serem compreendidas como disposições estáticas e hegemônicas – impalpáveis, etéreas, eternas, naturais –, mas sim como frutos provisórios, resultados de lutas sociais, cujo alcance, relevância e reinvenção se dão (e darão) através do tempo, do espaço e principalmente por meio da cultura.

Vejamos:

A ideia que inunda todo o discurso tradicional reside na seguinte fórmula: o conteúdo básico dos direitos é o ‘direito a ter direitos’. Quantos direitos! E os bens que tais direitos devem garantir? E as condições materiais para exigí-los ou colocá-los em prática? E as lutas sociais que devem ser colocadas em prática para poder garantir um acesso mais justo a uma vida digna?

Estamos diante de uma lógica bastante simplista que, contudo,

tem consequências muito importantes, pois conduz a uma concepção ‘a priori’ dos direitos humanos. Se estamos atentos, essa lógica nos faz pensar que temos os direitos mesmo antes de ter as capacidades e as condições adequadas para poder exercê-los. Desse modo, as pessoas que lutam por eles acabam desencantadas, pois, apesar de nos dizerem que temos direitos, a imensa maioria da população mundial não pode exercê-los por falta de condições materiais para isso.

Queremos sair desse círculo vicioso em que nos encerra o aparente ‘simplismo’ da teoria tradicional que começa falando dos direitos e termina falando dos direitos. Será porque não há nada ‘além’ dos direitos? Serve muito ter cada vez mais e mais direitos se não sabemos por que surgem e para que são formulados? (HERRERA FLORES, 2009, p. 27).

A leitura de tais questionamentos em Flores encontra rebatimentos específicos nas observações de Torres Ribeiro sobre a pós-modernidade e os fluxos de pensamento ultrarracionalista, que atropelam o âmago das afetividades e do bem viver, impondo nefastas burocratizações ao pensamento, ao entendimento sobre as relações sociais e, claro, recaindo sobre o comportamento dos cidadãos no cotidiano:

Portanto, remetimentos que são da ordem social profunda são atualizados por meio da agudização do processo organizativo que caracteriza a hipermodernidade; a racionalização da racionalidade conduz a que remetimentos societários muito largos sejam racionalmente compreendidos de uma forma metodológica e escritos também por novos mediadores e agentes econômicos no âmago das organizações contemporâneas de grande sucesso econômico e político. Essas organizações capturam elementos da vida societária – isso é absolutamente fundante para a compreensão do papel contemporâneo da burocracia, o papel contemporâneo das organizações, da racionalidade que é destilada pelas organizações diariamente nas nossas vidas e a questão da objetividade que se inscreve no agir humano corrente. Nós aprendemos a ser objetivos, aprendemos a ser racionais de uma certa maneira. Você tem que ser objetivo.

Eu já participei de reuniões políticas, de esquerda, inacreditáveis, na periferia do Rio de Janeiro. Houve uma vez em que uma mulher estava chorando porque perdeu seu barraco e não tinha mais como criar os filhos. De repente, alguém fala: – ‘Proposta para assembleia’. A mãe mal conseguia conter o seu choro quanto mais projetar algo para ter uma proposta para a assembleia. Isso corresponde a uma ênfase operacional racionalizada e organizadora que se estende na vida social contemporânea, e isto significa uma forma específica de adestramento do pensamento: nós somos adestrados para pensar de uma determinada maneira (RIBEIRO, 2014a, p. 272-273; grifo nosso).

3. Ação social e formação de novas redes para transformação do futuro e do hoje

As transformações no âmbito dos movimentos coletivos de luta social, no século XX e início do XXI, são objeto de análise de diversos escritos de Torres Ribeiro, desenvolvidos de forma pioneira e/ou na esteira do diálogo com importantes contemporâneos como Pierre Bourdieu, Edgar Morin, Florestan Fernandes, Machado da Silva, Octávio Ianni, Maria da Glória Gohn, Agnes Heller, Alberto Melucci, Jessé Souza e, claro, Milton Santos, seu grande parceiro habitual e companheiro de elaborações intelectuais que aproximaram definitivamente a geografia política de corte humanista e a sociologia urbana do presente.

Assim, segundo Ribeiro², os processos de organização social e disputa por direitos e legitimidades alcançou grande fortalecimento, especialmente nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, ante a conjuntura política de ditadura militar e forte desajuste econômico. A institucionalização das lutas coletivas deu início ao princípio da burocratização dos movimentos sociais e da organização de classe que estruturou conhecidas frentes de atuação, como o caso dos metalúrgicos, da luta operária na região Sudeste, dos migrantes nortistas e nordestinos, dos sem-terra, estudantes secundaristas e universitários, entre outros, reunidos por meio de estruturas de

² Cf. RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. In: *Cadernos IPPUR*, ano XII, n. 2, ago./dez. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1998.

aglutinação comum como sindicatos, partidos políticos (e tendências internas), além das organizações, com lideranças identificáveis e estratégias tradicionais alinhadas.

Relembre-se que o conflito e a busca pela inversão das expressões públicas de poder equivalem-se às bases teóricas e práticas para a totalidade da movimentação coletiva, que por sua vez produz mobilização contra o *status quo* e conjuga novas formas de consciência. Adequadamente, Pierre Bourdieu identifica as seguintes questões essenciais que se amoldam como esteio à compreensão do abordado:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 7).

O poder simbólico, é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (*Ibidem*, p. 10).

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (*Ibidem*, p. 11).

Os impulsos da globalização, porém, inserindo na esfera do cotidiano – e entre outras sendas – elementos e instrumentos tecnológicos no campo da comunicação e da informação, trouxeram consigo novas formas de *agir, organizar, convencer e reivindicar*, transformando as estratégias tradicionais das lutas sociais e, por fim, impactando sobre suas próprias formas de pactuação e inserção social. De acordo com Octávio Ianni, professor da chamada “Escola Paulista de Sociologia”, com quem Torres Ribeiro

dialogava constantemente sobre a questão dos globalismos e suas consequências na periferia do mundo capitalista:

As noções de espaço e tempo, fundamentais para todas as ciências sociais, estão sendo revolucionadas pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos incorporados e dinamizados pelos movimentos da sociedade global. As realidades e os imaginários lançam-se em outros horizontes, mais amplos que a província e a nação, a ilha e o arquipélago, a região e o continente, o mar e o oceano. As redes de articulações e as alianças estratégicas de empresas, corporações, conglomerados, fundações, centros e institutos de pesquisas, universidades, igrejas, partidos, sindicatos, governos, meios de comunicação impressa e eletrônica, tudo isso constitui e desenvolve tecidos que agilizam relações, processos e estruturas, espaços e tempos, geografias e histórias. O local e o global estão distantes e próximos, diversos e iguais. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e reterritorializam-se em outros espaços, com outros significados. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático (IANNI, 2001, p. 249-250).

Haveria, então, a premente necessidade de uma redefinição sobre as lentes analíticas que se debruçam sobre a observação desse campo, e assim Ribeiro o fez. Conforme a autora, sobre o panorama dos movimentos na década de 1990:

Nesse contexto, pode-se compreender que os processos de organização social, fortalecidos nos anos 70 e 80, sofrem os efeitos das mudanças societárias até agora assinaladas. A relação entre movimentos sociais e Estado passa de um primeiro período caracterizado pelo confronto Sociedade-Estado, para um período de conquistas institucionais atingindo o atual momento, quando são sistematizados projetos que visam à alteração de papéis e funções assumidos por movimentos, por mediadores institucionais e pelo Estado. Entretanto, mesmo essa síntese indicativa da complexidade, ainda constitui extrema simplificação.

No atual momento, permanecem ativos confrontos movimentos sociais x Estado, assim como a luta social pela conquista de uma institucionalidade democrática. São exemplos: o Mo-

vimento Nacional pela Reforma Urbana; a força demonstrada pelo MST e a crescente visibilidade do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). De fato, uma parte significativa das respostas às reivindicações sociais ainda depende da ação direta da sociedade: ocupações (de terras e prédios públicos); saques; quebra quebras. **Esta é a sociedade que Inaiá de Carvalho e Ruthy Laniado (1993) denominaram de *sociedade dos fatos consumados*. A presente conjuntura caracteriza-se, portanto, pela simultaneidade dos tempos sociais** (RIBEIRO, 1998, p. 119-120; grifo nosso).

No sentido da observação das profundas mudanças do fenômeno das insurgências urbanas, suas formas e sentidos, a focalização na dimensão da ação em substituição à convencional terminologia – e compreensão estritamente teórica – atribuída aos seus fenômenos constituintes, como “movimentos sociais” ou “movimentos coletivos”, foi inaugurada por Torres Ribeiro a partir da década de 1990, mais precisamente com a criação do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO) no âmbito do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e o desenvolvimento de diversas investigações pautadas na multi, inter e transdisciplinaridade.

A superação da compreensão estabelecida sobre a temática decorre da observação de que as ações do cotidiano, os pequenos protestos, os descontentamentos públicos efêmeros e as atitudes locais não institucionalizadas produzem impactos políticos e sociais e ao mesmo tempo significam demonstrações de revolta, insatisfação e exteriorização de demandas coletivas, sendo inadequada a exclusão de tais ocorrências urbanas na senda do que até então se considerava como expressão de um *movimento social*. A transgressão sociológica da incorporação do cotidiano – sempre presente na *episteme* de Torres Ribeiro – neste momento, no que tange à consideração e reelaboração de uma categoria-maior, permeável o bastante e ao mesmo tempo/espço decifrável sociologicamente, constituiu a *ação*:

A multiplicação de eventos difusores do ativismo tem permitido o desenvolvimento, em vetores da modernização social, de

segmentos sociais marginalizados por práticas históricas enraizadas, como demonstram tantas iniciativas bem-sucedidas voltadas para as vítimas de estereótipos e preconceitos. Entretanto, ao lado de inovações sociais positivas, afirma-se ao fazer operacional e pontual; demonstrando o lastreamento de operações mercantis que promovem determinados agentes econômicos e atores políticos e que também garantem o gozo de condições excepcionais de lucro. Trata-se de uma conjugação de processos que introduz a fragmentação em âmbitos institucionais, ao mesmo tempo em que são resgatados, para o espaço público, segmentos sociais historicamente marginalizados e segregados.

Estes movimentos de atualização da vida urbana precisam ser reconhecidos em sua face múltipla e heterogênea. Sem dúvida, os ângulos positivos de processos novos não devem ser negados em nome da memória de referências institucionais em dissolução. Afinal, a América Latina apresenta, hoje, um quadro extremamente rico de atores políticos novos, com elevada visibilidade. Por outro lado, há que denunciar, com vigor, o uso estratégico de referências históricas negativas para reduzir a responsabilidade do Estado com investimentos sociais generalizados e de longo curso. Afinal, a conquista da democracia, além de respeito à diversidade, exige a garantia da igualdade e, ainda, o respeito ao fazer tradicional, isto é, a preservação do aprendizado da sobrevivência: táticas, negociações, investimentos lentos no habitat, formas de ajuda mútua, redes de solidariedade – construído nas lacunas deixadas pelas sucessivas modernizações das cidades latino-americanas (RIBEIRO; SILVA, 2004, p. 361).

Para tanto, uma cartografia da ação, como instrumento de mapeamento e sinalização dos conflitos na *urbe*, acessando o registro de meios, recursos e representações ignoradas pela mídia e pela academia em geral, por supostamente padecerem de efemeridade, pequeno alcance e regionalismo “entra em cena”, como fonte de compreensão e como método para disputa de sentidos, vocalização de reivindicações populares e radicais, de modo a conjugar tempo, espaço e corpos numa sinalização expressa de que os estereótipos e simplificações produzidos pelos meios de comunicação tradicionais invisibilizam atores, processos e fatos, ocultando o que necessita ser descortinado:

A cartografia aqui sugerida é a da denúncia e também a que oriente a ação social, desvendando contextos e reconhecendo atos, ou melhor, cada ato (Almeida, 1994). Uma cartografia que vise à valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Como carta, mapa, não aparece como instrumento isolado ou como bela ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos; mas, sim, como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros. Nesse sentido, propõe-se uma cartografia incompleta que se faz fazendo; uma cartografia da prática, que não seja apenas dos usos e das funções do espaço, mas, também, usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação. Essa seria uma forma de representação que poderia alimentar a ação e que, em vez do território naturalizado, trataria, como orienta Milton Santos (1999, p. 18), do território usado (RIBEIRO *et al.*, 2001, p. 43-44).

Mais recentemente, a formação de novíssimas redes de ação social, atualizadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), estruturadas por meio de mídias sociais e acessadas através de dispositivos móveis como *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, com intensa participação de jovens e seus coletivos, agora aglutinados em torno de identidades – de gênero, raça, étnicas, sexuais, corporais, políticas, entre outras – impulsiona “novos ventos de esperança” no espectro da mudança social, externando crescente potência nos sentidos do questionamento do estabelecido, da denúncia das violações de direitos, de compartilhamento de valores e contravalores necessários à contraposição ao cenário de conflito social extremado e da conjuntura liberal perniciosa, de onde se sobressaem fatos já anteriormente aventados como a expansão da fome e da miséria, do risco sanitário, da multiplicação de guerras e da desumanização das relações interpessoais que resulta em perceptíveis desvalor, individualismo, fragmentação e banalização de quadros imagéticos tidos como já superados no século passado.

Como principal exemplo de ação popular baseada em redes sociotécnicas no momento atual são as iniciativas de coletivos e organizações civis baseadas territorialmente em comunidades

fluminenses, paulistas, baianas e pernambucanas³ e que atuam como elementos de coesão nas favelas e aglomerados para o enfrentamento da conjuntura de fome, doença e miséria causada pela infeliz junção de um alongado período pandêmico e a permanência de um estado de (des)governo, com proeminência de políticas de omissão, negacionismo e biopolítica, advindas do nível federal, com amplos reflexos sobre as gestões subnacionais, carentes da missão coordenadora atribuída constitucionalmente à esfera federal⁴.

A união de esforços, com independência das políticas públicas oficiais, trouxe aos estratos mais favelizados os ingredientes indispensáveis à vida: alimento, água, gás, assistência médica, medicamentos, vestimentas, itens de higiene e limpeza, além de máscaras, sanitizantes, informação sanitária de qualidade e incentivo à vacinação, elementos indispensáveis ao bloqueio da disseminação do vírus SARSCOV-19.

Podemos afirmar que a opacidade dessas ações, intrincadas no território favelado e excluídas do circuito hegemônico de comunicação social assim permaneceu por longos meses, durante o ano de 2020, alcançando posteriormente, no auge do flagelo social pandêmico, algum holofote temporário, mesmo que sem o devido teor e análise dos “porquês” da ação, que aqui devemos responder: omissão estatal, adoção de discurso e práticas negacionistas, de bio e necropolítica, embebidas em laços pujantes de racismo estrutural e neoliberalismo. A monetarização da vida, deve portanto, ser escancarada ao vislumbrarmos um cenário de mortes, exclusão concreta e simbólica, flagelo e dor, que, sim, poderia ter tomado rumos distintos do observado, dado a possibilidade de ação governamental, em várias entrâncias, sob variados métodos de gestão e administração conflitual.

Afinal, podemos questionar, as rupturas com o tecido físico das

³ Podemos citar: Coletivo Nós por Nós, Redes da Maré, PerifaConnection, Ação Recife, Central Única das Favelas, Vozes das Periferias, ADRA, Mulheres em Rede, Casal, Pão do povo de rua, Casa Neon, Casa Nem, SOS Petrópolis, entre tantos outros coletivos.

⁴ NASSER, Ricardo. Virtualização e digitalização das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no Rio de Janeiro – Acesso, difusão e desafios no contexto da Pandemia de COVID-19. In: *Anais do IX Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (EsociteBR)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2021.

relações sociais não seria fato favorável à ação estatal num contexto de exceção? Fiquemos com as observações e antevisões de Ana Clara sobre o descolamento das fronteiras e a necessária democratização de suas possibilidades:

Não se trata, apenas, da ruptura em fronteiras físicas possibilitada pelas inovações tecnológicas, mas, também, de rupturas em instituições historicamente vinculadas à orquestração das relações sociais, seja no sentido da conservação de valores seja no da mudança. Esta observação também pode ser dirigida à política, quando constata-se o predomínio da burocratização e da competitividade nesta esfera da vida social e, ainda, o desencantamento, tão bem trabalhado por Weber na reflexão da modernidade (RIBEIRO, 2000, p. 18).

A multiplicidade de usos, permitida pelas tecnologias contemporâneas, não altera o tipo de ação favorecido nas (e pelas) redes técnicas. Submeter a técnicas a ações não instrumentais demanda da sociedade esforços acrescidos que, em geral, não são lidos e nem reconhecidos. As facilidades prometidas pelas novas tecnologias escondem as dificuldades, justificando a adesão acrítica à ação gestora que encontra, nessas tecnologias, o suporte adequado a sua difusão e legitimação. Existem obstáculos para a ação alternativa que se tornam nítidos quando é observada a acessibilidade aos novos recursos técnicos (*Ibidem*, p. 19).

O tempo responderá à questão da possível efemeridade dessas ações independentes, ao passo que ao contrário do que as “vozes do sistema” tentam replicar por meio de seus braços midiáticos majoritários, a conjuntura pandêmica não se encerrou⁵: suas permanências e cicatrizes no tecido social são visíveis, sensíveis, audíveis, especialmente nos espaços esquecidos e relegados, como guetos, favelas, periferias e bairros populares. Há, nesse sentido, comprovadamente pelos índices socioeconômicos oficiais, um

⁵ Cf. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Observatório Covid-19. Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas: análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por Covid-19 em favelas cariocas, n. 2, jun.-set. 2020b. *Portal Fiocruz*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_final.pdf. Acesso em: 9 novembro 2020.

persistente empobrecimento, queda na qualidade de vida⁶, na longevidade, no “poder de compra”, e em paralelo, na perspectiva puramente humana, um processo lento de reconhecimento e vivência do luto, rearranjos familiares e comunitários, estabilização psicossocial e retorno ao cotidiano. Não menos do que “como uma luva”, encerremos este escrito com as palavras vivas de Ana Clara Torres Ribeiro:

Porém, da mesma forma que o tempo não destrói o espaço, já que a matéria resiste a sua transformação em fluxo, a nova instrumentalidade, posta a serviço da ação hegemônica, não destrói a sociedade histórica, que também resiste a sua transformação em fluxo. Esta é uma ilusão tecnicista que não se coaduna com qualquer observação de senso comum. **Afinal, os tempos e espaços do existir continuam envolvidos nas regras e nos limites do cotidiano. Da mesma maneira, a técnica ainda não alcançou oferecer, aos seres humanas, a superação de suas principais angústias: a perda, a dor e a morte** (RIBEIRO, 2000, p. 23; grifo nosso).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Correa. Campinas: Papirus, 1996.
- EGLER, Tamara Tania Cohen; POGGIESE, Hector Atílio. A.; MIRANDA, Elis de Araújo (orgs.). *Método e ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Observatório Covid-19. Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas: análise da frequência, incidência,

⁶ Cf. LIMA, A. L. S.; PÉRISSE, A. R. S.; LEANDRO, B.; BATISTELLA, C. E.; ARAÚJO, F.; SANTOS, J. L. M. S.; ANGELO, J.; MARTINS, M.; GRACIE, R.; OLIVEIRA, R. G. Covid-19 nas favelas: cartografia das desigualdades. In: MATTÁ, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. (eds.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

mortalidade e letalidade por Covid-19 em favelas cariocas, n. 2, jun.-set. 2020b. *Portal Fiocruz*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_final.pdf. Acesso em: 9 novembro 2020.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HALL, Stuart *et al.* *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2003.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, A. L. S.; PÉRISSE, A. R. S.; LEANDRO, B.; BATISTELLA, C. E.; ARAÚJO, F.; SANTOS, J. L. M. S.; ANGELO, J.; MARTINS, M.; GRACIE, R.; OLIVEIRA, R. G. Covid-19 nas favelas: cartografia das desigualdades. In: MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. (eds.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 111-121.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias*. VIII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 1984.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução: Suely Bastos. *Revista Lua Nova*. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 1989.

NASSER, Ricardo. Deficiência, trabalho, exceção pandêmica e política: brasileiros esquecidos. In: *Anais do 10º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. Niterói: Editora UFF, 2021.

NASSER, Ricardo. Virtualização e digitalização das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no Rio de Janeiro – Acesso, difusão e desafios no contexto da Pandemia de COVID-19. In: *Anais do IX Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (EsociteBR)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. In: *Observatório Social de América Latina (OSAL)*, ano VII, n. 21, set.-dez. 2006, p. 23-32.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. In: *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 7, p. 13-24, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. C. T. Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos. In: *Cadernos PGAU-UFBA*, ano 5, n. 1, Editora EdUFBA, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia. Impulsos Globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: *El rostro urbano de América Latina* (O rosto urbano da América Latina). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, n. 9, ano 3, 2012. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wpcontent/uploads/2012/04/redobra9_HomensLentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Oriente negado – cultura, mercado e lugar*. Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Salvador, ano 2, n. especial, p. 97-107, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; BARRETO, Amélia Rosa Sá; LOURENÇO, Alice; COSTA, Laura Maul de Carvalho; AMARAL, Luis Cesar Peruci doL. C. P. *Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método*. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano XV, n. 2, ago.-dez. 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. In: *Cadernos IPPUR*, ano XII, n. 2, ago.-dez. 1998. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. In: *Caderno CRH*, v. 18, n. 45, Salvador: UFBA, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tecnologias de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 2, n. 2, 1998.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Territórios jovens: Técnicas e modos de vida*. In: CARRANO, Paulo.; FÁVERO, Osmar. (orgs.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanismo sem urbanidade: um cenário de incertezas. *Ensaio FEE*, v. 16, n. 2, p. 556-590, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EDUSP, 2008.

EIXO IV

Dominação e resistência nos territórios

Expansão da fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia mato-grossense: a contribuição de Ribeiro

Júlia Adão Bernardes (PPGG/UFRJ)

Introdução

No contexto das características da atual fase de mundialização da economia, de internacionalização das técnicas, da produção, do consumo e das relações econômicas, políticas e financeiras, o conhecimento de cada fração do território tornou-se imprescindível (SANTOS, 1999a). Nesse sentido, a temática da expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas em direção à Amazônia brasileira passa a ser repensada no âmbito das características singulares dessa fase, das novas formas de produzir e do confronto entre os interesses dominantes, das ações do Estado e do dinamismo do mercado (RIBEIRO, 2009). Para melhor compreensão da expansão da fronteira agrícola moderna mato-grossense no Vale do Araguaia, um caminho de análise é a categoria território usado, do geógrafo Milton Santos, e as reflexões realizadas por Ana Clara Torres Ribeiro sobre a referida categoria. Nesse caminho analítico é fundamental o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço.

Não obstante, o processo de constituição dessa fronteira agrícola tecnificada também deve ser pensado no marco de introdução dos elementos do meio técnico, científico e informacional, resultando na multiplicação e diversificação dos fixos, na intensificação e renovação dos fluxos, resultando na especialização dos lugares e na aceleração da circulação. Muda a divisão do trabalho em função da extensão do mercado. A novidade essencial são as tentativas

de alisamento do espaço. Entretanto, o sucesso da tecnosfera está associado ao desenvolvimento da psicosfera, identificada e analisada por Ribeiro (1996). O que orienta a compreensão desse território é o horizonte de expectativas do presente com um olhar para o futuro, entendendo esse presente como o entrelaçamento entre continuação da tradição e a inovação.

Nessa direção, este artigo objetiva analisar, com ênfase na contribuição analítica de Ana Clara Torres Ribeiro, as particularidades dos fenômenos de expansão da fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia mato-grossense, como vêm se estabelecendo as bases políticas da integração nacional, reveladoras dos limites do modelo econômico vigente, em substituição à fase em que predominava a orientação mais espontânea das atividades econômicas, procurando destacar como a resolução gradual dos conflitos coincide com o processo de integração dessa região ao fluxo do comércio internacional, buscando apreender como vem ocorrendo sua adequação enquanto condição de reprodução das relações sociais.

O presente artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda a contribuição de Ribeiro sobre a categoria território usado; a segunda revela a visão da autora no processo de expansão da fronteira agrícola do Vale do Araguaia mato-grossense; a terceira trata do retorno ao território.

1. O território enquanto categoria mediadora

Com o objetivo de aprofundar a compreensão do movimento de expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas mato-grossenses na atualidade, Ribeiro, que trabalhou muito próxima a Milton Santos, nos traz algumas contribuições sobre a categoria território usado (RIBEIRO, 2005).

Para Santos (SANTOS, 1999b; SANTOS; SILVEIRA, 2001), a reflexão sobre o território é fundamental para a reflexão política, seja pela concentração de rugosidades, seja devido às ações dos agentes no presente. Nesse sentido, Ribeiro percebe o território como uma “categoria mediadora posicionada entre o passado e o presente, cujo domínio é indispensável ao

desvendamento dos futuros possíveis. Esta mesma capacidade mediadora emerge no intercâmbio entre gerações e conjunturas” (RIBEIRO, 2005, p. 94).

É nesse território usado que emerge o homem lento de Santos (1994), “conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências que emergem nos espaços *clean* e nas grandes superfícies da última modernidade” (RIBEIRO, 2005, p. 96), acentua Ribeiro. Do ponto de vista do homem lento, a autora entende que “as potencialidades mediadoras do território propõem uma compreensão renovada da própria política” (RIBEIRO, 2005, p. 94), atualizada, uma compreensão renovada, atual, inclusive do território e de suas potencialidades, desvendando os recursos indispensáveis à vida.

Como enfatiza Jorge Valadares em homenagem póstuma a Ana Clara,

partindo da noção de território usado, Ana Clara formulou questões sobre a arte de viver a vida, por onde as pessoas vão, com sua criatividade, inventando uma maneira de fazer frente ao infortúnio, aos poderes precários, em um país pobre, como o nosso, com toda sorte de dificuldades humanas, em um país submetido ao que Ana Clara chamou de uma História Europeia das Cidades.

A partir dessa forma de perceber e interpretar o território podemos reconhecer a multiplicidade de territorialidades criadas pelo agronegócio, assim como as múltiplas formas que surgem a partir das práticas desenvolvidas pelos homens lentos, formas que, como nos diz Ana Clara, coexistem de forma tensa, num determinado tempo e espaço. São as lutas de apropriação por recursos do território, associadas às estratégias dos agentes do agronegócio, resultantes de diferentes visões do mundo.

Tais práticas podem ser identificadas nas pesquisas sobre o avanço das fronteiras agrícolas no Cerrado e na Amazônia Legal. No próximo segmento nos reportaremos a uma das experiências vividas em trabalho de campo no Vale do Araguaia, em Mato Grosso.

2. O processo de expansão da fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia

Em julho de 2007, eu e meu grupo de pesquisa realizamos trabalho de campo no Vale do Araguaia, em MT, pesquisando o processo de expansão da fronteira agrícola nessa região.

Na parte sul do Vale do Araguaia, área ocupada pelo agronegócio desde os anos 1990, entrevistamos um dos colonizadores, um pastor luterano que liderou a expansão agrícola nessa região, trazendo colonos do Rio Grande do Sul. Ele terminou a entrevista, afirmando: “Nós trouxemos para cá o progresso: com a soja, trouxemos a agricultura moderna, a técnica, asphaltamos estradas, construímos cidades modernas, enfim, trouxemos o progresso, a modernização”. E apontando para cima: “E aquele lá, o bispo Pedro Casaldáliga, o que trouxe? Nada. Lá tudo continua como antes”.

De fato, na prelazia de São Félix do Araguaia, nessa época, não havia grandes mudanças: a floresta ainda permanecia em boa parte em pé, a fauna e a flora estavam preservadas, os rios não poluídos, os peixes se reproduzindo, os índios e posseiros resistindo. O que teria possibilitado a permanência desse cenário, tão diferente daquele ao sul da BR-158, onde a colonização já havia se instalado e a soja já se disseminava pelo território?

Nos anos 1970, na região do Vale do Araguaia, os conflitos explodiam: o governo militar havia criado, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que facilitava a instalação de projetos agropecuários de grandes empresas, como a Codeara e a Suiá Missu, cedendo-lhes as terras ditas “vazias”, embora já estivessem há muito tempo ocupadas por antigos colonos, e que passaram a ser ocupadas pela pecuária extensiva. Como nessa região as forças pretéritas tinham grande peso, houve resistência por parte de índios e antigos posseiros para permanecer na área, apoiados por redes de solidariedade, envolvidas nas práticas sociais do cotidiano, que valorizavam a identidade social e buscavam alternativas de vida coletiva.

Nesse período, foi com estratégias forjadas no confronto que foi sendo constituído esse tecido social, com o apoio do bispo da Teologia da Libertação Dom Pedro Casaldáliga, que contribuiu

decisivamente para desenvolver a capacidade de refletir a ação, de refletir sobre o que se experimentava, e de empreender uma luta de resistência contra a destruição de tempos e contra o aumento da desigualdade, na medida em que aqueles homens simples, que utilizavam o espaço pretérito, não dispunham “do poder de disposição para dispor do território”, de acordo com a visão weberiana (1997) que nos foi transmitida por Ribeiro.

Para ocupar o território e dominá-lo, governo e empresários utilizaram todos os meios ao seu alcance para aniquilar os opositores. Ana Clara nos lembra que, nesse caso, a ação significava algo produzido com determinações vindas do território, fortemente disputado, e da conjuntura, que era a do governo militar. A conquista do território significava submeter o foco “rebelde”, constituído por índios e antigos colonos, utilizando a tática da guerra.

A partir de então, novas estruturas econômicas se impuseram, como a concentração da propriedade, novas relações capital/trabalho foram estruturadas, tentou-se impor novos valores, estabelecendo-se um quadro de relações sociais diferenciado. Esse contexto, de diferentes usos do território e distintos movimentos de organização e de resgate nos revela, acompanhando a leitura de Ana Clara, que não somos uma única nação.

Mas vamos voltar um pouco mais no tempo: em 1952 três Irmãzinhas de Jesus, do grupo religioso seguidor da linha espiritual de Charles de Foucault, chegaram na microrregião Norte Araguaia, e escolhem o povo Apyãwa/Tapirapé para viver, situado no município de Confresa, na parte norte da BR-158. A irmã Genoveva, uma francesa que na ocasião tinha cerca de 30 anos, nos contou em entrevista que escolheram esse povo porque muitos se encontravam doentes, desnutridos, haviam perdido as terras e estavam ameaçados de extinção devido às incursões do povo Kaiapó. Veva, como era conhecida, afirmou que permaneceram com eles, não para catequizá-los, mas para mostrar-lhes que eles eram importantes, que tinham valor. As irmãzinhas trataram suas doenças, os Apyãwa/Tapirapé recuperaram suas terras e a autoestima, eram 50 e hoje são mais de 1.000, muitos estudaram fora e hoje são professores na escola da terra indígena. No diário escrito pelas irmãzinhas, denominado “O Renascer do Povo Tapirapé”, encontramos a seguinte reflexão:

Teriam elas o direito de entrar na intimidade desse povo? Só a discrição de um amor solidário poderia justificar a entrada na vida de um povo sofrido e espoliado. A autenticidade dessa aliança tinha ainda de ser verificada e selada na vida: no dia-a-dia, no sol, no vento; na luta pela mandioca de cada dia, pela saúde, pela preservação da cultura e da terra deles, ameaçadas pelos poderosos com a convivência dos governantes; na dor e na alegria, na luta e na esperança, nas riquezas e nas limitações de uns e de outros (IRMÃZINHAS DE JESUS, 2002, p. 21).

O singular nessas irmãzinhas é sua atitude de aprendizado e convivência, passando a morar com eles e aprendendo com as crianças e jovens o idioma e as formas de sobrevivência nas matas. Nos anos 1970, Eunice Dias de Paula e seu marido Luiz Gouvêa de Paula, da Faculdade de Letras de Goiânia, conheceram o povo Apyãwa/Tapirapé; Eunice fez a sua tese de doutorado sobre a língua desse povo, publicada em 2014, elaborando uma cartilha bilíngue.

Segundo Antônio Canuto (2021), no dia 14 de setembro de 2013 a Irmã Genoveva, veio a falecer aos 90 anos, depois de viver 60 anos com os Apyãwa/Tapirapé, sendo enterrada na própria aldeia, na casa onde viveu, como um deles, segundo o ritual e o costume desse povo. Nessa ocasião o teólogo Leonardo Boff afirmou que ela e suas companheiras viveram uma experiência que o antropólogo Darcy Ribeiro considerava uma das mais exemplares de toda a história da antropologia: o encontro e convivência de alguém da cultura branca com a cultura indígena. Em 17 de outubro de 2013, o teólogo Leonardo Boff escrevia no *Jornal do Brasil*:

As irmãzinhas de Foucauld testemunharam a nova forma de evangelização, sonhada por tantos na América Latina: ao invés de converter as pessoas, dar-lhes a doutrina e construir igrejas, decidiram encarnar-se na cultura dos indígenas e viver e conviver com eles (2013).

As situações relatadas constituem experiências de vida distintas, com diferentes modos de ver e agir a partir de diferentes valores e concepções de vida. E Ana Clara Torres Ribeiro acompanhou, ainda que a distância, essa riquíssima experiência, discutiu-a comigo, emocionou-se, analisou-a, ajudou-me a enxergar, a perceber,

a entender e tentar analisar essas diferentes faces do humano. E essa foi a preciosa herança que ela me deixou. No livro em que narro e analiso essas experiências – *Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia* –, ela fez o prefácio, que constitui uma belíssima reflexão sobre técnica e modernidade. Nele, Ribeiro mostra a importância de valorizar narrativas, de reconhecer sujeitos da ação, de evitar que o pensamento crítico colabore para o alisamento do espaço, alisamento tão ansiado pelos atores dominantes. “Trata-se de valorizar plenamente sentidos da existência e da experiência, reconhecendo outros futuros possíveis” (RIBEIRO, 2009, p. 10).

No estudo do agronegócio, Ana Clara me alertou para que a análise fosse pressionada por outras vocações da região, baseadas em valores culturais que transcendem a lógica do lucro. Estimulou-me no sentido de uma leitura ativa do território, que recusa a crença na neutralidade científica, já que essa crença descola a produtividade de seus custos sociais e capacidade destrutiva. Chamou a atenção para o fato de que a expansão sistêmica da técnica modela relações sociais que ameaçam a sobrevivência e destroem outras formas de produzir e viver. Desse modo, a fronteira técnica do agronegócio significa fechar circuitos produtivos, desenraizar culturas e transmitir ideários.

No caso do Vale do Araguaia, trata-se de uma fronteira fundada na mais nova versão da “era tecnológica” e no poder de sedução da técnica, da fronteira da mais recente modernidade como projeto dos mais poderosos, que antecipam sua ação, e também como espaço dos que lutam pela vida nos interstícios e lacunas da ordem dominante e da cooperação capitalista, verticalizada e excludente.

Nessa fronteira agrícola, redes técnicas e redes sociais podem ser reconhecidas: as redes técnicas apresentando conteúdo técnico, e as redes sociais construindo movimentos sociais resultado do tecido social, que implica em culturas e práticas diárias, constituindo instrumentos para a resistência. Entretanto, escassez e abundância, pobreza e riqueza, são faces de uma mesma moeda, produto das relações sociais. No caso do povo Apyãwa/Tapirapé, a reação a essa fronteira do desencontro envolvia um refazer da história, criando um novo território, estabelecendo novas fronteiras, tornando-se sujeitos sociais cada vez mais presentes na história da região, transformando-se a partir de dentro.

Imagem 1 – Crianças Apyãwa/Tapirapé



Fonte: fotografia tirada por Moura, fotógrafo da prelazia de São Félix do Araguaia, nos anos 1970.

No âmbito da abordagem da fronteira, mapeada por conceitos que permitem reconhecê-la, não apenas como projeto dos mais poderosos, mas também daqueles que lutam pela vida, Ribeiro chama a atenção para o fato de que

A transumância do trabalho concreto retoma formas pretéritas de produção nos movimentos da fronteira marginalizada, enquanto a técnica atual modifica as resistências à ação dominante. Por esta razão, as contradições entre natureza e sociedade e, ainda, entre técnica e consciência, emergem, na fronteira, como

uma estranha simbiose entre impulsos globais e uma hiper atualizada acumulação primitiva de capital, que inclui a alocação socialmente seletiva dos investimentos públicos, a grilagem de terras e a violência (RIBEIRO, 2009, p. 11).

Na fronteira do Vale do Araguaia, os arranjos espaciais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades, onde se difunde uma sistematicidade de destruição sociocultural e ambiental, afirmando a necessidade de superar a alienação espacial, e para isso é fundamental identificar energias sociais com capacidade de disputar o futuro e de defender condições propícias à cooperação horizontal entre diferentes tempos sociais, saberes e formas de produzir. Para Ribeiro (2009), a fronteira da técnica só pode ser compreendida quando a pesquisa não oculta as perdas sociais absorvidas na produção da riqueza.

Em suma, a contribuição de Ana Clara (2005; 2009) nas pesquisas do Vale do Araguaia foi extremamente relevante na compreensão do processo de modernização, do seu sentido e dos valores que permeiam as diferentes visões e concepções do mundo, seja a dos promotores da expansão do agronegócio, vinculada à presente forma globalizada e controlada, seja a da Igreja da Teologia da Libertação, que apreende as contradições, que busca transformações no que se refere aos mais oprimidos, ou a das Irmãzinhas do Tapirapé, também portadoras do moderno, ainda que em vestes tradicionais, que desejavam uma modernização diferente da dos colonizadores, uma modernização que não se contrapusesse aos que não têm mais apoio, aos que correm o risco de extinção.

3. O retorno ao território

As disputas no âmbito da expansão das fronteiras do agronegócio, onde os limites entre público e privado, entre legal e ilegal são desrespeitados e ultrapassados, são enfrentamentos entre universos culturais distintos, que nos levam à compreensão do território como cultura, onde a forma de ver a natureza e as lutas pela disputa do território estão impregnadas de valores distintos, envolvendo a problemática das classes sociais.

Nesse contexto, ganha nova densidade a renovação teórica da concepção de território. Ribeiro (2009, p. 9) observa que “o reconhecimento da complexidade constitui um caminho obrigatório para a análise da estruturação do território do país”, acentuando que “existem limites para a homogeneização desejada pelos que comandam a globalização da economia”. Para a autora, “desconhecer esses limites significa, ao fim e ao cabo, ignorar a história e perder de vista qualquer possibilidade de controle social da modernização econômica em curso” (RIBEIRO, 2009, p. 9).

Em suma, as ações dos agentes hegemônicos na fronteira tecnicada do Vale do Araguaia estão dirigidas para um universo de valores, voltados para uma produção racionalmente orientada. São ações que trazem a ideia de utilidade, transformando pessoas, saberes, instituições, lugares, natureza, em meios, em utilidades técnicas em relação a um plano racionalmente traçado, de maneira a reproduzir o processo de acumulação.

No caso do Vale do Araguaia, lembra Ribeiro, a complexidade inclui a obrigação de marcar a copresença dos pequenos produtores agrícolas, assentados, posseiros, indígenas, defensores dos direitos humanos, herdeiros de lutas pretéritas, lideranças políticas, de registrar as condições de trabalho, na empresa capitalista, de enfatizar os mecanismos responsáveis pela concentração da terra e da riqueza e pela exclusão social.

Entretanto, é importante destacar que é no contexto de compreensão do território que envolve o cotidiano que o homem lento “aparece como o portador de futuros, e também como o inventor de soluções” (RIBEIRO, 2005, p. 96). São os homens lentos, que experimentam a escassez, que costuram projetos possíveis, permitidos pelo espaço herdado, “num tecido social esgarçado e precário” (RIBEIRO, 2005, p. 97).

O Brasil é uma grande periferia de pobres, de homens comuns, de homens lentos, das migrações, dos espaços opacos. Contudo, esses homens são rápidos no descobrimento do mundo, de suas estratégias de vida, da solidariedade.

Considerações finais: presentificando energias que se desdobram

No inventário dos bens deixados por Ana Clara, em meio a inúmeras reflexões teóricas, destaca-se, num poema de sua autoria, a seguinte frase: “Entre o impossível e a vida corrente, vida semente”. A meu ver, vida semente sintetiza a sua obra, a sua vida. E esse é o seu grande legado, procurar “presentificar energias que se desdobram”.

Ribeiro mostrou-nos a relevância do método, da teoria da modernização, da teoria da ação, num movimento reflexivo tanto teórico-metodológico quanto político, traduzindo com excelente clareza mudanças espaço-temporais numa leitura do social no atual período histórico. Procurava nos mostrar o lugar, o país e o mundo em constante mutação, um mundo enquanto jogo de forças em suas contradições, ao mesmo tempo acumulando aqui e mingando ali, como uma vazante e enchente ao mesmo tempo. Em suas reflexões procurava valorizar o agir solidário e uma produção científica comprometida com a superação da exploração e da opressão, denunciando a perversidade do discurso falso e apontando para o compromisso com a busca da verdade.

Com ela percebi o significado do poema de Antonio Machado: *Caminante, no hay camino, se hace camino al andar*. Acredito, como Daniel Cara, um pensador da Universidade de São Paulo (USP) sobre o pensamento de Paulo Freire, que a partir do aprendizado e do relacionamento humano com um bom professor, como Ana Clara, a vida passa a ser diferente e você nunca mais será o mesmo.

Referências

BOFF, Leonardo. Morte da irmãzinha Genoveva, parteira dos Tapirapés. *Jornal do Brasil*, 7 outubro 2013. Disponível em: <https://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2013/10/04/morte-da-irmazinha-genoveva-parteira-dos-tapirapes.html>. Acessado em: 17 outubro 2013.

CANUTO, Antônio. *Ventos de profecia na Amazônia: 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Goiânia: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

IRMÃZINHAS DE JESUS. *O renascer do Povo Tapirapé*. São Paulo: Editora Salesiana, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara *et al.* Prefácio. In: BERNARDES, J. A.; ARRUIZZO, R. C. *Geografias da Soja III – Novas Fronteiras da Técnica no Vale do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara *et al.* Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: Conferência de inauguração do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1999a.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n. 2, 1999b.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1997.

Desespacializar o patrifamiliarcado: a ação necessária ante a crise climática

Thais de Bhanthumchinda Portela

Das aprendizagens com Ana Clara Torres Ribeiro

O convite para participar de um curso sobre o pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro fez-me reler parte de sua obra e, surpresa, em meio a notas encontrei meu nome. Nesse fim de página registrava-se a troca de uma referência ao “outro” pela expressão “os muitos outros”, uma mudança que para a pensadora indicava a complexidade da vida social e estimulava a reflexão sobre a redução do sujeito do conhecimento, isto é, do Eu (do *self*) e sua contraface, o Outro (TORRES RIBEIRO, 2013, p. 71). Pesquisava, à época, o candomblé nos espaços urbanos do Rio de Janeiro, e minha orientadora, Ana Clara, abria generosamente seu pouco tempo para conversas sobre o tema, mas isso sempre escapava para relatos de andanças pela cidade em sua não visibilidade turistificada. Os assuntos variavam das micropresenças do candomblé na rua para as espacialidades das “casas” dos moradores de rua na Lapa; do desenhar como forma de pensar e não apenas representar para as “re-existências” nas paisagens do cotidiano; das brincadeiras das crianças nas ocupações às negociações com os comandos para deixar tempos e espaços possíveis para o brincar; sobre a teimosia como existência e o estar vivo: viva a vida!

Registro, para os que estudam o pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro, que foram essas conversas que trouxeram o entendimento de que categorizar o Outro como bloco único e coeso é comparar e unificar a diferença com uma identidade hegemônica ocidentalizada; o “Outro”, contraface de um “Eu”. Há no espaço

um constante refazer de múltiplas socialidades que se performam entre si no cotidiano da cidade, criando sentidos múltiplos para esse “Outro”, que de perto são muitos “outros”. O “Candomblé”, o “Morador de Rua”, as “Crianças”, o “Comando” ou qualquer outro agenciamento não normalizado (civilizado, educado, legalizado) pela ação identificadora hegemônica ocidental corporifica as identificações por necessidade ou obrigação de reconhecimento pelo poder, mas, no cotidiano agenciam-se na multiplicidade, na singularidade, no paradoxo, no conflito, na contradição, ou seja, na complexidade.

Mas havia sempre dois alertas da mestra nessas conversas. Primeiro, a atenção aos “outros”, aos fluxos, à ação no espaço por vezes não permite perceber as estruturas, ou, como prefiro, os sistemas de dominação seculares que se mantêm. A sociologia do presente, por seus recortes temporais e disciplinares, por vezes deixa escapar continuidades históricas seculares dos modos de ação hegemônica que aparentam se transformar, mas que mantêm um violento controle e dominação dos “outros”. Segundo, uma atenção para os modos pelos quais a ação hegemônica se faz presente nos “outros”, na existência e não fora dela. As identidades em bloco (o “Outro”) são apropriadas pelos sujeitos corporificados por defesa ou desejo de reconhecimento e esses sujeitos “outros”, ao longo do tempo, terminam por assumir ideais e condutas contraditórias que atentam contra a própria manutenção da vida nos territórios. É necessária a atenção à ação que se dá pela transformação da psicosfera¹, às ações que se articulam com as ações hegemônicas e que acabam sendo reduzidas a uma “anomia”, a uma identidade Outra única passível de ser dominada (conhecida, civilizada, organizada, tutelada, folclorizada, protegida, patrimonializada) ou combatida.

¹ Conceito de Milton Santos. O espaço geográfico contemporâneo é articulado por duas dimensões: a psicosfera (reino das ideias, crenças e sentidos em circulação) e a tecnosfera (materialidade e objetos técnicos) que constituem um conjunto de materialidades que compõem os territórios e seus lugares globalizados (SANTOS, 2008).

Em tempos de crise climática, os desafios à manutenção da vida nos territórios “outros”

Entendemos que um dos grandes desafios da sociologia do presente é cartografar a ação que se relaciona com a mudança climática do planeta Terra e apoiar a vida, a ação nos territórios mais afetados por essa crise. O que pode o sujeito corporificado no presente e no lugar ante uma questão tão ampla, que extravasa os territórios “outros” e chegam a uma escala global? Como aprender a complexidade dessa questão presente? Guardando no umbigo os ensinamentos (ou em um modo mais ocidentalizado de escrita, mantendo a perspectiva da mestra no horizonte) da atenção às continuidades e às contradições na psicoferas dos territórios “outros” buscamos indícios que nos levam a esse contexto de crise ambiental que penaliza sobremaneira os territórios “outros”. Mas, de quais “outros”?

Os relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) divulgados desde 1988 pela United Nations Environment Programme (UNEP) e pela Meteorological Organization (WMO) agrupam dados que correlacionam as atividades humanas (emissão de gases, entes da natureza como água, terra, espécies animais e florestas excessivamente apropriados como recursos econômicos, aumento mundial da população com cenário de 10,5 bilhões de humanos na metade século XXI) com a alteração do clima do planeta. No primeiro relatório publicado em 1990, descreve cenários de impactos diferenciando os países industrializados e em desenvolvimento, mas sem aprofundamentos dos cenários político-sociais. No segundo, já em 1995, ou seja após o evento encontro mundial da Eco-92, já aparecem considerações sobre equidade social para o desenvolvimento sustentável entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e de economias em transição e a constatação de que os impactos das mudanças climáticas serão desiguais, negativamente intensos em áreas de economia vulnerável, destacando áreas do sul global.

Nas cidades brasileiras, dadas as desigualdades econômicas e sociais espacializadas pelo racismo e machismo estrutural, as áreas dos territórios populares são ocupadas por uma população de

grande maioria pobre, negra ou parda, cada vez mais agrupadas em famílias monoparentais chefiadas por mulheres², que se localizam nas áreas ambientais mais vulneráveis das cidades como morros, mangues, baixadas. Os impactos da crise climática são mais intensos para essas populações. A pandemia do Covid-19, que é um dos efeitos das perturbações generalizadas das mudanças climáticas, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), aumentou a população em situação de extrema pobreza no Brasil para 78 milhões de pessoas (8 milhões a mais que 2019).

O sistema macropolítico de crescimento e acumulação expansiva e infinita de riquezas³ – aperfeiçoado por castas⁴ étnicas⁵ patrifamiliarcas – estabeleceu relações hierárquicas de dominação e apropriação por servidão⁴ ou escravidão⁵ dos todos os entes da natureza, vivos e não vivos, por meio de vitórias militares, isto é, pelo uso da violência. A estabilidade e prosperidade desse sistema administrado por meio de violências – ou de paz⁶, como é amplamente conhecido até hoje – evoluiu um código ao longo de séculos que ainda vigora e é a base da organização do espaço/tempo ocidental. O Direito romano resistiu às fugas, revoltas, revoluções dos colonizados (*colonia*, no latim, terra cultivada por pessoas, ou pessoas instaladas em novas terras, ganha sentido outro

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que 12 milhões de mães criam seus filhos sozinhas, sendo mais de 64% as que vivem abaixo da linha da pobreza.

³ Desde a lei (*lex curiata de imperio*) do governo maior e infinito do (*imperium maius et infinitum*), que legitima dominação e apropriação infinita do espaço e do tempo, pela autoridade ilimitada do príncipe (*pater*, pai), conferida pelo Senado Romano a Augusto, no ano de 23 a.C.

⁴ ETIM lat. *servus*, *i* “id.”. No império romano era aquele que não é livre, não tem direitos e bens e que serve ao senhor.

⁵ ETIM lat. medv. *slavus*, *sclavus*, do gr. biz. *sklábos*, *sklabēnós*, “eslavo”, mais tarde “escravo, cativo”. Os ancestrais dos hoje poloneses, sérvios e ucranianos escravizados pelos germânicos agenciados ao Império romano em massa na Alta Idade Média.

⁶ *Pax romana*, período de transição da República para o Império, quando o domínio do patrifamiliarcado romano se expande aproximadamente por dois séculos, colonizando inclusive a cosmo percepção judaico-cristã pelo controle endógeno das castas sobre a Igreja.

nesse sistema de dominação), da servidão e mesmo da escravidão. Ao longo de séculos o sistema preservou e conservou o direito das castas endogâmicas das etnias europeias ao uso da violência para o “pacífico” crescimento e acumulação em expansão e infinita de riquezas, no tempo e no espaço (inclusive sideral e cibernético).

A evolução desse sistema teve como efeito o exílio e as diásporas étnicas, ou seja a desterritorialização de muitas etnias “outras” obrigadas a obedecer ao sistema patrifamiliarcal ocidental. A terra, ou a natureza e a relação de seus entes com seus ciclos de tempo circular – vida, morte, renascimento – foi rompida e uma noção de terra prometida, de futuro, ou de utopias de reterritorialização passam a circular dentro desse sistema patrifamiliarcal, que se estende por todo o espaço conhecido por “ocidente”.

O “ocidente” não é o poder dominante garantido pela *dura lex, sed lex* (máxima romana: dura lei, mas a lei) do código imperial romano (base da lei que garante o direito à propriedade da terra). O “ocidente” é o sistema de um vínculo dissonante e desequilibrado, indissociável e irreconciliável entre territorialização de poder dominador, expansionista e acumulador de riquezas e a desterritorialização da relação de relações entre os entes na natureza; de domínio e utopia; de controle e de resistência que espraia por diferentes ecossistemas naturais e sociais evoluído durante os últimos três milênios. A desterritorialização sistêmica obrigou todos os “outros” a relacionar-se com o sistema e não mais com a natureza.

As sociedades conquistadas tiveram que reestruturar seus estamentos nas hierarquizações já definidas pelo código patrifamiliarcal romano que separava as castas de aristocracias, de militares, serviçais e escravos. Os conquistados, com poucas exceções, foram continuamente apartados de seus grupos e territórios, por uma ação de governo ditada pela máxima do imperador César – *divide et impera* (divide e governa) – e se reorganizaram no exílio, reterritorializando não mais por relações endogâmicas, mas pela história de cada diáspora.

Somente as castas aristocráticas se mantiveram como grupo de acasalamento entre indivíduos aparentados e geneticamente semelhantes, garantido a herança patrifamiliarcal e todos a psicosfera de conquista, expansão, apropriação e acúmulo de riquezas. Séculos

depois, em 2020⁷, vemos esse sistema de hierarquias definir no planeta um seletivo grupo humano, uma casta de 2.153 grandes proprietários que acumulam 60% da riqueza mundial e que distribui o resto desigualmente entre os alguns ricos (pequenos proprietários com alguma riqueza e servidores) e muitos pobres (bilhões de não proprietários, sem riqueza e portanto trabalhadores, precarizados, escravizados ou sem ocupação). De acordo com a revista *Forbes*, de cada 10 bilionários no mundo apenas um é mulher, sendo a maioria (82,6%) vindos por herança.

Essa desigualdade também reflete diferentes responsabilidades na crise climática na medida em que as castas emitem mais do que o dobro dos gases que os 50% mais pobres do mundo, os “outros” todos que sofrem muito mais com os incêndios, enchentes, tornados, secas, fome e pandemias. A “conservação” e “preservação” desse sistema de castas patriarcais que estabelece e determina rigidamente um modo específico de ação violenta que desterritorializa todos os outros entes da natureza, humanos e não humanos, em prol da expansão e acumulação de riquezas move, em um aparente paradoxo, um discurso de ação de “preservação” e conservação” do patrimônio (a herança do *pater*, da família do pai) ambiental.

Poderíamos traçar a genealogia desse paradoxo, mas essa não é a temporalidade das sociologias do presente, mais conjunturais, onde passado, presente e futuro são analisados em períodos de curta duração – e o diálogo com Torres Ribeiro se faz nessa medida. Recortar um processo milenar para um período secular é encurtar essa história que age e modula os espaços do presente, mas, aqui, nestas poucas páginas, tentamos deixar indícios da relação entre os sentidos das palavras “conservação” e “preservação” que se ligam às palavras “prosperidade” e “liberdade”. Estas são palavras que movem tanto a ação das castas e dos territórios “outros” nas periferias das cidades brasileiras e que podem trazer algumas reflexões acerca da crise climática nas cidades brasileiras.

⁷ Acessado em: [https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/#:~:text=O%20aumento%20da%20riqueza%20dos,\(60%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o\).](https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/#:~:text=O%20aumento%20da%20riqueza%20dos,(60%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o).)

Conservação e preservação, do que e para quem?

O ano de 1872 demarca um acontecimento que abre uma condição de possibilidades de uma ação de “preservação” e de “conservação”⁸ e políticas específicas das castas modularem os territórios outros, secularmente ocupados. A preservação e conservação do patrimônio da natureza da vida “selvagem” da degradação da ocupação colonizadora do oeste pelo Homestead Act fundamenta a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos da América (EUA). Essa lei de proteção de porções de terras da ação humana inaugura uma política que até hoje pretende paralisar os efeitos “feios” e “desagradáveis” produzidos pela colonização e posterior ruralização e urbanização dos espaços produzidos pelo progresso, ou desenvolvimento moderno.

A percepção negativa, sintetizada pela estética do romantismo, idealizou imagens idílicas de um encontro da “cultura” e da “natureza” (percebidos como categorias estanques) e transformou porções de terra em “paisagem”. As paisagens apreciadas pelas castas patrifamiliarcais europeias e norte-americanas – por exemplo, as florestas e não os mangues ou os desertos – tornaram-se “patrimônio” (ou seja uma herança da família do *pater*, do pai). Para evitar que interesses individuais garantidos aos proprietários das terras fossem destruídos, o patrimônio dessas terras apropriadas tornou-se um “bem público”, isto é, uma área de controle pelo poder do Estado – que a partir de então ditava qual ação, ou qual vida, poderia ou não existir nesses territórios.

As áreas, portanto, não são livres da ação humana, essas continuam modulando o espaço. Ao governo foi dado o poder de lei para preservar (afastar a ação humana no espaço patrimonializado) e conservar (controlar, ou em termos mais atuais, manejar sustentavelmente) primeiramente o espaço da psicosfera progressista e cornucopista⁹ e, após as guerras mundiais, a psicosfera

⁸ Preservar, nesse caso, é manter as condições do tempo passado não permitindo que o progresso ou o desenvolvimento social, técnico e econômico interfiram no espaço. Conservar é manter as condições do tempo passado, mas aceitando algumas modificações do presente e no futuro, desde cuidados ou manejo.

⁹ A referência à cornucópia – ao mito do vaso em forma de chifre que oferta continuamente frutos e flores significando riqueza, felicidade e sorte – demarca uma

do desenvolvimento (ou seja, o progresso planejado para manter a paz¹⁰). Há uma inflexão nesse momento. A percepção da degradação ambiental pela tecnosfera é constantemente modulada pelos meios de comunicação, que evitam responsabilizar o desenvolvimentismo e a acumulação de riquezas das castas pela degradação e passam a culpabilizar os milhões de entes desterritorializados do planeta – seja pelo avanço em outros territórios, seja pelo exílio forçado ou pelas diásporas – pela degradação ambiental.

A “natureza” e os “pobres” passam a ser agentes causadores. A chuva que alaga pelas enchentes, o pobre que avança nas áreas protegidas pela “conservação” e “preservação” ou que decide ocupar as áreas de equilíbrio frágil como os mangues ou os morros é uma percepção modulada. Não é o progresso, o desenvolvimento planejado do sistema patrifamiliarcal de acúmulo de riquezas por poucas famílias que degrada a natureza e sim os fenômenos naturais ou os pobres.

A modulação de tais discursos para ampliar as práticas de desenvolvimento (de crescer e acumular riquezas para poucos) nos territórios responsabilizando os pobres pela degradação ambiental pode ser demonstrada por uma análise do discurso presente nos mais conhecidos relatórios técnicos ligados ao sistema transnacional do poder hegemônico e financeiro das castas ocidentais. O documento “Unesco its purpose and its philosophy” (1946), por exemplo, é um texto inaugural e programático, escrito pelo primeiro diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e fundador da organização World Wildlife Fund (WWF), o biólogo eugenista Julian Huxley.

Ainda sob os efeitos catastróficos do conflito mundial, o texto advogava “humanismo científico” mundial, evolutivo e universalista, ou seja, eugênico, para a superação das divergências nacionais (HUXLEY, p. 7). No texto, Huxley compara as sociedades com a

ética da relação humana com outros entes da natureza, percebidos como recurso abundante e infinito.

¹⁰ Objetivos das Nações Unidas: **manter a segurança e a paz mundial**, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados.

organização dos sistemas complexos da natureza, em uma evolução dos tipos mais simples para os mais complexos e, por analogia, afirma que as sociedades podem ser classificadas de primitivas (pobres) a progressistas, mais complexas (ricas). Para o biólogo, a variabilidade genética estava associada à capacidade de cada tipo humano (diz evitar o termo *raça*, por ser um termo dos regimes fascistas), e caberia à UNESCO o papel de deixar entrar luz sobre essas áreas escuras, ou primitivas, do mundo (1946, p. 17) com uso da ciência da genética determinando a possibilidade do avanço mental:

Finalmente chegamos a um problema difícil – o de descobrir como podemos conciliar nosso princípio de igualdade humana com o fato biológico da desigualdade humana. Talvez o problema não seja tão difícil como parece quando expresso nesta forma paradoxal; pois a contradição desaparece em grande parte assim que se percebe que igualdade é usada em dois sentidos muito diferentes. A democracia princípio da igualdade, que também é da Unesco, é um princípio de igualdade de oportunidades – que os seres humanos devem ser iguais perante a lei [mas] a ausência biológica de igualdade, por outro lado, diz respeito os dotes naturais do homem e o fato da diferença genética em relação a eles. [...] Assim, deficientes mentais de baixo grau não podem ser oferecidos igualdade de oportunidades educacionais, nem os loucos são iguais aos sãos perante a lei ou em respeito à maioria das liberdades. No entanto, as implicações plenas do fato da desigualdade humana não foram desenhadas e certamente precisam ser trazidas aqui, pois são muito relevante para a tarefa da Unesco (HUXLEY, 1946, p. 17).

Esse texto não é apenas um ponto de vista de um autor. Essas palavras reafirmam um sistema e inauguram uma organização de “preservação” e “conservação” dos patrimônios da humanidade, uma humanidade medida pela variedade genética não deveria ser reduzida para maior “pureza”, como o proposto pelo sistema fascista, mas à UNESCO era dada a tarefa de procurar fazer o melhor uso da variabilidade existente para que fosse estabelecida a correlação com os tipos psicofísicos distintos para a seleção de empregos, “na escolha daqueles que são mais propensos a lucrar

com um determinado tipo de treinamento ou são mais adequados para um determinado tipo de trabalho” e “estabelecer que certos tipos de homens devem ser impedidos de exercer certos tipos de cargos.” (HUXLEY, 1946, p. 20).

A ciência eugênica tornava a superioridade e inferioridade hereditária um fator da natureza, demonstrada pelas desigualdades da matéria-prima humana e suas regiões, cabendo à UNESCO investigar as potencialidades de diferentes tipos de sociedades para diferentes fins especiais (HUXLEY, 1946, p. 33) ao mesmo tempo que devia controlar o impulso reprodutivo e a propagação do homem definindo um tamanho ótimo para as populações – para a conservação da vida selvagem (HUXLEY, 1946, p. 45). O autor não apontava diretamente a pobreza, e sim a variabilidade genética inferior, como questão a ser combatida por meio de políticas de controle de natalidade.

Outro documento de 1972, o “Limits of Growth”, comissionado pelo Clube de Roma, um seleto grupo formado por membros das castas e agentes da sua tecnosfera, incluindo membros da Organização das Nações Unidas (ONU), alertou para uma crise ambiental mundial causada pela disputa dos recursos naturais. Essa disputa não se apresenta como uma disputa entre as castas (uma modulação discursiva necessária no pós-guerra), mas como um problema causado pelo crescimento populacional dos países pobres. Não por acaso, uma das ações defendidas pelo clube é o controle de natalidade de pessoas empobrecidas, que promoveram laqueaduras forçadas nos territórios da pobreza no que era chamado Terceiro Mundo, incluindo aí o Brasil.

A Agenda 21 é um programa de ações assinado em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Eco-92 por 179 países. Seu objetivo é promover um novo padrão de desenvolvimento, “sustentável”. Nos seus 40 capítulos percebem-se os efeitos do sistema patriarcal como causa a ser combatida (termo militar), e a pobreza com suas necessidades de manutenção da vida como um dos principais inimigos à conservação e preservação dos “recursos”.

Mais recentemente, podemos ler a diretriz de erradicação da pobreza (e não da riqueza) para enfrentar a crise climática nos

relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), também da ONU –, a exemplo do “Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty” (ALLEN *et alli*, 2018) que aponta a pobreza como problema ambiental a ser resolvido e não o do sistema de acumulação de capitais das castas.

A importância da leitura histórica desses relatórios se dá tanto pela modelização técnica submetida à ação das castas que ditam quais ações dos territórios “outros” podem receber o financiamento de instituições atreladas ao sistema (das Nações Unidas) da ONU como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), como, e principalmente, pela autopercepção dos indivíduos sujeitados a essas modulações. A percepção da inferioridade genética, moral, civilizatória e política, modulada ao longo das últimas décadas de discurso hegemônico, afeta a autopercepção dos territórios populares e interfere diretamente na ação em tais territórios. Ao fim e ao cabo, o sistema mantém a continuidade histórica da ação patrifamiliarcal de controle e domínio sobre os “outros” porque consegue tornar senso comum uma imagem da pobreza como causa da degradação e não como efeito de uma política de desenvolvimento. Isso certamente reduz a condição de possibilidades de uma ação socioambiental popular, autônoma e emancipada construída em equilíbrio ecossistêmico com os espaços dos territórios onde se localiza a pobreza.

A modulação dos discursos pelo sistema de castas¹¹ historicamente descredibiliza as organizações que se formam a

¹¹ Sistema sociotecnopolítico hierárquico, cujas raízes podem ser relacionadas ao patrifamiliarcado greco-romano que estratificava rigidamente a sociedade a partir do *pater família*, do poder de vida e morte do pai de família sobre seus herdeiros e propriedades. Esse era um direito garantido, por herança familiar para apenas um único membro masculino legítimo, isto é, concebido dentro da família e escolhido pelo “pai”. Ao longo dos séculos esse poder do “pai” colonizou territórios e manteve seu poder, domínio e controle sobre distintas sociotecnopolíticas. A transmissão do poder era interdito aos outros grupos que também transmitiam sua condição social pela herança familiar, e a manutenção dessa posição se dava por inúmeros

muito custo nos territórios “outros”, isso quando não as tornam ilegais. Mas essas são necessárias para fazer frente aos impactos do desequilíbrio ecossistêmico do planeta. As litigâncias climáticas¹² tendem a acirrar os conflitos advindos dos modos históricos de ocupação e construção das cidades, campos e florestas¹³ brasileiras que performam desde a colonização desigualdades e violências que não permitem aos descendentes étnicos desterritorializados, unificados à força na categoria “pobres”, refazer suas vidas em uma relação criadora com as biotas sensíveis de seus territórios

interditos legais e religiosos. A história do Ocidente percebe as **castas** apenas na sociedade indoeuropeia porque perfaz um discurso de si como uma organização social meritocrática. Os heréticos – aqueles que transgridem a ordem hierárquica entre as castas – são a exceção neste sistema de valores de famílias obedientes ao “pai” e são apenas aceitos em hierarquias mais baixas. Por manterem as heresias longe de suas famílias (e um pouco por provocação), nomeamos **casta** os grupos herdeiros dos antigos aristocratas ou oligarcas que se mantiveram no topo da hierarquia desse sistema e que hoje são chamados capitalistas – e também por não concordarmos com os termos mais usuais como elite (os melhores) ou lideranças (os que conduzem por uma autoridade moral) ou grupos hegemônicos (culturalmente dominantes, termo esse que esconde as vantagens da herança). Aos outros grupos sociais que herdaram também sua posição social e que são percebidos pelas castas como os “piores”, “sem autoridade moral” ou em termos mais contemporâneos “sem autoridade científica”, os “sem herança”, isto é, “pobres” e “trabalhadores” não nomeamos casta em respeito as suas histórias de lutas, revoltas, revoluções, desobediências e, por assim dizer, de “empreendedorismos” que por vezes conseguiram romper a rigidez estratigráfica desse sistema.

¹² A litigância climática é uma estratégia complementar à ação política de reivindicação da adoção de políticas climáticas, de aumento de sua ambição ou, simplesmente, da efetividade de normas que as estruturam. Vem desempenhando papel crescente para a consecução desses objetivos em outros países, inclusive por meio de litígios estratégicos, em que se busca tanto um provimento judicial que avance uma pauta quanto à conscientização da sociedade quanto ao tema em questão. No Brasil, eclodiu a partir do ano de 2020, tendo em vista os retrocessos da política climática e ambiental no país. Ainda não há respostas definitivas pelo Poder Judiciário, não sendo possível aferir seu impacto (NUSDEO, 2021, p. 46).

¹³ Os códigos brasileiros reconhecem os direitos das sociabilidades urbanas nos espaços das cidades e das sociabilidades rurais nos espaços do campo, mas ainda é pouco reconhecida as sociabilidades florestais nos espaços das florestas. As florestas, para as castas, precisam estar vazias de sociabilidades para que o zoneamento colonizador do agronegócio seja facilitado. Florestas, mesmo que protegidas por legislação pertinente, mas sem sociabilidade oferecem menos resistência ao capitalismo. Além do mais essas três categorias de sociabilidade e espaço são pouco articuladas entre si, com exceção de algumas iniciativas de cidades ou campos agro-florestais ou de agriculturas urbanizadas.

ocupados. As poucas comunidades tradicionais que conseguiram esse privilégio vivem o terror da expulsão de seus territórios em seu cotidiano pela violência da apropriação da vida dos “outros” que o sistema permite e legitima. Por exemplo, na psicosfera brasileira, a grilagem de terras é percebida como desenvolvimento, já a ocupação de terras sem uso social pelos movimentos populares é coisa de bandido. É uma mesma ação, percebida, modulada, de modo muito diferenciado. E essa percepção “conservadora” e “preservacionista” do sistema e não da natureza move a ação nos territórios populares, esse mesmo que deve ser mais impactado pelas mudanças do clima. Compreender a organização possível permitida aos territórios “outros” é necessário para que relações de proteção possam ser construídas.

A ação (possível) dos territórios “outros”

O Brasil teve sua colonização mantida pela escravização dos corpos dos negros originários do continente africano e subalternização dos corpos originários do continente ameríndio, dominação legitimada pelo discurso da Igreja Católica Apostólica Romana. As inúmeras violências dos “homens de bem” (aqui não no sentido aristotélico do bom cidadão e sim a categoria de fiéis obedientes ao domínio de uma Igreja) eram justificadas pela “decisão divina” interpretada pelo patriarcado eclesiástico (LERNER, 2019). A imagem de Deus, modulada pela patriarcado eclesiástico (e não um patrifamiliarcado), justificava o direito dos *pater* à escravização pelo nascimento ou captura de guerra.

O campo eclesiástico não era homogêneo, disputas de sentido aconteceram ao longo de séculos, mas na psicosfera brasileira ficaram as imagens dos sermões do padre Antônio Vieira: aos indígenas a catequese e não a escravidão por terem almas primitivas, puras, quase infantis (alguns diriam preguiçosos) e portanto não criadas para o trabalho e, aos negros, o dever de destino de sacrifício a Deus para espisar o pecado original de Caim, marcado pela cor da pele, por meio do trabalho duro. Aos cristãos europeus, o destino de esclarecer e catequisar os outros. A pobreza e seus territórios foi desde então um desígnio. A herança, de uns e outros, determinou

a diferença de destino dos territórios brasileiros ocupados por brancos cristãos, indígenas e africanos cristianizados, e assim por diante até o último tipo de classificação humana.

Para os indígenas, a tutela da Igreja (posteriormente do Estado: “porque indígenas não sabem como fazer uma boa administração do patrimônio de seus territórios”); para os negros, a escravização de uma vida a ser sacrificada (até hoje a “carne mais barata do mercado é a carne negra”); aos brancos (puros homens de bem), o direito divino de ascenderem como castas e de dominar e controlar terras e almas, desde que obedientes à Santa Madre Igreja (BOSI, 1994; MARQUESE, 2005). Lembramos também que o tratamento dado na legislação seguia a percepção eclesiástica – o contraste entre o indígena e o negro é nesse aspecto evidente –: esses contavam com leis protetoras contra a escravidão (desrespeitadas pelos colonos e bandeirantes) e o negro escravizado, sem direito algum, por ser considerado coisa e não pessoa “com alma”, ser, indivíduo (FAUSTO, 2006, p. 54).

Para além da psicosfera, a Igreja também foi fundamental à sistematização dos objetos que dão sentido aos territórios do período da colonização. Cada cidade tinha sua Casa de Câmara e Cadeia (todos a serviço), o Mercado (a serviço de todos) e Igreja (de todos). Os territórios (capitanias e posteriormente províncias) se dividiam pela localização dos bispados e suas paróquias (VASCONCELOS, 1997). Esses foram os agentes modeladores das cidades brasileiras e, em torno de seus sistemas de objetos, o sentido da ação nos territórios e a psicosfera brasileira foram se construindo. A Igreja Católica foi fundamental na organização desse processo, cabendo até mesmo o papel de governo às autoridades eclesiásticas que durante a colônia faziam o censo na contagem das “almas” da população a partir de suas paróquias.

Em 1868, o então deputado da Assembleia Geral do Brasil, Cândido Mendes de Almeida, elaborou o *Atlas do Império do Brasil – compreendendo as respectivas divisões Administrativas, Eclesiásticas, Eleitoraes e Judiciárias*. Nessa obra foi feita a reunião de diversos mapas, produzidos em épocas distintas, sobre o território brasileiro, nos séculos XVIII e XIX, e um desses mapas é o da divisão eclesiástica, que quase confundia-se com as Províncias do Império.

Nas 18 províncias a Igreja Católica contava com 12 bispados, 1.297 paróquias com uma população de 11.030.000 almas (MENDES, 1868). As paróquias e o discurso da Igreja, desde o início do processo de colonização, deram sentido à ação nos territórios.

A responsabilidade do censo mudou para o Império apenas em 1872, quando o primeiro censo Brasil foi feito – logo após entrar em vigor no Brasil a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), que tornava livres as crianças nascidas de mulheres escravas. Esse censo registrava quase 10 milhões de habitantes, com população dividida em 1.440 paróquias, sendo indivíduos livres 8.413.548 (84,34%) e escravos 1.562.293 (15,66%). De acordo com o levantamento, 58% dos residentes no país se declaravam pardos ou pretos, contra 38% que se diziam brancos. Os estrangeiros somavam 3,8%, entre portugueses, alemães, africanos livres e franceses. Os indígenas perfaziam 4% do total dos habitantes. O Brasil ainda registrava um significativo número de escravizados. Em 1885, foi promulgada a Lei dos Sexagenários, tornando libertos os escravos com mais de 60 anos e a Abolição da Escravatura ocorreu somente em 1888. O Brasil foi o último país a decretar a abolição (BOTELHO, 2019).

É para esse contexto de uma maioria da população negra e parda de escravizados e seus descendentes que os ideais das revoluções liberais chegaram ao Brasil. A liberdade não foi um discurso revolucionário burguês contra as castas oligárquicas brasileiras e sim uma percepção apropriada pelos espaços populares dos ainda escravizados, e seus descendentes. Lembremos, à percepção de mundo dos territórios populares não falta civilidade, conhecimento, saber ou cultura. Os pobres ficam nessa condição não por falta de esclarecimento e, sim, porque esse é o projeto das castas.

Exemplo desse projeto está no primeiro código de regularização fundiária do Brasil, a Lei de Terras de 1850, promulgada para dispor sobre a medição e demarcação das terras devolutas no Império. Essas eram áreas possuídas por títulos de sesmarias sem condição legal e de simples título de posse mansa e pacífica (categorias do Direito romano) cedidas a título oneroso (compra) a particulares nacionais e estrangeiros (autorizado pelo governo para promover a colonização e eugenia do povo brasileiro). As posses sem compra, pela lei, deveriam ser despejadas com pena de multa e prisão. A

exceção na lei era para posseção de terras no limite com países estrangeiros (projeto de ocupação e manutenção dos domínios territoriais) e posses declaradas por boa sentença passada e julgada dos sesmeiros e concessionários a posseiros pelo usucapião de cinco anos estabelecida antes e de 10 anos depois da medição e demarcação. Para essa lei, a de posseção da terra era permitida apenas aos herdeiros, aos que podiam comprar e aos que conseguiam acordos com os proprietários pelo usucapião. Nada sobre o direito à terra para os que foram escravizados e seus descendentes ou para as sociedades originárias.

Emergem desse projeto os territórios populares brasileiros formados por: i) ex-escravizados hierarquizados pela sua cor de pele com direito à liberdade, mas sem libertação garantida por leis que dessem direito as suas posses ou que regulassem as formas de trabalho; ii) originários ameríndios sem liberdade e intencionalmente invisibilizados pelas castas ao receberem do Estado tratamento uniformizado como se crianças órfãs fossem (tutela orfanológica, de caráter civil da Carta de Lei de 27 de outubro de 1831), projeto que apagou dos mapas a diversidade de línguas, religiões, tecnologias, códigos de conduta e saberes; e iii) uma minoria de pardos embranquecidos e brancos pobres livres, mas todos sem direito à posse da terra, sem direito à propriedade e, portanto, sem direitos garantidos aos privilégios do patrifamiliarcado – nome de família dado pelo pai, sucessão, acúmulo de riqueza e direitos privados garantidos. O povo brasileiro é, por determinação do passado, um povo sem terra.

A República, em 1889, intentou uma aproximação liberal aos ideais de progresso com ordem, civilizado, laico e, entre várias ações, extinguiu por decreto o padroado (direito das igrejas a serem financiadas pelo governo) em 1890. O Estado em formação abriu-se a um outro campo de negociações com o sistema de ações e objetos produzidos pela Igreja ao longo dos séculos anteriores – projeto ambíguo, pragmático e de acordo com interesses institucionais de ocasião. Para fazer frente à nova realidade de fragilidade de poder, a Igreja tomou a decisão de expandir seus objetos (dioceses, prefeituras, prelaturas, paróquias, missões etc.) pelo território nacional. Em 1892, o papa criou, por uma bula, as dioceses do

Amazonas, Curitiba, Niterói e Paraíba, além de elevar o Rio de Janeiro à condição de Arquidiocese com a divisão do Brasil em duas Províncias Eclesiásticas: a Setentrional, com sede em Salvador, e a Meridional, com sede na cidade do Rio de Janeiro (AQUINO, 2012).

O pacto federativo da República, que dava autonomia jurídico-administrativo aos estados, fez com que cada episcopado adaptasse sua ação às realidades desses novos pactos oligárquicos. A expansão da rede de dioceses, prelaturas e prefeituras foi assumida pela Cúria Romana e ganhou expressiva capilaridade no território brasileiro em incursões institucionais projetadas para os “sertões”, uma difusão que intentava acompanhar a ocupação do território brasileiro (AQUINO, 2012), um país de grande população de “almas” a serem conquistadas, a maioria delas “sem terra”.

A questão agrária e o direito à terra nas décadas vindouras tornou-se tema nacional. O país ganhava projeto de modernização: urbanizar e industrializar. As condições climáticas (seca) aliadas ao projeto desenvolvimentista modernista fez os “sem terra” do campo e das florestas migrarem para as cidades, criando o território popular dos “sem teto”. “Ai de vós os que ajuntais casa a casa, e ides acrescentando campo a campo até chegar ao fim de todo o terreno; acaso habitais vós só no meio da terra?” (Isaías, V-8). Citando a Bíblia, em 1961, o deputado Carlos de Britto Velho apresentava proposta das “Bases e diretrizes para a reforma agrária no Brasil” como emenda a um projeto que fora apresentado sete anos antes (SANTOS, 2012). Essa, entre outras iniciativas das castas brasileiras e da Igreja, surgiam por pressão de uma organização que viam aparecer entre os “sem terra” dos interiores e dos “sem teto” nas cidades do país. Esses populares ganhavam cada vez mais força, organizados pelo discurso humanista e marxista, que davam a legitimidade da ação dos pobres: não eram marginais e sim movimentos sociais organizados da classe trabalhadora rural e urbana que buscavam a libertação de sua condição de pobreza. As castas e a Igreja temiam o comunismo e buscavam se adaptar ao tempo: “Ai de vós...”.

O *Manifesto Comunista* era lido por intelectuais, padres e populares e uma nova percepção sobre a propriedade privada da terra, que sincretizava comunismo e catolicismo, emergiu nos

rincões brasileiros: todos são filhos de Deus Pai, todos os filhos do patriarcado têm direito à terra do Pai; todos os filhos portanto têm direito a ocupar a terra de seu Pai. “Ocupar não é invadir”¹⁴. Esse recurso discursivo legitimador das ações populares, fundamentadas na dignidade e comunhão cristã sincretizada com um comunismo popular (de base, com lideranças vindas do local e não de intelectuais comunistas), foi difundido em todo o território nacional pelo sistema de objetos que também estava presente até nos “rincões”: as igrejas.

Atenta a essas transformações da psicosfera e a ação dos movimentos sociais florestais, rurais e urbanos que não se restringiam ao Brasil, a Cúria Romana abriu um debate consolidado entre 1961 a 1965 no Concílio do Vaticano. Temendo uma nova cisão (como a Reforma Protestante ou o confisco de suas terras como em países comunistas), a Igreja atualizou preceitos, renovou costumes e adaptou a disciplina eclesiástica para uma ação mais atenta aos problemas sociais e econômicos. A nova Verdade (implicando obediência de todos os católicos) e orientação pastoral passava agora pela renovação da ação preferencialmente comprometida com os pobres e o reconhecimento da experiência de ministério dos leigos na vida da Igreja (DOMEZI, 2014).

Da chegada dos jesuítas no Brasil, em 1549, ao Concílio do Vaticano, em 1962, se passaram 413 anos para ocorrer uma inflexão de discursos que justificavam a escravização à ação preferencial pelos pobres, reconhecendo-lhes o direito universal dos homens (Declaração ONU, de 1948). Em 1968, na II Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em Medellín, foi reconhecida e institucionalizada a Comunidade Eclesial de Base (CEB), legitimando assim as ações populares organizadas nas paróquias mais progressistas desde a década de 1950. As CEBs passaram a ser o principal instrumento pastoral da Igreja, ligando sua opção preferencial pelos pobres às experiências de organização que já aconteciam nos territórios: o ministério dos leigos e a tomada de

¹⁴ Essa noção do direito de todos e qualquer um de ocupar um espaço, de um modo transformado, faz sentido nas psicosferas populares e legitima as ações até a atual conjuntura: “Uma PM me disse que a gente estava invadindo o prédio. Eu respondi que invasão é eu ir a casa dela e morar lá, onde já tem alguém. Agora entrar em um lugar que não cumpre função social porque está abandonado, não é invadir, é ocupar”, relatou Michele durante a viagem (ROCHA, 2016).

decisões em comum nas reuniões paroquiais entre padres, lideranças leigas e população. Emerge uma nova noção na psicosfera popular brasileira, por dentro das igrejas espalhadas em todo o território nacional: a Libertação.

A Teologia da Libertação emerge nesse contexto das CEBs das “pequenas comunidades” nos rincões cuja população não era frequentemente atendida por padres, mesmo com a ampliação do sistema de objetos da Igreja por todo o território nacional. As CEBs das periferias urbanas, dos campos e das florestas organizavam sua ação católica e a liderança religiosa dos leigos levaram também a uma liderança comunitária e uma posição de destaque nos sistemas de poder local. A leitura “libertadora” da Bíblia organizou a pobreza em comunidades, mas essa ação popular foi violentamente reprimida pela ditadura militar. A repressão à ação reivindicativa dos movimentos sociais, isto é, dos pobres e trabalhadores, ou seja, dos sem-terra/sem-propriedades/sem-herança fez com que a Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) desse seu apoio institucional às CEBs e às pastorais – Indigenista, da Terra, Operária, da Juventude – (BOFF, 1975).

Através da institucionalidade protetora da Igreja os “sem” se organizaram em grupos de reflexão bíblica, liturgia, catequese, caridade etc., localizados por vizinhança ou proximidade de identidade (jovens, mulheres, negros, os que lutam contra fome, ecologistas), politizando a religião (ou doutrinando a política) dos movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos e partidos políticos. Os leigos assumiram ao mesmo tempo posição de liderança social e religiosa, percebidas pelas castas como lideranças “perigosas” e “de esquerda”, e não cristãs, pela valorização do igualitarismo e da democracia participativa e direta. Nesse contexto de acoplamento do discurso da libertação católica com a liberdade, emancipação e autonomia dos marxistas brasileiros foi organizada a ação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Sem Teto (MSTS), da Central de Movimentos Populares, da União Nacional dos Estudantes (UNE) etc.

O desejo, na psicosfera, é excesso e nunca recalque. As religiosidades originárias antes do roubo de suas almas, o

cristianismo, o liberalismo, o comunismo são discursos que se justapõem, transduzidas na ação popular. As categorias liberais, percebidas pelas castas como “esquerdistas” no Brasil, são apropriadas pelos autores marxistas, como Paulo Freire. A ação pela “liberdade, igualdade e fraternidade” para o povo “sem” era a libertação do oprimido, libertação dos filhos do Pai. Ao praticante católico que faz ebó comunista-liberal-brasileiro nada falta, não há “culpa” no sincretismo entre essas percepções libertárias tão contraditórias entre si. Oliveira (1994) apontava há décadas atrás a existência de um número variável de 60 mil a 80 mil CEBs no Brasil (a pesquisa não encontrou dados mais recentes, inferimos que esse número hoje é menor). Analisando os dados da pesquisa, excluindo comunidades sem celebração dominical, reflexão bíblica ou conselho comunitário, o autor chegou à época em um número próximo de 70 mil comunidades de base no Brasil, espalhadas entre as paróquias dos 3.974 municípios brasileiros de então (dados atuais: são mais de 11 mil paróquias nos 5.568 municípios).

Essa sincrética percepção da liberdade está na base dos movimentos dos territórios populares, que agiram contra a ditadura militar e contra seus aliados católicos conservadores das castas oligárquicas brasileiras, garantindo a “libertação” do povo “sem” terra e sem direitos – muitas vezes com a própria vida. A ação socialmente necessária dessa coletividade popular católica progressista-comunista aliou-se a lideranças políticas e intelectuais e, depois de duas décadas de repressão, essa aliança conseguiu escrever na Constituição de 1988 o direito para tod[i]s, e em pé de igualdade, com: liberdade de participação em movimentos sociais; a função social do direito de propriedade; o direito de todos ao meio ambiente e à terra; a conservação e preservação dos territórios populares tradicionais, das terras indígenas e das áreas de reserva ambiental.

A libertação do povo, na Constituição do país e nas leis que seguiram, parecia garantida. Mas o mundo do patrifamiliarcado não deixou de agir para transformar e reconquistar o sentido da ação no espaço – fundamental para a manutenção de seu domínio e controle. Uma outra percepção foi espalhada na psicosfera global e pode ser resumida na icônica frase da primeira ministra britânica

na década de 1970: “Eles estão colocando o problema na sociedade. Não existe essa coisa de sociedade. Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias”. Uma subjetividade capitalística que explora o ego deu sentido à Liberdade neoliberal: o indivíduo pode, apenas pelo seu mérito, libertar-se da opressão da Sociedade ou do Estado. Esse herói, homem ou mulher, deve ter a liberdade de empreender e de receber pelo seu esforço.

Essa percepção de libertação para ascensão social e econômica, “amarrada” pela Sociedade e Estado, o heroísmo em sua própria trajetória para prosperar a vida pelo esforço individual, para a ascensão não mais da comunidade e sim da própria família, chegou aos territórios populares brasileiros e está espreado pela ação das Igrejas.

No contrafluxo dessa ação libertadora, ao constatar essa organização popular próxima à doutrina comunista, a ONU passou a advogar por social-democracia e a agir pela melhoria de vida e das condições sociais na América. Buscou, portanto, estimular políticas desenvolvimentistas e operações de ajuda que assumiram uma política de assistência técnica a projetos de Desenvolvimento de Comunidade nas Américas, objetivando expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. Diversas ações que visavam ao Desenvolvimento de Comunidade passaram a ser implementadas nos territórios populares, com objetivo de integrar os esforços das populações aos planos governamentais de desenvolvimento econômico e social, fossem eles regionais ou nacionais, patrocinados pelos bancos de financiamento ligados ao sistema ONU (AMMAN, 1985).

Era comum nos anos da ditadura ter mais de um grupo organizado de moradores nos territórios populares, uns ligados aos movimentos pastorais católicos (as associações) mais à esquerda, e outros, ditos cooptados, de lideranças ligadas ao desenvolvimento de comunidades patrocinadas pelos programas de governo (os centros comunitários). Esses grupos disputavam pela liderança dos moradores e os cooptados eram utilizados para legitimar intervenções do governo, em 1964, a exemplo do Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) para reurbanização de favelas (e não de remoção) com recursos do BIRD, o primeiro a demandar a participação das associações na tomada de decisão sobre o

espaço organizado pela assistência técnica do serviço social, mas ainda atuando nas tradicionais formas clientelistas, autoritárias e assistencialistas (MARICATO, 1987).

A política da ONU de enfrentamento ao comunismo no Brasil patrocinou inúmeras missões de cooperação técnica com os norte-americanos para implementação de modelos de organização e desenvolvimento comunitário capitalista, mas não só. As igrejas protestantes evangélicas¹⁵, junto com as alas conservadoras da Igreja Católica, a partir da década de 1950, entraram na luta contra o comunismo e o ecumenismo (unidade de todos os povos e igrejas) e passaram por uma renovação missionária de conquista de fiéis conservadores (e portanto, não comunistas, não ecumênicos e não progressistas). Mas essas igrejas são quantitativamente pouco expressivas e geralmente localizadas em territórios não populares, onde está a maioria da população brasileira “influenciada” pelo comunismo (o sentido cristão da ação dos territórios populares foram invisibilizados intencionalmente).

A grande expansão do ideário conservador (importante repetir: não comunista, não ecumênico e não progressista nas leis e costumes) ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, junto com o modelo econômico adotado pelas castas capitalistas mundiais, o neoliberalismo. Essa ideologia econômica fortalece duas ações que se sobrepõem e afetam os territórios populares. A primeira é um movimento restaurador conservador da Igreja Católica que escolhe se afastar dos movimentos populares e proibir a pregação da Teologia da Libertação e, a segunda, a ascensão do pentecostalismo e do neopentecostalismo na América Latina.

No primeiro caso, a partir de 1979, um movimento restaurador conservador passou a controlar a Cúria Romana, favorecendo setores do episcopado que não mais apoiavam os bispos e teólogos da libertação, deixando um vácuo de poder nos territórios populares na

¹⁵ Luteranos, batistas, metodistas e presbiterianos chegaram ao país ao longo do século XIX e, com a Constituição de 1824, ganharam direito à liberdade religiosa. Esses imigrantes, em sua maioria, vieram do projeto imigratório do governo que procurava formar grupos de pequenos proprietários das terras “devolutas” da Lei de Terras, substituindo a produção dos escravizados. Criaram escolas e jornais no país, mas sem grandes intenções de divulgação religiosa ou proselitismo, interessavam-se principalmente por sua comunidade de fé.

medida em que os padres ligados às CEBs perderam suas paróquias, sendo substituídos por padres mais preocupados com a catequese e liturgia do que com a ação social (BOFF, 1997). O segundo foi um duplo “*hackeamento*”: das organizações leigas e populares das CEBs e também do sentido de libertação proposto pela Teologia da Libertação, uma promessa de prosperidade e sucesso na vida não mais coletiva, comunitária e igualitária, e sim individual, porque “Deus não quer o sofrimento de ninguém. Pare de sofrer! Aqui você encontra libertação”.

Opentecostalismo e o neopentecostalismo fazem uma releitura do conservadorismo anticomunista e antiecumênico do protestantismo histórico (luteranos, batistas, metodistas e presbiterianos) adotando uma leitura bíblica literal (comunistas e ecumênicos são obra de Satanás), sem as inflexões das reformas doutrinárias e são proselitistas – a conversão dos não crentes à palavra bíblica é uma de suas principais missões. A diferença fundamental entre essas denominações está na pregação do sucesso financeiro e realização da Teologia da Prosperidade, por meio do dízimo e da oferta – base da ação das igrejas neopentecostais – sendo a pobreza o sinal da falta de fé do indivíduo e a riqueza o sinal da proximidade com o divino (a ponto de muitas vezes perceberem a ilegalidade, desde que acompanhada de prosperidade, como ação abençoada de Deus).

Em 1911, é criada a primeira igreja pentecostal brasileira, a Assembleia de Deus, seguida pela Congregação Cristã e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Em 1970, surgem as neopentecostais Igreja Evangélica Pentecostal Brasil para Cristo, Deus é Amor e Igreja Universal do Reino de Deus. As igrejas neopentecostais chegaram usando meios de comunicação em massa e copiaram o tele-radio-evangelismo norte-americano, adentrando com extrema facilidade nos territórios populares: pela pregação simples direcionada à conversão com ênfase forte na experiência do Espírito Santo e não na doutrina; pela centralidade das curas divinas em suas pregações e, principalmente, pela formação simplificada e autóctone de seus pastores (não é necessária a formação de longa duração em seminários, que garantam uma rígida doutrina teológica. Leigos que decidem pregar a palavra da Bíblia e tornam-se lideranças locais, congregando fiéis, podem ser considerados pastores).

A possibilidade de os leigos tornarem-se lideranças religiosas e políticas locais é um denominador comum da ação dos católicos progressistas e dos evangélicos neopentecostais, porém a disputa de sentidos de uma ação libertária é mais eficiente no campo neopentecostal que, desde a década de 1970, optou pela estratégia da comunicação de massa¹⁶. Com o uso das redes de informação cibernéticas (plataformas das redes sociais, *streamings*, *podcasts*) a percepção da liberdade alcançada pela prosperidade da família cristã tornou-se hegemônica no Brasil, para além dos espaços neopentecostais e dos territórios populares – mas a ausência do Estado e da Sociedade faz-se sentir muito mais nos mais frágeis territórios populares.

É um crescimento que inicia no território popular, avança para áreas mais centrais já com uma materialidade espacial monumental, carregada de simbologias cujo sentido levam a ideais conservadores, clássicos, tradicionais. E não apenas, avançam em espaços institucionais, tanto no Legislativo como no Executivo, ganham mercados na indústria, principalmente da comunicação, e ocupam o poder a ponto de eleger um presidente que acata suas pautas e modula o espaço brasileiro, tanto nas cidades como no campo e nas florestas a partir dessas psicofera e tecnofera evangélica, particularmente das igrejas neopentecostais.

Spyer (2020) elucida a ação desses grupos de neocristianismo nos territórios populares (recortes de espaços construídos por corpos em situação de extrema vulnerabilidade, que concentram grande maioria de população negra e pobre): tornou-se um meio de ascensão social pela promoção de um conjunto de valores – como educação, empreendedorismo e investimento mútuo para o crescimento econômico e político – e que o crescimento do cristianismo evangélico no Brasil tem menos a ver com pastores

¹⁶ A cultura evangélica pretende ser hegemônica no Brasil e relaciona-se muito fortemente com a economia de mercado. Seja através das Marchas para Jesus (Renascer em Cristo), da música *gospel* (*rock*, *rap*, *samba*), das feiras que reúnem fabricantes e negociantes do setor; tem-se também muitos jovens que se denominam “surfistas”, “metaleiros” e “skatistas de Cristo”. No Brasil atual, os evangélicos estão em destaque na mídia (TV, rádio e imprensa). Nessa cultura, facilmente se assimila a ideia de que a nação, o Estado brasileiro, necessita ser governado pelos representantes evangélicos – parlamentares, prefeitos e presidente (SANTOS, 2005).

oportunistas e carismáticos e mais com a influência das igrejas para melhorar as condições de vida dos mais pobres.

Essa é a mesma organização que deu aos pobres o direito de ocupar terras nas décadas de 1950 e 1960. A Igreja Católica foi fundamental na construção do direito do pobre à reforma agrária e urbana. Tornar-se católico à época era como ser o evangélico de hoje. É uma ação de suporte emocional, que passa pela religiosidade e pela polícia, ao mesmo tempo. A organização popular formada dentro das igrejas evangélicas funciona, assim como as CEBs, como micropolíticas de bem-estar social e de possibilidades de direitos.

Conclusão

Alcançar e acumular riqueza e “combater” a pobreza é um dogma presente na psicosfera de todo o sistema ocidental, está nos salões das castas e nos bailes dos territórios “outros”. É uma linguagem de guerra; a percepção da pobreza como um inimigo a ser vencido e a riqueza como “conquista” a ser apropriada. Toda a terra é apropriada, toda a natureza é recurso, e apenas a legalidade da terra apropriada pelo Estado limita o uso dos bens (dos objetos de uso próprio), ou a escravização de entes da natureza percebidos como recurso, de um proprietário.

Esse axioma do direito de apropriação infinita da natureza permitiu a acumulação de riquezas dos espaços escravizados e a apropriação dos bens dos colonos, daqueles que cultivavam as terras, e foi percebida pelas castas como avanço, ganho, progresso. Esse axioma legitimou um sistema econômico baseado na escravização de todos os entes considerados em estado de natureza (de humanos a minérios). A escravização na natureza percebida como coisa, objeto, recurso é o fenômeno de base que permitiu a emergência histórica da acumulação ilimitada de riquezas por poucas famílias herdeiras, em escala global.

A racionalidade técnica, dos planos, aparenta transformar a ação das castas pela “liberdade”, pela “democracia”, pela “participação”. O discurso transforma, o debate ganha novas palavras, mas o axioma é o mesmo. Muda-se, para manter o que aí está, diria Torres Ribeiro. Aprender sobre as transformações discursivas desses relatórios –

que disputam nos territórios fáticos (dos sujeitos corporificados) e cibernéticos (dos avatares das redes sociais) as condições de possibilidades de materializar mundos sem escravizar a natureza – pode ser um caminho para os territórios “outros” debaterem a modulação implícita das palavras de ordem do patrifamiliarcado. Exemplos: [1] por que a liberdade é a imagem do Ocidente? [2] por que a civilidade é ocidental? [3] por que racionalidade é científica, e não popular? [4] por que a educação conteudista é a base da meritocracia hierárquica liberal? [5] porque a sustentabilidade é do desenvolvimento?

A ocupação das igrejas neopentecostais é o liame sociotecnopolítico que hoje sustém grande parte da ação de proteção à vida nos territórios populares porque conseguiu estabelecer um sistema de objetos, isto é, uma rede de igrejas que ocupam sobremaneira esses territórios. Aproximadamente 14 mil igrejas evangélicas são abertas no Brasil e basta um caminhar por uma rua qualquer nos espaços dos territórios populares para comprovar essa afirmação (SPYER, 2020). É necessário compreender que na psicossfera as subjetividades não desaparecem, os sentidos presentes nos/dos territórios populares se sobrepõem, pelo excesso. As camadas de sentido contraditórias que se sobrepõem: de sem alma (subjetividades racistas); sem-terra (subjetividades hierárquicas, classe, herdade do patrifamiliarcado, urbanidade); libertação (subjetividade cujo sentido está no discurso de emancipação e autonomia das condições pretéritas nos territórios populares); e prosperidade (discurso de ascensão hierárquica das classes populares).

A ação socialmente necessária ante a crise climática e as mudanças das tecnopolíticas cibernéticas requer de todos o entendimento das condições pretéritas que se manifestam no presente. Somente a partir daí poderemos estabelecer uma rede de conversação para a construção, tanto individual quanto coletiva, tanto da família como da sociedade, tanto de progressistas como conservadores etc., de uma subjetividade libertária, próspera e, sobretudo, ecocêntrica. Esse sentido de um direito que abrange não apenas a dimensão da vida humana é uma demanda, um agir mais que socialmente necessário, dos nossos tempos e que ainda está para

ser construído, junto com os territórios populares, os mais frágeis nessa disputa contra o tempo e a favor da vida.

Referências

ALLEN, M. R.; DUBE, O. P. *et al.* Framing and Context. In: *Global Warming of 1.5°C*. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. 2018.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História* [online], v. 32, n. 63, 2012.

AMMAN, Sofia B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985.

BOFF, Leonardo. As eclesiologias presentes nas comunidades eclesiais de base. In: BOFF, Leonardo *et al.* *Uma igreja que nasce do povo*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, T. R. A população brasileira em 1850: uma estimativa. *Economia e Políticas Públicas*, v. 7, n. 2, 2019.

CEPAL. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. 4 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte#:~:text=Isso%20significa%20que%20o%20total,mais%20do%20que%20em%202019>. Acesso em: 26 maio 2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010 (1972).

DOMÉZI, Maria Cecília. *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução: Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HUXLEY, J. 1946. UNESCO: Its Purpose and Its Philosophy. UNESCO/C/6. Paris, UNESCO, available at: <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000681/068197eo.pdf>.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Um perfil sociológico da Diocese de Volta Redonda*. Pesquisa ISER – Diocese VR/BP, 1994.

MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MENDES, Candido. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. A política climática brasileira e seu potencial de judicialização. In: *Clima e Direitos Humanos: vozes e ações*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, p. 42-46, 2021.

PBMC, 2016: *Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas*. [Marengo, J. A.; SCARANO, F. R. (Eds.)]. PBMC, COPPE – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 184 p.

ROCHA, Laio. Entrar em um lugar que não cumpre função social porque está abandonado, não é invadir, é ocupar. *Revista Medium*, novembro 2016. Disponível em: <https://medium.com/@laio-rocha/entrar-em-um-lugar-que-n%C3%A3o-cumpr-fun%C3%A7%C3%A3o-social-porque-est%C3%A1-abandonado-n%C3%A3o-%C3%A9-invadir-%C3%A9-ocupar-89e7614e0c5a>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, Alberto Pereira dos. Cultura evangélica no território brasileiro. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo: 20 a 25 de março de 2005.

SANTOS, Ana Maria. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. *Revista Tempo* 7. Niterói: Editora EdUFF., 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TORRES RIBEIRO, Ana Clara. Território usado e humanismo concreto: mercado socialmente necessário. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo: 20 a 25 de março de 2005.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 247-278, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1984.

Gestos-fios: uma possibilidade de análise do cotidiano no lugar

Helena Rizzatti

Introdução

Propomos elaborar uma análise da periferia urbana a partir das ocupações de terra urbana, fundamentada principalmente no escopo teórico elaborado por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, com o intuito de demonstrar como o cotidiano desses lugares são prenhes de saberes, conhecimentos e *tecnologias da sobrevivência*. Compreendemos que a construção e manutenção da periferia urbana torna-se possível por meio de gestos-fios (RIBEIRO, 2005) e dos eventos geográficos (SANTOS, 2017 [1996]) que tecem o cotidiano que resiste e, ao mesmo tempo, reproduz o sistema capitalista-racista-patriarcal (FEDERICI, 2017).

Pretende-se, com esta proposta, escapar da “narrativa generalizante da periferia” (PATERNIANI, 2019) que silencia essas grandes áreas opacas (SANTOS, 2013 [1994]) do espaço urbano. Faz-se necessário enfrentar o desafio de analisar a periferia sem generalizá-la. Assim o faremos através de uma proposta de estudo do cotidiano do lugar, possível por meio de uma vida de relações sociais conflitantes, contraditórias e complementares – “as ondulações da tessitura social que se inscrevem no chão de historicidade” (RIBEIRO, 2005, p. 416).

Para isso, exporemos, neste texto, um conflito cotidiano da periferia urbana no país afora: os problemas com redes de distribuição de água. Tal conflito ocorreu na comunidade Cidade Locomotiva, localizada em Ribeirão Preto, município do interior do Estado de São Paulo, onde pudemos acompanhar o processo de remoção e reinstalação de parte da rede de distribuição de água.

A análise desse evento geográfico, composto por um conjunto de gestos-fios, nos permitiu refletir sobre elementos relacionados à *tecnologia da sobrevivência* (RIZZATTI, 2020); às desigualdades de gênero (SCOTT, 1989); e ao cotidiano da luta para a manutenção das ocupações de terras urbanas. Nesta exposição, apresentaremos os pressupostos teóricos que são a base para a análise que será feita.

Gestos-fios e tecnologia da sobrevivência: em busca do cotidiano do lugar

Por ser o espaço geográfico uma indissociabilidade, contraditória e complementar, entre configuração territorial e relações sociais (SANTOS, 2017 [1996]), estudar o processo de urbanização nos exige essa atenção em toda a sua trama. Da totalidade ao lugar, tem-se que compreender como vão se construindo um ao outro, sociedade e espaço. Desde o cotidiano do lugar, composto pelas relações entre sociedade, Estado e corporações indissociáveis das materialidades, se tece a urbanização brasileira (SANTOS, 2008 [1993]). Assim, adentrar a escala do lugar é encontrar como as estruturas dessa urbanização, compreendida como corporativa, se manifestam, sendo reproduzidas e *contrarrestadas* no cotidiano.

Consideramos que ao se alterar a escala tempo-espacial se alteram os tipos de desigualdades reproduzidas e produzidas no e através do espaço geográfico. As enormes desigualdades estruturais entre o Norte e o Sul global ganham roupagens específicas de suas formações socioespaciais, das regiões dentro do país, das cidades e dos lugares. No meio disso, está a periferia urbana, com suas diversas formas-conteúdo, dentre as quais nos focamos nas ocupações de terras urbanas.

A manutenção dessas ocupações só é possível devido ao acúmulo de saberes e conhecimentos durante os 30, 40, 50 anos, ou mais, de vida daqueles(as) que as constroem cotidianamente. Como escreve De Certeau (2003 [1990], p. 47), “muitas práticas cotidianas [...] são do tipo táticas [...] [e] dependem de saberes muito antigos”. Sobreviver através da ação espontânea, da “arte do fazer” e suas “táticas”, da “viração” (RIBEIRO, 2005), ou da “arte do contorno” (TELLES, 2015), por si, exige esse acúmulo que vai, na verdade, além do tempo

que essas pessoas viveram. Só é possível pela sobreposição de saberes pretéritos, que remetem a outros tempos, indicando, inclusive, a importância da comunicação para tal sobreposição e a coetaneidade entre passado e futuro. Como escreve Ribeiro (2005, p. 421):

A ação espontânea sustenta-se na comunicação e em saberes pretéritos [...]. Evidentemente, existe dominação da ação espontânea e preservada de aprendizados pretéritos, das relações hierárquicas e da vivência da escassez. Porém essa ação possui a capacidade de ir além do já concebido e previsto. Dos gestos-fios ‘impensados’ podem vir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais. Acrescente-se que o entendimento como ‘impensado’ por determinado segmento social pode simplesmente expressar a existência de racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente) dominante (grifos no original).

A partir disso, a compreensão geográfica do lugar aqui mobilizada foi sintetizada por essa autora como o encontro entre os vetores da modernização com a cultura dos lugares, que ela define também como unidade básica da vida social, composta pela densidade comunicacional, pela pedagogia da copresença e pelos laços sociais criados por experiências compartilhadas, sabores e gestos que estimulam a memória coletiva (RIBEIRO, 2013 [2005]). Enquanto os vetores da modernização são compostos pela velocidade, capacidade de convencimento, e modelagem dessa vida social (RIBEIRO, 2013 [2005]). Ou seja, são relações imbricadas.

Essa definição de lugar relaciona-se com as definições elaboradas por Milton Santos, que nos fornece duas propostas principais para pensá-lo: delimitando-o pelo encontro complexo entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1999); e compreendendo-o por meio das densidades técnicas, informacionais e comunicacionais, juntamente com os eventos geográficos que fazem a conexão espaço-tempo (SANTOS, 2017 [1996]). Na verdade, essas propostas enredam-se, pois as densidades técnicas e informacionais compõem parte das verticalidades – ou os vetores da modernização –, enquanto

a densidade comunicacional comporia parte das horizontalidades – a cultura do lugar, a unidade básica da vida social –, segundo Ribeiro (2013 [2005]).

Fundamentada nessa proposta, entendemos os eventos geográficos do lugar como manifestação das ações que respondem ao projeto e às intenções de sobrevivência da população pobre. Esses eventos seguem como uma mediação entre ações e objetos. A efemeridade deles não lhes tira a importância, pois o cotidiano nos lugares é composto por efemeridades, os gestos-fios, que costuram a sociabilidade (RIBEIRO, 2005).

Para captar tais gestos-fios, que tecem a sociabilidade na periferia urbana, e constroem os lugares, será analisada o que nomeamos de *tecnologia da sobrevivência*, que também compõe os eventos geográficos. Propomos a tecnologia da sobrevivência como a relação entre técnica, tecnologia, saber e conhecimento potencialmente criada pela população alijada do direito ao território. Ou seja, compreendendo a técnica como modos de fazer (SANTOS, 2017 [1996]). Como explica Ribeiro (2013 [2005], p. 84),

a técnica contém saberes práticos. Até mesmo a técnica considerada precária orienta a ação e o senso comum que moldam a vida dos lugares. Desprezá-la significa a subalternização daqueles que a dominam e que, com ela, conseguiram sobreviver até o momento da intervenção modernizadora.

Ainda segundo essa autora,

Estas outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais. [...] é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural (RIBEIRO, 2013 [2009], p. 198).

Em busca de captar e compreender essas outras formas de poder, propomos o termo *tecnologia da sobrevivência*, que considera como os saberes e conhecimentos permitem a implantação de técnica e tecnologia, por meio de objetos técnicos, construindo

enormes parcelas de cidades, em áreas centrais e distantes, e em períodos anteriores e atuais, conformando a periferia urbana.

Ana Paula Mestre (2015, p. 32) utiliza o termo *gambiarra* para pensar os “artefatos improvisados que cresceram em razão da necessidade da população pobre interagir com as novas tecnologias e pertencer à grande cidade”. Enquanto Michel De Certeau as denomina como “artes do fazer” que “constituem mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (DE CERTEAU, 2003 [1990], p. 41). Esse autor propõe “uma prática de dissimulação” compreendida como aquela feita a partir da “sucata”. E escreve que

longe de ser uma regressão para unidades artesanais ou individuais de produção, o trabalho com sucata (ou seus equivalentes) reintroduz [...] na ordem vigente as táticas ‘populares’ de outra e de outros espaços. [...]. Sem sair do lugar onde tem que viver [...] ele aí instaura *pluralidade* e criatividade (DE CERTEAU, 2003 [1990], p. 88 e 93).

Trata-se, a nosso ver, de inovações feitas por parte da população economicamente pobre, embora rica de conhecimento, criatividade, saberes e baixa tecnologia. Como explica a ativista que desenvolve projeto social no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, Thamyra Thâmara¹:

Baixa tecnologia são as gambiarras. Aquilo que a periferia já cria todo dia para resolver problemas de escassez ou de ausência do Estado, mas não é visto como tecnologia. Existe a ideia de que tudo que a periferia produz é ‘jeitinho brasileiro’, nunca inovação. A gente vê o gato de uma forma moralista, mas é inovação. **É tecnologia da sobrevivência** (2018, grifo nosso).

¹ Reportagem disponibilizada no *site* Huff Post Brasil, no dia 11 de junho de 2018, intitulada “Thamyra Thâmara: a mina que prova que a periferia é dona do conhecimento. *Hacker* social, ela criou espaço de compartilhamento no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro”.

Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/10/thamyra-thamara-a-mina-que-prova-que-a-periferia-e-dona-do-conhecimento_a_23455445/?utm_hp_ref=br-homepage&ncid=tweetlnkbrhpmg00000002. Acesso em: 25 junho 2018.

Dessa reportagem é que tiramos o termo utilizado aqui, devido à proximidade da nossa compreensão de que a periferia urbana aponta as racionalidades e modernidades alternativas; em vez de serem entendidas como antigas e inadequadas, elas são todo o contrário, elas são outra modernidade. Para realizar esta análise, enfatizaremos os gestos-fios (RIBEIRO, 2005).

procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-las; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lados dos consumidores (ou ‘dominados’?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (DE CERTEAU, 2003 [1990], p. 41, grifos no original).

Esses jogos com os mecanismos das disciplinas são compreendidos pelo autor como “tecnologias mudas [que] curto-circuitam as encenações institucionais” (DE CERTEAU, 2003 [1990], p. 41). Uma compreensão próxima ao que propomos como tecnologias da sobrevivência.

Nas palavras de Ribeiro (2005, p. 416) “no cotidiano e no lugar, gestos-fios costuram saberes à co-presença estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana”. E complementa que “o cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não dito, o invisível, o anônimo, e também sobre aquilo que duvida valer a pena dizer”. São o que a autora chama de “fazer sociedade”, ou de arte de “resolver” a vida, que carrega resistências, mas também contradições.

Sem dúvida, a arte de ‘resolver’ a vida pode conter elementos da servidão humana que marcam a desigual sociedade brasileira. Porém, esta arte possivelmente contém elementos, mesmo que embrionários, da autonomia que constrói o lado libertário dos sujeitos sociais. Assim, **o gesto solidário daqueles que lutam pela redução da desigualdade, no país, pode ser complementado pelo gesto de solidariedade originado da resistência dos praticantes dos lugares. Esta é uma complementaridade entre técnicas, valores e saberes, passível de incorporação nos processos transescalares e transculturais, que são intrínsecos ao desenvolvimento** (RIBEIRO, 2013 [2005], p. 85, destaques nossos).

Diferenciamos eventos geográficos de gestos-fios devido à importância dos acontecimentos do lugar que, “elaborados pela ação espontânea, ou seja, pela ação não planejada ou apenas singelamente concebida, são portadores dos valores compartilhados por um determinado povo, etnia, camada social ou grupo” (RIBEIRO, 2005, p. 417), como a autora define os gestos-fios. Enquanto os eventos geográficos são ações que resultam de um tipo de planejamento. Não se trata do planejamento estatal, ou econômico (MONTEIRO, 2007), mas são ações que precisam ser pensadas e calculadas previamente a sua efetivação.

Ressaltamos, entretanto, que se trata de uma diferenciação e não uma separação total. No evento geográfico analisado neste texto há um conjunto de gestos-fios que levam ao evento. Essa imbricação entre gestos-fios e eventos geográficos é a “arte de resolver a vida” que tece o cotidiano do lugar, o cotidiano praticado (SILVA, 2014). Como sintetiza Henri Lefebvre (1980, p. 250), “o cotidiano possui o privilégio de arcar com o fardo mais pesado. Se o poder ocupa o espaço que gera, o cotidiano é solo sobre que se erigem as grandes arquiteturas da política e da sociedade”. É o que poderemos observar no episódio que será analisado pormenorizadamente.

Propomos, assim, compreender as relações sociais como um acúmulo de formas sociais, ou seja, como parte do meio técnico, e vice-versa, o que permite a complexização da análise sobre a instalação e manutenção dos extensores urbanos, apenas e quando são feitos pela própria população que os utilizará. Como escreve María Laura Silveira (1999, p. 26):

[...] [as] contradições desenvolvem-se sobre heranças materiais e heranças organizacionais (que são também normativas), funcionando graças a formas técnicas e sociais. A situação [geográfica] é um cenário para as novas formas de produção e de vida, para as novas ações e para a implantação de novos objetos, respondendo a novas racionalidades, a novas intencionalidades, a novos futuros. Ela é feita de tempos que serão formas, condicionando, então, os eventos e acolhendo possibilidades.

Estamos interpretando o adjetivo “novo” não apenas para inovações tecnológicas, mas também para o novo que a cada dia

se constitui com a existência humana. Assim, a implantação ou replantação de *tecnologias da sobrevivência* traz novos conteúdos ao território usado porque, como nos fala M. Santos (2017 [1996]), a chegada de qualquer objeto ao espaço altera todo o território. Não é possível analisar os objetos fora de seu entorno, assim como não é possível existir um sistema de objetos sem um sistema de ação e, nesse, estão incluídas as relações sociais de poder. Ou, como preferimos nomear neste texto, a configuração territorial e as relações sociais estão intrínseca e constantemente relacionando-se e constituindo-se mutuamente para conformar o espaço geográfico.

Reinstalação da rede de distribuição de água na comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP): a tessitura do cotidiano

O lugar escolhido para realizar essa análise foi a comunidade Cidade Locomotiva, localizada nas proximidades do aeroporto, ao norte da cidade de Ribeirão Preto/SP. Essa área foi ocupada em fevereiro de 2014, após a remoção de uma ocupação anterior, no bairro Ribeirão Verde, também nas proximidades desse macrofixo de transporte. As principais lideranças da Cidade Locomotiva conheceram-se nessa ocupação prévia, que ocorreu no ano de 2013. Embora poucas famílias tenham acompanhado a chegada das(os) líderes na nova área, poucos meses após o seu início, foram para lá diversas famílias que estavam no Ribeirão Verde. Há, assim, uma considerável continuidade nessas ocupações, ampliando sua dimensão tempo-espacial.

Hoje, vivem nela 370 famílias (em torno de 1.000 pessoas) e, no momento, não está permitida a instalação de novas casas. Entretanto, há uma intensa dinâmica de chegada e saída de novas famílias, assim como de uma mesma família que sai da ocupação e posteriormente retorna. Constatação que também permite ver como se flexibilizam e se ampliam as fronteiras do lugar.

A ocupação possui esse nome pois foi instalada num terreno vazio, às margens da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), onde eram mantidos dezenas de vagões de trem abandonados. Parte deles foi transformada em entulho para o aterro da área, e outra parte – aproximadamente

dez vagões – foi transformada em moradia, utilizada principalmente pelas lideranças da área. Além disso, desde 2018, a comunidade possui a Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL).

Na Imagem 1, é possível visualizar o tamanho e a organização urbanística da área, assim como é visível a passagem dos trens em fluxo praticamente durante todo o dia, transportando, principalmente, açúcar. Também observam-se os vagões de trens próximos aos balcões industriais, nos quais algumas famílias expandiram a área de residência, conectando o vagão a uma construção em alvenaria (em destaque).

Imagem 1 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP).



Fonte: página do Facebook Cidade Locomotiva (2019).

O constante processo de instalação e manutenção das *tecnologias da sobrevivência* exige, majoritariamente, trabalho coletivo. Porém, chegar a esse coletivo não é um caminho fácil e linear, como pode parecer muitas vezes. É necessário acionar diversas estratégias. A partir de um certo momento da construção do lugar, quando já há minimamente acesso à água e à energia elétrica e as casas têm seus primeiros cômodos construídos, começa o processo de negociação entre associação, ou lideranças, e moradores(as) para dar continuidade à construção e manter o grau de união alcançado no início da ocupação.

Lembremos que, uma vez instalados esses sistemas básicos, a manutenção deles precisa ser constante, devido à baixa qualidade dos materiais utilizados, e mesmo da instalação. Por isso, a união é uma constante no cotidiano desses lugares, o que vai se tornando um desafio, e fonte de conflitos, para mantê-la. É importante considerar, também, que união não quer dizer ausência de conflito, ao contrário, refere-se mais à mediação deles do que a sua inexistência. Essa constatação é importante para reduzir a visão harmoniosa que muitas pesquisas sobre a pobreza urbana dinamizam.

Segundo as lideranças da AMCL, o valor cobrado com a chegada de uma nova família, teoricamente, corresponde a uma parte do que foi gasto na construção dessas infraestruturas. Diz-se teoricamente porque muitas famílias e pessoas, quando chegam depois do momento inicial da ocupação, e já foi construída essa estrutura básica, não buscam as lideranças, e se as buscam, não é obrigatório o pagamento, pois é uma sugestão feita e motivo de diversos conflitos. Algumas famílias não concordam em pagar, outras pensam que o pagamento deveria ser obrigatório, e outras, ainda, alegam não saber da necessidade de pagamento, entre outros motivos.

O episódio da vida cotidiana que analisamos aqui nos permitiu alguns vislumbres teóricos, como um evento geográfico (a reimplantação da rede de distribuição de água), que tem um médio período de duração. Entre a retirada da rede anterior e a instalação da nova, ocorreram diversos gestos-fios que foram possibilitando, ou dificultando, a ação mais planejada que é o evento geográfico (a reinstalação da rede). Esse processo perdurou de agosto de 2018 a fevereiro de 2019.

Embora a rede de distribuição de água já estivesse implantada em toda a Cidade Locomotiva, foi proposta, pelas lideranças, a remoção de parte dela, após acordo feito com a Prefeitura Municipal de Ribeirão, mais especificamente com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. A retirada da rede de uma parte da ocupação tinha a intenção de levar o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) a implantá-la de maneira formal e regular, com a instalação dos hidrômetros nas casas, e assim oficializar o pagamento desse serviço. Tal processo tende a

facilitar a regularização da área, por isso o interesse das lideranças em fazê-lo.

A retirada da rede de água ocorreu em agosto de 2018, porém, até o início de fevereiro de 2019, não havia sido feita a devida instalação do novo sistema pelo Daerp. Durante todo esse período, a população localizada na parcela da comunidade de onde removeu-se a rede teve que recorrer aos caminhões-pipas que, segundo o acordado com o órgão responsável, viriam duas vezes por dia (teoricamente em horários fixos, ou seja, às 10 horas da manhã e às 15 horas) levando, ao todo, 18 mil litros de água (um caminhão de 12 mil litros no começo do dia e um de 6 mil litros no final). Porém, inúmeras vezes, o caminhão-pipa não apareceu e a população chegou a ficar três dias seguidos sem receber água.

Os conflitos ocorridos nesse período foram inúmeros: moradores(as) especulavam que o caminhão tinha passado em uma rua, mas não em outra; ou que algumas pessoas enchiam suas caixas mais do que deviam e acabava a água dos caminhões (o órgão não disponibilizava mais água do que os 18 mil litros diários); ou que as lideranças não faziam os seus trabalhos de ligar para pedir o caminhão de água e eram responsáveis pela decisão de retirar o sistema que já estava instalado; ou se especulava sobre alguma família que estaria desperdiçando água ou fazendo mal uso. Frases como: “Eu vi, ontem à tarde, fulana jogando fora toda a água da caixa”, foram recorrentes no grupo de WhatsApp administrado pelas lideranças da AMCL. Enfim, expõe-se a inexistência da suposta dicotomia entre o espaço público e o espaço privado (espaço doméstico) (OKIN, 2008; SABATÉ *et. al.*, 1995).

Esse evento geográfico imbrica o público e o doméstico todo o tempo (OKIN, 2008)². A falta de água no que seriam os espaços domiciliares, que sobrecarregam os trabalhos domésticos

² Como explica Susan Okin (2008, p. 307), trata-se, na verdade, de uma separação – nunca dicotômica posto que possuem diversas imbricações – entre espaço público e espaço doméstico. Afinal, há inúmeras questões relativas, por exemplo, à família – que pertenceria somente ao espaço privado, numa visão dicotômica –, que ocorrem e/ou necessitam da esfera pública – que costuma ser definida como a do Estado e, ao mesmo tempo, como o que ocorre fora do espaço doméstico – ignorando a “natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, consequentemente, uma parte central das desigualdades de gênero”.

(FEDERICI, 2019), tendencialmente sobrecarregando as mulheres, precisava ser resolvida pelo Estado e/ou a ação coletiva da população do lugar, seja para a instalação da nova rede de distribuição d'água, seja para o envio dos caminhões-pipa.

Assim como ultrapassa os limites domésticos vividos por uma família, pois outras famílias necessitavam adentrar suas “propriedades” para encher as caixas d'água, quando não havia alguém da própria casa para fazê-lo. Esse âmbito do espaço doméstico, inclusive, os funcionários do Daerp nitidamente não ultrapassavam, pois, outra situação conflitante surgida nesse período foi a necessidade de ajuda física para encher as caixas d'água, pois o Daerp não disponibilizava um funcionário especificamente para isso, alegando, justamente, que não podia se responsabilizar em adentrar os terrenos das famílias. Então, a comunidade era responsável por adquirir, guardar e utilizar grandes e pesadas mangueiras para levar a água do caminhão-pipa até as caixas d'água.

Para realizar essa tarefa, eram solicitadas forças masculinas dos adolescentes e jovens, majoritariamente filhos das famílias monoparentais, com chefes mulheres, ou dos poucos homens adultos dispostos a ajudar, afora aqueles que faziam parte da AMCL. Reproduziam-se, assim, as características fomentadas pela construção social de gênero (SCOTT, 1989, p. 26).

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino.

Como será apontado à frente, essa compreensão generalizada é alterada no cotidiano do lugar.

Além disso, a falta de regularidade do horário de chegada dos caminhões-pipa dificultava a organização. Muitos domicílios, cujos(as) chefes estavam no trabalho, quando o caminhão vinha, tinham que contar com o apoio da AMCL e de outras famílias, muitas vezes seus vizinhos diretos, para que tivessem suas caixas d'água enchidas. Se não desse certo esse acordo, esses(as) chefes chegavam em suas residências no período da noite, depois de um longo dia de

trabalho, e mais algumas horas incômodas no transporte público, e não encontravam água para beber, ou tomar e dar banho, nem para fazer e servir o jantar para a própria família. Necessitavam, assim, contar com a ajuda de alguém para conseguir baldes d'água para tais fins. Os áudios de mães pedindo providências, com crianças chorando ao fundo, aconteceram inúmeras vezes. A constante presença feminina nesse trabalho é inegável.

Ocorreram, ainda, desentendimentos, que duraram dias seguidos no grupo de WhatsApp e, com a chegada das chuvas, em dezembro, que, além de causar os alagamentos, impediam a entrada dos caminhões-pipa pela possibilidade de atolar, vieram também as altas temperaturas do verão ribeirão-pretano. Acirraram-se os conflitos.

As mulheres tornaram-se as principais mediadoras desses conflitos, afinal, se são diretamente sobrecarregadas pela falta d'água, são elas que vão estalar os conflitos em busca de uma solução. Não obstante, também eram as principais organizadoras da dinâmica de distribuição da água, definindo as rotas que fariam os caminhões em cada dia, de modo que, se não fosse suficiente para todas as famílias, a quantidade de água, não ficassem sempre as mesmas sem o recurso.

Embora essas rotas não fossem tão bem definidas nem se alterassem tanto, tal organização era de fundamental importância. Costumeiramente, a população das ruas 2 e 3 tinha mais dificuldade para receber água do que a da rua 1, localizada mais próxima da entrada da ocupação. Assim, eram as mulheres, atentas ao momento de chegada do caminhão, que indicavam a rota a ser feita. Não havia um planejamento, por parte do Daerp, como, a nosso ver, deveria ocorrer.

Enquanto isso, no grupo do aplicativo WhatsApp e em reuniões presenciais no vagão social (sede da AMCL), eram levantadas opções, como a da população voltar a abrir valas nas ruas para implantar o sistema informal novamente. Consideraram, também, pagar o aluguel das máquinas para ajudar a abrir essas valas, porém era necessário comprar os canos e não haveria dinheiro suficiente. Um dos líderes, Baixinho, esteve constantemente ajudando na organização dos caminhões, tanto ligando para o Daerp todos os

dias, durante esses meses, quanto recebendo o caminhão-pipa e tentando entrar em contato com as famílias através do WhatsApp para que todas fossem atendidas. Porém, notamos considerável ausência das lideranças para organizar esse processo.

A nosso ver, são muitas as tarefas necessárias para manter uma ocupação. Entre participar das reuniões com o poder público local; buscar ajuda quando ocorrem alagamentos; cuidar dos seus problemas pessoais/familiares; tudo somado ao cansaço que vem da realização de todas essas atividades juntas, para quem vive no mesmo lugar que essas pessoas e também está sem acesso à água. Nesse período, a líder e presidente da AMCL, Jucilene, contraiu dengue, o que nos pareceu desestruturar a possibilidade de uma ação mais efetiva por parte da AMCL. E como se relaciona com outro importante líder da comunidade, Platinir, seu adoecimento reduziu ainda mais a capacidade de organização dos associados. Nota-se como a manutenção desses lugares é uma demanda que exige constante acúmulo de saberes e conhecimentos, além de muita força.

Assim, ainda em dezembro de 2018, duas moradoras se dispuseram a fazer uma “vaquinha” para comprar os canos, porém, explicaram que, se iam cuidar da atividade de organizar e juntar o dinheiro, seria função dos homens abrir as valas para implantar a canalização. Em uma tarde, conseguiram juntar os R\$ 400,00 necessários para a compra do encanamento, entretanto, a abertura das valas não foi realizada e começou-se a questionar, através do grupo no aplicativo, para onde tinha ido o dinheiro juntado. Especulou-se, inclusive, que elas teriam feito compras pessoais, pois teriam sido vistas chegando na comunidade com “sacola de mercado”. As duas moradoras, Elza e Soraia³, que organizaram a “vaquinha”, se sentiram ofendidas e devolveram todo o dinheiro recolhido família por família. E o que estava próximo a ser resolvido voltou à estaca zero.

Passadas mais algumas semanas, ainda com longas ondas de calor assolando a cidade e chuvas torrenciais causando alagamento no local, novamente os conflitos se acirraram. Apresentamos, no Quadro

³ Esses nomes foram alterados, pois a relação da pesquisadora com as lideranças da AMCL foi mais orgânica do que com o restante dos(as) moradores(as).

1, a fala, em formato de áudio no grupo do aplicativo, de uma das responsáveis por fazer a “vaquinha” para a compra dos canos.

**Quadro 1 – Fala de moradora da Cidade Locomotiva
(Ribeirão Preto/SP).**

ELZA

*No começo, eu mais a Soraia fomos para rua, conversamos com os morador, gente aqui da rua 1 colaboraram sim com os dez reais que era pra pagar os canos, tem gente da rua 2 também, duas pessoas da rua 2 que colaboraram que viram a nossa luta. Só que tipo assim, quando passou quinze dias começaram a jogar piada, falando que a gente tava passando com a sacola do mercado com o dinheiro deles. Só que não, a gente provou que a gente não gastou o dinheiro de ninguém, que a gente saiu devolvendo cada dez reais que a gente tinha pegado. Mas aí, tipo assim, um quer, dois quer, três quer, quatro quer, mas fica aí todo mundo de bracinho cruzado olhando pra nossa cara, aí desse jeito não dá né. **Porque, se for pra cavar, nois tamos aqui, nois somos muié, a gente cava essa porra também, entendeu, desculpa da palavra, só que se as muié cai na luta pra cavar, pra puxar cano e os homi fica tomando cerveja aí fica difícil né, aí fica difícil. Vamos ver como é que vai ficar essa situação. Porque falar é fácil, quero ver fazer. Eu quero ver é lutar, arregaçar a manga e ir pra luta. Vamos arregaçar as mangas e vamos arregaçar essas ruas aqui, com picarete, no sol quente o dia inteiro. Vamos ver se nós tem coragem ou não tem, a gente mostra que a gente tem sangue na veia ou não tem.***

Fonte: Rizzatti (2020).

As desigualdades das relações de gênero escancaram-se nessa fala de Elza e podíamos expor algumas dezenas de outras falas com o mesmo potencial. A essência da “mulher universal” (SAFFIOTH, 2015 [2004]), a que tanto se recorre, ainda, e no governo atual do país, podemos dizer a que se recorre ainda mais⁴, é dilacerada por

⁴ Reportagem intitulada “Fala de ministra [da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] sobre ‘meninos de azul e meninas de rosa’ é questionada por psicólogos e educadores”, site *O Globo*, 3/01/2019. (Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/fala-de-ministra-sobre-meninos-de-azul-meninas-de-rosa-questionada-por-psicologos-educadores-23343556>. Acesso em: 26 junho 2019.)

essa fala. Há um nítido enfrentamento ao que Tereza de Laurentis (1987) define como tecnologias de gênero, que é a naturalização dos corpos gendrados⁵. Ou seja, a naturalização de que o corpo da mulher é naturalmente frágil e o do homem naturalmente forte.

Elza é mãe monoparental (“mãe solteira” ou “mãe solo”, como têm reivindicado alguns movimentos feministas) e responsável por quatro crianças e está constantemente atenta ao que se passa na comunidade. Sempre que pode, participa das ações de luta da AMCL, e sempre que o acúmulo de funções de ser mulher, de baixa renda, chefe de domicílio monoparental e negra lhe permite.

Associar mulheres, que constroem suas casas (com a ajuda de amigos, amigas e familiares, o que aponta a copresença e a densidade comunicacional necessárias para a manutenção desse círculo de relações e para a dinamização dessa solidariedade), constroem o lugar onde vivem, criam filhos de sangue ou não, participam ativamente da luta, a um imaginário frágil é uma importante demonstração da necessidade de alterar as tecnologias de gênero e desconstruir a construção social de gênero⁶.

Seguindo nosso relato, finalmente, em fevereiro de 2019, foram realizadas as obras de implantação da rede de água pelos(as) próprios(as) moradores(as) com a participação de homens e mulheres para cavar as valas e acomodar os canos. Ainda assim, as mulheres é que seguiram organizando a população através do grupo de WhatsApp até a finalização desse evento geográfico. E contaram com a ajuda da AMCL, tanto nas obras quanto na sua organização.

Como escreve Linda McDowell, “las mujeres han desempeñado siempre un papel fundamental en todo lo relacionado con la reivindicación del acceso a bienes y recursos que se hallan desigualmente distribuidos en el plano espacial por las actuaciones políticas locales” (MCDOWELL, 2000, p. 171).

⁵ O termo gendrado é um neologismo com origem na palavra gênero, que ainda não foi inserido no dicionário, embora diversos textos que veiculam as teorias feministas o manejem há décadas. O corpo gendrado é o corpo formatado segundo as normas do ser mulher ou do ser homem, buscando diferenciá-lo das características do corpo sexuado, que terá uma relação única com as características biológicas (SAFFIOTI, 2015 [2004]).

⁶ Não queremos com isso dizer que as mulheres negras são naturalmente fortes, estamos aqui questionando a associação entre o gênero feminino com as características colocadas pela construção social de gênero (SAFFIOTI, 2015 [2004]).

Trata-se do que Joan Scott (1989) explica sobre a capacidade de alteração das relações sociais de poder a partir de mudanças organizativas das próprias relações de gênero:

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989, p. 21).

E a autora aponta ainda para a possibilidade de gestação de outros futuros possíveis, por ora utópicos, a partir dessas mudanças, por ora efêmeras, nas relações sociais de poder. Ela escreve que

essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que **o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça** (SCOTT, 1989, p. 29, destaques nossos).

As relações sociais de poder ao redor do gênero levam também, mas não apenas, à reprodução das suas desigualdades, como verificamos em parte do episódio aqui relatado, devido à sobrecarga que resolver o problema de distribuição da água causou às mulheres. Concomitantemente a isso, essa organização também possibilitou algumas alterações, mesmo que momentaneamente, dessas relações sociais, ao ser diretamente questionada a manutenção das desigualdades de gênero na fala de Elza (Quadro 1). Tal enunciação demonstra a compreensão dessa desigualdade, essencial para que seja superada.

O evento geográfico aqui analisado, a reinstalação de parte da rede de distribuição de água na comunidade Cidade Locomotiva, é composto por gestos-fios que, ao serem analisados (debates no grupo do WhatsApp, decisões sobre qual ordem de casas será seguida para o enchimento das caixas d'água, decisão de quem pode ajudar a carregar as mangueiras, entre outros), permitem compreender diversos conflitos do cotidiano da periferia urbana que perpassam desde a construção da cidade até a construção social de gênero.

Considerações finais

No processo de urbanização brasileiro, a construção dos sistemas técnicos de infraestrutura urbana, de maneira formal e regular, nas áreas voltadas para a população de mais alta renda e majoritariamente branca, os espaços luminosos (SANTOS, 2017 [1996]), se dá estrategicamente distanciando quem a planeja de quem a implanta e de quem a usa. Assim, os possíveis tensionamentos das relações sociais de poder são mais limitados, posto que esse processo de construção do lugar é orientado pelos manuais neoliberais e urbanísticos, sem exigir uma organização conflitiva, e geradora de mudanças, para sua realização. Sem embargo, é possível realizar pesquisas ao redor das relações sociais também nesses lugares onde reside a população rica das cidades, assim como das lógicas que organizam esses espaços e, logo, também organizam suas relações sociais.

Enquanto na construção dos espaços opacos (SANTOS, 2017 [1996]), o processo de implantação da relativamente simples (e essa relatividade vem do maior nível de complexidade dos objetos que se instalam nos pontos luminosos da cidade) rede de distribuição de água pode revelar alterações nas relações sociais de poder. Aqui destacamos aquelas ao redor das desigualdades de gênero, como a que é difundida na sociedade através da construção social de gênero. Notamos a possibilidade de alterações (ainda que efêmeras) das relações sociais no cotidiano dos lugares, através da análise dos seus eventos geográficos e gestos-fios, realizando, assim, um estudo que busca compreender as relações sociais tal qual se dão no cotidiano, ou seja, de maneira mais complexa do que uma análise que trata o que compreendemos por sociedade como uma caixa fechada, lisa, regular e única.

Todos os gestos-fios apresentados e analisados, as ações não planejadas de diariamente auxiliar na distribuição de água em cada casa, de organizar uma “vaquinha” para a compra do encanamento, de pedir ajuda aos vizinhos para carregar a mangueira são ações cotidianas que precisam ser analisadas nas pesquisas que buscam compreender a periferia urbana brasileira em suas pormenoridades.

Quanto ao evento geográfico, planejado, de remover parte da rede de distribuição de água para uma reinstalação formal e regular da mesma, nota-se a possibilidade de aprofundar o entendimento da construção da periferia urbana em seu cotidiano. Ao nos debruçarmos sobre esses curtos e efêmeros acontecimentos nota-se que resultam em importantes ações para a manutenção da vida nesses lugares e para a luta pelo direito ao território (SANTOS, 2014 [1987]).

Assim, consideramos de grande relevância para o estudo do espaço geográfico a análise desses acontecimentos espontâneos, efêmeros, repetindo o escrito por Ana Clara Torres Ribeiro (2005, p. 421): “Dos gestos-fios ‘impensados’ podem vir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social”.

Referências

- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003 [1990].
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- LAURENTIS, Teresa de. *The technology of gender*. Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction, p. 1-30. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- LÉFÈBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORRACHIO, M. M.; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade*: leituras de introdução à sociologia. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1980.
- McDOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar*: Un estudio de las geografías feministas. Traducción: Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.
- MESTRE, Ana Paula. *Sentidos da modernização na periferia da metrópole*: o consumo de energia elétrica na economia dos pequenos em Heliópolis-SP. 2015, 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – IG, Unicamp. Campinas, 2015.
- MONTEIRO, Circe Maria Gama. O planejamento: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, n. 1(2), v. 1, p. 40-54, maio, 2007.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra*: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese (Doutorado em Antropologia

Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais. Brasília, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida. In: RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005], p. 75-89.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2009], p. 213-224.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje: leituras da experiência urbana. *Cadernos CRH*, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

RIZZATTI, Helena. *Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas*. Tese (Doutorado em Geografia) – Unicamp. Campinas, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas características de análise. *Cadernos IPPUR*, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008 [1993].

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2017 [1996].

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989. 35p.

SILVA, Catia Antonia da. Um desafio epistemológico e metodológico: por uma geografia das existências. In: SILVA, C. A. *Pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 13-26.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica. *Revista Território*, ano IV, n. 6, p. 21-27, jan./jun. 1999.

TELLES, Vera da Silva. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia Pereira; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

EIXO V

Cultura e Mutações espaciais

Em defesa da Justiça Territorial Urbana: o direito à autorrepresentação simbólica

Ivaldo Lima

Apresentação

As utopias necessárias não são exatamente utopias, mas lugares projetados por sujeitos plenos que buscam a liberdade e a felicidade. Nestes lugares, a ordem urbana não mais expressaria, somente, os valores éticos e estéticos das classes dominantes. (RIBEIRO, 2013, p. 232)

Em primeiro lugar, registramos a imensa satisfação de podermos tecer alguns comentários em torno do pensamento social crítico de Ana Clara Torres Ribeiro. Alertamos que o recorte mais amplo do texto é delineado pelas entradas analíticas da sociologia urbana. Quanto à estruturação, este trabalho é iniciado com um depoimento acerca do encontro entre um geógrafo e uma socióloga, à moda de uma egogeografia¹, ou seja, como um itinerário reflexivo do aprimoramento científico comentado e conjugado na primeira pessoa do singular, contextualizado academicamente pela copresença de notáveis cientistas sociais; em seguida, o texto é enredado pelos meandros históricos do encontro entre as disciplinas Geografia e Sociologia, à moda de uma

¹ Termo cunhado por Jacques Lévy (1995) no livro *Egogéographie. Matériaux pour une biographie cognitive*, concernente à trajetória biográfica dos geógrafos pelos seus espaços vivenciais e aos personagens e suas ideias implicadas nessa caminhada. A leitura de biografias pode se revelar vantajosa para o conhecimento de uma disciplina, enquanto “a prática da autobiografia é igualmente muito importante uma vez que se trata de um exercício rigoroso e crítico de reflexão epistemológica e ontológica conjugada na primeira pessoa” (BÉDARD, 1997, p. 95). Autorrefenciada à carreira de um pesquisador, a egogeografia é reflexiva e implica a articulação das dimensões biográfica e científica, nesse sentido, a egogeografia não deixa de ser a busca por um sujeito epistemológico (CALBÉRAC; VOLVEY, 2014).

epistemologia crítica² que se foi desenhando desde a virada do século XIX até os dias que correm.

Destarte, o diálogo entre a Geografia e a Sociologia torna-se o eixo vertebral do texto. Na primeira seção, abordam-se os encontros entre as duas disciplinas, desde a virada do século XIX até as duas primeiras décadas do século subsequente. Numa primeira subseção consideram-se as marchas e contramarchas do diálogo científico entre Paul Vidal de La Blache e Émile Durkheim, bem como é convocada a obra do francês Pierre George, *Sociologia e Geografia*, de 1966, para ilustrar a retomada daquele diálogo inaugural. Na segunda subseção, o contexto brasileiro é trazido à baila para iluminar a relação entre Geografia e Sociologia, desta feita, através do diálogo profícuo entre Milton de Almeida Santos e Ana Clara Torres Ribeiro.

Na segunda seção do texto, alguns conceitos teóricos inscritos no diálogo entre Ana Clara e Milton Santos são referenciados, almejando uma atualização do diálogo entre Sociologia e Geografia à luz do conceito de espaço liminar, debatido pelo geógrafo Angelo Turco; outrossim, é retomado o elenco de direitos urbanos sistematizado e discutido pelo geógrafo e sociólogo Jordi Borja. Ainda nessa seção, uma metodologia teórica é praticada com o intuito bastante específico de imbricar a liminaridade do espaço com o direito à autorrepresentação simbólica na cidade contemporânea, tomando-se como parâmetro basilar a tensão entre ética e estética. Na terceira e última seção, aplica-se essa metodologia teórica à arte pública do grafite nas micropaisagens visuais da cidade do Rio de Janeiro. A decolonialidade, por seu turno, é o balizador epistemológico dessa metodologia. Para tanto, o debate crítico de um marcador social específico é encerrado na galeria de grafites antirracistas apresentada, aplicando-se uma hermenêutica da paisagem ancorada na pequena percepção e na competência estética.

² Entendendo-se essa epistemologia como um retorno crítico à teoria que, por sua vez, garante o *aggiornamento* validado da própria teorização que se pretende aplicar à realidade.

Por fim, o texto é arrematado por considerações que articulam o pensamento crítico de Ana Clara Torres Ribeiro, nos termos teóricos e metodológicos discutidos nas seções antecedentes, com o horizonte ético da justiça territorial, oportunizado pelo exemplo dos grafites antirracistas elencados e analisados. Desse modo, uma atualização do pensamento social de Ana Clara tendo em vista o diálogo vibrante que ela estabeleceu com a geografia se pretende traduzir em nossa escrita.

1. À guisa de introdução: uma breve egogeografia

A egogeografia permite um olhar retrospectivo sobre a produção científica de um autor, baseada na ideia principal de reflexividade que, por seu turno, implica uma deriva que rompe fronteiras, “ela diz o cognitivo do afetivo, e inversamente; o subjetivo do objetivo, e inversamente”. (LÉVY, 2014, p. 33)

Ana Clara Torres Ribeiro participara, desde fins dos anos 1970, de uma pesquisa sobre a expansão da fronteira de recursos na Amazônia, sob a coordenação da professora Bertha K. Becker, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Meu primeiro contato com Ana Clara foi mediado, então, por minha orientadora Bertha Becker, lá pelos idos de 1985. A partir dali nossa aproximação com o pensamento de Ana Clara se foi estreitando especialmente por intermédio das conversas com a professora Julia Adão Bernardes, naquela mesma época e no mesmo departamento da UFRJ. No âmbito universitário, inumeráveis intelectuais se foram agregando à admiração e ao entrosamento que eu entretecia em direção à obra de Ana Clara, dentre os quais devo mencionar os nomes de Leila Christina Dias, Tamara Egler, Lia Osório Machado e Ester Limonad.

Logo, no curso de pós-graduação *lato sensu* em Sociologia Urbana que realizei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1987, a mediação da socióloga Amélia Rosa consistiria em mais um passo firme na familiaridade que eu construía em torno da obra acadêmica e com a pessoa de Ana Clara. De um modo mais formal, a disciplina Sociologia Urbana e Geografia, coordenada pela professora Ana Clara e que

realizei no curso de Mestrado em Geografia na UFRJ em 1988, representou o coroamento de meus estudos, daquele momento em diante, inextricavelmente balizados pelo pensamento social crítico contido na obra da professora. O contato pessoal do geógrafo com a socióloga foi convertido pouco a pouco numa tessitura intelectual: a trama de ideias adquiria cada vez mais uma urdidura acadêmica refinada, e, sobretudo, amiga. O embrião de uma egogeografia se insinuava e me lisonjeava.

Desde o início dos anos 1990 aprofundei a convivência profissional com a professora Ana Clara, dessa feita, já na condição de professor do Departamento de Geografia da UFF. Ressalto a participação de Ana Clara no evento “A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável”, organizado por Bertha Becker junto à União Geográfica Internacional (UGI) e realizado em 1995 no Rio de Janeiro. Dos incontáveis encontros acadêmicos, destaco ainda o compartilhamento com Ana Clara Torres Ribeiro, Carlos Vainer e Carlos Walter Porto-Gonçalves da banca examinadora da tese doutoral do geógrafo Renato Emerson dos Santos, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, em 2006. Durante o ano de 2008, junto ao Observatório de Favelas, no âmbito do Projeto Rio-Democracia, fomentado pela Petrobras e coordenado pelos geógrafos Jorge Luiz Barbosa e Jailson de Souza e Silva, compartilhei a consultoria do projeto com a professora Ana Clara, num proveitoso debate crítico sobre os desafios dos direitos humanos na metrópole carioca, 20 anos após a promulgação da Constituição de 1988.

No primeiro semestre de 2011 fui convidado por Ana Clara para compor o comitê científico e a coordenação de um grupo de estudos do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), entidade da qual a professora fora eleita presidente na assembleia desse mesmo encontro. Por fim, em outubro daquele ano, seria a professora Ana Clara quem redigiria a carta de recomendação à CAPES para que eu realizasse um curso de pós-doutoramento na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), tendo sido esse o nosso último contato pessoal.

2. (Re)encontros da Geografia com a Sociologia

Não tem a geografia o direito de ser dona do espaço, nem a sociologia o de ser dona da sociedade. As duas devem manter entre si um diálogo que não seja corporativista, mas sim aberto para incógnitas.
(RIBEIRO, 2012a, p. 6)

Nesta seção, dedicaremos algumas linhas ao diálogo travado entre a Geografia e a Sociologia, a partir do debate pioneiro ensejado pelo geógrafo Vidal de La Blache (1845-1918) e o sociólogo David Émile Durkheim (1858-1917), no momento que ambas as disciplinas debutavam sua institucionalização na França. Também na França, buscaremos o exemplo do geógrafo Pierre George (1909-2006) que escreve um livro, na década de 1960, abordando transversalmente a Geografia e a Sociologia, como quem buscasse suprir lacunas deixadas pelo diálogo original entre Vidal e Durkheim. Por fim, traremos para a cena epistemológica, o denso diálogo entre a sociologia de Ana Clara Torres Ribeiro (1944-2011) e a geografia de Milton Santos (1926-2001), visando contribuir para a atualização desse pensamento transdisciplinar.

Vidal de La Blache e Émile Durkheim, na virada do século XIX

O debate estabelecido entre a geografia de Paul Vidal de La Blache e a sociologia de Émile Durkheim vem sendo analisado há tempos pelos geógrafos, como atesta o trabalho de Vincent Berdoulay (1978). Inobstante, fricções no diálogo entre esses autores podem ser rastreadas no tom de resposta que alguns trabalhos de La Blache denotam em relação à abordagem sociológica de Durkheim, como no exemplo do seu texto “As condições geográficas dos fatos sociais”, no qual há um diálogo subliminar com a sociologia (HAESBAERT; PEREIRA; RIBEIRO, 2012). As trajetórias acadêmico-científicas de La Blache e Durkheim os levaram a se encontrarem num debate epistemológico no qual o lugar da geografia humana estava em disputa, de tal forma que, segundo Álvaro Donegá Jr. e Antonio Carlos Vitte:

Durkheim, ao propor a emancipação da sociologia, argumentava que a morfologia social deveria se ocupar do estudo da forma

exterior e material da sociedade; o que conflitava com as ideias de La Blache, que, procurando diferenciar a geografia da história, defendia que a geografia humana possuía suas características próprias, as quais, todavia, mantinham relações com a sociologia (DONEGÁ JR.; VITTE, 2017, p. 1).

De acordo com Ruy Moreira, liderada por Paul Vidal de La Blache, a escola francesa de geografia manteve o empirismo próprio da disciplina até então, apoiando-se no funcionalismo, por via do qual absorve o positivismo. Interlocutor constante de La Blache com quem sustenta longo e produtivo debate acadêmico, Émile Durkheim dirá em seu *Método de Investigação Sociológica* que os processos sociais são relações entre coisas, compreendendo cada qual como parte de um todo orgânico e harmônico. A sociedade é concebida como um todo unido, um conjunto, uma unidade solidária, estável e harmônica. “A sociedade assemelha-se, portanto, a uma orquestra, na qual nenhum instrumento pode desafinar sob a pena de quebrar a harmonia do conjunto” (MOREIRA, 1982, p. 36-37).

Por seu turno, o historiador Lucien Febvre escreveu uma obra que se tornou clássica, *A Terra e a evolução humana*, na qual “apresenta e defende as ideias de La Blache, confrontadas com as de Ratzel, desenvolvendo-as e defendendo-as das críticas levantadas contra a Geografia Humana, por E. Durkheim” (MORAES, 1991, p. 79). A morfologia social durkheimiana não fora plenamente integrada à geografia lablachiana. Com forte carga naturalista, a geografia de Vidal de La Blache “fala de população, de agrupamento, e nunca de sociedade; fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais; fala das técnicas e instrumentos de trabalho, porém não do processo de produção” (MORAES, 1991, p. 72). Em suma, essa geografia discute a relação homem-meio sem abordar propriamente as relações sociais, pois interessavam-lhe as marcas da ação humana na paisagem menos que a ação humana em si.

No plano mais amplo da epistemologia, o uso particular de categorias é diametralmente oposto entre La Blache e Durkheim. Quanto à condição da sanção social em resposta à transgressão, a conduta de Durkheim visava dar à ciência social instrumentos metodológicos capazes de torná-la tão objetiva e positiva quanto as ciências empírico-formais. “Nesse sentido, Durkheim

reavivava o modelo de ciência kantiano. A epistemologia vidaliana tinha os discípulos de Durkheim como seus principais adversários” (GOMES, 1996, p. 207). Nesse contexto, a relação da geografia com a sociologia encontrou fricções epistêmicas. “A desconfiança com relação à sociologia e suas aspirações, a insegurança nos próprios fundamentos, facilitou uma impossível proposta de disciplina [geográfica] entre o natural e o social” (VALCÁRCEL, 2000, p. 545). Contudo, o autor frisa: “o espaço que interessa à geografia é um espaço social e só social. O que não quer dizer que seja um espaço sem componentes físicos ou naturais” (Idem, p. 543).

Pierre George, em meados do século XX

Segundo Pierre George, o objeto de um estudo epistemológico intitulado *Sociologia e Geografia* consiste em definir o campo, os métodos e os conceitos de ambas as disciplinas, uns em relação aos outros. A organização das cidades e das regiões urbanizadas, ou seja, o urbanismo e a urbanização do território, são dois campos que correspondem a duas dimensões do espaço vivido e que exigem, de modo muito especial, o trabalho conjunto de análise e prospecção associando geografia e sociologia. O urbanismo é a maneira de conceber e realizar as cidades (GEORGE, 1969, p. 164). Para esse geógrafo, uma paisagem humanizada nada mais é do que uma sociedade vista em seu quadro de vida que essa mesma sociedade amolda em certa medida dependendo de sua utilização desse quadro e de sua capacidade em gravar sua marca (GEORGE, 1969, p. 181).

Os pontos de contato entre geografia e sociologia se efetuam quando se trata de descrever, circunscrever e enumerar os grupos sociais, ou então, quando o objetivo é definir uma sociedade global em si mesma e em relação ao seu espaço (GEORGE, 1969, p. 26).

Com base nessas considerações, deduz-se que o geógrafo francês empreende um esforço de habilitar o diálogo entre geografia e sociologia em outro patamar que reconheça a inevitabilidade do intercâmbio, a um só tempo temático, teórico e metodológico.

Configura-se, assim, o reencontro entre as duas disciplinas científicas com uma proposta francamente transdisciplinar.

Milton Santos e Ana Clara Ribeiro (2011), preparando o século XXI

Desde as resistências lablachianas às noções de fato social e de morfologia social presentes na sociologia de Émile Durkheim, Marcel Mauss e seus discípulos até a porosidade conceitual entre território usado e território praticado, passando pelo intercâmbio epistêmico das noções de espaço (do Milton Santos para a Ana Clara Ribeiro) e de ação (de Ana Clara para o Milton), redesenham-se em novos moldes a transdisciplinaridade entre geografia e sociologia. A declaração de Ana Clara em relação a esse esforço transdisciplinar é cristalina:

Eu não conheço a teoria da Geografia para ser uma geógrafa; eu conheço a teoria da Sociologia. Eu digo *conhecer* no sentido de poder tomar decisões autônomas, pois eu penso que isso é conhecer efetivamente teoria. [...] Eu realizo um diálogo com a obra de Milton Santos, pois ela é supradisciplinar na medida em que é filosófica, um estudo filosófico, político, metodológico, epistemológico: situa-se em um patamar que é o patamar da existência, um patamar do homem e as suas circunstâncias, um patamar de valores, um patamar de projetos para o futuro da sociedade e projetos de sociedade para o futuro. [...] Milton Santos trabalhava, em ‘A Natureza do Espaço’ a questão ontológica do espaço, a bidimensionalidade do sistema técnico e do sistema de ação. Assim, o sistema de ação é uma entrada analítica diretamente vinculada, no meu modo de ver, à problemática da existência e à questão do projeto (RIBEIRO, 2014, p. 30-31. Grifos no original).

O diálogo entre disciplinas corresponde a uma imposição do presente na obra de Milton Santos, bastando citar, nesse sentido, “a compreensão do espaço como sistema de objetos e sistema de ações ou a tensão dialética criada pelos conceitos de tecnosfera e psicosfera” (RIBEIRO, 2006, p. 130). Noções, categorias e conceitos apreciados e fortalecidos, tanto por Ana Clara quanto por Milton Santos, lançam-se em afinado cortejo epistêmico. Ambos tratam de espaço opaco e espaço luminoso, de espaço banal e

de cotidiano; referem-se a homens lentos, à existência e à ação social (desdobrada em cartografia da ação, sistemas de ações, sujeito da ação etc.). Por conseguinte, admite-se “a necessidade de valorizar o conceito de espaço usado proposto por Milton Santos. [...] O território usado aproxima-se teoricamente do espaço banal, o espaço que é de todos e de todas as práticas, incluindo as solidariedades e o agir comunicativo” (RIBEIRO, 2011, p. 27). Para a autora, a reflexão sobre territórios da sociedade “surtiu do diálogo, muitas vezes apenas implícito, entre geografia e sociologia” (RIBEIRO, 2011, p. 19). Sobre o título da conferência que proferiu por ocasião do concurso público para professora titular no IPPUR/UFRJ, Ana Clara esclarece:

E resolvi dar um nome à conferência, porque eu sempre uso dois pontos, sempre tenho que dizer alguma coisa a mais. Então, ficou assim: ‘por uma sociologia do presente’. Depois, vi que o livro *A Natureza do Espaço*, de Milton Santos, tem todo um segmento para refletir sobre a geografia do presente. Achei, inicialmente, que não havia me inspirado nele, mas depois, pensando bem, percebi que devia ter sofrido alguma influência sim (RIBEIRO, 2012b, p. 85).

Assim, tem-se a impressão de que uma geografia dos sujeitos corporificados de direitos se transfunde numa sociologia das existências. A trama teórico-metodológica da geografia e da sociologia se enriquece em decorrência desse cortejo de ideias que enlaça ambas as disciplinas. Milton Santos lembra que os pobres, homens comuns, “os homens ‘lentos’ acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, [...] inseridos que estão num processo contraditório e criativo” (SANTOS, 1994, p. 84-85). Nessa direção, sobre a arte de resolver a vida, Ana Clara entende que o homem lento, “o sujeito de suas carências, é mais do que as suas necessidades, ou melhor, do que a escassez a que se encontra submetido. Ele é, em sua inteireza, cotidiano e espaço corporificado (lugar), necessidade e luta, carência e anseio de liberdade” (RIBEIRO, 2006, p. 137). E mais:

Nem tudo está determinado e é isso que constrói o lugar e é isso que constrói o cotidiano. [...] Os homens lentos têm uma sagacidade especial, mesmo porque se não a tiverem não sobrevivem. [...]

Mas, os homens lentos têm que saber muito bem onde se localiza o guarda, onde tem comida que sobra, têm que saber muito bem onde as coisas estão e o que vão fazer para sobreviver. [...] Milton Santos fala dos espaços não iluminados, dos espaços opacos. Então, qual é o não dito? Qual é a face invisível da sociedade? Qual é a tática de sobrevivência? [a arte de resolver a vida...] Não é a grande estratégia da ação política que me permite sobreviver, é a tática (RIBEIRO, 2014, p. 51-52. Acréscimo nosso).

Com inspiração lefebvriana – que marca a obra de Milton Santos e Ana Clara – desenvolve-se a concepção do espaço geográfico como mediação. Acerca disso, uma excelente explanação foi elaborada por Guy Di Méo (2001), contudo, é na obra de Henri Lefebvre que se encontra a lapidar hipótese:

O espaço não seria nem um ponto de partida (ao mesmo tempo mental e social) nem um ponto de chegada (um produto social ou o lugar dos produtos), mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação (LEFEBVRE, 2008, p. 44).

Mediação por quê? Para quem? No interesse de quem? É também o mesmo Lefebvre quem ressaltará a exigência de não se confundir o espaço social com o espaço mental (dos filósofos e matemáticos) ou com o espaço físico (definido pelo prático-sensível) para que se manifeste toda a sua especificidade. Nesse sentido, o autor alerta para a dupla ilusão que dissimula essa verdade do espaço, qual seja: o espaço (social) é um produto (social). Distinguem-se assim: i) a ilusão da transparência, do espaço luminoso, inteligível, oferecendo campo livre para a ação, cujo desenho lhe serve de mediador entre a atividade mental que o inventa e a atividade social que o realiza; e ii) a ilusão da opacidade (ou “realística”) que tem a ver com a substancialidade do espaço. A primeira ilusão se aproxima do idealismo, enquanto a segunda se avizinha do materialismo (LEFEBVRE, 1986, p. 36-39). Nesse rastro da tensão entre luminosidade e opacidade sinalizada por Lefebvre, buscaremos situar e atualizar o diálogo estabelecido por Milton Santos e Ana Clara, desta feita, resgatando as figuras narrativas do espaço liminar e do espaço paratático.

3. A liminaridade da representação social no espaço

Se o espaço paratático era o da permanência, o espaço liminar é o da fragmentação e da recomposição, que se erigem tanto nos “fatos” como nos “discursos” (TURCO, 2010, p. 108).

A sensibilidade investigativa de Ana Clara nos permite aproximar a sua concepção de território praticado com a figura narrativa do espaço liminar, no rastro da opacidade sinalizada por Henri Lefebvre e retomada por Milton Santos³. Pode-se falar, então, da liminaridade na teoria social do espaço defendida por Ana Clara, bastando mencionar a visibilidade que ela atribuiu aos “homens lentos em seus espaços opacos”. Alerta-nos a socióloga: “Percebe-se que não é possível compreender espaço sem agência, que o espaço não é imobilizado, estagnado sobre o qual então a sociedade se desenha, ou a sociedade se faz” (RIBEIRO, 2014, p. 32). E arremata que “se não surgirem outras sínteses discursivas e imagéticas que articulem experiência popular, ciência, arte e técnica, o pensamento dominante continuará controlando o imaginário urbano” (RIBEIRO, 2012c, p. 99).

A abordagem sociológica empreendida por Ana Clara reconhece ontologicamente o papel da ação, porquanto sujeito social é sujeito da ação. Nesse sentido, ela esclarece a dialógica entre ação e estrutura, calibrando adequadamente a tensão teórico-metodológica entre os dois termos⁴. A socióloga tece uma crítica à racionalização⁵ do paradigma

³ Milton Santos incorpora as metáforas da dupla ilusão lefebvriana para definir uma superposição, justaposição e contradição entre: i) o espaço luminoso, da exatidão técnica, da vertigem, racionalizado e racionalizador; e ii) o espaço opaco, do aproximativo, da lentidão, inorgânico e aberto (SANTOS, 1994, p. 83).

⁴ Estrutura/ação é uma das diversas dicotomias conceituais relacionadas na Sociologia, incluindo macro/micro e sociedade/indivíduo, segundo Anthony Giddens e Philip Sutton. A relevância dessa tensão teórico-metodológica é explicitada pelos autores quando afirmam que pensar sociologicamente é levar em conta a “dicotomia conceitual alicerçada nas tentativas da Sociologia de compreender o equilíbrio entre a influência da sociedade no indivíduo (estrutura) e a liberdade do indivíduo para agir e influenciar a sociedade (ação)” (GIDDENS; SUTTON, 2017: 12).

⁵ Entendendo que, com apoio em Morin, “a racionalidade é o jogo, é o diálogo incessante entre nossas mentes, que criam estruturas lógicas, que as aplica ao mundo e que dialoga com esse mundo real”, ao passo que “a racionalização consiste em querer prender a realidade num sistema coerente”, uma certa deificação da razão (MORIN, 2006, p. 70-71).

administrativo que, “calcado na empresa e no individualismo, corporifica o novo indivíduo desejável”, um verdadeiro protótipo divulgado por consultorias, assessorias, revistas especialistas, cursos (RIBEIRO, 1998, p. 115). Nessa condição paradigmática da modernidade, onde se situam os sujeitos corporificados de direitos? Nesse inciso, o diálogo entre sociologia e geografia é retomado precisamente quando os geógrafos compreendem a necessidade de se pensar uma geografia dos sujeitos⁶, qual seja aquela em que os atores sociais atuam como conceptores dos projetos de suas próprias vidas, inclusive dirigindo ou coprotagonizando tais projetos.

Essa geografia é, fundamentalmente, uma geografia das existências ou uma geografia existencialista, como prefere Milton Santos⁷, lembrando que a própria palavra existência é de natureza geográfica⁸. Afinal, “a sociedade é apenas o ser, o existir é coisa do espaço” (SANTOS, 2006, p. 25). Ana Clara coincide *ipsis litteris* com essa concepção do ser, do existir e da ação quando escreve: “Há uma conexão, que é ontológica, entre a problemática do espaço e atividade, a ação, a forma dinâmica do ser. Eu diria que o ser é a totalidade social” (RIBEIRO, 2014, p. 32). Assim, os pensamentos de Milton Santos e Ana Clara Ribeiro convergem:

A dicotomia entre objetividade e subjetividade pode ser balizada tanto pela noção de estrutura quanto pela utilização de um método fenomenológico que inclui o que ousaria chamar Geografia Existencialista, ou seja, uma que englobe o Ser e o Existir, em vez de se contentar com uma ótica individualista e fragmentária que exclui o movimento do mundo e a sociedade como um todo.

⁶ Essa compreensão é atestada por José Ortega Valcárcel: “A crítica ao individualismo metodológico ou ao solipsismo pós-moderno mostrou que o indivíduo reduzido à sua dimensão biológica ou psicológica, não permite entender nem explicar. Quer dizer, o indivíduo como agente, como protagonista, como sujeito de eleição e decisão, tem caráter socializado. O indivíduo ou sujeito o é enquanto parte de uma formação social” (VALCÁRCCEL, 2000, p. 517).

⁷ Veja-se o que diz esse autor em *Les nouveaux mondes de la géographie* (1995).

⁸ Segundo Michel Lussault, o termo existência deriva de “ex-sistere”. “‘Sistere’ derivado da raiz indo-europeia ‘sta’, que quer dizer ‘manter-se de pé’, ‘imóvel’ (de onde provém o latim ‘stare’), significa ‘colocar’ e/ou ‘colocar-se’. Existir é, pois, colocar ou colocar-se ‘ex’, ‘fora de’: ao mesmo tempo, colocar-se e deslocar-se; em suma, atuar para encontrar os (bons) lugares próprios” (LUSSAULT, 2015, p. 34).

Trata-se de compreender a produção da particularidade como realização da existência (SANTOS, 1995, p. 1.082).

Parecem-nos oportunas as palavras de Tamara Egler sobre a ênfase que Ana Clara depositou numa cartografia da ação social e as próprias palavras de Ana Clara sobre a distinção entre ação e atividade. Reproduzamo-las:

A cartografia da ação tem como principal contribuição revelar que não podemos compreender a vida social na cidade em esferas delimitadas pelas disciplinas: sociologia, política, economia, história, geografia, arquitetura. Porque a existência social não pode ser dividida, ela responde por uma totalidade complexa que reúne no mesmo campo os fragmentos disciplinares produzidos pela modernidade (EGLER, 2011, p. 1).

Retomando o diálogo entre geografia e sociologia, destaca-se pelas características do presente, a diferença entre *atividade* e *ação*. A atividade reitera o que *já existe*, a percepção funcionalista do mundo, enquanto a ação descobre o que *ainda não existe*. Só há potencial libertário na ação, e não na atividade. Frequentemente, essa diferença não é reconhecida, fazendo com que o simples fato de se estar envolvido em múltiplas atividades seja tomado como sinônimo de autonomia do sujeito social (RIBEIRO, 2011, p. 24. Grifo no original).

Essa distinção entre ação e atividade é crucial para o esclarecimento de quando se instituem, onde atuam e, não menos importante, quem são os sujeitos corporificados de direitos. Esses sujeitos, por seu turno, definem idiorritmos em seu cotidiano que caracterizam, em grande medida, o assim denominado espaço liminar, como se verá adiante. “O próprio ritmo da vida é antagônico à reflexividade, o que transforma, em grande parte, a ação ou a possibilidade da ação em atividade. [...] Não somos sujeitos no sentido de termos um projeto próprio, de sabermos qual é a direção de nossa ação” (RIBEIRO, 2014: 63). Isso posto, definir estrategicamente um projeto e capitaneá-lo taticamente o seu direcionamento na prática cotidiana são atribuições do sujeito da ação implicado na arte de resolver a vida.

O espaço liminar e espaço paratático

Angelo Turco reconhece a deflagração de uma virada geográfica (*geographical turn / tournant géographique / giro geográfico*), no século XXI, que enseja o resgate do espaço liminar diante da trajetória triunfante do espaço paratático ao longo do século passado. Nesse sentido, ele passa a definir e caracterizar essas duas figuras narrativas do espaço. “O espaço paratático tem a ver com as sequências, localizações, coordenadas e coisificações das características naturais ou antrópicas da superfície terrestre” (TURCO, 2010: 91). Congregando articulações causais, desde as mais elementares, como os procedimentos estímulo/resposta, às mais complexas, baseadas em mecanismos de causalidade linear ou em redes de causação, essa figura narrativa do espaço levou à construção de autênticos modelos sintáticos, especialmente durante o período neopositivista da geografia analítica, afirma o autor. Contudo, esse espaço paratático está em crise desde a segunda metade do século XX, e por isso, em contraposição:

O espaço liminar se relaciona com as formas espaciais que incessantemente compõem e recompõem a indeterminação dos fenômenos naturais e a imprevisibilidade da história humana. Esse estilo deixa um amplo espaço à interpretação, combinando a lógica e o sentimento. O espaço liminar se interessa menos pelas agregações topográficas que pelos processos de localização, conjugando os procedimentos de localização com seus efeitos em múltiplas escalas (TURCO, 2010: 92).

Assim, podem ser liminares aqueles ordenamentos territoriais que põem em questão as ordens existentes. Os idiorritmos – as específicas temporalidades e formas de uso do espaço praticadas pelos sujeitos sociais – jogam um papel crucial nesse questionamento da ordem instituída. Segundo Bernardo Secchi, “a cidade sempre foi uma máquina reguladora de idiorritmos: por meio de dispositivos físicos e espaciais, jurídicos e institucionais converteu sistematicamente os diferentes idiorritmos em articuladas, com frequência muito complexas, relações espaciais, econômicas e sociais” (SECCHI, 2015, p. 71).

O espaço liminar é, antes de tudo, o específico de um mundo no qual as coisas se identificam cada vez menos por sua materialidade e, em todo caso, já não estão todas em seu lugar ou não estão sempre onde se esperava que estivessem. Se trata não de uma realidade telúrica, coisificada e imóvel, mas de um espaço fortemente estimulado e mutável, que há alguns anos diversos geógrafos começaram a explorar, assumindo a complexidade, por exemplo, ou a pós-modernidade ou a biopolítica (TURCO, 2010: 108).

Tendo em vista essas considerações definitórias, Turco (Idem, *ibidem*) sistematiza os atributos que traduzem a noção de liminaridade. Então, o que significa liminar?

1. Liminar, nas narrações geográficas contemporâneas, é um espaço à margem.
2. Pode haver um sentido liminar na interface da ação territorial do sujeito e a da coletividade.
3. O espaço liminar se pode conceber como um conjunto de valores críticos que induzem diversas morfogêneses, diversas transformações geográficas mais ou menos rápidas e intensas a partir de pontos privilegiados.
4. Também pode ser um espaço liminar o existente entre atualidade e potencialidade: a história e a territorialização não somente são o conjunto de eventos que se produziram e sedimentaram no solo, por exemplo em uma paisagem; é também o conjunto de processos dos quais se conservou o não realizado, quer dizer, a mera possibilidade.
5. O espaço liminar é a margem entre a superfície e a profundidade: é a remissão explícita ao caráter semiótico dos ordenamentos e dos eventos geográficos que se incorporam no discurso como epifenômenos de uma configuração subjacente que espera ser dada à luz.

Na condição de margem, entre a superfície e a profundidade, o espaço liminar interpõe-se à ação territorial do sujeito. Isso posto, parece-nos lícito admitir que a figura narrativa do espaço liminar

ou, em outras palavras, a liminaridade do espaço social implica a tensão ontológica entre a luminosidade e a opacidade – trabalhadas e retrabalhadas por Lefebvre, Santos e Ribeiro – que, por sua vez, é potencialmente geradora de novas emergências socioespaciais do espaço banal. Igualmente, essa liminaridade reserva lugar ao não dito, ao não realizado; nesse sentido, com o seu potencial libertário, a ação do sujeito descobrirá o que ainda não existe – nos termos expostos por Ana Clara: “Qual é a face invisível da sociedade? Qual é a tática de sobrevivência?”. A vertigem e a lentidão também se insinuam na interface da obra de Ana Clara e Milton Santos tanto quanto na caracterização do espaço liminar com suas morfogêneses induzidas por valores críticos – éticos e estéticos – em transformações mais ou menos rápidas ou intensas. Nessa direção, recordemos um recurso de método – a cartografia da ação – exposto por Ana Clara:

Os contextos, a vida de relações que as novas cartografias devem valorizar, são o próprio espaço. Deve-se valorizar a experiência social, traçar realmente a transformação do território usado, praticado e vivenciado. A cidade viva e experimental não morreu, apesar de todas as afirmações em contrário, feitas pelo discurso da crise: ela é fortíssima, muito resistente. Daí a importância dos sujeitos sociais que de fato existem, nas suas condições eventuais de sujeitos da sua própria ação, e que, na verdade, são as pessoas que estão nas ruas, falando, acontecendo, dizendo, agindo, fazendo. É essa a cartografia da ação que nos referimos (RIBEIRO; SILVA; SCHIPPER, 2011, p. 31).

Os direitos urbanos e a justiça territorial

Uma vez esclarecida a noção de liminaridade, devemos atentar para a discriminação dos direitos urbanos, tais quais elencados por Jordi Borja, bem como para o acréscimo aludido por Ana Clara a essa lista: o direito à autorrepresentação simbólica. Esclarecemos que a referência nominal aos direitos urbanos é condição *sine qua non* para compreendermos plenamente a noção de sujeito corporificado de direitos, isto é, trasladá-lo do espaço abstrato, epistemológico, para o espaço vivido, ontológico, ou mais modestamente, territorializá-lo. Afinal, quais sujeitos e quais direitos? Inscritos em que contextos particulares? Visan-

do a quais horizontes? Pautados em que valores? Começemos pela lista de direitos urbanos elaborada por Jordi Borja (2003, p. 317-322).

1. Direito à moradia e ao lugar.
2. Direito ao espaço público e à monumentalidade.
3. Direito à beleza.
4. Direito à identidade coletiva dentro da cidade.
5. Direito à mobilidade e à acessibilidade.
6. Direito à centralidade.
7. Direito à conversão da cidade marginal ou ilegal em cidade de cidadania.
8. Direito ao governo metropolitano ou plurimunicipal.
9. Direito à inovação política.
10. Direito ao acesso e ao uso das tecnologias de informação e comunicação.
11. Direito à cidade como refúgio.
12. Direito à proteção por parte do governo de proximidade ante as instituições políticas superiores e as organizações e empresas prestadoras de serviços.
13. Direito à justiça local e segurança.
14. Direito à ilegalidade
15. Direito ao emprego e ao salário cidadão.
16. Direito à qualidade do meio ambiente.
17. Direito à diferença, à intimidade e à eleição dos vínculos pessoais.
18. Direito de todos os residentes em uma cidade a ter *status* político-jurídico de cidadão.
19. Direito de que os representantes diretos dos cidadãos tanto institucionais como sociais participem ou acessem às conferências e organismo internacionais.
20. Direito dos cidadãos à igual mobilidade e acesso à informação transversal.
21. Direito dos governos locais e regionais e das organizações cidadãs constituírem redes e associações.

Sem perdermos de vista que a justiça territorial é o horizonte de uma ética territorial, lembramos que os direitos são a razão primeira que nos permite falar mais específica e propriamente de justiça. Nesse sentido, os direitos elencados constituem os móveis em torno dos quais se deve tratar a justiça territorial, e mais especificamente, abordar a justiça territorial urbana. Aqui, uma definição de justiça territorial se faz premente. Lorenzo López Trigal afirma que “a justiça espacial é tanto uma forma de interpretação geográfica como um elemento para a ação política, útil aos movimentos sociais urbanos” (LÓPEZ TRIGAL, 2015, p. 360). Igualmente, nos valem da proposta de Young (1988) acerca das faces da opressão, e de Milton Sabbag Jr. (2008) acerca dos espaços opressores, para elaborar nossa concepção de justiça territorial.

Recentemente, Jacques Lévy liderou uma empreitada intelectual para fazer avançar uma “teoria da justiça espacial”. Lévy e seus colaboradores definem o que são “as figuras da justiça espacial”: i) a (re)distribuição; ii) a equidade – “igualdade para liberdade” –; e iii) o desenvolvimento (LÉVY *et al.*, 2018). Nessa seara, concebemos a justiça territorial como a situação socioespacial na qual os vetores que promovem espaços opressores são, efetivamente, combatidos e eliminados ou, idealmente, não existem (LIMA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016a, 2016b, 2017, 2018a, 2018b, 2019, 2020, 2021). Com base nessa concepção de justiça territorial, recuperamos apontamentos de Ana Clara que desafiam concepções formalistas de democracia e explicitam “a existência de uma *outra cidade*, latente e pulsante, contida e oprimida pelos códigos, modelos e ideários historicamente incapazes de abrigar e representar a trajetória urbana das classes populares” (RIBEIRO, 2008, p. 30. Grifo no original). Apontamentos acerca de uma “uma nova cultura política, uma cultura de direitos” (RIBEIRO, 1996, p. 83), de uma cidade justa que “valoriza resistências sociais e racionalidades alternativas” (RIBEIRO; POGGIESE, 2008, p. 274), ou seja, sobre a justiça e os direitos urbanos, a saber:

Pensamos que é justamente em torno da liberdade e da justiça – do que é considerado justo (e injusto) – que se encontra o núcleo das interrogações que pode estimular o diálogo entre

urbanismo e direito e, destas disciplinas, com as experiências da vida cotidiana. Esse diálogo precisará aproximar ética e estética. Dessa aproximação, depende o *direito à cidade e à cidadania*. Nesse âmbito, acrescentamos que os valores estéticos também conduzem a vida urbana. Trata-se aqui do *direito à autonomia simbólica*, sistematicamente negada à maioria. [...] É necessário incluir, entre os direitos urbanos, o *direito à autorrepresentação na cidade*, juntamente com a preservação da memória do espaço banal (RIBEIRO, 2013, p. 232. Grifos nossos).

Então, pelo entendimento de que a justiça territorial urbana será alcançada quando os direitos urbanos forem assegurados, efetivados e/ou reparados e de que o direito à autorrepresentação simbólica pleiteado por Ana Clara é uma condição garantidora da autonomia do sujeito corporificado na cidade, apontamos a arte pública como um dos recursos mobilizados por tal sujeito. No exemplo da arte do grafite, esse sujeito torna-se artista contextual que faz do espaço público um recurso comunicacional, isto é, faz com que a paisagem grafitada encerre uma estética discursiva. Por isso, dedicaremos algumas linhas, na próxima seção, à hermenêutica da paisagem urbana grafitada, por meio das pequenas percepções e da competência estética. Contudo, antes disso, faremos a advertência de que nossa abordagem da arte se efetiva numa perspectiva da crítica decolonial, conforme se pode ler na citação de Alex Schlenker.

Arte é expressão da vida. Nesse sentido, é necessário voltar a entender que a experiência de vida é traduzida em formas estéticas. Não aquele estético entendido como belo, mas sim como o que interpela os sentidos, a *aísthesis*. Descolonizar a dimensão da arte implica descolonizar o olhar, o ouvir, a corporalidade, a pele. Descolonizar a arte implica abandonar a ideia de que a arte é mensurável, classificável, hierarquizável... Isto é, interpelar a lógica da arte ocidental na qual uma obra de arte teria mais valor de troca do que valor de uso (SCHLENKER, 2019, p. 29).

4. Arte pública como autorrepresentação: rumo à justiça territorial?

A arte não reproduz o visível, mas torna visível (KLEE, 2001, p. 43).

Descolonizar nosso entendimento da arte, implica a recusa de toda sujeição a formas estéticas outras que não aquelas inscritas na matriz moderno-colonial da herança europeia cis-hetero-patriarcal. Em poucas palavras, “descolonizar a dimensão estética (e, por isso, sensível e sensorial da vida) implica juntar essas partes que foram desmembradas pela violência da colonialidade” (SCHLENKER, 2019, p. 29). Assim, nossa perspectiva de análise é a de que estamos diante da arte de resolver a vida com arte, descolonizando-as. Incorporar a dimensão artístico-cultural da construção de paisagens no projeto urbano é tarefa inadiável, como demonstrado no trabalho de Campos e Paquette (2021), no qual a subjetividade codificada em arte pública joga um papel fundamental nas experiências analisadas em bairros populares do Chile e da Colômbia.

(Micro)paisagem, pequenas percepções e competências estéticas

Numa perspectiva da ontologia do espaço, defendemos o direito de ser paisagem. Entre pensamento e paisagem existe uma fronteira, diz Augustin Berque (2009), alertando-nos que a paisagem convida a pensar e que algumas ideias nos vêm precisamente da paisagem. Estaríamos diante de um *pensamento paisageiro*. Assim, a paisagem pode ser interpretada como um produto social, como o resultado de uma transformação coletiva da natureza e como projeção cultural de uma sociedade em um determinado espaço. “A paisagem, portanto, não só nos mostra como é o mundo, mas também é uma construção, uma composição deste mundo, uma forma de vê-lo” (NOGUÉ, 2007). Para o autor:

Na cidade existe também uma micropaisagem urbana imediata e minúscula, ao pé da rua, com a qual topamos o nariz diariamente. Está composta de sinais de todo o tipo que nos transmitem mensagens de modo esmagador, pelo mobiliário urbano, pelos térreos

dos edifícios, pelos *tags* e *graffiti* das paredes, pelas notas anônimas coladas nos postes dos semáforos e que lemos sem reter enquanto esperamos para atravessar a rua, pelas efêmeras esculturas que se formam ao lado dos contêineres de lixo (NOGUÉ, 2009).

Quanto à hermenêutica da paisagem, defendemos um encaminhamento por meio da pequena percepção, como explicitado por José Gil, e da competência estética, conforme nos explica Ricardo Barbosa. Consoante Gil (2005: 20-21), no movimento operativo das pequenas percepções, distinguem-se fases ou níveis que correspondem a três regimes do olhar:

1. Uma percepção trivial (ou meramente cognitiva) das formas (uma paisagem, linhas, figuras geométricas). Esse nível remete-nos a representações e forças macroscópicas.
2. A percepção de um outro espaço ou “lugar”, no qual o olhar descobre outros movimentos e outras relações. O olhar descobre outra combinação ou composição do espaço, de cores e do tempo. Um salto do olhar para o nível das “estruturas” não aparentes ou escondidas.
3. Muda a percepção do conjunto das formas. Cada forma vai se inserir em uma multiplicidade virtual obtida pelo deslocamento do nível trivial para o nível perceptível não trivial. Este terceiro nível de percepção é “estético”, “artístico”.

Na leitura de Ricardo Barbosa, tratamos de uma teoria comunicativa da experiência estética que não se confunde com a teoria da obra de arte nem com uma teoria da recepção ou da produção artísticas. Seu objeto é antes o devir comunicativo da experiência estética, ou, mais precisamente, o procedimento pelo qual as normas de avaliação – que orientam tanto a produção quanto recepção das obras – são validadas na prática comunicativa. Essa teoria poderia ser compreendida como uma estética discursiva.

Competência estética é, a rigor, uma *capacidade* subjacente ‘ao processo artístico’. Reconhece-se uma objetividade na experiên-

cia estética do ‘processo artístico’. Essa objetividade é garantida pelo hiato entre a intenção autoral, por um lado, e o contexto da recepção (e da interpretação, da crítica), por outro (BARBOSA, 2003, p. 38).

Complementarmente aos apontamentos de método supracitados para uma interpretação da micropaisagem urbana, tendo em vista a arte pública do grafite, vale ressaltar as distinções entre as modalidades de grafite. Acompanhando a proposta inicial de Leandro Tartaglia (2018), são identificados: i) o grafite selvagem, ii) o domesticado e iii) o institucionalizado. O primeiro tipo corresponde às intervenções artísticas espontâneas, gratuitas e efêmeras que traduzem a manifestação da ideologia própria de cada grafiteiro/a – sinalizando um certo “ativismo” transgressor – e que se inscrevem em superfícies marginalizadas dos “espaços opacos” contrapostos à centralidade de muros e empenas dos “espaços luminosos”. O grafite domesticado é aquele cujas peças artísticas foram capturadas pelo mercado formal de arte ou, mais genericamente, pelos interesses mercantis privados, sendo encontrados nas fachadas de estabelecimentos comerciais, no espaço interior e nas empenas externas de casas e edifícios residenciais refinados e até mesmo em renomadas galerias de arte e museus.

O grafite institucionalizado, por seu turno, refere-se às criações artísticas de grafiteiros/as contratados/as pelo poder público, como podem ser os exemplos de grandes painéis com conotação da arte muralista do século XX de inspiração mexicana, considerando-se as obras pioneiras de Diego Rivera, José Clemente Orozco e David Alfaro Siqueiros. Há quem afirme que, à exceção do grafite selvagem, as demais modalidades são “pseudografites”. Esse é o caso de Conceição Maria Ramos (1994) e de Renata Teixeira (2015).

O pseudografite é aquele feito por ‘grafiteiros não transgressores’, ou seja, por pessoas que realizam suas produções em locais autorizados pela prefeitura ou pelo proprietário. Os ‘muralistas não transgressores’ apenas repetem as intervenções lúdicas dos grafiteiros, não inovando nem na técnica nem no código (TEIXEIRA, 2015, p. 330).

Mais recentemente, fala-se em pós-grafite ou *neograffiti*. Muitos pichadores decidiram incrementar suas pichações, fazendo surgir o que se chamou grapicho. Os grapichos correspondem à “fase intermediária entre pichação e graffiti, seriam, basicamente, pichações mais coloridas, [...] porém já não eram simples ‘pichos’, junto com as tais letras (pequenos arabescos grafitados) à base de ‘máscara’ que iam surgindo” (GITAHY, 2002: 31). De nossa parte, sugerimos o termo metagrafite, que contempla as criações artísticas nas quais se encontra uma figura – que representa o/a grafiteiro/a – com uma lata de tinta *spray*, um pincel ou um rolo de pintura em uso na mão, criando a peça artística que contém a própria figura executora, ou seja, o metagrafite é a livre expressão estética da autorrepresentação simbólica. Seria um “egografite” que explicitasse o direito a essa autoafirmação do/a grafiteiro/a na paisagem?

Selecionamos grafites numa galeria de imagens – basicamente da modalidade *masterpieces* inscritas no tipo de grafite selvagem – que encerram uma estética discursiva do antirracismo, aludindo à autorrepresentação simbólica dos sujeitos corporificados de direitos. O grafiteiro selvagem antirracista se inscreve ética e esteticamente no espaço público carioca afirmando o direito de ser paisagem. Ao mesmo tempo, a ação desse sujeito configurador de micropaisagens insinua a luta por justiça territorial na exata medida em que visibiliza os homens lentos que rompem seus espaços opacos nos lugares e momentos autonomamente por eles escolhidos. A conversão de homens lentos em homens plenos vislumbra e requisita novos horizontes do direito à autoafirmação.

Galeria de Grafites

Figura 1 – O direito ao ativismo. “A reação do oprimido”

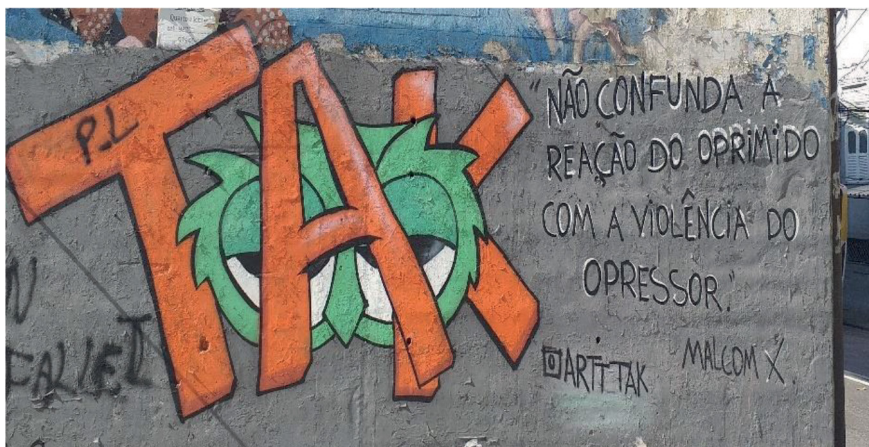


Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 2 – O direito à memória. “Consciência negra. Zumbi vive”



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 3 – O direito à vida digna. “Parem de nos matar”



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 4 – O direito à resistência. “Polícia racista”



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 5 – O direito à interseccionalidade afirmativa. “Salve Tia Ciata”



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 6 – O direito à representatividade. “Vote em mulheres negras”



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 7 – O direito à beleza. “O rosto negro”



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Figura 8 – O direito à autorrepresentação. O metagrafite de um grafiteiro negro.



Foto: Ivaldo Lima, 2020.

Coda

Convocamos Ana Clara Torres Ribeiro para nossa conclusão, evocando a sua fala sobre justiça e vida urbana.

Com as atuais transformações na natureza do fenômeno urbano, modificam-se os imaginários – que são cultura em movimento: carecimentos, desejos, expectativas e projetos. [...] É indispensável que se realize a proposta de uma cidade radicalmente democrática – diversa e plural – que valorize as singularidades culturais e os múltiplos saberes com capacidade de propor normas para a vida coletiva. A democracia, a liberdade e a felicidade também podem atrair investimentos e visitantes, inclusive por sua efetiva raridade no mundo contemporâneo (RIBEIRO, 2013: 231).

A fala da Ana Clara nos incita à reflexão direcionada à defesa da cidade justa, da cidade desejada, sonhada, à busca da justiça territorial urbana. Essa reflexão envolve necessariamente o parâmetro mais amplo de uma sociedade decente, concebida como aquela na qual todo tipo de humilhação é banido da vida das pessoas, permitindo que floresça o direito à autoafirmação e que se desenvolvam os sentidos dos espaços liminares como uma produção aberta e contínua.

Referências

- BARBOSA, R. Competência estética, consciência moral e linguagem. In: LEITE, L.; BARBOSA, R. (org.). *Filosofia Prática e Modernidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
- BÉDARD, M.; LÉVY, Jacques. (1995) Égogéographie. Matériaux pour une biographie cognitive. *Cahier de Géographie du Québec*, v. 41, n. 112, 1997, p. 95-96.
- BERDOULAY, V. The Vidal – Durkheim debate. In: DAVID, L.; MARWIN, S. (ed.). *Humanistic Geography: Prospects and problems*. Londres: Croom Helm, 1978.
- BERQUE, A. *El Pensamiento Paisajero*. Madri: Biblioteca Nueva, 2009.
- BORJA, J. *La Ciudad Conquistada*. Madri: Alianza, 2003.

- CALBÉRAC, Y.; VOLVEY, A. Introduction. J'étogéographie. *Géographie et Cultures*, 89-90, 2014, p. 5-32.
- CAMPOS, L.; PAQUETTE, C. Arte y cultura en la transformación de barrios populares en América Latina. *IdeAs. Idées d'Amérique*, 17, 2021.
- DI MÉO, G. *Géographie Sociale et Territoires*. Paris: Nathan, 2001.
- DONEGÁ JR., A.; VITTE, A. O debate Durkheim – La Blache sobre o lugar da geografia humana. *XXV Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. Anais...* Campinas, 2017.
- EGLER, T. Homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Conexão UFRJ*, 9 dez. 2011.
- GEORGE, P. *Sociologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Forense, 1969 [1966].
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. *Conceitos Essenciais da Sociologia*. São Paulo: UNESP, 2017.
- GIL, J. As pequenas percepções. In: LINS, D. (org.). *Razão Nômade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GITAHY, C. *O que é Graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- GOMES, P. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HAESBAERT, R.; PEREIRA, S.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidaís*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- KLEE, P. *Sobre a Arte Moderna e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LÉVY, J. *Étogéographie*. Matériaux pour une biographie cognitive. Paris: L'Harmattan, 1995.
- LÉVY, J. Puissances de la dérivée. *Géographie et Cultures*, 89-90, Paris, 2014, p. 33-57.
- LÉVY, J.; FAUCHILLE, J-N.; PÓVOAS, A. *Théorie de la Justice Spatiale*. Géographies du juste et de l'injuste. Paris: Odile Jacob, 2018.
- LIMA, I. Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial: Inteligências cidadãs no Equador e no México. *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Anais. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/UNAL, 2012.
- LIMA, I. Territorial justice: the right to the civic city and good life in Rio de Janeiro. *5th Nordic Geographers Meeting / NGM*. Reykjavik: University of Iceland, 2013.
- LIMA, I. Towards a civic city: from territorial justice to urban happiness in Rio de Janeiro. *European Journal of Geography*, Bruxelas, v. 5, n. 2, 2014.
- LIMA, I. A complexidade da justiça territorial. Niterói: *Ensaio de Geografia*, Niterói, v. 4, n. 7, 2015.

- LIMA, I. A geopolítica da favela: desafios atuais da justiça territorial no Rio de Janeiro. São Paulo: *Revista Cidades*, São Paulo, v. 13, n. 22, 2016a.
- LIMA, I. Environmental justice and landscape: urban rivers in question. In: ALVAREZ, C. et al. (eds.). *Sustainable Urban Communities*. Towards a nearly zero impact built environment. Vitória: UFES/SBE Series 16, 2016b.
- LIMA, I. Envelhecimento ativo responsável no Rio de Janeiro: das redes éticas à paisagem do cuidado. *XI Congresso da Geografia Portuguesa. Anais*. Porto: Universidade do Porto, 2017.
- LIMA, I. Governance élargie: vieillissement active et justice territoriale à Rio de Janeiro. *International Geographic Union Regional Conference / IGU. Anais*. Québec: Université Laval, 2018a.
- LIMA, I. O déficit ético territorial no Rio de Janeiro. A ontologia política da favela em foco. In: EGLER, T.; COUTO, B. (org.). *Política e Espaço em Crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018b.
- LIMA, I. A metrópole convivial: por uma geografia social crítica dos commons. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. (org.). *Produção do Espaço*. Emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- LIMA, I. Em favor da justiça territorial. Rio de Janeiro: *Revista Política e Planejamento Regional RPPR*, v. 7, n. 2, 2020, p. 125-148.
- LIMA, I. O discurso da paisagem urbana: entre a estética da periferia e a ética territorial. In: JACINTO, R. (Coord.). *Dinâmicas Socioeconômicas em Diferentes Contextos Territoriais*. Lisboa: Âncora, 2021.
- LÓPEZ TRIGAL, L. *Diccionario de Geografía Política y Geopolítica*. León: Universidad de León, 2013.
- LUSSAULT, M. *El Hombre Espacial*. La construcción social del espacio humano. Buenos Aires: Amorrortu, 2015.
- MORAES, A. *Geografia – Pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MOREIRA, R. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- NOGUÉ, J. (ed.). *La Construcción Social del Paisaje*. Madri: Biblioteca Nueva, 2007.
- NOGUÉ, J. *Entre Paisajes*. Barcelona: Àmbit, 2009.
- RAMOS, C. *Grafite, pichação & cia*. São Paulo: Annablume, 1994.
- RIBEIRO, A. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jobran, 1996.
- RIBEIRO, A. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. XII, n. 2, 1998, p. 107-126.
- RIBEIRO, A. Fronteiras da ciência: interdisciplinaridade e política. In: SILVA, M.; TOLEDO JR., R. (org.). *Encontro com o Pensamento de Milton Santos*. A interdisciplinaridade na sua obra. Salvador: EdUFBA, 2006.

- RIBEIRO, A. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, n. 12, 2008, p. 25-31.
- RIBEIRO, A. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- RIBEIRO, A. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma cartografia da ação. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, ano 8, n. 1, 2012, p. 3-12.
- RIBEIRO, A. *Por uma sociologia do presente*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012b.
- RIBEIRO, A. Metrôpole: sentidos e fragmentação. In: SILVA, C.; OLIVEIRA, A.; RIBEIRO, A. (org.). *Metrôpoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012c.
- RIBEIRO, A. *Por uma sociologia do presente*. Ação, técnica, espaço. V. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, A. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- RIBEIRO, A.; POGGIESE, H. Declaração de Buenos Aires. Por uma cidade justa. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2008, p. 274-278.
- RIBEIRO, A.; SILVA, C.; SCHIPPER, Y. Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In: RIBEIRO, A.; SILVA, C.; SCHIPPER, Y. (org.) *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- SABBAG JR., M. O espaço opressor. In: Ab'SABER, A. (org.). *Leituras Indispensáveis*. São Paulo: Ateliê, 2008.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Postface: Les Nouveaux Mondes de la Géographie. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (dir.). *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1995.
- SCHLENKER, A. Alex Schlenker: descolonizar a arte para retomá-la como expressão da vida. Entrevista. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 22-35, 2019.
- SECCHI, B. *La Ciudad de los Ricos y la Ciudad de los Pobres*. Madri: Catarata, 2015.
- TARTAGLIA, L. *A construção do olhar na cidade: graffiti, paisagem e espaço público*. Tese (Doutorado em Geografia) – POSGEO/Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.
- TEIXEIRA, R. Inscrições em paredes: marcas gravadas sobre a pele da cidade. In: MARQUETI, F.; FUNARI, P. (org.). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: Intermeios, 2015.

TURCO, A. Figuras narrativas de la geografía humana. *In*: LINDÓN, A.; HIERNAUX, D. (dir.). *Los Giros de la Geografía Humana*. Barcelona: Anthropos, 2010.

VALCÁRCEL, J. *Los Horizontes de la Geografía*. Barcelona: Ariel, 2000.

YOUNG, I. Five faces of oppression. *Philosophical Forum*, Londres, 19, n. 4, 1988.

Construindo pesquisa entre a geografia e a sociologia do presente: *um legado e um presente de/para Ana Clara Torres Ribeiro*

Raquel de Padua Pereira

*“(...) Entre o impossível
e a vida corrente,
vida semente.”*

Ana Clara Torres Ribeiro, 2010

Preâmbulo

Inicio este pequeno ensaio em primeira pessoa, pois se trata de um texto que resgata fios muito importantes que teceram minha trajetória de pesquisa. Nele tentarei trazer à tona aspectos que foram herdados de minha experiência enquanto orientanda de mestrado de Ana Clara Torres Ribeiro, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), durante os anos de 2010 e 2011. Aspectos esses que seguem como um legado, uma espécie de herança que orientam um fazer científico, político e social. **É um** texto de resgate na medida em que traz elementos que foram, aos poucos, se assentando na poeira do tempo que se passou nesses dez anos. Camadas de experiências acumuladas, do encontro de trajetórias de vida e da construção de vínculos, de conexões intelectuais e de aprendizagens, que se sobrepuseram feito sedimentos que enriqueceram as trilhas por onde andei depois. Tal qual a analogia geomorfológica, a riqueza do encontro com uma intelectual dessa envergadura fertilizou o arado, apontou rumos e escolhas de direção para que o próprio legado dessa experiência inigualável se mantivesse numa trajetória acadêmica, e também de vida.

Os frutos foram colhidos através do aprofundamento da leitura da vasta obra, bem como da interlocução profícua com a rede de pesquisadoras e pesquisadores que compartilham tanto da experiência formativa quanto da valorização de seu pensamento. A vertente que me nutre, mais especificamente, tem como lastro o feliz encontro teórico entre a sociologia de Ana Clara Torres Ribeiro e a geografia de Milton Santos. Eu comecei pela Geografia e passei pelo Planejamento Urbano em diálogo intenso com a sociologia do presente postulada por Ana Clara; mas, curiosamente, foi com ela que passei a compreender melhor a complexidade da obra do geógrafo. E foi aconselhada por ela que retornei à Geografia no doutorado, com a incumbência de beber da fonte teórico-metodológica propiciada por essa parceria. Como já previsto, encontrei água fresca e pude, através de ensinamentos de método, delinear um objeto de estudo que se firmasse sobre os pressupostos sugeridos por esses dois gigantes do pensamento social latino-americano.

Desse ponto em diante, apresento este objeto e sua estrutura de **método como uma pequena oferenda teórico-empírica** para homenagear essa imensa professora e intelectual, com quem tive o privilégio de me formar. Sua ausência tão sentida se transmutou em inspiração e base científica para seguir investigando e investindo em linhas de pensamento que destaquem **a ação social e o espaço geográfico numa perspectiva humanista**. Como ela ensinou: semeando onde aparentemente não há possibilidades, conseguimos, entre pequenas brechas, encontrar matéria fértil, alimentar o espírito e refazer a corrente da vida.

Um legado de método

A investigação sobre os novos significados da metrópole contemporânea na periferia global coloca em perspectiva as relações entre os processos criativos de coletivos artísticos periféricos e a urbanização. O objetivo corresponde à reflexão sobre esses novos conteúdos e significados do espaço urbano metropolitano, a partir da análise das ações culturais e dos processos criativos produzidos em seus próprios espaços periféricos.

A problemática é desenvolvida pensando na trajetória de formação das redes de coletivos artísticos nas periferias da metrópole de São Paulo, sua consolidação e as lutas em torno da efetivação de políticas culturais, por um lado. E, por outro, na análise de processos criativos de ações e processos criativos que se forjam em experiências e narrativas urbanas concretas e subjetivas sobre o espaço urbano.

A materialidade e a historicidade da urbanização, enquanto processo de usos do território, influenciam a produção cultural de coletivos artísticos periféricos. Mais especificamente, inspiram e alimentam processos criativos que resultam em obras de arte que, por sua vez, correspondem aos lugares e revelam fragmentos da experiência urbana contemporânea. Os significados dessas obras e dessas experiências, juntos, não apenas desvendariam novos conteúdos sobre a metrópole em perspectiva contra-hegemônica e horizontal, mas, sobretudo, representam a dimensão política e cidadã a partir da cultura e de suas geografias da existência (SANTOS, 1996; SILVA, 2014).

A formação e a consolidação das periferias nas metrópoles do capitalismo é um processo que se faz, de certo modo, em consonância com as formações socioespaciais do local ao global (SANTOS, 1978), resultando em espaços complexos, fragmentados e desiguais (CORRÊA, 1993), o que interfere nas dinâmicas e práticas socioespaciais. No caso da metrópole de São Paulo, exemplo paradigmático da urbanização brasileira, um dos inúmeros aspectos nos quais se observa essa desigualdade e fragmentação espacial se refere à distribuição dos equipamentos públicos, que mantêm-se agrupados nas áreas mais centrais – e infraestruturadas – da metrópole.

Nesse quesito, destaca-se a discrepância da infraestrutura urbana que se verifica também em relação à concentração de equipamentos culturais diversos para a promoção e fruição da cultura, como teatros, cinemas, bibliotecas completas, centros culturais. Associada a isso está a configuração da rede de transporte público, que apresenta um padrão similar de oferta e disponibilidade nas áreas mais centrais. Ou seja, o acesso à cultura pela população periférica – seja através de eventos e acontecimentos culturais, do uso de

equipamentos públicos ou da apropriação de espaços públicos como praças e parques – é realizado sob uma série de dificuldades (PADUA PEREIRA, 2012). Tais dificuldades, dessa forma, contribuem para que o caráter segregacionista da urbanização se mantenha, já que muitas vezes se transformam em obstáculos intransponíveis para o acesso à vida urbana em sua plenitude.

O aspecto do movimento e dos eventos, por sua vez, relaciona-se à possibilidade de trocas e encontros, de acesso a outras regiões da metrópole. Assim, dependem das possibilidades dos deslocamentos que, por sua vez, dependem das condições de mobilidade urbana oferecidas em tal ou qual região da metrópole fragmentada. Portanto, **é um fator a** ser considerado na análise dessa teia de relações e práticas, conforme apontou Milton Santos:

O fato, porém, é que pela estruturação de seu território e do seu mercado – uno e múltiplo –, as cidades atuais, sobretudo as metrópoles, abertas a todos os ventos do mundo, não são menos individualizadas. Esses lugares, com sua gama infinita de situações, são a fábrica de relações numerosas, frequentes e densas. O número de viagens internas é muitas vezes superior ao de deslocamentos para outros subespaços. (...). A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros. A anarquia atual da cidade grande lhe assegura um maior número de deslocamentos, enquanto a geração de relações interpessoais é mais intensa. O movimento é potencializado nos países subdesenvolvidos, graças à enorme gama de situações pessoais de renda, ao tamanho desmesurado das metrópoles, e ao menor coeficiente de ‘racionalidade’ na operação da máquina urbana (SANTOS, 1996 [2008], p. 319).

Essa medida racional que o autor menciona evidencia que a mobilidade nunca foi uma condição favorável aos habitantes das periferias metropolitanas. Nesse sentido, a partir do momento em que se entrecruzam materialmente a estruturação espacial e socioeconômica dos equipamentos culturais e das condições de mobilidade urbana, há uma questão que se apresenta. Tal questão indica que a emergência de coletivos que produzem arte e cultura nas periferias estaria associada a essa estrutura, do ponto de

vista da rarefação de equipamentos culturais em seus espaços, da precariedade dos espaços públicos nas periferias, bem como dos constrangimentos à mobilidade urbana plena. Contudo, seria também uma resposta a um padrão de oferta de consumo de cultura oferecido pelo mercado de produção cultural que se insere hegemonicamente nos espaços “luminosos” da metrópole. Espaços que, conforme Milton Santos (1996) pontua, são comandados pela racionalidade da economia globalizada, que faz da cidade um importante ponto da rede global de informações e **que firma sua posição nessa hierarquia**. Esses seriam, portanto, alguns dos fatores estruturais e estruturantes da forma-conteúdo da cidade sob a urbanização corporativa (SANTOS, 1990).

Imagem 1: horizonte da cidade de São Paulo com o “espigão” central ao fundo, a partir da zona leste e chegada do trem metropolitano que leva à periferia. Raquel de Padua Pereira, 2019.



Diante da materialidade dessa realidade, consideramos, primeiramente, a produção do espaço urbano da metrópole periférica como parte de um movimento da totalidade do mundo, impulsionado pela economia capitalista em distintos momentos históricos. Segundo, reconhecemos a urbanização corporativa e fragmentada (SANTOS, 1993) do espaço geográfico. Terceiro, situamos a produção cultural nas periferias em seus circuitos como um paradigma que redimensiona as ações sociais em seus alcances culturais e políticos, conforme Ana Clara Torres Ribeiro (2012), dialogando com um debate e literatura acadêmica contemporânea que se produz a partir da periferia. A partir desse lastro, finalmente, tensionamos os pressupostos da produção acadêmica e do ativismo periférico em torno do circuito cultural com os postulados e categorias propostas por esses autores, a saber: os *homens lentos* (SANTOS, 1996), o *período popular da história* (SANTOS, 1999), os *sujeitos corporificados* (RIBEIRO, 2005) e a *arte de resolver a vida* (RIBEIRO, 2009).

Sobre essa estruturação dos pressupostos de método se delineia um conjunto de hipóteses. A primeira delas é que a matéria-prima desse fazer artístico é o próprio contexto socioespacial em termos objetivos – isto é, produzido pela urbanização corporativa que leva em consideração interesses econômicos do capital empresarial alicerçados pelo Estado (SANTOS, 1990). E, em termos subjetivos, as ações que se forjam na microconjuntura do cotidiano, na experiência urbana de sujeitos corporificados, envolvidos na arte de resolver a vida.

A segunda é que as obras artísticas que são produzidas no contexto desse circuito cultural, por sua vez, são portadoras de um projeto de cidade baseado em suas geografias da existência (SANTOS, 1996; SILVA, 2013), ao mesmo tempo em que se materializam enquanto representações da urbanização. A terceira é que as consequências e desdobramentos desse projeto difundido pela produção cultural periférica portadora são usos contra-hegemônicos do território, situando a cultura como prática da cidadania (SANTOS, 1987).

Logo, consideramos que para compreender novos significados da metrópole em sua contemporaneidade, a produção cultural dos

coletivos periféricos é de suma importância, tal como foi a atuação dos movimentos sociais durante as décadas de 1970 e 1980 até os dias atuais. Se temos um contexto socioespacial como materialidade composta também de tecnoesfera e psicoesfera (SANTOS, 1996), os coletivos artísticos das periferias surgem como os sujeitos da ação (RIBEIRO, 2012). É através deles que se elabora um fazer artístico próprio, no qual processos criativos desenvolvem técnicas e trabalhos específicos que são tributários dos contextos socioespaciais, resultando na produção cultural periférica e sua metalinguagem.

Se a formação de um circuito cultural (ALVES, 2014) periférico é, por um lado, produto do processo de urbanização, ao mesmo tempo é construção de uma outra narrativa a partir de novos usos do território. Aqui, a noção de território usado (SANTOS, 1999) ganha importância fundamental, pois em sua essência relacional permite que sejam estabelecidas as devidas aproximações entre análise da ação social e do espaço, possibilitando, conforme salienta Ana Clara:

[...] o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros e dos vínculos sociais que transcendem a visão censitária da sociedade [...]. Outras leituras de território e povoamento, que contemplem as muitas outras, podem ser construídas por intermédio, por exemplo, da reconstrução analítica do cotidiano, da valorização da geografia das práticas sociais, da sociabilidade e da dinâmica do território usado (RIBEIRO, 2011, p. 31).

É a cidade enquanto território usado (SANTOS, 1996) e praticado e enquanto representação (RIBEIRO, 1987) que possibilitaria a elaboração de resistências e (re) existências. Em síntese, significa dizer que a produção cultural periférica se concretiza enquanto acontecimento cultural forjado a partir de geografias da existência, premissas de novos significados e devires possíveis contidos em um outro projeto de cidade (RAIMUNDO, 2017).

Significa reconhecer, nesse sentido, a força criativa que emerge dos espaços periféricos, configurados territorialmente durante o processo de produção do espaço urbano (LEFEBVRE, 1968) em sua dimensão histórica. Em outros termos, é considerar

que a fragmentação dos espaços – resultante desse processo – se colocou em obstáculos múltiplos, de ordem material e simbólica, que constroem a juventude periférica a acessar plenamente o que a metrópole tem a oferecer.

Por outro lado, se colocou também como força motriz de um novo paradigma de produção artística e luta política em torno da cultura enquanto forma de inserção na vida urbana, isto é, na construção da cidadania, tal qual propôs Santos (1987). Portanto, seriam proposições e ações **contra**-hegemônicas que subvertem os arranjos da racionalidade dominante, tornando os espaços “opacos” da metrópole os verdadeiros espaços “luminosos” (SANTOS, 1996). Nas palavras de Ana Clara (2012):

Para Milton Santos, os espaços opacos, representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, oferecem materializações de racionalidades alternativas e saberes relacionados à **apropriação socialmente necessária dos recursos disponíveis, possibilitando sua multiplicação. São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio, o que estimula a articulação entre esses espaços e a problemática trazida pela consideração do corpo na leitura do espaço-tempo. O espaço opaco instaura o enigma da invisibilidade do muitíssimo visível. Introduce, ainda, a importância que deve ser atribuída aos movimentos de iluminação de espaços opacos (...)** (RIBEIRO, 2012, p. 68).

Nesse sentido, outras questões se colocam, e a intenção, neste ensaio, não é respondê-las, mas sim favorecer a reflexão. Uma das principais é: como os elementos materiais (objetivos) e simbólicos (subjetivos) do espaço geográfico urbano se inserem no processo criativo das obras artísticas dos coletivos artísticos periféricos? Como esse espaço geográfico exerce influência e inspiração para a construção de um projeto de cidade do qual tais obras de arte são portadoras?

Nota-se, portanto, que é um diálogo interdisciplinar que se tece a partir da Geografia em direção à Sociologia, passando pela contribuição de ambas ao campo do Planejamento Urbano, e que conversa também com o campo das Artes Cênicas, respeitando o

rigor entre teorias e métodos próprios de cada disciplina. Porém, indo mais além, ensaja a produção de um conhecimento inspirado no lugar, na ação e na experiência vivida na cidade, fomentando a criação de uma episteme *original, criativa e sensível* (LOUREIRO, 2016). Dentre os dispositivos que devem mobilizar essa criação, segundo Ribeiro (2012), estão estratégias como a arte da viração, construção e difusão de narrativas e de formas de resistência através da arte.

Imagem 2: serigrafia em poste no bairro do Jardim Romano, periferia da zona leste de São Paulo (Raquel de Padua Pereira, 2019).



Ao se tratar de projetos societários, trata-se também de representações sociais fomentando os processos criativos do circuito cultural periférico como um todo. E onde há um projeto societário de base territorial urbana, há um projeto cidadão, ou seja, uma

cidade desejada, (RAIMUNDO, 2017), que se baseia na cidadania como união entre cultura e território (SANTOS, 1987). E, através do lugar, há ainda a possibilidade real de transmitir esses significados, ampliando a percepção social sobre a realidade urbana, mas não somente. Essa percepção semearia a construção de novas epistemes, periféricas, baseadas na promoção de novas práticas e novos usos do território por sujeitos corporificados que são, também, os sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013). Experiências, portanto, formativas e ao mesmo tempo disruptivas com a ordem hegemônica imposta pela urbanização corporativa.

Imagem 3: janela de vagão do trem que leva à periferia leste, no contexto do espetáculo teatral *A Cidade dos Rios Invisíveis*, do Coletivo Estopô Balaio (Raquel de Padua Pereira, 2019).



Nessa direção, valorizamos as representações sociais da metrópole na perspectiva dos coletivos artísticos e culturais das periferias que são compostos fundamentalmente pela juventude periférica. Juventude que vive a cidade em movimento, a partir de suas práticas sociais e políticas, pelas experiências de mobilidade, pela busca incessante de condições objetivas de existência, mas também pela busca de sentido, de utopias e de realizações. Esse conjunto de experiências originam narrativas urbanas que se fazem enquanto uso do território e que constroem, assim, uma representação social da metrópole a partir da periferia em perspectiva contrarracional, à medida que sugerem uma quebra no padrão de imaginários urbanos já consolidados, disseminando novos ideários e conteúdos da urbanidade (RIBEIRO, 2009).

Imagem 4: muro grafitado no Jardim Romano, no contexto do espetáculo teatral *A Cidade dos Rios Invisíveis*, do Coletivo Estopô Balaio (Raquel de Padua Pereira, 2019).



A identificação dos nexos entre produção cultural periférica e suas representações do urbano, a partir das geografias da

existência, então, considera a periferia enquanto o espaço opaco que, através da arte, inverte a lógica da racionalidade hegemônica da urbanização corporativa. A arte o ilumina através do sistema de ações em rede de coletivos artísticos e culturais que, por sua vez, formam o circuito cultural periférico se apropriando também das tecnologias da informação (ALVES, 2014). Seriam construídas, portanto, racionalidades alternativas no cerne das relações entre corpo, imagem e lugar (RIBEIRO, 2013).

Assim, as ações culturais são organizadas por sujeitos corporificados, segundo Ribeiro, os “sujeitos de direitos – previstos e garantidos em lei – que se materializam em sangue, carne e cultura” (RIBEIRO, 2000, p. 31, 2013). Uma juventude que produz arte a partir de suas experiências corpóreas especializadas em seus lugares, com o desígnio de existir e resistir, se aproximando daquilo que a autora chamou de “*reencantamento da experiência humana*” (*Ibidem*, p. 33). Lugares que, como sugere Santos (1996), são os pontos de partida para a interpretação do mundo enquanto espaço-tempo.

Já o território usado de Santos (1999), por sua vez, é considerado um dispositivo de criação da produção cultural periférica, a partir da dialética entre território como recurso e abrigo (SOUZA, 1999; SANTOS, 1999.). Isto é, o território é recurso artístico, sendo a cidade a matéria-prima da produção artística sobre ela mesma. Dessa forma, são inscritas novas poéticas do espaço urbano a partir do uso do território ligado à dinâmica dos lugares; estes, por sua vez, espaços do acontecer solidário, deliberando a construção de novos valores culturais no espaço geográfico.

Sobre essas poéticas, a arte de resolver a vida (RIBEIRO, 2013) se forjaria como a própria vida resolvida através da arte, ou seja, a partir do desígnio de viver de arte que essa juventude alimenta. A produção cultural a partir da periferia aconteceria, portanto, sob tecnologias que são conectadas ao que Santos (1994) chamou de “o tempo dos homens lentos”. Nesse tempo-espaço, seriam ressignificados lugares, trajetórias, narrativas e confeccionados novos projetos de futuro. E, sugeriria, ainda, uma das formas de construir o período popular da história (SANTOS, 2001), isto é, elaborar na escassez um imprescindível conhecimento que é

inseparável da realidade, inscreve novas possibilidades de existir no mundo e para o mundo.

Por fim, a elaboração deste objeto, guiado por tais pressupostos de método, assinalam um compromisso científico de investigar uma realidade a partir do lugar, ou seja, da própria existência objetivada para alcançar um conhecimento concreto. Tal ensino se contrapõe a uma teorização meramente abstrata sobre o espaço e a sociedade (RIBEIRO, 2013), pensando no que Ana Clara sugeriu como viabilização de uma prática empática, inserida no *corpo-sujeito* (*Ibidem*, p. 37) que une o universal e o singular na experiência historicamente construída no espaço-tempo. E, nesta toada, semear, mirando um processo de elaboração contínua e persistente, ações e pesquisas que sejam capazes de contribuir para a transformação do território metropolitano através da reflexão e da prática.

Referências

ALVES, Cristiano Nunes. *Os circuitos e a cena da música na cidade do Recife: o lugar e a errância sonora*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Por uma episteme dialógica, sensível e criativa: uma homenagem à Ana Clara Torres Ribeiro. In: EGLER, T. T. C.; POGGIESE, H. A.; MIRANDA, E. A. *Método e Ação no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 87-109.

PADUA PEREIRA, Raquel de. Cultura nas periferias das metrópoles brasileiras contemporâneas. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro; SILVA, Catia Antonia (org.). *Metrópole e crise societária: reexistir para existir*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 304 p., p. 101-113.

PADUA PEREIRA, Raquel de. *Mobilidade da juventude da zona leste de São Paulo: construindo representações sociais e visões da metrópole*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese (Doutorado em Geografia

Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. In: RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, v. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. In: RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, v. 4, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, p. 58-71, n. 9, ano 3, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios jovens: técnica e modos de vida. Conferência no Ciclo de Debates “O Olhar das Pesquisas Sobre os Jovens” do Observatório Jovem/UFF, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antonia da. (org.). *Formas em crise. Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005(a).

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987 [2012].

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais. São Paulo, 19 de março de 2000b.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000a.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 21, Porto Alegre, 1996b, p. 7-14.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 35-59, jun. 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura Silveira. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Catia Antonia da. *Um desafio epistemológico: por uma geografia das existências. Pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

EIXO VI
Justiça social na cidade

Pelos olhos de Ana Clara: justiça social e direitos como questão

Eveline Algebaile

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e abrir espaço, fazê-lo durar.

As cidades invisíveis. Ítalo Calvino

Introdução

Conheci a professora Ana Clara Torres Ribeiro em 1989, quando cursei como ouvinte, no Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), uma disciplina ministrada pelo saudoso professor Luiz Antônio Machado da Silva. Era uma disciplina magistral sobre matrizes do pensamento científico e, diante de meu interesse em ler mais sobre o que é um paradigma e em entender como um paradigma podia incidir sobre os estudos a respeito dos movimentos sociais, o professor me sugeriu a leitura de textos dentre os quais encontrei um de sua autoria em conjunto com a professora Ana Clara. É um artigo intitulado “Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias”, publicado em 1985, na revista *Ciências Sociais Hoje*, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), e hoje encontrado no volume 3 da coletânea *Por uma sociologia do Presente* (RIBEIRO, 2013).

Logo em seguida à leitura desse artigo, conheci pessoalmente Ana Clara no próprio IPPUR e, a partir de então, tive sucessivas

oportunidades de acompanhar suas discussões em disciplinas como Teorias da Modernização e Teorias da Ação, em bancas de defesa de trabalhos acadêmicos e em mesas de eventos científicos, dentre outras atividades. Em 1996, tive a alegria de tê-la como integrante da banca de avaliação em minha defesa de dissertação, fato que se repetiu em 2004, em minha defesa de doutorado.

Entre uma banca e outra, tive a oportunidade de acompanhar a riquíssima interlocução travada entre Ana Clara e meu orientador de doutorado, o saudoso professor Victor Vincent Valla, no contexto da realização de seus estudos sobre religiosidade popular e da organização, por ele e pelo professor Eduardo Stotz, na Fundação Oswaldo Cruz, de um grupo de estudos sobre a pobreza, do qual resultaria a coletânea intitulada *Para compreender a pobreza no Brasil* (VALLA *et al.*, 2005), organizada por Valla, Stotz e por mim, e prefaciada por Ana Clara.

Marcada pela memória dessa trajetória de encontros afortunados, o convite da professora Tamara Egler para debatermos a atualidade do pensamento da professora Ana Clara Torres Ribeiro, em particular, no meu caso, para o debate de aspectos de seu pensamento implicados com a discussão dos direitos humanos e da justiça social, não me reportou, inicialmente, a um ou outro texto específico, mas a uma variedade de fontes – textos, vídeos, anotações das aulas e mesmo memórias – que rapidamente foram me transportando para os ambientes e as situações nas quais tive a oportunidade indescritivelmente rica de ser tocada pela impactante energia desse pensamento.

Foi a partir desse emaranhado de registros que comecei a realizar, aos poucos, uma espécie de exercício de reaproximação de suas indagações e formulações, buscando delas colher indicações a respeito do tema e da atualidade do pensamento de Ana Clara a seu respeito.

É importante expor, desde já, que as contribuições de Ana Clara ao debate de variados temas relativos aos impasses e desafios da vida coletiva são, de meu ponto de vista, sempre relacionadas à apreensão da realidade que se quer analisar, do pensamento a respeito dos temas decisivos para o conhecimento que sobre ela pretendemos produzir e dos caminhos que podemos traçar para

conhecê-la. Empíria, teoria e metodologia se mostram sempre juntas nas formulações de Ana Clara sobre esses impasses e desafios, e isso não é diferente com as questões relacionadas aos direitos humanos e à justiça social, sempre presentes, direta ou indiretamente, em suas discussões sobre o urbano e a vida no urbano.

Haveria, portanto, muito o que encontrar a respeito dessas questões no pensamento de Ana Clara e foi preciso fazer escolhas que me ajudassem a definir um eixo preliminar de leitura e discussão.

É interessante observar que, em minhas anotações de suas aulas, eu sempre colocava ao final uma espécie de lista do que eu deveria levar em conta na discussão de cada tema ou autor tratado. Muitas indicações nesse sentido eram dadas diretamente por Ana Clara. “Anotem aí”, dizia ela, “é preciso levar isto em conta”. Mas outras tantas indicações vinham de observações dos colegas e das minhas próprias observações, sinais de que a formação ali ocorrida já interferia em nosso modo de olhar, em nossas estratégias de leitura e de estudo, em nossas pretensões de investigar e de entender, em nossos critérios de exposição.

Esse exercício que me marcou sensivelmente e se tornou de tal modo presente nas minhas atividades de pesquisa, docência, escrita e orientação que – pensei – bem poderia, agora, se voltar para os textos e demais registros que tenho do pensamento de Ana Clara, indagando sobre as pistas e indicações por ela deixadas a respeito “do que levar em conta no debate sobre direitos humanos e justiça social”.

Foi assim, portanto, que se definiu o perfil deste trabalho, que considero como um primeiro exercício no sentido acima exposto, tal o volume e a densidade das indicações encontradas.

1 – Uma concepção não jurídica e não normativa dos direitos e da justiça

Se queremos recolher, no pensamento de Ana Clara, pistas e indicações sobre os direitos humanos e a justiça social, e se queremos indagar sobre a atualidade desse pensamento, creio que um primeiro passo é definir com clareza que estamos diante de uma concepção de direitos e de justiça não subordinada ao que está jurídica e normativamente instituído.

Os textos de Ana Clara dizem que, se queremos efetivamente tocar a questão dos direitos e da justiça, como questão da vida coletiva, devemos olhar para as fronteiras, as margens dos direitos instituídos e reconhecidos como tal, bem como para as dinâmicas que evidenciam tanto as insuficiências, parcialidades, fragilidades e fraturas das concepções e condições efetivas de definição e realização de direitos e de justiça, quanto as tentativas de enfrentamento desses estados de destituição.

É importante observar, nesse caso, que, apesar da evidente centralidade da questão urbana nos seus estudos e formulações, a questão dos direitos e da justiça não aparecem como um tema meramente subsidiário dentro do debate do urbano. Ou seja, se o urbano tem centralidade – e tem –, isso não quer dizer que no estudo e na discussão do urbano a questão dos direitos vá se circunscrever, por exemplo, ao direito à cidade. Fica destacada em seus textos a relevância de se entender que é no urbano que emergem, definem-se, intensificam-se e são percebidos determinados aspetos da vida coletiva e dos seus parâmetros de realização que se tornam balizadores fundamentais do debate sobre a emergência de noções de direitos.

O urbano é uma decisiva condição de emergência e de explicitação de limites e possibilidades da vida coletiva, de explicitação do que nós fazemos, do que nos tornamos e – para lembrar os termos de Calvino (1990), tão caros a Ana Clara – do que *formamos estando juntos*. Nesse sentido, o urbano é constituído por (e ao mesmo tempo expõe) uma multiplicidade de diferenças, diferenciações e homogeneizações¹ que são a matéria fundamental da discussão sobre o que são e o que podem ser os direitos e a justiça.

¹ As tensas relações entre diferenças, diferenciações e homogeneizações no curso da expansão urbana, e a necessidade de levá-las devidamente em conta nas disposições sobre a atuação estatal e as políticas correlatas são uma preocupação recorrente nos textos de Ana Clara, como se pode observar nesta passagem do belo artigo “Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas” (RIBEIRO, 1995, p. 576): “Mais uma vez, portanto, estamos frente à necessidade de um novo ideário/projeto de desenvolvimento urbano que combine escalas e processos, apreendendo a homogeneização e a radical diferenciação socioespacial que caracteriza a sociedade brasileira contemporânea”.

Textos como “Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas” (RIBEIRO, 1995) e “Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana” (RIBEIRO, 2005a) são exemplos importantíssimos desse lugar que a discussão sobre o urbano tem no pensamento de Ana Clara. Não é um lugar de chegada, um objeto em si; o estudo do urbano visa compreender os sujeitos e as possibilidades de ação que modifiquem uma sociedade injusta e desigual.

É nesse sentido que, em meu entendimento, direito e justiça não são, para Ana Clara, um dado da realidade a ser analisado. São questões da vida coletiva que precisam ser apreendidas em suas fermentações.

A apreensão dos direitos e da justiça social como questão tem, de meu ponto de vista, pelo menos duas dimensões metodológicas fundamentais.

Uma primeira que pode se vincular à compreensão de Robert Castel (1995; 2002) sobre o que é uma “questão” no âmbito das ciências sociais e, portanto, também da ciência política. Termos como questão social, questão urbana, questão educacional, para Castel, dizem respeito ao modo como uma sociedade se indaga a respeito dos limites de sua coesão, de sua capacidade de conviver com diferenças e desigualdades sem se romper por completo.

Eu entendo que Ana Clara interroga as realidades que analisa por uma perspectiva similar. É como se ela olhasse para os mais variados aspectos da vida coletiva, no urbano, indagando: o que estamos dispostos a tolerar e a transigir? Até onde é suportável manter para mim uma concepção e uma condição de direito que não se aplica ao outro? Até onde é socialmente sustentável definir e defender como supostamente universal uma compreensão de direito que não leva em conta a compreensão do outro? Que aspectos da vida coletiva podem me revelar lampejos de concepções de direito e de justiça que não estejam colonizados pelos modos hegemônicos de ver e tratar os direitos e a justiça?

Esses tipos de problematização podem ser encontrados, por exemplo, no belo prefácio “A resistência do compromisso” (RIBEIRO, 2005b), que abre o livro *Para compreender a pobreza no Brasil* (VALLA; STOTZ; ALGEBAILLE, 2005), quando Ana Clara discute a

inscrição da ação contra a pobreza em modelos mundializados e a consequente desterritorialização da questão social, que impediria seu efetivo tratamento político.

Diz Ana Clara:

Observa-se esta tendência através da desconsideração de compromissos históricos com a cidadania; na modelagem tática do relacionamento com os pobres, transformados em clientela de programas sociais; na neutralização dos movimentos sociais, acusados de incompreensão dos desafios do Brasil frente à globalização da economia; no aumento do número de especialistas em pobreza; na intervenção das agências multilaterais no equacionamento de regras, para as políticas sociais, em todos os níveis de governo (RIBEIRO, 2005b, p. 9).

Na sua compreensão, processos como esses “modificam a imagem dominante da questão social, cada vez mais sobrecarregada de conteúdos informacionais e transnacionais”, e essa imagem

ao relativizar envolvimento com o aqui e agora, magnifica os que assumem tarefas no combate à pobreza, reduzindo, em contrapartida, a relevância política do pobre. Cabe acrescentar que as tarefas do ‘bom combate’, quando transformadas em modelos agilmente mundializados, possuem grande eficácia ideológica, já que parecem corresponder à dimensão dos fluxos globais. Entretanto, esta representação da pobreza também desterritorializa a questão social e, logo, impede o seu efetivo tratamento político (RIBEIRO, 2005, p. 9).

Tratar direitos e justiça como questão, portanto, implica analisar como uma sociedade se indaga sobre cada uma dessas questões, mas, também, como certos modos hegemônicos de definir tais questões influem nas condições sociais de indagar sobre a vida coletiva. E resulta daí uma segunda dimensão metodológica fundamental que identifico no pensamento de Ana Clara, que consiste em aplicar essa indagação geral (“como uma sociedade se indaga a respeito de alguma coisa”) a certos âmbitos em que os temas do direito e da justiça têm uma trajetória particular de discussão, a ponto de instituírem um quadro de

compreensão tácita sobre o assunto, ou um paradigma de difícil transposição.

Define-se, aqui, um desafio fundamental de pensamento e de ação: pensar o pensado e ver como ele influi nas possibilidades de produção de conhecimentos colonizando ou descolonizando as indagações das sociedades sobre os conjuntos que constituem.

Ana Clara propõe e enfrenta esse desafio em muitos textos, dentre os quais talvez seja possível indicar, como um exemplo fundamental de utilização dessa perspectiva de orientação metodológica, o texto ao qual já me referi acima, escrito em coautoria com Luiz Antônio Machado da Silva, sobre os estudos a respeito dos movimentos sociais. Um texto que é uma lição fundamental para todos os que pesquisam movimentos sociais, direitos e justiça.

2 – Direitos, justiça, ação social, sujeitos da ação

Dentre os resultados dessa escolha de Ana Clara, de tratar os direitos e a justiça como questão, gostaria de destacar um importante enunciado geral que, de meu ponto de vista, pode-se extrair de seu pensamento: se direitos e justiça não são um estado alcançado, uma coisa instituída, uma realidade dada, sua discussão não pode ser feita a não ser em vínculo estreito com a discussão da ação social, uma discussão que, para ser feita de forma efetivamente ampla, não pode colocar em plano secundário aqueles que deveriam ser vistos como sujeitos da ação política orientada para os direitos e a justiça, e não como meros objetos da atuação estatal.

Entendo que algumas das várias e inspiradoras epígrafes escolhidas por Ana Clara indicam os caminhos centrais do seu pensamento a respeito dos direitos humanos e da justiça social nessa perspectiva. Ou seja, como questões cuja centralidade não está no instituído, mas nas possibilidades de ação política que impliquem seu redimensionamento e sua ampliação.

No prefácio “A resistência do Compromisso” (RIBEIRO, 2005b), ela busca em Mia Couto a chave de compreensão do elemento central a se levar em conta em um livro sobre a pobreza no Brasil: “As ruas estão cheias de crianças que voltam da escola. Algumas me olham intensamente. Reconhecem em mim um estranho. E é o que sinto.

Como se a Ilha escapasse de mim, canoa desamarrada na corrente do rio” (Mia Couto – *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, apud RIBEIRO, 2005).

É uma citação que denota a preocupação central da Ana Clara com as distâncias sociais. As desigualdades envolvem diferenças na apropriação da riqueza implicadas com quadros de destituição material, mas também com dinâmicas de destituição política. As distâncias sociais geram formas insólitas de apreensão do outro, como no caso em que o outro é reconhecido, mas como estranho, e sua realidade existe como uma ilha que nos escapa, exatamente isto: como uma ilha, está ali e não se move, está ali e podia ser alcançada, mas nossa canoa está desamarrada e segue o fluxo do rio, o fluxo de uma vida que não para de modo a possibilitar que reconheçamos de verdade o outro e atribuamos validade a sua existência e a sua perspectiva, de modo a possibilitar que o equiparemos a nós não a ponto de entender como justo e necessário para o outro, aquilo que entendemos ser justo e necessário para nós (concepção clássica liberal de justiça social), mas a ponto de possibilitar que sua perspectiva seja levada em conta, mesmo que colocando a nossa em questão.

Em “Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas” (RIBEIRO, 1995), a chave de acesso à centralidade da discussão é dada mais uma vez por Ítalo Calvino, em uma memorável passagem de seu *Cidades invisíveis*.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

— Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? — pergunta Kublai Khan.

— A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra — responde Marco —, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo, depois acrescenta: — Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde: — Sem pedras o arco não existe. (CALVINO, 1990).

Como pensar a ação social sem encarná-la, corporificá-la em sujeitos reais? Sem entender a diversidade que constitui a ação como possibilidade real?

Poderíamos acrescentar, apenas para explicitarmos os nexos desse princípio geral de compreensão com a questão dos direitos e da justiça: como pensar direitos, justiça, políticas sem referi-las a sujeitos reais e aos arcos de ação que eles podem formar *estando juntos*?

Acho que são questões como essas que Ana Clara buscava projetar quando discutia diversas das formas de encarceramento da compreensão e da ação que podem “adiar a conquista de formas realmente libertárias de concepção do espaço urbano” (RIBEIRO, 2012, p. 5)². Formas libertárias que não resultarão de mentes individuais brilhantes porque não dependem da inteligência ou da engenhosidade. Dependem da consideração de múltiplas perspectivas, de arcos que não ocultam as pedras a partir das quais se formam.

Dentre outros textos, essa compreensão aparece no prefácio “A resistência do compromisso” (2005b) quando ela observa que

O diálogo com os sujeitos da transformação constitu[ía] um objetivo [muitas vezes não] assumido nos estudos recentes [sobre a] pobreza’ em particular nos ‘estudos [...] apoiados exclusivamente em técnicas quantitativas de pesquisa [que se afastavam] da análise histórica das relações sociais de produção e [...] da reflexão [sobre os] contextos sociais onde tornam-se nítidas as singularidades da sociedade brasileira. A inversão desta tendência exige domínio da análise histórica e o enfrentamento de abordagens que, ao homogeneizarem ou segmentarem a pobreza, não correspondem ao conhecimento necessário aos sujeitos das lutas sociais do presente (RIBEIRO, 2005b, p. 3, grifos meus).

Também se destaca, de meu ponto de vista, quando, nas suas análises sobre variados impasses, manifestações e intervenções na vida urbana, Ana Clara mostra sua preocupação com as situações em que, sob o alibi da segurança, impõe-se a vários segmentos populacionais um estado de silêncio e de violenta imobilização no espaço e do tempo.

² “...a ativação da sociedade, possibilitada por novas tecnologias, cria um afã cego por mais atividades e mais consumo, que pode adiar a conquista de formas realmente libertárias de concepção do espaço urbano” (RIBEIRO, 2012, p. 5.).

Isso aparece, por exemplo, em sua discussão no texto “Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos” (2007), em que ela analisa atos, discursos e manifestações que, diferentemente das manifestações por justiça, tratam a “paz [...] como meta fechada em si mesma” (RIBEIRO, 2007, p. 13).

Observa, nesse caso, que a forma compulsória e espetaculosa como essas intervenções buscam “restaurar a paz” implica, para uns, uma apropriação privilegiada e distorcida da proteção do Estado – “A paz, nestes casos, traduz-se em segurança para alguns segmentos sociais, a ser garantida pela ação policial, por vigilância, controle e repressão” (RIBEIRO, 2007, p. 3) –, enquanto para muitos outros implica uma “negação do presente”.

Negação do presente: ao decidirem monoliticamente quais são os “problemas do presente”, o que deve ser combatido e por quais meios e orientações – ou seja, o alvo e os sentidos da ação –, impedem a verbalização da multiplicidade de dores e de aspectos dos problemas da vida coletiva que deveriam balizar as políticas governamentais e a ação das instituições, inviabilizando, assim, o verdadeiro “tratamento institucional” desses problemas e, por conseguinte, sua superação no curso do tempo.

É nesse sentido que a negação de dores e aspectos reais que constituem os problemas da vida coletiva e neles se manifestam impede que eles sejam “ultrapassados pelo futuro”. Cria-se um “presente amplificado” que não pode ser superado nas suas limitações a favor de um futuro pensado e disputado, entendendo-se o futuro, nesse caso, como um tempo de respostas (RIBEIRO, 2007, p. 13).

3 – Para não encerrar

Tal como expus na introdução deste artigo, a oportuna ideia de discutir a atualidade do pensamento de Ana Clara me proporcionou uma impactante retomada de seus textos e de outros registros de suas aulas e de diversos momentos em que tive acesso as suas discussões magistrais. Ou seja, a tarefa de falar do pensamento de Ana Clara me transportou a um amplo e rico legado que está nos seus textos, mas também nas anotações de suas aulas e mesmo na

nossa memória da impressionante possibilidade de interlocução que tínhamos com ela.

Isso me fez pensar no quanto é oportuno lembrar que a importância de Ana Clara na formação de pesquisadores está além da sua atuação direta como docente e orientadora, mas também na qualidade e regularidade da interlocução que ela estabelecia com grupos de pesquisa no Brasil e na América Latina.

Ao rastrear os textos de Ana Clara e os registros de suas exposições, encontrei os impressionantes vestígios dessa generosa presença em tantos espaços, uma presença marcada não por passagens efêmeras por vários lugares, mas por estadias prolongadas e regulares com grupos de pesquisadores com os quais construiu percursos coletivos de interlocução. Eu fui alcançada nesse movimento e devo a isso algumas das qualificações que mais prezo na minha atuação acadêmica, profissional e política.

Tudo isso me leva a pensar que a atualidade do pensamento de Ana Clara se define por múltiplos aspectos, que vale a pena elucidar.

Primeiramente, é um pensamento atual por se constituir como um documento de análise de um passado recente que ainda se revela ativo na realização do presente.

Mas seu pensamento não seria assim tão atual se ela não tivesse vislumbrado, nas realidades analisadas, seus elementos de persistência, fermentação, ebulição e desdobramento. Por conseguinte, é um pensamento cuja atualidade reside também na constituição de um conjunto extremamente intenso e potente de indicações sobre como olhar o passado, o presente e o futuro nas suas movimentações, ou seja, um conjunto de indicações metodológicas que nos empurram para não tomarmos as análises passadas e os modelos analíticos como matrizes estáticas a serem aplicadas sobre os fatos, processos e relações que nos desafiam no presente.

Por fim, mas certamente sem encerrar – já que há muito a percorrer a partir do convite que nos foi feito e que tentamos realizar preliminarmente neste momento –, a atualidade de seu pensamento não teria o impacto que tem em nós se sua presença em nossa formação não fosse tão inspiradora, tão capaz de mobilizar em nós o desejo de olhar a vida coletiva indagando como ela pode ser melhor conhecida, construída e disputada.

Nesse sentido, a atualidade de pensamento de Ana Clara está em parte no que ela fez do seu pensar, mas também está, em parte, no que podemos fazer e formar a partir do legado que ela nos deixou.

Referências

- CASTEL, Robert. La desigualdad en las sociedades salariales. In: VARELA, J. (ed.). *Sociología e información*. Madrid: La Piqueta, 2002, p. 47-54.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias? *Ciência Sociais Hoje*, São Paulo: Cortez, Anpocs, p. 318-336, 1985.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Contraponto – Debates*, n. 58, 2012.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Corpo e Imagem: alguns enredamentos urbanos. *Cadernos PPG-AU/ FAUFBA*, Salvador, ano V – número especial, 2007.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005a.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A resistência do compromisso. Prefácio. In: VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, (16) 556-590, 1995.
- VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Ser jovem na cidade de Clara: a juventude na sociologia do presente de Ana Clara Torres Ribeiro¹

Paulo Cesar Rodrigues Carrano

(...) penso que a tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento de outros (EDWARD SAID, 2005:53).

O título deste artigo dialoga com as cidades de nomes femininos inventadas por Ítalo Calvino (1990: 146) no livro *As cidades invisíveis*. Dentre as muitas cidades narradas por Marco Polo ao imperador Kublai Khan, ocorreu-me a cidade de Berenice, a cidade que se revela simultaneamente justa e injusta e que traz em si as futuras Berenices. A “Cidade de Clara” imaginada para os jovens não é uma cidade idealizada e metafísica – ainda que com Platão possamos dizer que a cidade não é, mas pode vir a ser. A cidade de Clara é uma cidade iluminada pelos próprios jovens – que iluminam aqueles espaços opacos tão bem descritos por Milton Santos – em suas “artes de resolver a vida” (RIBEIRO, 2013) a partir de seus lugares que são cotidianos de existência e de invenção. A obra de Ana Clara Torres Ribeiro faz lembrar Simone de Beauvoir quando esta nos diz que é “no conhecimento das condições autênticas de nossa vida que devemos extrair a força para viver e as razões para agir” (BEAUVOIR, 2013: 14).

¹ Este artigo é elaborado a partir da comunicação “Ser jovem na cidade de Clara” para o Seminário Atualidade do Pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro – IPPUR/UFRJ, 12.11.2021. Coordenação: Tamara Egler. Chamei o evento de seminário acadêmico-afetivo, justa homenagem à mestra rigorosa e amiga que foi Ana Clara Torres Ribeiro.

Iniciei o diálogo com Ana Clara em minha pesquisa para a tese de doutorado (CARRANO, 1998)², em meados dos anos 1990. Nesse momento inicial de pesquisa, Ana Clara me fez compreender a dimensão relacional dos espaços e das práticas. Queria eu, de início, “mapear espaços juvenis” na cidade de Angra dos Reis. E, então, aprendi que os espaços não existem por si só, mas são praticados; que os espaços não existem sem os móveis que os habitam e todo território humano é território usado e sócio-histórico. E desse modo, os “espaços” não estão lá para serem “coleccionados” como se inertes fossem.

Não é aqui a ocasião de comentar sobre minha pesquisa de doutorado, mas vale dizer que essa orientação de Ana Clara, ainda na fase de qualificação da tese, me permitiu construir uma etnografia de acompanhamento de percursos juvenis na cidade que teve início com jovens da cidade e seguiu conversa com velhos rurais da cultura do jongo³ e da luta pela terra nos territórios rurais do Bracuí, em Angra dos Reis. Provocado à abertura analítica para a observação de redes de relações no espaço praticado, alarguei meus mapas de investigação e fui levado para territórios de memória negra de interesse cultural e político de jovens da capoeira e do Movimento Negro. Jovens que assumiram, tal como defendia Ana Clara, a responsabilidade de serem herdeiros das memórias coletivas de seus territórios de vida em suas lutas por direitos.

Diálogo com jovens

Dentre os muitos roteiros, uns mais afetivos e outros mais conceituais, decidi-me por realizar um diálogo com a própria Ana Clara a partir de suas formulações políticas, teóricas e metodológicas

² A tese resultou nos livros *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*, Relume Dumará, 2002; e *Juventudes e Cidades Educadoras*, Vozes, 2003.

³ O jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua Bantu. É cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica. Consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar localizadas no Sudeste brasileiro, principalmente no Vale do Rio Paraíba do Sul. É um elemento de identidade e resistência cultural para várias comunidades e também espaço de manutenção, circulação e renovação do seu universo simbólico (IPHAN, 2007: 12).

com os jovens e a juventude. Dediquei especial atenção à comunicação que Ana Clara fez no ano de 2011 na ocasião do Ciclo de Debates do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro da Universidade Federal Fluminense e que resultou no artigo “Territórios jovens: técnica e modo de vida” (RIBEIRO, 2014).

Nos escritos e comunicações orais de Ana Clara sobre os jovens, encontramos algo que podemos chamar de uma sociologia crítica e amorosa referida aos modos de vida dos jovens populares. Para o referido ciclo de debates, Ana Clara preparou sua comunicação como lição educativa para o diálogo com jovens que ela intuiu que estariam no evento. A comunicação se fez também como convite ao diálogo, tal como concluiu: “Então, era isso que eu queria falar. Quero fazer esse diálogo também com esses jovens; e que fique uma possibilidade de trabalho com a juventude na forma de diálogos que não são conceituais, mas são práticos, são da vida, são da fraternidade e da amizade” (idem: 30).

Em verdade, havia jovens no evento, mas jovens estudantes de graduação, mestrado e doutorado e não os jovens adolescentes populares de favela que ela imaginou encontrar. Mas, também foi bom assim. Ana Clara manteve o seu plano de comunicação em linguagem acessível que explicitou conceitos associados a sua sociologia do presente e cartografia da ação corporificada em territórios usados e espaços praticados. E o fez de forma simples, quase coloquial, sem abdicar da complexidade dos conceitos e da profundidade das análises. Destaco pontos de sua comunicação de cerca de 40 minutos e que resultou em texto curto e denso (nove páginas); curto como a vida de muitos jovens populares que não conseguem ultrapassar a “fiscalidade das fronteiras” violentadas pelas condições de vida precárias, como assinala; e texto também que tem a densidade da vida cotidiana revelada no que ela poeticamente denominou como as “artes de resolver a vida”.

Técnica e modos de vida

Há o alerta inicial da necessidade de se desnaturalizar a noção de território. Território e cotidiano teriam se transformado no par do “politicamente correto”. Ana Clara chama atenção para os

riscos dos espacialismos que atribuiriam ao espaço a capacidade de determinar os comportamentos coletivos; e nesse caso também os comportamentos juvenis. Afirmou não se sentir confortável exclusivamente com a ideia de territórios jovens e que precisaria de “mais alguma coisa”. E essa coisa a mais, pela experiência de seu laboratório de pesquisa – o LASTRO⁴ – seria: *técnica e modos de vida*.

Ana Clara fez referência ao trabalho de pesquisa de doutorado e livro de Denise Cordeiro – *Juventude nas sombras* – com jovens do bairro Jardim Catarina, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Denise teria conseguido bem questionar os usos confortáveis de “território e cotidiano” ao revelar modos de vida de jovens populares, limites impostos pela territorialidade do bairro empobrecido e linhas de força de emancipação:

Nesse cenário que afeta a vida dos jovens pobres, não cabe o temor ou a espera silenciosa, mas a busca de um olhar dirigido a suas experiências de vida. Eles querem ser ouvidos e têm muito a dizer, e suas múltiplas vozes afirmam o que a vida tem de melhor: a multiplicidade. No entanto, as visibilidades explodem em torno de um modelo de juventude perigosa, e jogam-se nas zonas de sombra as apropriações dos espaços e do jogo de possibilidades, para mais e para menos, no instante de um sorriso, de um devir, toda vez que a juventude transforma bens em recursos, lutar para encontrar saídas possíveis, abre portas, faz a vida vazar nesses territórios de fabricação da miséria. Futuro incerto, vida dura, potentes devires (CORDEIRO, 2009: 232).

A noção de “pedaço”⁵ – ainda que mais própria do campo da Antropologia – traria em si uma definição do território mais apropriada por revelar sua dimensão relacional. Ana Clara revela o vigor de seu pensamento ao nos lembrar da importância das “lutas semânticas” na nomeação do real. Quem a conheceu, pessoalmente ou por seus escritos, sabe que ela não deixava passar reificações, conceitos frouxos ou noções cristalizadoras das práticas sociais. No artigo “Território brasileiro: usos e abusos (...)” – Ribeiro, 2013 – explicita como os conceitos de “território”, “ação”, “projeto” e “práxis” se articulam para traduzir a substância societária que

⁴ Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵ Sobre a categoria “pedaço” ver MAGNANI (1984 e 1996).

direciona os fluxos e, o que seria menos observado e compreendido, conduzir a atualização dos fixos. É nesse sentido que na revalorização do território, e na esteira de Milton Santos, afirma que o território em si não é categoria de análise. A categoria de análise é o território usado, convém enfatizar. Os conceitos, assim como a teoria, têm consequências⁶. Ana Clara recupera a expressão de Eduardo Grüner que considerou Maquiavel “um campo de batalhas” para assim também definir o professor Milton Santos, fazendo a ressalva que não deveríamos transformá-lo num “clássico”, tentativa que buscaria controlar a força propositiva de seu pensamento. Assim, Milton Santos não deveria ser “(...) prudentemente retido no passado. Não! Milton Santos é um campo de batalha, uma obra aberta sempre a novos questionamentos” (RIBEIRO, 2013:151). É, então, na mesma medida que podemos considerar Ana Clara Torres Ribeiro, também ela, “um campo de batalhas”.

Em seu elogio à potência inventiva da vida cotidiana, alertou-nos de que é preciso não desprezar o banal. Devemos tratá-lo com carinho e o cuidado que merece. Sem isso não se vai a lugar nenhum e não se cria uma maturidade plena, rica, satisfatória, criativa e risonha, assim concluiu. Nesse trecho de sua comunicação no ciclo de debates do Observatório Jovem, Ana Clara traz a expressiva imagem de uma mãe popular do bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro, que, mesmo diante da perda da casa nas enchentes, e morando em abrigo, levava seus filhos limpinhos e arrumados para a escola. Um gesto banal; um gesto cotidiano justo que “salva o mundo”, penso aqui no poema *Os Justos*, de Jorge Luis Borges.

Os Justos⁷

Um homem que cultivava o seu jardim, como queria Voltaire.
O que agradece que na terra haja música.
O que descobre com prazer uma etimologia.

⁶ Sobre isso, ver Moraes (2009) que recupera a afirmação apaixonada do historiador marxista inglês E. P. Thompson que, em debate em Oxford, 1979, em defesa de seu livro *A miséria da teoria: um planetário de erros* (1978) afirmou: “A teoria tem consequências!”.

⁷ Jorge Luis Borges. In: *A Cifra*. Tradução: Fernando Pinto do Amaral. Disponível na Internet: <https://www.citador.pt/poemas/os-justos-jorge-luis-borges>. Acesso em: 19.11.2021.

Dois empregados que num café do Sul jogam um silencioso xadrez.
O ceramista que premedita uma cor e uma forma.
O tipógrafo que compõe bem esta página, que talvez não lhe agrade.
Uma mulher e um homem que lêem os tercetos finais de certo canto.
O que acarinha um animal adormecido.
O que justifica ou quer justificar um mal que lhe fizeram.
O que agradece que na terra haja Stevenson.
O que prefere que os outros tenham razão.
Essas pessoas, que se ignoram, estão a salvar o mundo.

Foto 1 – Jovem vende acessórios e conserta celular. Centro do Rio de Janeiro. 21.10.2017.



Fotografia: Paulo Carrano.

Artes de resolver a vida

Ana Clara fala para jovens que se afirmam como sujeitos sociais e em quem reconhece os numerosos gestos diários das “artes de resolver a vida”⁸. E esses mesmos jovens que reinventam cotidianamente suas vidas também encontram-se expostos aos estilos de vida que produzem o descolamento entre consumo e trabalho. Nesse sentido, há um condicionamento de imaginários comandados pelas mercadorias produtoras de desejos. A imposição de estilos de vida pelos mercados constitui um impasse subjetivo fundamental que, em última instância, revela o desprezo pelos modos de vida e pela própria noção de “arte de resolver a vida”.

Foto 2 – Jovem faz malabarismo no sinal de trânsito. Niterói, 31.03.2019.



Fotografia: Paulo Carrano.

⁸ Nesse trecho permito-me dizer que essa potente e generosa categoria “artes de resolver a vida”, que reconhece a inventividade cotidiana popular, foi senha para que, em minhas andanças fotográficas pela cidade, eu tivesse olhos para enxergar a vida cotidiana em forma de arte. No Instagram – rede técnico-social, tal como precisou Tamara Egler (2006) – criei a *hashtag* #artesderesolveravida que na ocasião da elaboração deste artigo contava com 64 fotografias de minha autoria em diferentes lugares, predominantemente, entre Rio de Janeiro e Niterói, mas também São Paulo, Santiago de Cuba e outras cidades por onde andei reparando nas coisas do mundo.

“Quanto uma jovem atendente de *shopping* gasta com produtos de beleza?” Indaga Ana Clara lançando luz sobre as pressões do imaginário da beleza que oprime, em especial, as jovens mulheres cotidianamente a perseguir imagens idealizadas de corpo e beleza.

A escuta do outro encontra a pedra de toque da formulação de Ana Clara, em especial, nessa reflexão sobre os jovens. Escutar os muitos outros, enfatiza e lança o olhar para a pluralidade das relações. A dignidade do outro com a experiência única do jovem do lugar com o universal, ou seja, com aquilo que é de todos. E, então, nos adverte: “As pessoas não são precarizadas; as condições de vida é que são precárias”.

Ana Clara enumera três armadilhas societárias

1. A pressão dos estilos de vida que endividam as pessoas.
2. O aprisionamento do imediato. A ausência de mediações institucionais e mobilizacionais para o alcance de uma vida melhor.
3. A tradução do estilo de vida pelo código do individualismo e da competitividade.

Essas armadilhas não contidas levam à perda da sociabilidade e do vínculo social. E nessa perspectiva trata-se não somente de territórios, mas de territorialidades, que se expressam como práticas e vínculos sociais criados. Dessa forma, a sociabilidade agrega o fator corpo. E junto com ela emerge a tecnicidade que é a possibilidade de fazer dos objetos coisas imprevistas. A possibilidade mesma de politizar e transformar o próprio cotidiano. Ana Clara nos oferece princípios e ferramentas metodológicas para enfrentar o desafio de garimpar nos lugares – nos cotidianos vividos – as diferentes técnicas, materiais e imateriais que sintetizam as “artes de resolver a vida”.

Foto 3 – Salão de beleza popular. Centro do Rio de Janeiro. 08.06.2019.



Fotografia: Paulo Carrano.

Ao recuperar os conceitos de *espaço opaco* e *espaço luminoso* formulados por Milton Santos, Ana Clara dirá que o espaço dessa juventude – popular – é um espaço opaco; que precisa de iluminação, mas não da iluminação exterior e impositiva como se fez com a ocupação militar no Complexo do Alemão⁹. A perspectiva apresentada é que os jovens iluminem seus próprios corpos e caminhos. Eles e elas que têm luz própria. E poderíamos dizer que também necessitam da abertura do mundo adulto e das instituições para o diálogo, e não para as vias pré-moldadas das representações ideais sobre o que é ou não ser jovem. Ana Clara enfatizava o uso das imagens – em especial a cartografia elaborada em coprodução

⁹ Referência à operação de ocupação militar e policial nas favelas do Complexo do Alemão, zona da Leopoldina, no Rio de Janeiro, realizada em 27 de junho de 2007, para combater o tráfico de drogas.

com os sujeitos dos lugares – como possibilidade de representação de territórios usados e espaços praticados.

No projeto “Cartografia da ação e a juventude em São Gonçalo”¹⁰ estava em tela o exercício metodológico e também a problematização da formação do sujeito na luta por direitos ante imaginários sociais urbanos. O roteiro elaborado para a animação dos grupos focais com os jovens permite perceber a busca por apreender aspectos tanto das experiências dos sujeitos nos lugares, suas redes de relações, o eu e o outro, quanto suas representações sobre os condicionantes da ação, tendo o roteiro os seguintes itens: trabalho/estudo; apropriação do espaço urbano; segregação espacial (percepção e experiência); identidades sociais e conflitos espaciais; sociabilidade: vínculos sociais, redes sociais; desigualdades sociais (percepção e experiência); preconceito e exclusão social; imaginário urbano.

Sobre o projeto da cartografia da ação com jovens esclareceu:

A esta cartografia serão adicionadas informações obtidas mediante a elaboração de mapas mentais; a realização de entrevistas abertas e a aplicação de questionários aos grupos de jovens. O recurso a estas técnicas, articuladas à produção de imagens (...), visa o conhecimento da experiência urbana da juventude incorporada ao projeto, incluindo informações sobre: universo familiar, redes de vizinhança, estrutura de hábitos, usos do espaço e do tempo, experiência nas instituições de ensino e no trabalho, identificação de barreiras na apropriação do espaço urbano. Por sua vez, a incorporação dos jovens à pesquisa implica na articulação da técnica dos grupos focais (...) que permite a manifestação de valores culturais, opiniões e anseios e da pesquisa-ação (...), que possibilita que o projeto alcance os seus objetivos maiores, relacionados à defesa dos direitos de cidadania da juventude residente na região do leste metropolitano (RIBEIRO e SILVA, 2009, p. 9).

¹⁰ Pesquisa realizada em parceria entre o LASTRO-IPPUR/UFRJ e o LEME/FFP-São Gonçalo junto ao projeto de pesquisa: Cartografia da ação e juventude e São Gonçalo (FAPERJ – Edital Humanidades, 2009), conforme informações de SILVA & SCHIPPER, 2012).

A imaginação cotidiana

Ana Clara imagina uma cinematografia feita pelos próprios jovens que pudesse ser a representação – ao estilo do *Ulisses* de Joyce – sobre um dia na vida de um jovem. Anseia por novos Ulisses emergindo desses lugares que não são territórios herméticos, são abertos, não são comunidades metafóricas, narram guerras, e que têm todas as possibilidades de serem excelentes narradores dentro de uma cotidianidade não alienada, tal como foi a proposta de Henri Lefebvre em seu elogio da obra do escritor irlandês James Joyce (1882-1941).

Ulisses é o antípoda da narração que articula figuras estereotipadas, e também do romance tradicional que conta a formação de um indivíduo, a ascensão e o declínio de uma família, o destino de um grupo. O cotidiano entra em cena revestido pelo épico, por máscaras, por vestimentas e por cenários. É exatamente a vida universal e o espírito do tempo que se apoderam dele porque se investem nele, conferindo-lhe uma amplitude teatral. Todos os recursos da linguagem vão ser empregados para que se exprima a cotidianidade, com sua miséria e sua riqueza. E também todos os recursos de uma musicalidade escondida que não se separa da linguagem e da escrita literárias. Enigmáticos poderes predominam. Ao redor, em cima, embaixo da profunda trivialidade de Bloom está a cidade (Dublin), está a especulação metafísica e o homem labiríntico (Stephen Dedalus) e a simplicidade dos impulsos primitivos (Molly). Estão o mundo, a história, o homem. Estão o imaginário, o simbolismo e a escrita esclarecedora. O emprego de todas as forças do discurso não ocorre sem uma dupla dissolução da linguagem literária e corrente. O inventário do cotidiano faz-se acompanhar de sua negação pelo sonho, pelo imaginário, pelo simbolismo, negação que supõe também a ironia diante dos símbolos e do imaginário. O objeto e o sujeito clássico da filosofia lá estão, pensados, concebidos (LÉFÈBVRE, 1991: 7).

A evocação do personagem literário destituído de seu aspecto mítico e heróico da mitologia grega e alçado à condição de corpo-sujeito da vida cotidiana, é trama que se tece na busca da articulação entre a universalidade, o espírito do tempo, que se territorializa nos espaços-tempos cotidianos. É o reconhecimento de que as sociedades

humanas concebem seus corpos e organizam e desorganizam suas cidades em interações recíprocas que constituem *sujeitos corporificados* (RIBEIRO, 2000).

Foto 4 – Jovens negras. Carnaval. Centro do Rio de Janeiro. 18.02.2018.



Fotografia: Paulo Carrano.

Ana Clara praticou o diálogo com esses jovens que concebia como sujeitos capazes de iluminar o chão cotidiano onde pisavam. Abria-se constantemente para as possibilidades múltiplas de diálogo com os jovens populares; diálogos que insistiu não são conceituais, mas são práticos, são da vida, são da fraternidade e da amizade.

É essa busca por provocar diálogos que a grande rede de produção acadêmica, compromisso político, afetos e amizades que ela inspirou segue perseguindo. Seguimos juntos e provocando diálogos na cidade luminosa de Clara.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *Pour une morale de l'ambiguïté suivi de Pyrrhus et Cinéas*. Paris: Gallimard, 2013.

CARRANO, Paulo C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Rio de Janeiro: Edit. Vozes, 2003.

CARRANO, Paulo C. R. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Edit. Relume Dumará, 2002.

CARRANO, Paulo C. R. *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*. Tese (Doutorado em Educação??) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Contribuição metodológica para a pesquisa de redes técnico-sociais. *Revista Pré-Til*, v. 12, p. 10-28, 2006.

IPHAN. *Jongo no Sudeste*. Brasília, DF: Iphan, 2007, 92 p.

LÉFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole. In: *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 12-53.

MAGNANI, Henri. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Edt. Brasiliense, 1984.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. A teoria tem consequências: indagações sobre o conhecimento no campo da indagação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios jovens: técnica e modos de vida. In: *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Org. Paulo Carrano e Osmar Fávero. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 19-29.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida. In: RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, v. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 75-90.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 24, n. 1, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia da (coords.). *Relatório científico do Projeto Territórios da Juventude: experiências em cartografia da ação*. São Gonçalo (RJ): FAPERJ, 2011.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Catia Antonia da; SCHIPPER, Ivy. Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 8, n. 1, p. 25-39, jan./jun. 2012.

EIXO VII
Política na América Latina

Ana Clara y América Latina

Héctor Poggiese

En principio sería un modo limitado observar y explicar la mirada latinamericana de Ana Clara si es que no la refiero a sus modos prácticos, a la identificación de escenarios ratificadores o correctores de todo y cualquier presupuesto conceptual o de categóricas definiciones al respecto.

En mi caso puedo atestiguar el proceso, realizaciones y definiciones del Grupo de Trabajo DESARROLLO URBANO de CLACSO, entre 2000 y 2010. Este grupo fue propuesto, organizado y conducido por Ana Clara con una dedicación e iluminación admirable, como no dudo le reconocen todos los que acompañaron esa experiencia, colegas de varios países de Sur y Centro América.

Nos conocimos porque me invitó por mail a sumarme a ese Grupo e siempre insisto que nos juntamos con escasa frecuencia, calculo fueron unas 15 veces en 10 años: o en los encuentros formales del GT, realizados en países de la región u en viajes o visitas más a Río de Janeiro que acostumbro a hacer porque viví allí 8 años. Ya lo dijo, en poesía, Mario Benedetti, una segunda patria es la del exilio.

Conservo sí, todos los mails que intercambiamos durante esa década por las tareas del GT, siendo que se acrecentaron muchísimo en el último trienio ¹ Me propongo presentar una parte de ese ciclo de encuentros para demostrar que cada uno y todo el conjunto respondían a dos variables del acontecer en América Latina.

La primera, que la presencia y resultados de los encuentros contribuyeran a los procesos coyunturales democratizadores que se vivían en esos países.

¹ Compartí con Ana Clara la coordinación del GTDU en el último tramo de su existencia (2008-2010)

La segunda, que el ciclo de encuentros, en su secuencia, sonara en sintonía con el entrelazamiento intercontinental que se vivía en la década de recuperación y crecimiento de gobiernos populares

No se trataba apenas, de entender lo que sucedía en las ciudades y países, sino de contribuir a las líneas transformadoras de las políticas públicas y de las insurgencias populares, a las apuestas a la asociación y la integración entre fuerzas estatales, académicas y populares sin desprestigiar la cooperación y participación en procesos y fortalecer la configuración regional latinoamericana

Repasemos el ciclo de encuentros del GT auscultando allí esa conjunción de orientación predefinida y sensibilidad latinoamericana propia de Ana Clara

Rio de Janeiro 2000

El primer encuentro del GT fue en Rio. Había entonces, en Brasil, condiciones favorables para entremeterse en el desarrollo urbano y en la gestión democrática de las ciudades. Se vivía una etapa de crecientes definiciones y transformaciones en el campo institucional: la nueva constitución pos dictadura (alcanzada por las DIRECTAS YA), el Estatuto de la Ciudad configurando un campo experimental progresivo para el urbanismo; la experimentación -en municipios desde 1988- del Presupuesto Participativo; el MST consolidado como actor reconocido; Lula aprestaba su cuarta candidatura a presidente, que culminaría con su elección en 2002.

El seminario tuvo la estructura tradicional de mesas y presentaciones de los convidados, aunque, en realidad, fue la conjunción inicial colectiva del núcleo que Ana Clara había entrelazado, en forma preliminar, para constituir el grupo con colegas de otros países de América Latina. Primó la camaradería, el conocimiento mutuo, las relaciones interpersonales, el entusiasmo, Como un vuelo de prueba, circunstancial, se hicieron los primeros arreglos para el funcionamiento de un período de tres años. Entonces no se sospechaba que la aventura duraría una década (el GT fue seleccionado para otros dos períodos consecutivos) y no se arribó a una proyección estratégica y a un programa de allí derivado.

La consulta de Ana Clara al GT

Después del evento inicial, ante la carencia de definiciones más profundas Ana Clara envió un mail a todo el GT consultando sobre precisiones estratégicas que necesitábamos definir para el programa de actividades a desarrollar. Merecen destaque los tres puntos de máxima significación de la consulta de Ana Clara al GT en sus inicios, que buscaban definir nuestro que-hacer en los siguientes campos:

- “...práticas de envolvimento com atores sociais e políticos;
- formulação de políticas públicas, incluindo análises críticas;
- tomadas de posição do GT face a questões conjunturais relevantes...”

De las preguntas ya se deducía que el quehacer del GT estaría, sin renunciar a la mirada crítica, involucrado en procesos de elaboración e implementación de políticas, entrelazado participativamente con otros actores y definiendo su parecer frente a problemas importantes. En los intercambios inmediatos hubo acuerdos que me animo a sintetizar así:

Se convino en no concentrarse en la “lista de temas” y en la idea de “proyectos de investigación latinoamericanos”, caminos bastante conocidos, donde corríamos el riesgo de empantanamiento... habría que tener un objetivo implícito y un objetivo explícito.

El objetivo implícito sería aumentar la relación interpersonal y favorecer la formación del grupo (de un grupo), dándole la posibilidad de un cierto papel, por modesto que fuese, en la formulación de políticas urbanas. El GT no debería preocuparse tanto de los temas y de las investigaciones (las personas y los centros ya lo saben hacer) sino de los investigadores y de las ciencias sociales. Qué se hace o qué debiera hacerse para obtener una incidencia mayor en las decisiones de los actores urbanos y mejorar las prácticas intelectuales, profesionales, académicas.

El objetivo explícito sería el de “introducir y/o instalar” un tema sólido en la agenda de lo urbano y sostenerlo -como GT- en el debate, en las argumentaciones y en la acción que sea necesaria. Aquí no se trataría apenas de un asunto de interés común, sino de

coincidir en la elección de una cuestión que siendo de impacto actual y relevante en el debate sobre la ciudad, fuese también pertinente al objetivo implícito en cuanto grupo actuante

¿Cómo encontrar un asunto con ese doble significado? La probabilidad de contener las dos aspiraciones (objetivos implícito y explícito) estaría en aquellos problemas de peso relativo alto en las decisiones de políticas urbanas que pudiesen aceptar (o donde hubiera la posibilidad de impulsar) un papel activo de los investigadores de las ciencias sociales en esas decisiones.

El campo de temas quedaba así bien restringido, como si fuera una elección de alternativas políticas. Entonces se trataría de escoger asuntos y encararlo explícito y coherente con el objetivo implícito de formar un grupo que jugase un rol en la formulación de políticas urbanas.

Una agenda preliminar se hizo evidente enseguida: la “gestión democrática de la ciudad”, “la ampliación de actores en la gestión de lo urbano”, la amplitud de perspectivas y el pluralismo, el involucrarse y asociarse de varios (tal vez muchos) otros actores, incluyendo a los de ciencias sociales .

El abordaje de la gestión democrática lleva, de forma obligada y hasta imperceptible, casi natural, a relacionarse con los otros actores de la ciudad, en una práctica creadora de vínculo y por lo tanto, a hacer evidente el papel de cada uno, incluso el del grupo de investigadores de ciencias sociales. Un ejemplo ilustrativo sería pensar que efectos produciría promover en la región latinoamericana -desde nuestro GT- ante los MSU, los sindicatos, las agencias y funcionarios de gobiernos, etc., el debate de la gestión democrática. Resultaría ser muy convincente practicar ese rol y conseguir que los otros actores perciban que el campo de alianzas para una gestión democrática de la ciudad también nos incluye (a nosotros, al GT, a las ciencias sociales) y que podemos ser promotores de ese campo de alianzas .

El programa del GT se organizaría en torno a esa concepción, de modo que sus acciones sean coherentes a las finalidades planteadas. Así, entonces, los encuentros no serían solo de investigadores. Los subgrupos nacionales del GT, por su lado, también realizarían acciones similares en cada país, con los MS y otros.

Aunque conservase la denominación de DESARROLLO URBANO en esencia abordaría la GESTION DEMOCRATICA DE LAS CIUDADES en América Latina.

Porto Alegre 2003

El GT en foro social mundial

La coyuntura era muy especial. Lula, recién elegido pasó por el FSM rumbo a Davos. Chavez, ya presidente, también asistió al FSM. Dentro de una movilización mundial antiglobalización de perspectivas inciertas a principios del siglo XXI, bullía y podía presagiarse una época de transformaciones socio políticas que dieran lugar a gobiernos democráticos y populares en AL

El FSM se intercaló con la naciente vida del GT. Desde el Programa PPGA de FLACSO argentina, con apoyo del GTDU de CLACSO, organizamos una oficina (taller) sobre Participación Popular en Políticas Públicas: “Gestión democrática de las ciudades”

En el tercer día el cierre correspondía a una mesa coordinada y preparada por Ana Clara que simboliza la primera aparición del GTDU en un evento internacional multiactoral.

Sin embargo, la noche previa nos a noticiamos que por distintas razones los académicos que componían la mesa no concurrirían. En medio de la desorientación y el desaliento, informados que en esos días en las playas de Ipanema operaba el “arrastao” (acciones de hurto y molestias producidas en tumulto) le sugerimos a Ana Clara realizar un arrastao “progresista y solidario” en los pasillos y sitios donde circulaban cientos de asistentes al FSM, explicando y convidando a la mesa a colegas de Brasil y otros países para sustituir a los ausentes.

Entre sorprendida y divertida con la táctica propuesta, la llevó a cabo con enorme disposición y empeño, recorrió (recorrimos) explicamos, convencimos, de tal forma que a la hora de iniciar la actividad había una fila de 11 o 12 expositores esperando para compartir una mesa de 4 o 5 sillas. Éxito superlativo en un ambiente socio político donde un grupo académico perfilaba un modo, de actuación no habitual pero que encajaba en el debate y definiciones

prefiguradas en la consulta de Ana Clara que sucedía en ese mismo tiempo, como ya se explicó en el título anterior ²

Quito 2002

El Ecuador de esos años andaba por las sendas del multiculturalismo floreciente. Fue elegido presidente un militar, Gutiérrez, asociado al partido de las comunidades indígenas, el Patacuchi. Se prevenían cambios estructurales en las organizaciones sociales que pugnaban por el aumento de la participación popular y se tejían redes de articulación entre grupos políticos, ONGs y comunidades indígenas.

Augusto Barrera (quien después fuera, acompañando a Correa, alcalde de Quito en 2009) y otros colegas ecuatorianos del GTDU entendían de singular importancia que miembros de otros países tomaran contacto e intercambio con los territorios indígenas y así hicieron que Ana Clara y yo visitáramos el municipio de Cotacachi, en zona de montaña, cruzando la línea del Ecuador. El supuesto era que podíamos explicar el Presupuesto Participativo y la Planificación Participativa, e interesar a ese distrito en su aplicación.

El alcalde de Cotacachi era indígena, cargo ganado en elecciones, en una población en su gran mayoría aymara. La reunión para dar nuestra explicación se realizó un sábado de tarde, en un amplio salón del edificio municipal. Distribuidas en una ronda había unas 25 personas, entre ellas unos chiquilines de edad escolar. La reunión la inició el alcalde solicitando que esos asistentes se presentaran de modo que supiésemos con quien conversábamos. Así, en orden, uno a uno se ponían de pie y decían su nombre, lugar, organización, lo que fuese, la mayoría comunitarios y algunos funcionarios municipales.

Cuando llegaron a la silla de chiquito de edad escolar, que podía suponerse acompañaba a un familiar, se pone de pie y dice, “soy fulano de tal y represento a los alumnos de la Escuela X, en este Consejo del Desarrollo Local de Cotacachi”. Cuando llegó el

² ANÉCDOTA 1. Exultante, celebraba el divertido episodio: “...Amei, profundamente, o nosso seminário no FSM. Sinto-me uma real integrante da Rede PPGA. Aliás, já cito a Rede no projeto que enviarei, ainda este mês, ao CNPq...” Beijos, Ana Clara. (mail de febrero de 2003).

turno de la niña, lo mismo, “soy fulana, represento al alumnado de la Escuela Z”. Una sorpresa para extraños: la comunidad aymara, de distintas edades, tareas, oficios, toda ella, integraba y participaba de la política local. Esas comunidades operan en colectivo como parte de su cultura. El episodio sin embargo ratificaba la importancia de ese multiculturalismo candente, confirmador de aspectos del abordaje teórico de Ana Clara y el GTDU³

La Paz 2004

“Por uma outra cidade: identidades culturais, experiências políticas e transformação do cotidiano”

El contexto social y político de Bolivia en ese momento (agosto de 2004) era muy crítico, por las revueltas sociales que enfrentaban las **políticas** del presidente Sánchez de Lozada y el crecimiento de Evo Morales líder del movimiento campesino y popular. En las elecciones presidenciales de 2002 Evo había conquistado apenas 2 puntos menos que S. de Lozada y rechazado la presidencia por no aceptar las condiciones que le imponían otros partidos para apoyarlo en el Congreso Nacional.

En octubre de 2003 renunció Sánchez de Lozada y huyó el país. En noviembre de ese mismo año, siendo presidente Meza (vice de Lozada) se realiza en Santa Cruz de la Sierra la XIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y allí los presidentes Chávez, Lula y Kirchner se encontrarían en **público**, para la prensa, con Evo Morales

Entre los intelectuales bolivianos que disertaron en evento del GTDU destacamos a Alvaro García Linera y Raúl Prada, del grupo Comuna. ¡apenas 5 meses después García Linera sería el vicepresidente de Bolivia!

Aun en ese mismo año 2004, en diciembre, el MAS gana las elecciones en la gran mayoría de los municipios del Bolivia. En 2005 renuncia Meza y lo reemplaza Vaca Díez, y en noviembre de

³ ANÉCDOTA 2. Al regresar sonriendo comentó, con gracia, la circunstancia sucedida: “gran aprendizaje hemos recibido, viajamos tanto para conferenciar y volvermos conferenciados”.

ese mismo año Evo Morales acompaña a los presidentes en la reunión en Mar del Plata donde se rechaza el alca. hasta que en enero de 2006 Evo gana las presidenciales y asume el gobierno nacional.

El nombre del encuentro se hacía cargo de la multuculturalidad identitaria boliviana y las transformaciones políticas y sociales que bullían en todo ese lustro 2003-2006.

Medellin 2005

“Em defesa da urbanidade: conflitos, identidades e territórios”

En la Alcaldía de Medellín la impronta en 2005 era en sentido diverso a la predominante en el país. Las políticas municipales daban lugar a reconocer diferentes futuros posibles, posibilitando la comprensión de las racionalidades alternativas y del sentido de las tensiones y los conflictos del presente. No apenas en físico de la ciudad, donde se instalaron funiculares para el transporte público desde los poblados de las montañas arriba al centro de la ciudad, sino que fue el primero en poner en práctica el Presupuesto Participativo, siguiendo el impacto que empujaba la experiencia brasilera, sino que lo articuló en un segundo momento con la planeación local, una deuda que tenía el modelo de Porto Alegre. En los años de la gestión Fajardo la movilización comunitaria había ganado un lugar importante en las políticas locales

La acumulación de interpretaciones alcanzadas sobre las reivindicaciones, conflictos y protestas que se venían multiplicando en las ciudades de la región y la crítica al futuro proyectado por la tecnocracia transforman el concepto de urbanidad. Esto fue nítido en las reuniones urbano-comunitarias a la que fue invitado el GT durante el evento: en Medellín el concepto urbanidad condensaba la combinación tensa pero creativa de identidades diferentes en territorios cambiantes intrincados en conflictos de la vida urbana, situación todavía más evidente en la atención al desplazamiento forzado por el conflicto armado, que inundaba las ciudades colombianas y la atención de los estudiosos.

Quito 2007

“Projetos hegemônicos y outras racionalidades: sentidos do urbano na América Latina”

El encuentro quedó inserto en los primeros momentos del gobierno nacional de Correa, estando pendientes esos cambios de gobierno a nivel de alcaldías, y en los prolegómenos de la reforma de la constitución nacional, siendo que fue incluido como actividad en el Primer Congreso General de la FLACSO, evento multitudinario. Eso impidió repetir el modelo que fuera ensayado en Bolivia el año anterior relacionando al GT con el contexto socio político

En compensación para nuestro GTDU el congreso fue inaugurado por un discurso memorable del presidente Correa, que resaltó la extrema importancia de la multidiversidad y de la contribución del nivel académico y de las ciencias sociales para el desarrollo, afirmando que su gobierno avanzaría en sus relaciones con el medio social y el académico en sus políticas.

El reconocimiento de la existencia y legitimidad de la resistencia y multidiversidad popular, incluso de racionalidades alternativas, es un principio sostenido por el GTDU como fundamental para constituir sociedades fuertes, incluyentes y participativas en torno al cual llevó adelante su encuentro resaltando las nevas racionalidades en las ciudades de LA y la renovación simbólica de sus protestas

El contexto auguraba transformaciones importantes en Ecuador. Así, meses después, la nueva Constitución de 2008, instituye los Consejos de Participación Ciudadana y Control Social y los Códigos Orgánicos de Planificación y Ordenamiento Territorial a través de los cuales el Estado integraría la participación ciudadana como un elemento sustancial de su gestión.

Buenos Aires 2008

“Utopias praticadas en cidades de America Latina”

Argentina venía recuperando con intensidad la vida política institucional pos crisis de 2001 y llevaba en 2008 un periodo y medio de la secuencia presidencial de Néstor y Cristina Kirchner,

con partido opositor gobernando la capital. Ya existía una red presupuestos participativos municipales respaldada por el Ministerio de Interior y la sociedad se movilizaba en las calles en torno al debate de políticas nacionales económicas y sociales, con la intelectualidad inmersa en ese proceso⁴

En la convocatoria al encuentro se afirma que existen potencias utópicas que sobrepasan las prácticas consideradas ejemplares. Pueden encontrarse en territorialidades populares, culturas políticas, formas de organización social, proyectos gubernamentales, lenguajes y códigos culturales.

El tema era también un desafío a la teoría y a las acciones estratégicas. ¿Vamos hacia lo **utópico** o practicamos con anticipación el futuro, haciéndolo probable? Wallerstein nos anima con la idea de lo **utopístico**, en tanto y en cuanto a la efectiva producción de los cambios anhelados, instalando una fuerza instituyente que compite con lo instituido. La utopía se coloca en el presente, están en el proceso de construcción de la transformación, compite ahora en lo real.

El encuentro de Buenos Aires cumplió en simultáneo los tres objetivos de la consulta de Ana Clara en 2000 para el GT: intervenir en políticas públicas, entramarse con otros actores y dar su parecer sobre problemas relevantes. Además del intercambio analítico, fue redactada la primera, y al fin, única declaración del Grupo y se experimentó, también por primera vez, un diálogo intersectorial público, entre responsables gubernamentales, comunidad socio cultural y academia: se puso en práctica una utopía.

Conviene en este punto recuperar los párrafos iniciales de la DECLARACION DE BUENOS AIRES, POR UNA CIUDAD JUSTA para verificar la visión y posición latinoamericana del GTDU en el contexto regional:

“Asistimos en América Latina y en particular en Sudamérica a una circunstancia histórica inédita. Un conjunto de países con gobiernos democráticos y populares se articulan en una acción

⁴ Inédito, unos 300 intelectuales nos reunimos, durante varios años cada quince días, en Carta Abierta (en la biblioteca nacional y en esquinas y parques de la ciudad) para debatir y sentar posiciones sobre la política nacional.

regional (UNASUR, MERCOSUR, Tratado de Río), que presupone retomar la iniciativa autónoma del destino de los pueblos.... En algunos casos incluso, han tomado la forma de nuevas Constituciones que intentan reelaborar acuerdos nacionales con reconocimiento explícito de realidades multiétnicas y pluriculturales.

La crisis mundial derivada del fracaso de décadas de neoliberalismo reinstala la soberanía de las naciones del continente para reconfigurar el papel del Estado en la intervención y orientación del desarrollo a través de las políticas públicas.

Lo que dio en llamarse “el fin de las ideologías” resultó en el fin de su contrario “el pensamiento único” (...) para dar lugar a un mundo multilateral, a una revalorización de las uniones regionales, a una multipolaridad que habilita las más variadas perspectivas para el devenir de los pueblos y las naciones.

Uno de los actuales desafíos enfrentados en las ciudades de América Latina es la intervención en territorios cada vez más complejos, impredecibles e inciertos. Otro desafío es aceptar el reconocimiento del protagonismo de nuevos y viejos actores sociales y políticos que están construyendo nuevas espacialidades públicas.

...Concebimos el desarrollo urbano como un desarrollo social legítimo, incluyente, participativo y concertado, con una espacialidad que soporte las relaciones sociales que se establezcan en la reproducción de la vida, rechazando modelos impuestos sin relación con la historicidad de América Latina. El objetivo de este desarrollo urbano es la valorización de la vida y su reproducción en territorios concretos, respetando sus especificidades y cosmovisiones. ..”

Conviene también recordar la combinación de actores que intervinieron en el Diálogo Intersectorial. Fue un debate con público, mesa de tres lados, uno por sector, sobre “la gestión de las ciudades”. Por citar algunos, los hubo de gobiernos de CABA y de la municipalidad de Morón (orientaciones enfrentadas) en un lado; líderes de la Villa 31 (enorme barrio informal céntrico)

y la escritora de “Las viudas de los jueves” novela sobre la vida en barrios privados, en otro lado; académicos nacionales y extranjeros en el tercero.

En el informe a CLACSO después del encuentro en B. Aires Ana Clara explica que

“...la reunión fue hecha para valorizar la potencialidad utópica de las prácticas sociales, incluyendo aquellas mediadas por la **conquista de gobiernos progresistas...**” (la negrita no está en el original) “...y para escapar al encierro del pensamiento crítico que enfatiza el presente amplificado con la difusión de discursos anunciando el fin de las utopías...”

Contundente definición político-contextual convocando a dar la batalla de y con las utopías cuando otros dicen que ya no existen

Cochabamba 2009

“Imaginários urbanos: imagens dominantes, forças instituintes e insurgência na América Latina”

A fines de 2008, ya gobernaba Evo Morales desde 2006, se había sancionado en la Asamblea Constituyente el nuevo texto.

En enero de 2009, un referéndum aprobó la nueva Constitución Boliviana con 64.5% de votos favorables.

En noviembre de 2009 fue el encuentro del GTDU en Cochabamba

En mérito a ese contexto se convocaba al encuentro reconociendo a Bolivia como país multicultural afirma “... uma episteme dialógica e aberta a racionalidades alternativas, da qual depende o avanço da teoria crítica do espaço latino-americano...”. En la programación se anunciaba que, además de las sesiones temáticas, otras de “... Mesas de Diálogo –metodologia de participação desenvolvida pela FLACSO-Argentina- com atores políticos, artistas e representantes da administração pública...”. repitiendo el exitoso ensayo (BsAs 2008).⁵

⁵ El Diálogo resultó exitoso. Hubo todavía una tercera experiencia de Diálogo Multilateral, realizada por el GT, en Montevideo en 2010

Se afirmaba así la relevancia de acelerar las prácticas democráticas que crecían en AL relativas a una asociación entre las acciones instituyentes de las políticas estatales y las acciones resistentes de los MSU frente a la hegemonía del presentismo sin futuro. Se confirmaba también el modelo Análisis + Diálogo intersectorial ensayado en Buenos Aires el año anterior y el reconocimiento a contextos, que, como el boliviano entrelazaba fuerzas instituyentes e insurgentes en la gestión de las políticas públicas

En diciembre de 2009, apenas un mes después del encuentro del GTDU, en las elecciones generales el MAS partido del gobierno ganó con 74% de los votos, así como también se confirmaron las autonomías regionales

Un modo de ser

Ana Clara Torres Ribeiro armó esa secuencia de eventos, antes descripta, atendiendo a las tendencias y contextos de reestructuración institucional que pudieran a dar cabida o que ya las estuvieran dando, a escenarios políticos de ampliación democrática en países y gobiernos urbanos

Tuvo la perspicacia de escalar los encuentros atendiendo a un escalamiento, una progresividad retroalimentada, de los contextos propios de cada país que a su vez iría componiendo una tendencia regional favorable a entendimientos entre actores diversos, no acostumbrados a asociarse entre sí, y a arreglos institucionales, transversales, capaces de ir haciendo plausible y evidente, la posibilidad de una Gestión Democrática de la Ciudad.

Pasó del *arrastrao* académico y divertido para el cierre de un evento entusiasta (en el FSM) a instalar tres experiencias sucesivas (Buenos Aires, Cochabamba y Montevideo) con un método científico específico, de relaciones interactorales complejas y públicas entre gobiernos, comunidad y académicos para un diálogo creativo y planificador capaz de colocar los problemas en otro estadio que el que le determina cada actor por sí mismo.

La aceptación explícita de actualizaciones y agregaciones en su marco teórico conceptual a lo largo del escalamiento del ciclo. Hay algunos ejemplos claros y expresos:

- la incorporación del concepto “utopías practicadas” como un enriquecimiento inesperado en su teoría del presentismo arrasador dado que la idea esperanzadora de que la transformación es algo que llegará, o está esperando en algún punto del futuro, puede completarse con los cambios actuales ensayados en las resistencias y racionalidades alternativas
- la incorporación de una “utopía practicada”, la práctica anticipatoria de los diálogos intersectoriales, con método científico, en los entrelazamientos entre actores de distintos sectores, en los encuentros por país
- el reconocimiento de un cierto tipo de Estado y de gobiernos progresistas que pueden y de hecho intersectan los encadenamientos problemáticos que componen el tablero antidemocrático e injusto de la vida de las ciudades de AL
- el reconocimiento de América Latina como región política en condiciones de desandar desarrollos y equilibrios, sostenidos por reformas constitucionales que dan lugar a lo pluricultural y multiétnico.

La mirada de Ana Clara sobre América Latina no era apenas una configuración completa de un objeto de conocimiento: esa mirada fue desde el principio y en crecimiento continuo, armónica y articulada con procesos reales de transformación que acontecían en aquellos momentos

Tenía un sentimiento y una práctica personal teñidos de latinoamericanismo, de Patria Grande, de intensísima identidad con todos los pueblos, sus historias, sus culturas. Era y se sentía una latinoamericana.

A su muerte aun perduraba ese proceso regional democrático y popular en AL, y no pudo saber de la onda restauradora que cerró el predominio de gobiernos democrático populares

Las ondas van cambiando. Enorme pena no tenerla en este presente de 2022 cuando un proceso semejante a aquel se está insinuando en América Latina

Modernização, urbanização e crise nos países capitalistas periféricos: uma leitura a partir das contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro

Elizete Menegat

Introdução

Olhar da Ana Clara sobre a América Latina a partir de uma chave que ela insistiu muito ao longo da sua vida acadêmica: modernização, urbanização/metropolização e crise societária.

Esses elos analíticos eram pensados com forte referência numa noção de Totalidade social sobre a qual a socióloga se desafiava a inscrever o espaço e o tempo; a reunir sociologia, geografia e filosofia. Creio que foi com esses aportes que ela conferiu a sua contribuição interdisciplinar particular ao campo da Sociologia Urbana.

Esses eixos de análise, atravessaram toda a sua obra e, ao meu ver, estruturaram um modo de pensar a América Latina urbana, com foco nas populações das periferias urbanas.

O meu objetivo não é apresentar uma análise do conjunto dos textos nos quais Ana Clara Torres Ribeiro abordou essa problemática. Mas, um recorte singelo a partir de, apenas, cinco textos que considero relevantes e representativos dessa forma de abordagem de aspectos importantes da realidade nas periferias da América Latina.

“Trabalho urbano: biscates e biscateiros”, 1977.

“Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo”, 1996; v. 4.

“A atualização técnica do urbano”, 2008; v. 4.

“Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular”, p. 267, v. 4, 2008.

“Aceleração e fragmentação: o trabalho na grande cidade periférica”, 2009, v. 4.

Desenvolvimento

Podemos dividir a sua produção em dois momentos: o impacto da modernização imposta pelos governos desenvolvimentistas da ditadura, nos anos 1960 e 1970 e o impacto da modernização implementada pelo desenvolvimentismo dos governos democraticamente eleitos, nos anos 1990 e primeira década do século atual.

Nos anos 1970, ela analisou o impacto da onda de modernização, principalmente econômica, sobre o tecido urbano e sobre a estrutura produtiva e a força de trabalho. Uma sociologia capaz de refletir indissociavelmente os impactos da modernização sobre a esfera do trabalho e sobre o território; essa é a matriz que forma um dos roteiros de pesquisa caros à Ana Clara iniciado com o mestrado, quando ela estuda os biscateiros na metrópole, com Luiz Antonio Machado, no IUPERJ, ele próprio um estudioso dos temas da marginalidade, da informalidade, pobreza e favelas (Jussara Freire e Lia Rocha). Essa análise está na sua dissertação de mestrado sobre “biscate e biscateiros”, de 1977.

Nessa dissertação, fortemente influenciada pela Teoria da Marginalidade, ela observava os impactos negativos do modelo de modernização econômica imposta pelos países capitalistas centrais aos países latino-americanos. Ela observava, fundamentalmente, a emergência do fenômeno das metrópoles e a concentração espacial de imensos contingentes populacionais que já não tinham lugar na estrutura produtiva modernizada e acabavam no trabalho informal e nas favelas e periferias. Isso que parece corriqueiro na atualidade, era uma novidade para a época. Era uma forma de pensar que valorizava o fenômeno urbano e conferia mais concretude à análise social.

Nos anos 1980, no período de transição política, AC está interessada nos impactos políticos da modernização. Ela analisa

o movimento dos sujeitos sociais que estão alojados nas extensas periferias das nossas grandes cidades e indaga sobre a sua potencialidade para produzir mudanças na esfera pública.

Nos anos 1990 e posteriores, ela analisa as sucessivas ondas de modernização implementadas pelos governos democráticos e, se não estou enganada, ela vai recorrer com muita insistência à ideia de crise societária para referir-se à crise do nosso tempo; como sinônimo de crise total; não só crise do modo de produção, mas, crise de tudo o que ele arrasta consigo: crise econômica, política, social, cultural, territorial. Crise da civilização ocidental no tempo da ocidentalização do mundo, como ela se referia muitas vezes ao movimento de globalização dos anos 1990. O mundo todo estava em crise.

AC vai estudar os impactos das inovações técnicas (incluindo técnicas de controle, técnicas de gestão e suas relações com as metrópoles), o espaço e a materialidade urbana, bem como a vida daqueles e daquelas que vivem nas periferias dos países capitalistas periféricos.

A modernização, com sua avalanche de inovações em todas os domínios da vida foi pensada, ela mesma, como parte indissociável da dinâmica da crise.

Esse modelo de modernização capitalista eurocêntrica é gerador de crises nos países periféricos. Os sintomas dessa crise podem ser observados na concentração espacial da pobreza e da desigualdade social nas metrópoles.

Há em Ana Clara uma crítica permanente da modernidade e dos processos de modernização capitalista. Sobretudo, sobre o urbano. Esse ceticismo sobre os processos de modernização está amparado na sua leitura atenta de Max Weber e sua crítica à racionalidade moderna, ao desencantamento do mundo e à imagem da gaiola de ferro.

Essa crítica é recorrente nos seus textos, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990, quando ela observa a fragmentação urbana.

Um bom exemplo é o artigo “Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo”. Aqui, ela afirma com todas as letras que a modernização produzia “uma sombra negativa” de enorme profundidade e extensão. Nesse texto

ela cita Robert Kurz, autor do livro *Colapso da modernização*. Esse autor afirmava que os espasmos de modernização que o capital ensaiava ocorriam sobre as ruínas da sociedade.

No início dos anos 2000, com a coordenação do GT Desenvolvimento do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), Ana Clara passou a acompanhar a realidade de grandes cidades como La Paz, Cochabamba, Quito, Buenos Aires, Medellín, além do Rio de Janeiro e São Paulo.

A esperança depositada na ação social dos periféricos. A possibilidade dos habitantes segregados na periferia levantarem-se propondo saídas para a crise. As novas formas de identificação baseadas na raça, etnia e sexualidade.

Ana Clara Torres Ribeiro não pensou a América Latina como continente onde falta desenvolvimento e modernização, mas, à maneira de Aníbal Quijano, pensou os países latino-americanos como países capitalistas periféricos estruturados, desde o princípio da colonização, pelos países capitalistas centrais, para serem periféricos. Nos últimos textos: aceleração e fragmentação mais visível e mais grave nas periferias.

Referências

- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, A. C. T. *Trabalho urbano: biscates e biscateiros*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IUPERJ. Rio de Janeiro, 1977.
- RIBEIRO, A. C. T. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e de São Paulo. In: MACHADO, D. P.; VASCONCELOS, E. M. (org.). *Cidade e imaginação*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.
- RIBEIRO, A. C. T. A atualização técnica do urbano. *Revista Cidades*, v. 4, 2008.
- RIBEIRO, A. C. T. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. *Margem Esquerda*, vol. 12, p. 25-31, 2008.
- RIBEIRO, A. C. T. Aceleração e fragmentação: o trabalho na grande cidade periférica. In: RIBEIRO, A. C. T. *Por uma Sociologia do Presente: ação, técnica e espaço*, v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

Listagem de autores

Beatriz Couto

Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestrado em Town And Regional Planning - Iowa State University (1978) e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, arquitetura e urbanismo, Minas Gerais e relações sociais de produção intelectual. Participa, orienta e publica livros e capítulos de livros associados ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Rede de Políticas Públicas (INCT).

Cátia Antônia da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente possui o cargo de Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Vinculada ao Departamento de Geografia, membro permanente do Programa de Pós-graduação em História Social e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, e em História social do território, atuando principalmente nos seguintes temas: Trabalho urbano; movimentos sociais e trabalho; qualificação profissional; metropolização; metrópole; modernização e gestão urbano-metropolitana: conflitos com pescadores artesanais, economia política da pesca artesanal. É líder do Grupo de Pesquisa e

Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas. Pesquisadora PROCiência - UERJ e Produtividade CNPq. Foi Diretora do Departamento de Extensão da UERJ (2016-2019). Assume a Pró-reitora de Políticas e Assistência Estudantis da UERJ a partir de março de 2020.

Celia Regina Neves

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), especialista em Sociologia pela CEPOPE/FEUC (1986) e mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Atualmente é professora I - Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Coordenadora do Curso de Ciências Sociais e professora adjunta das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/FEUC). Educadora Popular da equipe do Instituto de Formação Humana e Educação Popular. Experiência docente nas áreas de Sociologia, Teoria Social e História da Educação.

Elizete Menegat

Arquiteta, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio pós-doutoral no Departamento de Sociologia da Universidade de Princeton, EUA. Entre 2000-2009, integrou o Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO - Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Argentina. Em 2005, recebeu menção honrosa do “IV Prêmio Brasileiro de Política e Planejamento Urbano e Regional”, ANPUR, pela Tese “Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo da crise das formas e conteúdos urbanos”. Atualmente é professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde desenvolve atividades de pesquisa, extensão e ensino relacionadas aos seguintes temas: crise da civilização ocidental, crise urbana, segregação sócio-territorial e concentração da pobreza urbana em assentamentos ilegais.

Eveline Algebaile

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na área de Políticas Públicas e Educação, integra

o corpo docente da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Assessora do Centro de Educação e Humanidades da UERJ. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, nas áreas de Trabalho e Educação e de Políticas Públicas e Movimentos Sociais, com Pós-Doutorado na Universidade de Valência, Espanha (Bolsa Capes 2009-2010), tem experiência na área de Políticas Públicas e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas nos contextos capitalistas dependentes; política social e educação pública; formulação, implementação e expansão de políticas referidas a direitos. Procientista UERJ e pesquisadora do Programa de Internacionalização Capes PrInt do PPFH/UERJ.

Hector Poggiese

Mestre em Administração Pública (Planejamento de Governo) pela EBAP/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil. Advogado, Universidade de Buenos Aires. Conselheiro de Planejamento Urbano da Prefeitura de Buenos Aires (1989-92). Consultor do UNICEF em avaliação de políticas sociais (Honduras e Brasil); da UNESCO/MAB em projetos integrados (México, Costa Rica, Nicarágua); FAO (energização rural); do IICA (desenvolvimento local, pequenos produtores agrícolas); OPS (Comunidades Seguras). Assessor de políticas governamentais para desenvolvimento urbano, gestão ambiental, realocação de populações, descentralização, desenvolvimento local, promoção social, no Brasil e na Argentina. Coordenador de projetos de urbanização de favelas (Rio de Janeiro), hidrelétricas (Amazonas), áreas inundáveis (Entre Ríos), reservas indígenas (Río Negro, Piedra del Águila), descentralização, redes e participação social (Cidade de Buenos Aires), desenvolvimento regional (Bolívia; Linha Sul, Río Negro), transformação institucional educacional (escolas associadas) e outros. Publicou diversos trabalhos, entre eles: Políticas Ambientais no Cone Sul; energização rural e participação social; Grandes cidades e gestão participativa; Planejamento estratégico, integração regional e relações transfronteiriças; Movimentos sociais, formulação de políticas e

redes sociogovernamentais mistas para um novo “saber fazer” na gestão das cidades. Publicou diversos trabalhos, entre eles: Políticas Ambientais no Cone Sul; energização rural e participação social; Grandes cidades e gestão participativa; Planeamento estratégico, integração regional e relações transfronteiriças; Movimentos sociais, formulação de políticas e redes sociogovernamentais mistas para um novo “saber fazer” na gestão das cidades. Publicou diversos trabalhos, entre eles: Políticas Ambientais no Cone Sul; energização rural e participação social; Grandes cidades e gestão participativa; Planeamento estratégico, integração regional e relações transfronteiriças; Movimentos sociais, formulação de políticas e redes sociogovernamentais mistas para um novo “saber fazer” na gestão das cidades.

Helena Rizzatti

Professora Colaboradora de Geografia Humana no Departamento de Geografia (DGE) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (2022-2024). Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorado Sanduíche (PDSE-CAPES) no Instituto de Geografia (IGG) na Universidad Nacional Autonoma do México (UNAM). Área especializada: Geografia Humana, Geografia Urbana, Planejamento Territorial, Estudos de Gênero.

Hernán Armando Mamani

Possui graduação em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (1990), mestrado em Sociologia - Programa de Pós-graduação em Sociologia (1996) e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (2004). Atualmente é professor associado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área Sociologia do trabalho, Sociologia urbana e Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: economia informal, desenvolvimento urbano, circulação urbana e regional.

Ivaldo Lima

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ,1986), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ,1993) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2005), com estágio doutoral na Universitat de Barcelona (UB, 2004-2005). Realizou estágio de pós-doutoramento na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, 2012-2013). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Política e Geografia e Ética, atuando principalmente na investigação científica dos seguintes temas: geopolítica, geografia política da Amazônia, redes políticas, justiça territorial, globalização do mundo contemporâneo, políticas públicas e governança territorial, geografia legal crítica, geografia política e gênero, ensino e avaliação de geografia.

Ivy Shipper

É formado como professor de Geografia e mestre em Planejamento Urbano e Regional ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro) e trabalhou com a professora Ana Clara Torres Ribeiro como pesquisador no Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território – LASTRO no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR / UFRJ, apoiando o desenvolvimento da metodologia da Cartografia da Ação Social. Tem também pós-graduação *Latu Sensu* em MAV / Metodologia Angel Viana: Conscientização do Movimento e Jogos Corporais.

Júlia Adão Bernardes

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona (1993) e pós-doutorado pela Universidad Nacional de San Martín, Argentina. Atualmente é Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bolsista nível 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, professor-colaborador da Universidade Federal do

Rio de Janeiro, Cientista do Nosso Estado da FAPERJ desde 2012. Coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) na UFRJ e pesquisadora da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI), envolvendo pesquisadores da UFRJ, UNICAMP, UNESP - Rio Claro, UECE, UFMT, UFG - Campus Jataí, UFJF, UFRRJ, USP e UFU. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Regional, Geografia Econômica e Geografia Agrária, desenvolvendo os seguintes temas: fronteira agrícola moderna no cerrado, técnica e trabalho, espaço e regionalização. Desenvolve pesquisas no âmbito da Cadeia Carne-Grãos e Biocombustíveis.

Laura Maul de Carvalho Costa

Sanitarista. Possui primeira formação em Geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como pesquisadora do Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO/IPPUR - UFRJ) em estudos sobre conjuntura social e ação social. Realizou consultoria para estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) e outros estudos socioeconômicos relacionados a intervenções ambientais. Assumiu funções de organização e desenvolvimento de conteúdos, vinculadas ao oferecimento de serviços e manutenção de sistemas de vigilância no âmbito do SUS, como no Laboratório de Ensino a Distância (Labead/IESC/UFRJ), realizado em parceria com o Ministério da Saúde, via UNASUS, para capacitação de servidores responsáveis por alimentar os bancos de dados dos Sistemas de Vigilância; tendo sido mais recente a participação no projeto de gestão de informação do Sistema de Controle de Vigilância Sanitária (SISVISA), desde 2015, em parceria entre a Subsecretaria de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses (S/SUBVISA), da Prefeitura do Rio de Janeiro, e o Instituto Virtual de Mudanças Globais (IVIG)/COPPE/UFRJ. Atualmente contribui também junto ao desenvolvimento de produtos técnicos compostos por estudos, pesquisas acadêmicas destinadas a apoiar e assessorar a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) na elaboração de projetos de engenharia e serviços de dragagem, incluídos no Programa Nacional de Dragagem (PND), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na reestruturação e revitalização do Instituto Nacional de Pesquisas

Hidroviárias (INPH), no âmbito da COPPE/UFRJ. Especialista em Vigilância em Saúde Ambiental pelo Instituto de estudos em Saúde Coletiva (IESC)/UFRJ. Especialista em Gramática Gerativa e Estudos de Cognição pelo Museu Nacional/UFRJ. Mestre em Saúde Coletiva pelo IESC/UFRJ, tendo desenvolvido estudo para diagnóstico de situação de saúde do profissional da Saúde das Unidades Básicas de Saúde do Município do Rio de Janeiro. Integra, ainda, o Projeto de Pesquisa Novas doenças, novas ameaças: representações da infecção pelo Zikavirus de estudantes e universitários do Rio de Janeiro (rede 6 FAPERJ).

Maria Adélia de Souza

Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1962), Diploma de Estudos Superiores em Estudos Econômicos e Políticos orientado por Celso Furtado, na Universidade de Paris (1967) e Doutorado em Geografia pela Universidade de Paris I (1975), orientada, inicialmente, por Pierre Monbeig e, posteriormente, por Michel Rochefort; ambos os títulos reconhecidos pela USP. Tem experiência nas áreas de Geografia, lidando com os seguintes temas: Epistemologia da Geografia, Usos do Território Brasileiro em distintas escalas geográficas, Desigualdades e Perversidades Socioespaciais no Brasil, destacando os temas da Fome, do Sistema de Justiça, do Sistema Único de Saúde, do Sistema Eleitoral e a Formação territorial Brasileira, das questões regionais, locais, urbanas e metropolitanas. Estuda o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo há mais de meio século; e, tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento Territorial (urbano e regional), Cidadania, Lugar e Política e Desenvolvimento Urbano, tendo sempre lecionado essa disciplina no Departamento de Geografia da USP. Participou da elaboração da I Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Brasil, coordenou as primeiras políticas de desenvolvimento urbano e regional e a de descentralização e desconcentração industrial do Estado de São Paulo, coordenou a elaboração de Planos de Governo para a cidade de São Paulo e para o Estado de São Paulo. É Doutora Honoris Causa de universidades

brasileiras e, em 2018, foi considerada uma das mulheres pioneiras da Ciência Brasileira pelo CNPq. Recebeu o I Prêmio de Francofonia, em Urbanismo, da Academia de Paris e Fundação França e ocupou a Cátedra de Direitos Humanos da universidade Católica de Lyon, na França. Tem vários livros publicados sobre a questão metropolitana e planejamento urbano.

Paulo Cesar Rodrigues Carrano

Professor Associado 2 da Universidade Federal Fluminense. Docente na Faculdade de Educação, Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento. É professor permanente do programa de pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), na linha de pesquisa Diversidade, Desigualdade Social e Educação. Bolsista Produtividade do CNPq - nível 2 (2022-2025). Foi bolsista Cientista do nosso estado - Faperj em três editais, tendo concluído o último em 2018. Integrou a Diretoria da Associação Nacional de Pesquisa (ANPEd) nos biênios 2015-2017 (Primeiro Secretário) e 2013-2015 (Segundo Secretário). Possui graduação em Educação Física e Desporto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado (1991) e doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1999). Realizou estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Educação da USP, sob a supervisão da prof. Dra. Marília Spósito, no primeiro semestre de 2009 (Bolsa Senior CNPq) e estágio de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do prof. Dr. José Machado Pais (bolsa Senior Capes, 09/2009-02/2010). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, Mestrado e Doutorado em duas oportunidades (2006-2008) e (2019/2020); é coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF (<http://www.observatoriojovem.uff.br/>) e do Portal Ensino Médio EMdiálogo (www.emdialogo.uff.br). A ênfase dos estudos e pesquisas se encontra nas problemáticas das relações dos jovens com os espaços públicos, os territórios e a escolarização. É co-organizador do livro *Narrativas juvenis e espaços públicos* (EDUFF/FAPERJ, 2014) e autor dos livros *Juventudes e cidades educadoras* (Vozes, 2003) e *Os jovens e a cidade* (Relume Dumará, 2002). Dirigiu e produziu os vídeos documentários: *Jovens no Centro*

(2005), Sementes da Memória (2005), Se eles soubessem (2006), Bracuí: velhas lutas, jovens histórias (2007), Sou de Jongo (2009), “Jovens do Morro do Palácio: cinco caminhos” (2011), “Escolas de Guiné Bissau” e Cabo Verde: a educação entre-línguas (2012), “Uma escola entre redes sociais” (2013) e “Fora de Série” (2018). Realizou a supervisão geral da produção do vídeo documentário “O fado é bom demais....” (2010). Idealizou e coordenou as Mostras de filmes de pesquisa “Curta ANPEd” nos anos de 2017 e 2018, realizadas na 37a e 38a Reunião Anual da ANPEd.

Pedro Bernarde Pinheiro

Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Campus Maracanã (2006), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) e especialização em Saberes e Práticas da Educação Básica, com ênfase em Ensino de Geografia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Entre 2005 e 2010, participou como bolsista de iniciação científica e, posteriormente, como pesquisador associado do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO) do IPPUR/UFRJ, tendo experiência no estudo de movimentos sociais e na análise de conjuntura. Desde 2014 é professor de Geografia do Colégio Pedro II (Campus Realengo II) em regime de dedicação exclusiva. Participa do corpo docente no curso de especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar no Colégio Pedro II (Campus Tijuca II) voltado a formação continuada de professores de Geografia. Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Campus Maracanã. Tem interesse nos seguintes temas: formação de professores, saberes docentes, currículo e conhecimento escolar.

Raquel de Pádua Pereira

Geógrafa pela Universidade de São Paulo - USP (Bacharelado e licenciatura - 2008), mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR - UFRJ (2012) e doutoranda em Geografia pelo Instituto de Geociências da

Universidade Estadual de Campinas - IGE - Unicamp (2018-atual). Foi bolsista integrante do Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO/IPPUR - UFRJ) entre 2010 e 2012, sob coordenação de Ana Clara Torres Ribeiro. Integrou a Rede de Políticas Públicas para Educação (RPPE), atuando no projeto “Tecnologia e Interação Social na Educação”, vinculado ao LabEspaço - Laboratório Espaço, Sociedade e Tecnologia (IPPUR-UFRJ) e financiado pelo OBEDUC - Observatório da Educação da Capes. Tem experiência acadêmica na área de geografia urbana e planejamento urbano e regional, com ênfase nos temas centralidades e periferias urbanas; juventude, cultura e representações do espaço urbano; geografia e planejamento urbano na educação para a cidade. Possui experiência profissional consolidada na área da educação como professora de geografia para o Ensino Fundamental II, médio e Superior nas redes pública e privada do município de São Paulo, supervisão de projetos, além de produção e revisão de material didático autoral e editorial. Também atuou como consultora e pesquisadora em projetos de análise de infra-estrutura urbana e de impactos socioambientais.

Reginaldo Luiz Cardoso

Reginaldo Luiz Cardoso é pesquisador e fotógrafo autoral. Possui graduação e bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais [FAFICH-UFMG, 1988], mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais [DCP-UFMG, 1997] e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro [IPPUR-UFRJ] cuja tese foi indicada pelo Programa de Pós-graduação de Planejamento Urbano e Regional - PPGPUR / IPPUR-UFRJ para o XIX Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, de Teses e Dissertações, organizado pela Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ANPUR/2015. Ex-professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e da Faculdade Santa Rita é, atualmente, membro-pesquisador do Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço [LabEspaço] do IPPUR-UFRJ. Desenvolve pesquisas que analisam a interface do urbano e os cerceamentos sofridos pelas subjetividades

contemporâneas presentes no fenômeno da condominização horizontal e vertical da sociedade. Enquanto fotógrafo tem buscado essa mesma interlocução ao registrar o inusitado ambiente urbano contemporâneo. Dentre outros prêmios ganhou o ?I Festival de Arte Urbano Blipoint Mulafest? [Madrid, Espanha], obteve menção honrosa no “II Concurso Nacional de Fotografia_Arquitetura e Urbanismo 2018” [Matosinhos, Portugal] e, recentemente, obteve o 2º lugar [modalidade vida cultural] no Projeto “300 ANOS de MINAS GERAIS”, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ALMG [Belo Horizonte, MG, 2020].

Ricardo Massao Nakamura Nasser

Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Pesquisador associado ao Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço (INCT/LabEspaço/IPPUR/UFRJ), ao Núcleo de Pesquisas em Gestão Urbana e Direitos das Minorias e do Grupo Interinstitucional de Estudos em Educação, Direitos Humanos e Deficiência da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Mediador de Aprendizagem do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro (CIAD Mestre Candeia). Facilitador de Acessibilidade da Diretoria de Acessibilidade da UFRJ. Foi voluntário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRJ) de 2015 a 2016 e bolsista no Programa Institucional de Monitorias e Iniciação à docência (PIBID/UFRJ). Pesquisador bolsista do CNPq (2020-2022). Especialmente interessado em estudos sobre administração e gestão pública, direito à cidade, acessibilidades, políticas públicas urbanas, estudos sociais sobre deficiência e etarismo.

Tamara Tania Cohen Egler

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1972), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado

em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É coordenadora do INCT Política Pública, Inovação e Desenvolvimento Urbano, e do Laboratório Espaço do IPPUR/UFRJ. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, sua pesquisa está focada nos efeitos da inovação tecnológica sobre os processos espaciais, no sentido de examinar os capitais associados às corporações de informática , suas plataformas , formação de redes sociotécnicas, narrativas e seus resultados na transformação do território.

Thais de Bhanthumchinda Portela

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (1995), Mestrado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002), doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e estágio de pós-doutorado (Bolsa CNPq-PDJ em 2008-2009) na Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU/FAUFBA). Participou do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (2003-2016) e atualmente coordena o grupo de pesquisa CIPOs- Cidades Políticas (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1592621507613697>) que pertence à linha de pesquisa Processos Urbanos Contemporâneos(PPG-AU/FAUFBA). CIPOs investiga questões teóricas e empíricas relacionadas às políticas que agenciam diferentes modos de fazer as cidades contemporâneas no contexto de crise climática. As políticas, sejam as do Estado (macropolíticas) ou as inventadas pelo e no cotidiano das cidades (micropolíticas) e que determinam o espaço (concebido, vivido e percebido) das cidades são investigadas pelo grupo no engendramento de três eixos: Discursos Políticos no Urbanismo e Planejamento Urbano; Linguagens, Objetos Técnicos das e nas Cidades e Aprendizagens dos e nos Espaços. Coordenadora do Colegiado Diurno da Faculdade de Arquitetura FAUFBA (2016-2018). Coordenação de Extensão da FAUFBA (2020- em andamento).

Wallace Lopes Silva

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) com pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Realizou Estágio de Doutorado Sanduíche em Ciência da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dep. Letras e Literatura /UFRJ) e em Música pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Música da UFRJ. Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Programa de Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER/CEFET-RJ). Graduado nas áreas de Filosofia (Bacharel) e Filosofia (Licenciatura) pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH/UERJ) e História (Licenciatura) pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ) com Aperfeiçoamento em Processos de Ensino em História (Dep. Educação /PUC-Rio) . Possui Especializações em nível de pós-graduação lato sensu nas áreas de História e Cultura Afrodescendente pelo Departamento de História e Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-(PUC-Rio); Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Política e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Educação e Relações Etnicorraciais (CEFET-RJ) ; Gênero e sexualidade - Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ) e Literatura, Arte e Pensamento Contemporâneo pelo Departamento de Letras e Literatura (PUC-Rio) . É professor de Filosofia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz (Labform/ EPSJV/Fiocruz) e do Curso de Extensão em Educação das Relações Étnico-raciais da UFRJ. Pesquisador que integra os grupos de pesquisa credenciado pelo CNPq, Poder simbólico no espaço (LAB/ ESPAÇO-IPPUR/UFRJ), Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia - (LLPEFIL/ UERJ) e o Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Infâncias / Instituto Multidisciplinar da UFRJ), Racismo e Sociedade (Reflexões teórico-críticas sobre o fenômeno racial no Ocidente) do Colégio Federal Pedro II (CPH). Atua no campo das Relações Etnicorraciais na produção epistêmica do racismo em outros saberes : Filosofias Africanas, Filosofias do mundo atlântico

negro, Filosofias do espaço racial , Filosofias no Brasil , Filosofia das técnicas no espaço, Mentalidades negras, Sociologia dos espaços, Arquiteturas africanas no espaço, Segregação urbana , Racismo de Estado , O corpo negro na cidade , Psicanálise e filosofia , Estética negra, Políticas urbanas, Educação nas Relações Etnicorraciais e o negro na literatura brasileira . Compõem o corpo editorial da Revista África e Africanidades (ISSN 1983-2354) (<https://africaeaficanidades.online/index.html>) e Consultoria de projetos pedagógico de livros didáticos em Filosofia (Grupo SM - <https://www.smeducacao.com.br/>). Autor e organizador dos livros : Sambo, logo penso: Afroperspectivas filosóficas - (Biblioteca Nacional), Tudo é filosofia - fragmentos escritos por crianças (Hexis Editora), Assim disseram as crianças - Dicionário transdisciplinar (Hexis Editora), O trauma do tronco (Ed. Estudos Urbanos), Praças negras : O grande Rio de Janeiro Africano de Tia Ciata (Ed. Multifoco) e co-autor : Samba e cidade (Ed. Intermeios /Lab. Raça FAU/USP) Universidade de São Paulo.



O que nos move na organização deste livro é revelar a atualidade do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro. Este é o nosso desígnio: manter viva a sua contribuição lida na construção do campo Cartografia da Ação, uma forma de aplicar o mesmo pensamento a universos distintos, porque está associada a análise do que existe na realidade, que se revela no acontecer do presente.



ISBN 978-85-7785-760-9

LETRACAPITAL

